

Formulário para Solicitação de Autorização de Inexigibilidade de Licitação

**Unidade Solicitante:**

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**Objeto:**

Serviço e suporte técnico : FPW Ponto Desktop para 3.300 usuário, FPW ponto web para 3.300 usuários FPW  
Folha de pagamento para 3.700 usuários

**Finalidade / Objetivo da Contratação:**

sistema utilizado pela Diretoria de Gestão de Pessoas, no sistema ponto e folha de pagamento

Fornecedor Selecionado

**1 - Fornecedor (Nome/Razão Social):**

LG INFORMATICA LTDA

**1 - Endereço:**

PRIMEIRA AVENIDA, QD 1-B LT 31 CIDADE EMPRESARIAL, APARECIDA DE GOIANIA/GO

**1 - CPF/CNPJ:**

01.468.594/0001-22

**1 - Valor (R\$):**

185.389,08

Anexar:

1 - Certidões - prova de regularidade do fornecedor escolhido, conforme descritas na base de conhecimento.

2 - Minuta do Contrato - Contrato preenchido com as informações orçamentárias (Código da Unidade Gestora, deverá ser verificado na Base de Conhecimento), quando for o caso.

3 - Procedimento Padrão do Contrato (Disponível da Base de Conhecimento).

Fiscais Do Contrato

Fiscal

**Nome completo:**

EVERALDO DE SOUZA ALVES

**Matrícula:**

351730

Suplente

**Nome completo (suplente):**

RITA de Cassia Moitinho

**Matrícula (suplente):**

354912

**Responsável pelo preenchimento:**

FABIANA NASCIMENTO

Fundamentação Legal: Art. 60 Incisos I, II e III



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Costa do Nascimento** em 02/02/2022, às 15:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0284373** e o código CRC **E0A123C3**.

---





## 1. OBJETO

<b>1.1</b> <b>DEFINIÇÃO DO OBJETO</b>	<b>Especificação do Objeto</b> O presente Processo tem por escopo a contratação de empresa para a prestação de serviços Atualização e Suporte Técnico para os softwares:  A) FPW Ponto Desktop (controle e gestão) 3.300 usuários B) FPW Ponto Web (Registro de Frequência) 3.300 usuários C) FPW Folha de Pagamento 3.700 usuários	
<b>1.2</b> <b>FORMA DE CONTRATAÇÃO</b>  ESCOLHE R UMA DAS TRÊS OPÇÕES  <i>(Marcar com X):</i>	<input checked="" type="checkbox"/> ( x )	<b>A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA (PONTUAL/POR ESCOPO)</b>
	<input type="checkbox"/> ( )	<b>B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA</b>
	<input type="checkbox"/> ( )	<b>C) OUTROS:</b>
<b>1.3</b> <b>JUSTIFICATIVA:</b>  <b>NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</b>	<p>Atualmente, a Coordenação de Gestão de Pessoas utiliza o sistema FPW Ponto Desktop (controle e gestão),FPW Ponto Web (Registro de Frequência) FPW Folha de Pagamento</p> <p>Este processo de contratação pretende alcançar os seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>· Melhoria no controle dos processos inerentes à Folha de Pagamento;</li><li>· Manter o atual nível de integração entre o sistema de ponto e o sistema de folha de pagamento;</li><li>· Garantir a continuidade dos serviços;</li><li>· Proporcionar que os servidores registrem suas frequências através de um sistema adaptado à instituição;</li><li>· Manter o atual nível de integração entre o sistema de ponto e o sistema de folha de pagamento;</li><li>· Garantir a continuidade dos serviços;</li></ul> <p>Vale salientar que, devido à natureza dessa atividade, é crucial manter o sistema disponível e em sua plena funcionalidade devido a necessidade de uso da folha de pagamento e do ponto pelos usuários deste Ministério Público.</p>	



**1.4  
JUSTIFI  
CATIVA:**

**DA  
INVIABI  
LIDADE  
DE  
COMPET  
IÇÃO**

Conforme Certidão Nº 211012/37.638 e C E R T I D A O Nº 211012/37.637

a empresa LG INFORMÁTICA S/A é a ÚNICA desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização, autorizada a comercializar e prestar serviços de atualização e suporte técnico em todo o território nacional aos programas para computador abaixo listados:

PROGRAMA 1. Gen.te Recebe – Folha de Pagamento / FPW Folha de Pagamento;  
Gen.te Monitora – Ponto / FPW Ponto e seus módulos.

**1.5  
INDICA  
ÇÃO DE  
MODELO  
E/OU  
MARCA  
OBRIGA  
TÓRIOS**

ESCOLHE  
R UMA  
OPÇÃO\*  
(*Marcar  
com X*):

( ) SIM

(x ) NÃO

**1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo:**

**1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:**

**2. FUNDAMENTO LEGAL**

**2.1  
INDICA  
ÇÃO DO  
DISPOS  
ITIVO  
LEGAL  
EM QUE  
SE  
ENQUAD  
RA A  
HIPÓTE  
SE DE  
CONTRA  
TAÇÃO  
ESCOLHE  
R UMA  
OPÇÃO\*  
(*Marcar***

( )

**A) Artigo 60, I da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005** - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;

( x )

**B) Artigo 60, II da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005** - para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

( )

**C) Artigo 60, caput** - quando caracterizada a inviabilidade de competição;



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

com X):

### 3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO

#### 3.1 REGRAS DE FORMAL IZAÇÃO CONTRA TUAL

##### 3.1.1 HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

☒ A SIM

☐ B NÃO (FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)

#### 3.2 REGRAS DE EXECU ÇÃO CONTRA TUAL

##### 3.2.1 REGIME DE EXECUÇÃO:

☐ Empreitada por preço unitário

☒ Empreitada por preço global

☐ Outro:

##### 3.2.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO:

➤ 2 dias ☒ Úteis ☐ Corridos.

Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.

##### 3.2.3 PRAZOS DE EXECUÇÃO

➤ 1 dias ☒ Úteis ☐ Corridos

➤ O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.

##### 3.2.4 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO :

☒

A) NÃO

☐

B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.

➤ Por até \_\_\_\_\_ dias ☐ Úteis ☐ Corridos

##### 3.2.5 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Ministério Público do Estado da Bahia, 5ª Avenida nº 750 CAB- Salvador, BA - Brasil



### 3.2.6 REGRAS ESPECIAIS PARA EXECUÇÃO:

- Execução deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):  
( **X** ) A) NÃO                      (   ) B) SIM
- Unidade responsável: Diretoria de Gestão de Pessoas
- Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: (71) 3103-6556 e dgp@mpba.mp.br
- Dias para realização da entrega dos serviços: *dias úteis*
- Horários para execução: *DAS 08 ÀS 18*
- Condições especiais adicionais: *inserir texto, caso cabível*

3.2.7 Os serviços objeto deste contrato serão prestados sob as seguintes formas:

3.2.7.1. Atualização aos softwares instalados – garantir fornecimento de novas versões,  
por força de alterações legais e tecnológicas (lançamento de nova versão, para funcionamento com versão mais recente de Sistema Operacional, linguagem de programação ou outras ferramentas) e/ou decorrentes de melhorias espontaneamente introduzidas pela contratada;

3.2.7.2 O Suporte Técnico permitirá ao usuário o apoio na utilização dos Sistemas, com esclarecimentos de dúvidas e soluções de questões que venham a surgir na sua utilização.

O suporte deverá ser fornecido da seguinte forma:

- Suporte Telefônico: esclarecimentos prestados por telefone;
- Suporte eletrônico: esclarecimentos das solicitações efetuados eletronicamente por e-mail ou canal direto de atendimento (CHAT) eletrônico através do endereço eletrônico da contratada;
- Suporte na SEDE da adquirente: mediante solicitação e negociação prévia, podendo incidir em cobranças específicas;

3.2.7.3 O prazo para retorno às solicitações de suporte obedecerá à classificação destas, conforme definido nos itens a seguir. Estes prazos são válidos para as solicitações que demandem uma solução sem que haja necessidade de alteração do sistema, ou seja, para dúvidas e atendimentos operacionais e técnicas, a saber:

- I. Solicitações críticas, referentes a problemas que impeçam completamente o funcionamento do sistema: até 2 (duas) horas;
- II. Solicitações urgentes, referentes a problemas que afetem significativamente a execução dos trabalhos: até 04 (quatro) horas;

### 3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL





III. Solicitações padrões (comuns): Até 08 (oito) horas úteis;  
IV. Solicitações com baixo nível de criticidade ou que podem aguardar enquanto são elaboradas respostas para as questões anteriores: Até 12 (doze) horas úteis.

<b>3.3 GARANTIA DO OBJETO</b>  ESCOLHER UMA OPÇÃO * ( <b>Marcar com X</b> ):	<b>(x)</b>	<b>A) SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIA</b>
	<b>( )</b>	<b>B) COM EXIGÊNCIA DE GARANTIA</b> - Regras:  ➤ <b>EXECUTOR DA GARANTIA</b> - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO ( <b>Marcar com X</b> ):  <input type="checkbox"/> A) CONTRATADA (Regra geral) <input type="checkbox"/> B) FABRICANTE (Exceção)  ➤ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):  ➤ <b>DURAÇÃO</b> - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO ( <b>Marcar com X</b> ):  <input type="checkbox"/> A) 01 ANO <input type="checkbox"/> B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL) <input type="checkbox"/> C) OUTRO. Especificar:   ➤ <b>PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA</b> - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO ( <b>Marcar com X</b> ):  <input type="checkbox"/> A) _____ HORAS <input type="checkbox"/> Úteis <input type="checkbox"/> Corridas <input type="checkbox"/> B) _____ DIAS <input type="checkbox"/> Úteis <input type="checkbox"/> Corridos   ➤ <b>NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b> - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO ( <b>Marcar com X</b> ):  <input type="checkbox"/> A) SIM <input type="checkbox"/> B) NÃO   ➤ <b>FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b> (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO ( <b>Marcar com X</b> ):  <input type="checkbox"/> A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

( ) B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)

( ) C) *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção). Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) horas, contadas da notificação pelo MPBA;
- O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de "Executor" acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

( ) D) Outra. Especificar:

➤ **DEMAIS REGRAMENTOS:**

### 3.4 CONDIÇÕES E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO

**3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO:** 5 dias ( X ) Úteis ( ) Corridos

**3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:** 5 dias ( X ) Úteis ( ) Corridos

**3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO:** CSI - Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência

**3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):**

(x ) A) NÃO SE APLICA

( ) B) PRAZO: ( ) \_\_\_\_\_ HORAS ( ) Úteis ( ) Corridas  
( ) \_\_\_\_\_ DIAS ( ) Úteis ( ) Corridos

**DEMAIS REGRAMENTOS:**

3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.

3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo;

3.4.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

<b>3.5 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO</b>  ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO ( <i>Marcar com X</i> ):	<b>(x)</b>	<b>A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO</b>
	<b>( )</b>	<b>B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.</b>  ➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis):  ➤ Indicar regras/condições para subcontratação:
<b>3.6 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO</b>	<b>3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>):</b>	
	<b>( )</b>	<b>A) PAGAMENTO INTEGRAL, AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS</b>
	<b>( )</b>	<b>B) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE, EM PARCELA ÚNICA</b>
	<b>( )</b>	<b>C) PAGAMENTO PARCELADO:</b>  ➤ Quantidade de parcelas:  ➤ Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.):



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

☒ (x)

**C) PAGAMENTO MENSAL**

☐ ( )

**D) OUTRA:**

**3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):**

☒ (x)

**A) NÃO SE APLICA**

☐ ( )

**B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar:**

### **3.6.3 DEMAIS REGRAS:**

3.6.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.6.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.6.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

3.6.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;

3.6.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.6.3.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.6.3.2.

☐ ( )

**A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS**





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

### 3.7 POSSIBILIDADE OU NÃO DE REAJUSTAMENTO, COM INDICAÇÃO DE ÍNDICE OFICIAL

ESCOLHER UMA  
OPÇÃO \*  
(**Marcar com X**):

(X)

#### B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. Regras:

- Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):  
  
( X ) A) INPC/IBGE  
( ) B) OUTRO. Indicar:
- A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;
- Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.
- Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;

### 3.8 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS \*

#### 3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( )

#### A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

- ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):  
  
( ) **Opção 1:** 12 meses , contados do recebimento do empenho pelo fornecedor  
  
( ) **Opção 2:** \_\_\_\_\_ dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

(x)

#### B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

- ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):  
  
( x ) **Opção 1:** 12 meses, contados a partir de(a) -  
ESCOLHER UMA  
OPÇÃO (**Marcar com X**):  
  
( ) A) Data certa: 29 de fevereiro de 2022  
( ) B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

Eletrônico

( ) **Opção 2:** \_\_\_\_\_ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER  
UMA OPÇÃO

**(Marcar com X):**

( ) A) Data certa: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

( ) B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário  
da Justiça Eletrônico

➤ Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):

### 3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO **(Marcar com X):**

( )

**A) NÃO**

**(X)**

**B) SIM.** Justificativa: a utilização do sistema FPW Ponto Desktop  
(controle e gestão), FPW Ponto Web (Registro de Frequência)  
FPW Folha de Pagamento software SOMBRA faz parte da rotina e  
atividades inerentes da  
Diretoria de Gestão de pessoas e por isso, o serviço que está sendo  
contratado deve ser  
prestado de forma ininterrupta.

### 3.9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA\*

#### OBRIGAÇÕES GERAIS

3.9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

3.9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;

3.9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);

3.9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **MPBA**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

3.9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as



obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

3.9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **MPBA** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **MPBA** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **MPBA** todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **MPBA**;

3.9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo **MPBA**, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **MPBA**;

3.9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.9.13 Comunicar formalmente ao **MPBA** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **MPBA**.

**OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO)**



**CONTRATADO):**

☒ **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

☐ **B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.** Indicar:

**OBRIGAÇÕES GERAIS**

3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado;

3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;

3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **MPBA**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.

**OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):**

☒ **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

☐ **B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.** Indicar:

**3.10  
OBRIGA  
ÇÕES  
DO  
CONTRA  
TANTE\***

**3.11  
INDICA  
ÇÃO  
SOBRE  
A  
NECESS**

☐ **A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)**

☒ **B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL**

☐ **C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL.** Regras:





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

**IDADE  
DE  
GARANT  
IA  
CONTRA  
TUAL,  
COM  
PERCEN  
TUAL**

- Percentual exigido:  
( ☐ ) 5% (cinco por cento) **OU** ( ☐ ) Outro. Indicar: \_\_\_\_\_ %  
( \_\_\_\_\_ por cento)
- Prazo para apresentação: \_\_\_\_\_ dias após assinatura do contrato.

## **ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS**

### **1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:**

#### **1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS**

##### **1.1. Controle de Acesso:**

- 1.1.1. A Solução deve oferecer mecanismo para controlar e restringir o acesso de usuários à suas funcionalidades e dados. Este mecanismo deverá gerenciar os níveis de acesso a Solução utilizando perfis de acesso;
- 1.1.2. Permitir, nativamente, a criação, ativação e inativação de contas de usuário (credenciais de acesso);
- 1.1.3. Permitir a integração, para fins de autenticação de usuário, com os produtos MS-ActiveDirectory ou LDAP;
- 1.1.4. Possuir, nativamente, políticas de segurança que possibilitem bloquear contas após tentativas incorretas de acesso;
- 1.1.5. Permitir que o Supervisor do Módulo faça o desbloqueio das contas de usuário;
- 1.1.6. Possibilitar a mudança obrigatória das senhas de acesso após período definido;
- 1.1.7. Permitir que o usuário altere sua senha de acesso;
- 1.1.8. Vincular as contas de acesso à unidade administrativa;
- 1.1.9. Permitir a criação de perfis de acesso;
- 1.1.10. Permitir a restrição de visualização de menus da Solução por operador;
- 1.1.11. Permitir que o administrador desconecte qualquer usuário que estiver utilizando a Solução.

##### **1.2. Auditoria:**

- 1.2.1. A Solução deve oferecer mecanismo para registrar ações dos usuários;
- 1.2.2. As ações auditadas devem conter minimamente os seguintes dados: usuário, endereço IP (identificação da máquina na rede), data, hora, ação e detalhamento da ação;
  - 1.2.2.1. A auditoria deve registrar os eventos no sistema de forma a responder a pelo menos as seguintes questões:
    - 1.2.2.1.1. Que ação foi realizada no sistema;
    - 1.2.2.1.2. Quando a ação ocorreu;
    - 1.2.2.1.3. Quem provocou a ação;
    - 1.2.2.1.4. Qual máquina envolvida na ação (IP);
    - 1.2.2.1.5. Qual o descritivo da ação.
  - 1.2.3. Integração
    - 1.2.3.1. Deverá dispor de ferramenta que permitam que o próprio cliente faça a extração de dados nos formatos CSV, TXT ou XML.
    - 1.2.3.2. Permitir gerar informações contábeis das Folhas de Pagamentos diretamente em Banco de Dados através de Conexão ODBC.



### 1.3. Módulo Folha de Pagamento.

#### 1.3.1. Relativo a parte estrutural.

1.3.1.1. Permitir definição de estruturas organizacionais para agrupamentos diversos de colaboradores (estabelecimentos, departamentos, centros e custo/resultados, natureza profissional, órgãos responsáveis, sindicatos).

1.3.1.2. Flexibilidade para criação de campos personalizados. Ex: fumante/não fumante; e-mail pessoal, linha de negócio.

#### 1.3.2. Relativo a Cálculos.

1.3.2.1. Permitir a criação de diversos tipos de folha de pagamento (mensal, férias, simulação de férias, 13º salário, rescisão, rescisão complementar simulação de rescisão, folha semanal, adiantamento quinzenal, abono sem gozo de férias, recesso de estagiário, simulação de recesso, outros tipos de folhas de pagamento, a critério da administração de pessoal da Contratante, sem depender do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.2. Permitir que os usuários da Contratante criem e modifiquem eventos dos tipos provento, desconto e intermediário (resultado), de acordo com as regras sindicais de cada categoria profissional, com a possibilidade de definição das respectivas fórmulas de cálculo, independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.3. Permitir a vinculação de determinados cálculos a grupos homogêneos de colaboradores (por empresas, estabelecimentos, sindicatos, horários, cargos, naturezas profissionais, centros de custo/resultado, departamentos, em situação atividade normal, férias, afastamento, rescisão), independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.4. Parametrização do número de salários adicionais: 13º salário, 14º salário.

1.3.2.5. Permitir o agendamento do cálculo mensal de forma que a execução ocorra de forma automática.

1.3.2.6. Calcular pagamento de adiantamentos (com parametrização dos valores a serem pagos) e antecipações, por exemplo, 13º Salário.

1.3.2.7. Registrar e calcular adicionais salariais (fixos e variáveis), gratificações, comissões e incorporações. Deverá estar preparado para controlar e pagar eventos mensais e eventuais.

1.3.2.8. Compor as bases de Cálculo para descontos mensais (INSS, IR, FGTS, etc.), de acordo com as incidências de cada Vencimento/ Desconto, FUNPREV, BAPREV;

1.3.2.9. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento parcelado.

1.3.2.10. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento adiantado.

1.3.2.11. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Permitir em diferentes dias do mês o adiantamento de diferença do 13º salário e adiantamentos individuais.

1.3.2.12. Simular e calcular a provisão para o 13º salário.

1.3.2.13. Efetuar cálculo e reembolso de faltas e atrasos descontados indevidamente.



- 1.3.2.14. Cálculo retroativo do pagamento (negociações salariais, etc.), podendo ser feito para um empregado ou todos, devendo permitir parametrização.
- 1.3.2.15. Permitir simular/calcular rescisão nas suas diversas modalidades, considerando: Integração com todas as unidades que subsidiam de informações para crédito e débito de valores quando das rescisões (Ex: patrimônio, transportes, Benefícios, etc.), que já estão em funcionamento na solução atual.
- 1.3.2.16. Efetuar cálculo automático do pagamento de salário proporcional para os admitidos durante o mês, observando também as licenças e afastamentos.
- 1.3.2.17. Gerar movimento da Folha de Pagamento por empregado, identificando o centro de custo / setor, os vencimentos e os descontos para serem processados no módulo contábil.
- 1.3.2.18. Cálculo e registro por colaborador da Contribuição Sindical por Categoria Profissional.
- 1.3.2.19. Opção para estabelecer quais valores incidirão na RAIS, FGTS, INSS, IR etc.
- 1.3.2.20. Permitir a definição da quantidade de dias, por tipo de estabilidade (acidente de trabalho, CIPA, DOENÇA, maternidade, representante sindical) e por sindicato, independente do fornecedor da solução e da área de TI.
- 1.3.2.21. Permitir que os usuários da Contratante definam a classificação de PCD por tipo (reabilitado, física, auditiva, visual, mental, múltipla), independente do fornecedor da solução e da área de TI.
- 1.3.3. Relativo a Dependentes.
  - 1.3.3.1. Permitir que os usuários da Contratante façam o cadastro e vínculo de dependentes aos colaboradores, possibilitando definir o tipo de dependência (IR, Salário família, benefícios, outros tipos de dependências), independente do fornecedor e da área de TI.
  - 1.3.3.2. Registro de dependentes/ vinculados legais, informando dependência INSS, IR, Salário Família, Auxílio Creche e Seguro de Vida, Plano de Saúde/Odontológico etc., com possibilidade deste ser diferente do titular.
- 1.3.4. Referente a Pensão Alimentícia.
  - 1.3.4.1. Permitir a definição dos diversos tipos de cálculos de pensão alimentícia (valor fixo, percentual sobre o bruto, percentual sobre o líquido oficial, percentual sobre o líquido geral, dentre outros critérios de cálculos, independente do fornecedor da solução e da área de TI).
  - 1.3.4.2. Permitir que a Contratante mantenha o cadastro dos pensionistas.
  - 1.3.4.3. Calcular e controlar descontos de Pensão Alimentícia e gerar arquivos para transmissão para os bancos e informação para o CRP.
- 1.3.5. Referente aos Encargos.
  - 1.3.5.1. Permitir alteração das tabelas de encargos do colaborador (IRRF e INSS) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.
  - 1.3.5.2. Permitir alteração das tabelas de encargos patronais (SAT, INSS, FGTS, SESEI, SENAI, SEBRAE, FORÇA AÉREA, INCRA, SALÁRIO EDUCAÇÃO) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.





1.3.5.3. Permitir a geração das seguintes informações para os órgãos oficiais: GFIP/GRFC, GPS (INSS), Salário contribuição (INSS), DARF (IRRF), CAGED, IN86, CAT, RAIS, DIRF, MANAD.

1.3.5.4. Manutenção nas tabelas de desconto: criação ou extinção de faixas, manutenção etc. (data de início e vigência). Ex: INSS, IR etc.

1.3.6. Referente à parte Admissional.

1.3.6.1. Permitir a emissão dos documentos admissionais (Contrato de trabalho e experiência, declarações e autorizações, tais como fichas dos dependentes de salário família, opção do vale transporte e imposto de renda, dentre outros), permitindo alterações de conteúdo conforme necessidade da Contratante, independente da área de administração de pessoal e da área de TI.

1.3.6.2. Permitir o cadastro manual das informações necessárias para a admissão.

1.3.6.3. Permitir o gerenciamento do histórico de alterações cadastrais dos funcionários, possibilitando a consulta por competência (mês), tais como escolaridade, afastamento, situação, histórico salariais, modalidade de contratação (horista/mensalista).

1.3.6.4. Permitir o registro de empregado readmitido, utilizando os dados cadastrais e prontuário que o mesmo tinha quando era empregado;

1.3.6.5. Permitir registro de admissões especiais sem vínculo empregatício, como: diretores, conselheiros, autônomos, cedidos de outras empresas e mão de obra contratada.

1.3.7. Referente a Férias.

1.3.7.1. Permitir a administração das férias controlando o período aquisitivo, período de fruição, opção de adiantamento do 13º salário e abono pecuniário.

1.3.7.2. Permitir o parcelamento de férias em quantidade superior a duas parcelas.

1.3.7.3. Permitir dias de férias no mesmo mês de referência referentes a períodos aquisitivos distintos. Exemplo: 01 a 15 ref. Ao período 01 e 16 a 30 ref. Ao período 02.

1.3.7.4. Permitir férias individuais e coletivas.

1.3.7.5. Permitir que os valores referentes às férias sejam tratados de forma proporcionais aos dias de férias de cada mês na folha mensal.

1.3.7.6. Permitir a definição das regras de cálculos de média de férias de acordo com o sindicato, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.7.7. Permitir a geração dos relatórios de férias (aviso de férias, recibo de férias)

1.3.7.8. Permitir a antecipação do pagamento dos valores de férias.

1.3.7.9. Calcular a provisão de férias.

1.3.7.10. Permitir recálculo de férias;

1.3.7.11. Efetuar controle de Período Aquisitivo de Férias, calculando o número de dias de Férias em decorrência de faltas e afastamentos.

1.3.7.12. Permitir geração e registro automático do novo período aquisitivo;

1.3.7.13. Controle do processo de gerenciamento dos períodos aquisitivos de recesso de estagiários.

1.3.8. Referente a Rescisão.

1.3.8.1. Permitir todos os tipos de rescisão (RAIS)

1.3.8.2. Permitir manter o cadastro de rescisões de forma manual ou mediante fluxo de aprovação.

1.3.8.3. Permitir avisar à administração de pessoal, os colaboradores com estabilidade no ato da rescisão.

1.3.8.4. Permitir a geração das seguintes informações: Aviso prévio, Termo de Rescisão, Homolognet.

1.3.8.5. Emitir relatórios legais para quitação da rescisão (ex.: rescisão de contrato de trabalho, GRFC, contribuições para o INSS, salário desemprego, etc.).

1.3.8.6. Permitir o registro do desligamento com os seus respectivos motivos.

1.3.8.7. Permitir o registro do término de contrato/mandatos para não empregados (Ex: Estagiários, Diretores, Conselheiros).

1.3.9. Referente a Afastamentos.

1.3.9.1. Permitir o registro automático dos afastamentos a partir do módulo de saúde e segurança ocupacional para fins de cálculos da folha de pagamento.

1.3.9.2. Permitir efetuar o cálculo considerando os dias de afastamentos (parte empresa/previdência).

1.3.9.3. Permitir o registro de afastamento com ou sem vencimentos.

1.3.9.4. Registrar e manter atualizados os dados do período e motivos do afastamento.

1.3.10. Referente a Movimentações de Colaboradores.

1.3.10.1. Permitir movimentações de colaboradores (promoções, progressões, aumentos salariais, transferências).

1.3.10.2. Transferência de colaboradores entre empresas (CNPJs distintos).

1.4. Módulo Folha de Ponto (Desktop e WEB)

1.4.1. Cadastro de servidores (Cadastro deve ser vinculado ao sistema de Folha de Pagamento).

1.4.2. Integração com Sistema de Folha de Pagamento para vinculação de todas as informações do cadastro do servidor.

1.4.3. Registro de frequência (ponto) a partir de qualquer localidade.

1.4.4. Visualização do cartão de ponto.

1.4.5. Lançamento das justificativas de irregularidades.

1.4.6. Controle de afastamentos.

1.4.7. Relatórios de irregularidades.

1.4.8. Relatório de afastamentos.

1.4.9. Parametrização de acordo com a legislação trabalhista.

1.4.10. Parametrização de acordo com a legislação do MP/BA.

2.0 Arquitetura de Software



A arquitetura de software é composta por software básico, software para intranet/Internet, software para computação pessoal e software para desenvolvimento de aplicações.

Software Básico

- Sistema operacional: WINDOWS 2012 SERVER R2,
- Sistema gerenciador de banco de dados: MS SQLSERVER 2008.
- Protocolo de comunicação padrão: TCP/IP.
- Sistema operacional das estações: Windows XP Professional, Windows 7 Professional.

Ambiente Intranet/Internet:

- Servidor Http: MS IIS5/6
- Navegadores IE, Mozilla e Chrome

**ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS**

Produtos e serviços	LIMITE	VALOR
Gen.te Recebe - Folha de Pagamento, VT e IC	3.700	R\$ 10.961,06
Gen.te Monitora - Ponto	3.300	R\$ 3.727,06
Web	3.300	R\$ 760,97
TOTAL DO SERVIÇO		R\$ 15.449,09
VALOR TOTAL ANUAL		R\$ 185.389,05

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

CERTIDÃO NÚMERO 1557927

## DADOS DO CONTRIBUINTE:

SUJEITO PASSIVO: **LG INFORMATICA S/A**

CPF/CNPJ: **1468594000122**

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: **0**

ENDEREÇO: **AV. PRIMEIRA AVENIDA, Nr. 0, Qd. 01B, Lt. 031, Bairro: CIDADE VERA CRUZ, APARECIDA DE GOIANIA - GO**

## CERTIDÃO E FUNDAMENTO LEGAL:

**Certifica-se**, nos termos dos artigos 367 e 368 da Lei Complementar Municipal nº 046/2011, para os fins de direito, que o sujeito passivo não possui pendência em seu nome e/ou imóvel acima citado, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela APARECIDA DE GOIÂNIA - GOIÁS, até a presente data.

**Fica ressalvado** o direito da Fazenda Pública Municipal lançar e cobrar quaisquer dívidas tributárias de responsabilidade do sujeito passivo acima epigrafado, que vierem a ser apuradas e constituídas.

**Finalidade:**

## SEGURANÇA:

**VALIDADE ATÉ:** Sábado 26 Fevereiro 2022.

**EMITIDA:** Quinta-feira 27 Janeiro 2022 às 09:44:50

**Código de Validação:** 130581557927

Certidão emitida gratuitamente.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A validade deste documento fica condicionada à verificação de sua autenticidade no portal :[www.aparecida.go.gov.br](http://www.aparecida.go.gov.br) e/ou através do QRCode

QRCode







ESTADO DE GOIAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA  
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA  
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 30633672

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

LG COMPUTADORES E SERVICOS LTDA

CNPJ

01.468.594/0001-22

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.483.823.348

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 27 JANEIRO DE 2022

HORA: 9:42:57:1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 01.468.594/0001-22

**Razão Social:** LG INFORMATICA S A

**Endereço:** AV PRIMEIRA AVENIDA SN QD 1B LT 22 / CIDADE VERA CRUZ /  
APARECIDA DE GOIANIA / GO / 74935-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 16/01/2022 a 14/02/2022

**Certificação Número:** 2022011600580507874199

Informação obtida em 27/01/2022 09:41:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: LG INFORMATICA S/A**  
**CNPJ: 01.468.594/0001-22**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 18:32:14 do dia 03/01/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/07/2022.

Código de controle da certidão: **FC34.DB24.9DA7.CB3F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: LG INFORMATICA S/A (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 01.468.594/0001-22

Certidão nº: 3344035/2022

Expedição: 27/01/2022, às 09:40:21

Validade: 25/07/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LG INFORMATICA S/A (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **01.468.594/0001-22**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

**CERTIDÃO** Nº 211012/37.638 – página 1 de 2  
2ª versão c/alteração

**ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE**

## **CERTIFICA**

para os devidos fins e a quem possa interessar, que de acordo com seus dados cadastrais a empresa **LG INFORMÁTICA S/A.** inscrita no CNPJ sob o nº 01.468.594/0001-22, com sede à Primeira Avenida, Qd 1B – Lote 22 – Condomínio Cidade Empresarial – Fone (62) 3545-9000 – Fax (62) 3545-9017 – Aparecida de Goiânia – GO, associada na ABES sob o nº 1384/1, está quites com suas obrigações mensais e em pleno gozo de seus direitos associativos.

**CERTIFICA** mais, que documentos devidamente firmados em seu poder atestam:

1. que a empresa **LG INFORMÁTICA S/A** é a **ÚNICA** desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização, autorizada a comercializar e prestar serviços de atualização e suporte técnico em todo o território nacional aos programas para computador abaixo listados:

## **PROGRAMA**

1. Gen.te Recebe – Folha de Pagamento / FPW Folha de Pagamento;
2. Gen.te Recompensa – Cargos e Salários / FPW Cargos e Salários;
3. Gen.te Atrai – Recrutamento e Seleção / FPW Recrutamento e Seleção;
4. Gen.te Atrai – Entrevista Gravada;
5. Gen.te Aprende – Treinamento, Onboarding e PDI / FPW Treinamento;
6. Gen.te Valoriza – Benefícios / FPW Benefícios;
7. Gen.te Cuida – Medicina e Segurança do Trabalho / FPW Medicina e Segurança do Trabalho;
8. Gen.te Relata – Gerador de Relatórios / FPW Reports;
9. Gen.te Flui – Workflow / FPW Workflow;
10. Gen.te Agrega – Autoatendimento / My Way;
11. Gen.te Mobile;
12. Gen.te Planeja – Orçamento de Pessoal / FPW Orçamento de Pessoal;
13. Gen.te Organiza – Organograma / FPW Organograma;
14. Gen.te Pensa – Analytics / FPW BI e Painéis;
15. Gen.te Engaja – Games Corporativos;
16. Gen.te Evolui – Carreira;
17. Gen.te Supera – Metas e Desempenho;
18. Gen.te Cresce – Sucessão;
19. Gen.te Cresce – Calibragem;
20. Gen.te Desenvolve – Competências;
21. Gen.te Desenvolve – Feedback;
22. Kit API ERP e HCM;
23. FPW Contencioso Trabalhista;

**Brasil digital,  
menos desigual**

**abesrelacionamento@abes.org.br | www.abes.org.br**  
Av. Ibirapuera - 2907 - 8º Andar - Cj 811 - Moema  
São Paulo - SP - CEP: 04029 - 200  
Telefone: + 55 11 2161 - 2833

continuação da certidão de nº 211012/37.638 – página 2 de 2 – 2ª versão c/alteração

- 24. FPW Currículo Web;
- 25. FPW Performance;
- 26. Portal RH;
- 27. IVS;
- 28. Integra Fácil;
- 29. Integrador;
- 30. Interface Financeira;
- 31. Gen.te Desafia;
- 32. LiGia Bot.

2. que a empresa **LG INFORMÁTICA S/A** é autorizada a comercializar e prestar serviços de suporte técnico em todo o território nacional para o programa “Sistema Jobzi LG” e é autorizada a realizar a promoção e revenda dos produtos/programas e serviços de assinatura DocuSign.

**VALIDADE DESTA CERTIDÃO 180 (CENTO E OITENTA) DIAS**

São Paulo, 12 de outubro de 2021.

**ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE  
MANOEL ANTONIO DOS SANTOS  
DIRETOR JURÍDICO**

**Brasil digital,  
menos desigual**

**abesrelacionamento@abes.org.br | www.abes.org.br**  
Av. Ibirapuera - 2907 - 8º Andar - Cj 811 - Moema  
São Paulo - SP - CEP: 04029 - 200  
Telefone: + 55 11 2161 - 2833

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas AssinaForte. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaforte.com.br/Verificar/5CA9-9C8C-B4AB-074E> ou vá até o site <https://assinaforte.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5CA9-9C8C-B4AB-074E



### Hash do Documento

A4BCC30D3BBEA737B4AB28174693BC318EE6DC33A1E5B5B73EE487B562C6EF36

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/10/2021 é(são) :

☒ Manoel Antonio Dos Santos (Signatário - ABES Associação Brasileira das Empresas de Software) - [REDACTED] em 19/10/2021 10:47 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital



**CERTIDÃO** Nº 211012/37.637

**ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE**

**CERTIFICA**

para os devidos fins e a quem possa interessar, que de acordo com seus dados cadastrais a empresa **LG INFORMÁTICA S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.468.594/0001-22, com sede à Primeira Avenida, Qd 1B – Lote 22 – Condomínio Cidade Empresarial – Fone (62) 3545-9000 – Fax (62) 3545-9017 – Aparecida de Goiânia – GO, associada na ABES sob o nº 1384/1, está quites com suas obrigações mensais e em pleno gozo de seus direitos associativos.

**CERTIFICA** mais, que documentos devidamente firmados em seu poder atestam que a empresa **LG INFORMÁTICA S/A** é detentora das quotas representativas de 100% do capital social da empresa **Norber Engenharia LTDA**, autorizada a comercializar em todo o território brasileiro os programas para computador abaixo listados:

- Gen.te Monitora – Ponto / FPW Ponto e seus módulos.

**VALIDADE DESTA CERTIDÃO 180 (CENTO E OITENTA) DIAS**

São Paulo, 12 de outubro de 2021.

**ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE**  
**MANOEL ANTONIO DOS SANTOS**  
**DIRETOR JURÍDICO**

**Brasil digital,  
menos desigual**

**[abesrelacionamento@abes.org.br](mailto:abesrelacionamento@abes.org.br) | [www.abes.org.br](http://www.abes.org.br)**  
Av. Ibirapuera - 2907 - 8º Andar - Cj 811 - Moema  
São Paulo - SP - CEP: 04029 - 200  
Telefone: + 55 11 2161 - 2833

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas AssinaForte. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaforte.com.br/Verificar/CCF4-C1D7-0D48-30FB> ou vá até o site <https://assinaforte.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CCF4-C1D7-0D48-30FB



### Hash do Documento


71EB103908DC2167C2C0B516C7871A260B10AE40D8FFB5D5EE78B483479BCFBB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/10/2021 é(são) :

☒ Manoel Antonio Dos Santos (Signatário - ABES Associação Brasileira das Empresas de Software) - [REDACTED] em 13/10/2021 17:37 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital





# Proposta de Fornecimento de Produtos e Serviços

Ministerio Publico do  
Estado da Bahia

*Fevereiro/2022*



São Paulo , 2 de fevereiro de 2022

Ministerio Publico do Estado da Bahia

At.: Yuri Gonzalez Araujo

**Prezados Senhores:**

A LG lugar de gente é especialista no fornecimento de soluções para gestão de RH. São quase 30 anos de experiência no mercado, fornecendo informações gerenciáveis e auxiliando a tornar processos de RH mais ágeis em empresas por todo o Brasil. Atualmente, nossas soluções são responsáveis pelo processamento da folha de pagamento de mais de 1,5 milhão de trabalhadores em todo o Brasil. Mais de mil implantações já foram realizadas e grande parte delas em empresas com mais de mil funcionários.

As soluções da LG são altamente flexíveis e parametrizáveis, sendo capazes de atender às mais variadas práticas das empresas. Além disso, caso a demanda não seja atendida pelo formato atual do software, a LG lugar de gente pode desenvolver funcionalidades específicas, chamadas customizações, para atender às necessidades de um cliente e garantir a adequação total dos softwares aos processos da empresa.

Anos de experiência dedicados ao desenvolvimento e à implantação de sistemas voltados para recursos humanos deram à LG condições de oferecer a seus clientes a garantia de resultados seguros.

Temos o prazer de apresentar a nossa proposta de fornecimento.

Esta proposta é composta por:

1. **Condições Comerciais:** são as condições comerciais de fornecimento dos produtos e serviços, como preços, condições de pagamento;
2. **Proposta Técnica**
  - 2.1. **Informações sobre a LG:** contém informações como histórico, estrutura, prêmios e todas as soluções ofertadas pela LG lugar de gente;
  - 2.2. **Como a LG fornece seus produtos e serviços:** contém informações de licença de uso, manutenção e serviços oferecidos pela LG;
  - 2.3. **Processo de Implantação:** esta documentação tem por objetivo explicar o processo de implantação dos nossos produtos, bem como as ferramentas utilizadas;
  - 2.4. **Processo de Customização:** esta documentação tem por objetivo explicar o processo das customizações desenvolvidas pela LG lugar de gente;
  - 2.5. **Requisitos de Hardware:** documentação das necessidades de hardware para utilização das soluções apresentadas;
3. **Escopo do Projeto**
  - 3.1. **Premissas:** são as premissas, restrições e recomendações do projeto;
  - 3.2. **Escopo do Projeto de Implantação:** é o escopo do que estamos ofertando, de acordo com nosso entendimento das necessidades de sua empresa, obtidas através da análise de documentos, formulários e consultas com pessoas de sua empresa;
4. **Macro cronograma:** o macro cronograma apresenta uma sugestão de organização do projeto. As datas efetivas de realização e entrega serão combinadas entre o cliente e a equipe de projetos da LG, caso a proposta seja aprovada no prazo estabelecido;
5. **Referências:** são as referências de clientes e cases da LG lugar de gente.

Esperamos que estes documentos cumpram sua função de informar e apresentar dados suficientes para uma decisão favorável de sua parte.

Atenciosamente,

João Paulo de Menezes Luz

Consultor de Relacionamento - Canais

(62) 98268-0165

[joao.luz@lg.com.br](mailto:joao.luz@lg.com.br)

LG Informática S.A.

---

*Observações: Os documentos contidos nesta proposta são confidenciais e destinados apenas à(s) pessoa(s) ou entidade(s) acima referida(s). Não poderão de forma alguma sem aviso e consentimento prévio da LG Sistemas serem divulgadas, copiadas, gravadas ou distribuídas sob pena de multa de 50% do valor total da licença de uso dos softwares objeto deste documento.*



**1. Condições Comerciais**

**1.2. Valores (em R\$):**

Produtos e Serviços	Limite	Valor Anual de 01/03/2022 à 28/02/2023	Valor Mensal de 01/03/2022 à 28/02/2027
Gen.te Recebe - Folha de Pagamento, VT e IC	3.700	131.532,71	10.961,06
Gen.te Monitora - Ponto	3.300	44.724,68	3.727,06
:: Web	3.300	9.131,65	760,97
<b>Totais por Serviço</b>		<b>185.389,05</b>	<b>15.453,09</b>

**1.3. Valor de Horas Técnicas (em R\$):**

Categoria Profissional	Valor/Hora de 01/03/2022 à 28/02/2023
Gerente de Projeto:	272,98
Analista de Sistemas:	272,98
Consultor:	254,42
Customização:	254,42
Gerente de Projeto (ponto):	215,52
Analista de Sistemas (ponto):	215,52
Consultor (ponto):	215,52
Customização (ponto):	215,52




Obs: Caso o CLIENTE necessite da presença de pessoal da LG lugar de gente em horário que exceda o horário normal de expediente (Segunda a Sexta-feira, em dias úteis, durante 8 horas por dia), as horas extras serão tratadas conforme legislação trabalhista em vigor".

**2. Condições de Pagamento**




<b>Faturamento</b>	Todos os faturamentos serão realizados até o dia 25 de cada mês.
<b>Manutenção Mensal</b>	Mensal, com vencimentos todo dia 01. O primeiro vencimento ocorrerá no primeiro mês subsequente à aprovação da proposta.

### 3. Condições Gerais





Validade:	28/02/2022
Data para assinatura do contrato:	28/02/2022
Reembolsos:	<p>Em caso de contratação de Serviços de Implantação, Treinamento e Consultorias Eventuais da LG, o modelo de reembolsos de despesas depreendidas durante a Prestação dos Serviços Complementares será o abaixo:</p> <p>Correrão por conta exclusiva da CONTRATANTE. Caso ocorra o pagamento de tais despesas pela CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá reembolsá-la, mediante apresentação da respectiva Nota de Débito pela CONTRATADA: Caso a CONTRATANTE solicite a emissão de Notas de Serviços para pagamento do reembolso, esta declara-se, desde já ciente, de que serão cobradas taxas adicionais aos valores devidas à CONTRATADA, considerando as seguintes porcentagens:</p> <p>a) 10,15% (dez vírgula quinze por cento) referente ao Imposto para emissão da Nota de Serviço</p> <p>b) 10% (dez por cento) referente à taxa de Administração da CONTRATADA.</p> <p>As despesas obedecerão às seguintes disposições:</p> <p><b>1. Utilizando recurso de unidade LG do mesmo município do local de prestação do serviço:</b></p> <p>1.1. Deslocamento - considerando saída/retorno da LG (poderá ser considerado saída/retorno da casa do recurso caso a distância seja menor do que saída/retorno da LG.</p> <p>1.1.1. Em veículo do cliente;</p> <p>1.1.2. Táxi (Convênio do cliente ou reembolso para a LG);</p> <p>1.1.3. Veículo do recurso da LG (<i>exceto matriz em Goiânia</i>);</p> <p>- Reembolso de R\$ 0,90 por Km rodado, a partir do escritório da LG (ida e volta);</p> <p>- Estacionamento fornecido ou reembolsado.</p> <p><b>2. Utilizando recurso de unidade LG de município diferente do local de prestação do serviço:</b></p> <p>2.1. Deslocamento Origem: Taxi (Residência/Aeroporto ou Rodoviária (quando não existir aéreo));</p> <p>2.2. Deslocamento Destino: Taxi (Aeroporto/Hotel/Cliente);</p> <p>2.3. Passagens semanais (Aéreas e/ou Rodoviárias)</p> <p>2.4. Estadias individuais;</p> <p>2.5. Alimentação - Diária de R\$ 60,00 sem necessidade de comprovação por notas ou recibos O valor da diária é baseado em pesquisa feita junto à Sodexo. Uma nota da LG com o valor da(s) diária(s) será providenciada.</p> <p>2.6. Horas de percurso para viagens terrestres (serão cobradas 0 horas/dia de deslocamento do profissional); considerando o tempo de deslocamento indicado no Google Maps entre a unidade da LG mais próxima e o local de execução dos serviços.;</p> <p>2.7. Telefone (01 telefonema por dia para a residência (observando o tempo máximo de 3 minutos por ligação)).</p> <p>2.8. Lavanderia - para estadias acima de 10 dias consecutivos.</p> <p>- A LG lugar de gente possui recursos nas seguintes localidades: Goiânia, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Recife.</p>
Impostos vigentes:	<p>Os valores fixados nesta proposta comercial já incluem os impostos incidentes sobre a prestação dos serviços, inclusive o ISS (2%).</p> <p>Caso a alíquota seja alterada, os valores dessa proposta serão automaticamente corrigidos</p>
Aprovação comercial	<p>Consideramos que o cliente lerá e manifestará através de comunicação por email, o de acordo integral sobre os produtos, serviços e condições gerais desta proposta datada de 02 de Fevereiro de 2022, autorizando o início das atividades previstas nesta proposta comercial, bem como os faturamentos decorrentes do mesmo.</p> <p>O cliente aceita a presente proposta como instrumento inicial ao contrato/aditivo, no que tange ao escopo e aos ajustes comerciais.</p>

 <b>PREFEITURA DE APARECIDA DE GOIÂNIA</b> Secretaria da Fazenda Fone: ( ) - www.aparecida.go.gov.br			Série do Documento <b>NFS-e - Nota Fiscal de Serviços Eletrônica</b>
 <b>LG Informatica S/A</b> <b>LG Sistemas</b> Avenida Primeira Avenida,0 - Q:01B, L: 0031 - Cidade Vera Cruz CEP 74934-600 -- Aparecida de Goiânia - GO faturamento@lg.com.br Inscrição Municipal 142513 - CPF/CNPJ 01.468.594/0001-22			
<b>Identificação da Nota Fiscal Eletrônica</b>			
Natureza da Operação <b>Tributação no município</b>		Data de Competência/Emissão <b>01/11/2021</b>	Data de Geração da NFS-e <b>01/11/2021 16:37:17</b>
Número do RPS <b>137594</b>		Série do RPS <b>RTS - Recibo Temporário de Prestação de Serviço</b>	Código de Verificação de Autenticidade <b>73 66 45</b>
Data de Emissão do RPS <b>01/11/2021 16:36:54</b>		Número da Nota Fiscal <b>118751</b>	
Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: <a href="https://www.issnetonline.com.br/aparecida/online">https://www.issnetonline.com.br/aparecida/online</a>			
<b>Dados do Tomador de Serviços</b>			
CNPJ/CPF	Inscrição Municipal	Razão Social	
Endereço	Número	Complemento	Bairro
CEP	Cidade / UF	Telefone	e-mail
		(00)0000-0000	lg@lg.com.br
<b>Local dos Serviços</b>			
Aparecida de Goiânia - Goiás			
<b>Descrição dos Serviços</b>			
atualização e Suporte do sistema Gen.te Recebe - Folha de Pagamento, referente ao mes de 11/2021 - Valor Total: 11250.62			Serviço de A
<b>Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN</b>			
Atividade do Município 50000007 - Benefício: Programa Mun. de Incentivos Fiscais -...		Alíquota <b>2,00</b>	Item da LC 116/2003 <b>107</b>
Cód. Nacional Atividade Econômica <b>6209100</b>			
Valor Total dos Serviços <b>R\$ 19.389,27</b>	Desconto Incondicionado <b>R\$ 0,00</b>	Deduções Base Cálculo <b>R\$ 0,00</b>	Base de Cálculo <b>R\$ 19.389,27</b>
Total do ISSQN <b>R\$ 387,79</b>		ISSQN Retido <b>Não</b>	Desconto Condicionado <b>R\$ 0,00</b>
<b>Retenções de Impostos</b>			
PIS <b>R\$ 126,03</b>	COFINS <b>R\$ 581,68</b>	INSS <b>R\$ 0,00</b>	IRRF <b>R\$ 290,84</b>
CSLL <b>R\$ 193,89</b>		Outras Retenções <b>R\$ 0,00</b>	ISSQN <b>R\$ 0,00</b>
Valor Líquido da Nota Fiscal			<b>R\$ 18.196,83</b>
<b>Informações Complementares</b>			

ISS.NET - Sistema Nota Control® • www.notacontrol.com.br

 <b>PREFEITURA DE APARECIDA DE GOIÂNIA</b> Secretaria da Fazenda Fone: ( ) - www.aparecida.go.gov.br				Série do Documento <b>NFS-e - Nota Fiscal de Serviços Eletrônica</b>	
 <b>LG Informatica S/A</b> <b>LG Sistemas</b> Avenida Primeira Avenida,0 - Q:01B, L: 0031 - Cidade Vera Cruz CEP 74934-600 -- Aparecida de Goiânia - GO faturamento@lg.com.br Inscrição Municipal 142513 - CPF/CNPJ 01.468.594/0001-22					
<b>Identificação da Nota Fiscal Eletrônica</b>					
Natureza da Operação <b>Tributação no município</b>		Data de Competência da NFS-e <b>05/11/2021</b>		Data de Emissão da NFS-e <b>05/11/2021 08:09:04</b>	
Número do RPS <b>137802</b>		Série do RPS <b>RTS - Recibo Temporário de Prestação de Serviço</b>		Código de Verificação de Autenticidade <b>1B A4 36</b>	
				Data de Emissão do RPS <b>05/11/2021 08:08:42</b>	
Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: <a href="https://www.issnetonline.com.br/aparecida/online">https://www.issnetonline.com.br/aparecida/online</a>					Número da Nota Fiscal <b>118932</b>
<b>Dados do Tomador de Serviços</b>					
CNPJ/CPF		Inscrição Municipal		Razão Social	
Endereço		Número	Complemento	Bairro	
CEP	Cidade / UF	Telefone		e-mail	
		(00)0000-0000			
<b>Local dos Serviços</b>					
Aparecida de Goiânia - Goiás					
<b>Descrição dos Serviços</b>					
Realização e Suporte do sistema Gen.te Recebe - Folha de Pagamento, referente ao mes de 11/2021 - Valor Total: 11262.79 <span style="float: right;">Serviço de At</span> do Sistema Gen.te Monitora - Ponto, referente ao mes de 11/2021 - Valor Total: 2423.28 <span style="float: right;">Serviço de Atualização e Suporte</span>					
<b>Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN</b>					
Atividade do Município 50000007 - Benefício: Programa Mun. de Incentivos Fiscais -...			Alíquota <b>2,00</b>	Item da LC116/2003 <b>107</b>	Cód. Nacional Atividade Econômica <b>6209100</b>
Valor Total dos Serviços <b>R\$ 22.849,22</b>	Desconto Incondicionado <b>R\$ 0,00</b>	Deduções Base Cálculo <b>R\$ 0,00</b>	Base de Cálculo <b>R\$ 22.849,22</b>	Total do ISSQN <b>R\$ 456,98</b>	ISSQN Retido <b>Não</b>
Desconto Condicionado <b>R\$ 0,00</b>					
<b>Retenções de Impostos</b>					
PIS <b>R\$ 148,52</b>	COFINS <b>R\$ 685,48</b>	INSS <b>R\$ 0,00</b>	IRRF <b>R\$ 342,75</b>	CSLL <b>R\$ 228,49</b>	Outras Retenções <b>R\$ 0,00</b>
Valor Líquido da Nota Fiscal					<b>R\$ 21.443,98</b>
<b>Informações Complementares</b>					

ISS.NET - Sistema Nota Control® • www.notacontrol.com.br

 <b>PREFEITURA DE APARECIDA DE GOIÂNIA</b> Secretaria da Fazenda Fone: ( ) - www.aparecida.go.gov.br				Série do Documento <b>NFS-e - Nota Fiscal de Serviços Eletrônica</b>	
 <b>LG Informatika S/A</b> <b>LG Sistemas</b> Avenida Primeira Avenida, 0 - Q:01B, L: 0031 - Cidade Vera Cruz CEP 74934-600 - Aparecida de Goiânia - GO faturamento@lg.com.br Inscrição Municipal 142513 - CPF/CNPJ 01.468.594/0001-22					
<b>Identificação da Nota Fiscal Eletrônica</b>					
Natureza da Operação <b>Tributação no município</b>		Data de Competência da NFS-e <b>10/11/2021</b>		Data de Emissão da NFS-e <b>10/11/2021 18:32:20</b>	
Número do RPS <b>138241</b>		Série do RPS <b>RTS - Recibo Temporário de Prestação de Serviço</b>		Código de Verificação de Autenticidade <b>FB F0 4C</b>	
Data de Emissão do RPS <b>10/11/2021 18:31:58</b>				Número da Nota Fiscal <b>119395</b>	
Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: <a href="https://www.issnetonline.com.br/aparecida/online">https://www.issnetonline.com.br/aparecida/online</a>					
<b>Dados do Tomador de Serviços</b>					
CNPJ/CPF <input type="text"/>		Inscrição Municipal <input type="text"/>		Razão Social <input type="text"/>	
Endereço <input type="text"/>		Número <input type="text"/>		Complemento <input type="text"/>	
CEP <input type="text"/>		Cidade / UF <input type="text"/>		Bairro <input type="text"/>	
Telefone <input type="text"/>		e-mail <input type="text"/>			
<b>Local dos Serviços</b>					
Aparecida de Goiânia - Goiás					
<b>Descrição dos Serviços</b>					
<input type="text"/>					
<input type="text"/> Serviço de Atualizacao e Suporte do sistema Gen.te Recebe - Folha de Pagamento - Valor Total: 14394.93					
<input type="text"/> Serviço de Atualizacao e Suporte do Sistema Gen.te Monitora - Ponto - Valor Total: 4797.85					
<input type="text"/> Suporte do Sistema Gen.te Monitora - Ponto Web - Valor Total: 954.03					
<input type="text"/>					
<b>Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN</b>					
Atividade do Município <b>50000007 - Benefício: Programa Mun. de Incentivos Fiscais -...</b>			Alíquota <b>2,00</b>		Item da LC116/2003 <b>107</b>
Cód. Nacional Atividade Econômica <b>6209100</b>					
Valor Total dos Serviços <b>R\$ 78.920,06</b>		Desconto Incondicionado <b>R\$ 0,00</b>		Deduções Base Cálculo <b>R\$ 0,00</b>	
Base de Cálculo <b>R\$ 78.920,06</b>		Total do ISSQN <b>R\$ 1.578,40</b>		ISSQN Retido <b>Não</b>	
Desconto Condicionado <b>R\$ 0,00</b>					
<b>Retenções de Impostos</b>					
PIS <b>R\$ 512,98</b>		COFINS <b>R\$ 2.367,60</b>		INSS <b>R\$ 0,00</b>	
IRRF <b>R\$ 1.183,81</b>		CSLL <b>R\$ 789,20</b>		Outras Retenções <b>R\$ 0,00</b>	
ISSQN <b>R\$ 0,00</b>					
<b>Valor Líquido da Nota Fiscal</b>					<b>R\$ 74.066,47</b>
<b>Informações Complementares</b>					
.					





Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa - DED

Exercício igual a 2022  
Código da Unidade Orçamentária igual a 40101  
Código da Unidade Gestora igual a 21  
Código do PAOE igual a 2002

Exercício:	2022
Esfera:	F - Fiscal
Órgão:	40 - Ministério Público - MPE
Unidade Orçamentária:	40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência
Unidade Gestora:	0021 - Diretoria de Tecnologia da Informação
Função:	03 - Essencial à Justiça
Subfunção:	126 - Tecnologia da Informação
Programa de Governo:	503 - Ações de Apoio Administrativo do Ministério Público
PAOE:	2002 - Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
Região:	9900 - Estado
Objetivo do PAOE:	Atender despesas com a manutenção de serviços de tecnologia da informação e comunicação, visando otimização e racionalização dos recursos disponíveis
Produto:	
Quantidade Prevista:	
Quantidade Atual:	

Natureza	Destinação	TRO	(A) Inicial	(B) Suplementado	(C) Anulado	(D=A+B-C) Atual	(E) Recebido	(F) Concedido	(G) Bloqueado	(H) Cont/Reserva	(I) PED	Empenhado	Liquidado	Pago	(J=D+E-F-G-H-I) Disponível
33903000	0.100.000000	Normal	255.000,00	0,00	0,00	255.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255.000,00
33904000	0.100.000000	Normal	11.150.000,00	0,00	0,00	11.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.150.000,00
Total do Tesouro			11.405.000,00	0,00	0,00	11.405.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.405.000,00
Total de Outras Fontes			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal Região			11.405.000,00	0,00	0,00	11.405.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.405.000,00



Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa - DED

Natureza	Destinação	TRO	(A) Inicial	(B) Suplementado	(C) Anulado	(D=A+B-C) Atual	(E) Recebido	(F) Concedido	(G) Bloqueado	(H) Cont/Reserva	(I) PED	Empenhado	Liquidado	Pago	(J=D+E-F-G-H-I) Disponível
PAOE	Total do Tesouro		11.405.000,00	0,00	0,00	11.405.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.405.000,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal PAOE		11.405.000,00	0,00	0,00	11.405.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.405.000,00
Programa	Total do Tesouro		11.405.000,00	0,00	0,00	11.405.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.405.000,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Programa		11.405.000,00	0,00	0,00	11.405.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.405.000,00
UO	Total do Tesouro		11.405.000,00	0,00	0,00	11.405.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.405.000,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal UO		11.405.000,00	0,00	0,00	11.405.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.405.000,00
Órgão	Total do Tesouro		11.405.000,00	0,00	0,00	11.405.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.405.000,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Órgão		11.405.000,00	0,00	0,00	11.405.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.405.000,00
Geral	Total do Tesouro		11.405.000,00	0,00	0,00	11.405.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.405.000,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral		11.405.000,00	0,00	0,00	11.405.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.405.000,00

Formulário de Informações Orçamentárias

**Projeto / Ação / Atividade (número e nome):**

2002 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

**Código da Unidade Orçamentária:**

40.101

**Código da Unidade Gestora:**

0021

**Saldo Orçamentário:**

R\$ 11.150.000,00.

**Natureza da Despesa:**

33.90.40

**Responsável pela Informação:**

JORGE ALBERTO DOS SANTOS CONCEIÇÃO

**Responsável pela Unidade Gestora:**

YURI GONZALEZ ARAÚJO

**Número Sequencial da Dispensa / Inexigibilidade (Unidade Gestora):**

01/2022



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Alberto dos Santos Conceicao** em 01/02/2022, às 15:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0283211** e o código CRC **97BC24B9**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

Prezados. Boa tarde!

Cumprimentando-os cordialmente, encaminhamos o **PROCESSO SEI nº 19.09.00854.0001614/2022-17 INEXIGIBILIDADE 01/2022**, com a devidas Informações Orçamentárias, estando o mesmo APTO ao seu prosseguimentos Regular.

Atenciosamente.

Jorge Alberto dos Santos Conceição

Assistente Técnico Administrativo

Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI

Execução Orçamentária



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Alberto dos Santos Conceicao** em 01/02/2022, às 15:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0283237** e o código CRC **C01D0AFD**.

## DESPACHO

Prezado Diretor,

Solicitamos autorização e providências para abertura de processo de Inexigibilidade que tem como objeto a prestação de serviços de suporte técnico e atualização para os softwares FPW-Ponto Desktop para 3.300 usuários, FPW-Ponto WEB para 3.300 usuários e FPW-Folha de Pagamento para 3.700 usuários, em uso pela DGP.

Abaixo segue tabela comparativa dos valores praticados com outros clientes da LG Informática:

Valor mensal do serviço	MPBA	NF 119395	NF 118932	NF 118751
FPW-Folha de Pagamento	R\$ 10.961,06	R\$ 14.394,93	R\$ 11.262,79	R\$ 11.250,62
FPW-Ponto Desktop	R\$ 3.727,06	R\$ 4.797,85		
FPW- Ponto WEB	R\$ 760,97	R\$ 954,00		
	R\$ 15.449,09	R\$20.146,78	R\$ 11.262,79	R\$ 11.250,62

Desta forma, encaminhamos em anexo toda a documentação necessária que compõe o referido processo.

Em tempo, nos colocamos a disposição para esclarecimentos adicionais.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Costa do Nascimento** em 02/02/2022, às 16:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0284469** e o código CRC **9D056624**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

Ao Diretor da DCCL Sr. **Carlos Bastos Stucki**,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que estou de acordo com o processo em questão que visa contratação, através de inexigibilidade, de empresa para prestação de suporte técnico e atualização para os softwares de ponto e folha de pagamento da nossa instituição.

Decorrente de ausências em função da COVID, tivemos atraso no início desse expediente e o atual contrato vence em 28/02/2022. Desta forma, solicitamos prioridade na análise da documentação e elaboração da minuta de contrato que, a princípio, pode ser semelhante a atualmente vigente.

Nos colocamos à disposição caso V.Sa. precise de mais informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Gonzalez Araujo** em 03/02/2022, às 08:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0284806** e o código CRC **2A6C6777**.



## DESPACHO

Ref.: Inexigibilidade 001/2022 DTI

Procedimento SEI nº 19.09.00854.0001614/2022-17

Encaminhamos o expediente à Diretoria de Tecnologia da Informação- DTI, após análise preliminar do procedimento que tem como escopo a contratação de empresa visando a prestação de serviços de Atualização e Suporte Técnico para os softwares: a) FPW Ponto Desktop (controle e gestão) 3.300 usuários b) FPW Ponto Web (Registro de Frequência) 3.300 usuários c) FPW Folha de Pagamento 3.700 usuários.

No ensejo, chamamos atenção aos seguintes aspectos identificados por esta Coordenação que precisam ser ajustados /esclarecidos pela unidade demandante:

### Na instrução do procedimento em geral:

1. Solicitamos a inclusão do **contrato social** da empresa LG INFORMATICA S/A, viabilizando com isto, as informações/identificações acerca dos respectivos sócios da empresa a ser contratada.

### No Termo de Referência:

2. **Item 1.2** Considerando que o serviço a ser executado pela empresa contratada se desenvolverá ao longo de 12 (doze) meses de maneira continuada, não se encerrando em uma atividade específica, nos parece mais adequada indicar a alternativa C) OUTROS , especificando-se que os serviços serão executados de maneira contínua.
3. **Item 3.2.1** Considerando que a precificação dos serviços a serem contratados é feita de maneira individualizada, nos parece mais adequado a classificação de regime de **execução de empreitada por preço unitário**. Neste sentido, esclarecemos que, caso se mantenha o entendimento pelo regime de execução de empreitada por preço global, vale esclarecer, que, a princípio, não é possível realizar futuros acréscimos de usuários ao longo da contratação neste regime;
4. **Item 3.4.3** Considerando a informação de que a unidade responsável é a Diretoria de Gestão de Pessoas DGP (3.2.6) , solicitamos a confirmação de que a unidade responsável pelo recebimento é a Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência- CSI .
5. **Item 3.8:** Considerando a definição de vigências e a informação acerca das regras de contratação que se encontra no item 3.1.1, verificamos que consta no Termo de referência que a unidade solicitante optou pela formalização de contrato, por conseguinte, faz-se necessária a correção no que tange ao Item 3.8, definindo a vigência contratual, dentro dos moldes da alínea “b” (**CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO**), retirando o preenchimento que consta na alínea “A”, bem como, vale ressaltar que diante do ínfimo lapso temporal para atingir a data indicada (29/02/2022), sugerimos assinalar a opção desejada, indicando textualmente que se trata de estimativa. Ressaltamos, neste sentido, que que caso seja atingida a data limite do contrato vigente, há a necessidade de interrupção do serviço até que seja formalizada a nova contratação, bem como indicação de nova data para início da vigência do contrato que se pretende celebrar;

**Cláusulas que compõe o contrato vigente e que não estão contempladas/indicadas no Termo de referência (cuja aplicabilidade à presente contratação deve ser avaliada pela Unidade demandante):**

### **6. Relativamente ao Regime/Regras de Execução (item 3.2 do Termo de Referência)**

*A cessão do direito de uso dos Sistemas em favor do CONTRATANTE permanecerá por prazo indeterminado;*

*A CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE uma cópia dos Sistemas atualizada, em código aberto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis Federais nº 9.609/1998 e 9.610/1998);*

*Cópias dos Sistemas poderão ser instaladas em qualquer computador do CONTRATANTE desde que a base de dados dos Sistemas seja única. O número de estações que poderão acessar esta base de dados única não é limitado pelos Sistemas ou pela CONTRATADA, podendo o acesso ser feito por rede local ou remota;*

*É permitido ao CONTRATANTE a criação de outras bases de dados para fins de cópias de segurança, base de testes ou homologações, ou ainda, para armazenamento de dados de funcionários desligados;*

*A CONTRATADA informará, com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência, o lançamento de novas versões dos Sistemas que exijam evolução no ambiente tecnológico do CONTRATANTE, de modo a viabilizar os ajustes necessários à implementação da nova tecnologia;*

*Na hipótese de ocorrência de erros comprovadamente definidos como "bug do sistema" (falhas que independem de qualquer ação ou omissão do CONTRATANTE) caberá à CONTRATADA dispor de todos os recursos necessários para solucioná-lo, não cabendo nenhuma despesa ao CONTRATANTE e sendo o prazo de correção tratado em função da criticidade definida no item 2.10;*

*Os serviços de suporte poderão ser prestados de forma centralizada de modo que a CONTRATADA dará suporte a um usuário ou a um grupo de usuários dos sistemas cedidos ao CONTRATANTE, a quem competirá o repasse da solução indicada aos usuários finais;*

*O serviço de suporte presencial poderá ser prestado por um interveniente local, devidamente autorizado pela CONTRATADA;*

*Os serviços de suporte remoto (e-mail, internet, telefônico etc) poderá ser prestado por um interveniente localizado em outra capital, desde que devidamente autorizado pela CONTRATADA;*

*Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres;*

## **7. Relativamente às Obrigações da Contratada (Item 3.9 - Obrigações Específicas definidas em razão do objeto)**

*Fornecer ao CONTRATANTE cópias atualizadas dos Sistemas, em código objeto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis nº 9.609/98 e 9.610/98);*

*A CONTRATADA se obriga a disponibilizar ao CONTRATANTE o código fonte atualizado dos sistemas em quaisquer hipóteses em que se configure a impossibilidade de continuidade à manutenção dos sistemas, tais como falência ou dissolução;*

*Prestar diretamente, ou por interveniente devidamente autorizado, os serviços de Atualização e Suporte Técnico dos Sistemas Objeto deste instrumento;*

*A atualização de sistemas deverá ser encaminhada preferencialmente pela internet, através de acesso seguro mediante usuário/senha a ser fornecido pela CONTRATADA;*

*Manter o sistema sempre atualizado, garantindo a execução das suas funcionalidades;*

*Realizar suas atividades utilizando profissionais especializados e de nível adequado, e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;*

*Assegurar ao CONTRATANTE o livre acesso às bases de dados do Sistema, inclusive ao seu projeto e à documentação completa das tabelas e ao modelo de desenvolvimento, de tal forma que seja possível a qualquer pessoa, desde que tecnicamente preparada, desenvolver funções específicas;*

*Manter o mais absoluto sigilo sobre todos os serviços prestados, não divulgando ou permitindo divulgar, interna ou externamente, nomes, dados, ou quaisquer outras informações sobre as atividades, projetos, Sistemas ou peculiaridades da empresa, sobre os quais tenha desenvolvido qualquer análise, emitido parecer ou tenha sido incumbido pelo CONTRANTE de manifestar-se a respeito;*

*Disponibilizar os demais produtos necessários para o funcionamento do Sistema, como sistemas operacionais, gerenciadores de banco de dados, linguagens de programação, drivers de ODBC, geradores de relatórios, gerenciadores de bancos de dados front-end, ou qualquer outro que não esteja expressamente mencionado neste Termo de Referência;*

*Auxiliar a CONTRATADA nas ações que esta julgar adequadas para a solução dos erros, inclusive a adoção de medidas temporárias que reduzam o efeito destes até a sua solução definitiva;*

*Manter sigilo e não revelar total ou parcialmente o conteúdo do Sistema, a não ser a pessoas indicadas por ela para a execução de serviços de Customização. Neste caso, estas pessoas deverão ser informadas do conteúdo deste item e orientadas a segui-lo;*

*Não divulgar o conteúdo do Sistema, bem como dados, informações e tecnologia nele contidos ou qualquer documentação, descrição, fluxograma, desenho, modelos, relatórios, a ele relativos;*

*Atender às recusas ou determinações, pelo CONTRATANTE, de (re) adequação de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou da proposta constante no processo de inexigibilidade de licitação que o originou, providenciando sua reparação, correção, substituição e/ou realização, sem ônus para o CONTRATANTE, observados os níveis de criticidade definidos no item 3.2.7.3 do Termo de Referência;*

## **8. Relativamente à Garantia do objeto (Item 3.3 - do Termo de referência)**

*A CONTRATADA garante que os Sistemas executarão as funções substancialmente em conformidade com sua documentação. A presente garantia refere-se sempre à última versão dos Sistemas. A CONTRATADA não se responsabiliza e nem garante o uso dos Sistemas caso o CONTRATANTE não faça atualizações, permanecendo com as versões adquiridas por tempo indefinido. A CONTRATADA, ao lançar novas versões, deixará de prestar os serviços de atualização e suporte de software nas versões anteriores, perdendo o CONTRATANTE, se não atualizar os Sistemas, por qualquer motivo, o direito de exigir qualquer tipo de garantia.*

*A garantia acima é a única garantia, quer expressa, quer implícita. Ficam excluídas, inclusive, quaisquer perdas e/ou danos causados direta ou indiretamente pelos Sistemas em si ou por seus resultados diretos ou indiretos. Fica excluída também, qualquer responsabilidade da CONTRATADA quanto às atualizações dos Sistemas ou dos manuais, nem mesmo por motivo de alteração na legislação que rege o processamento da folha de pagamento ou de outras normas e regras que orientam procedimentos internos ou externos à empresa, mesmo sendo de natureza legal e obrigatória, se esta for estabelecida e exigida no tempo não hábil para alteração dos Sistemas.*

Salvador, 10 de fevereiro de 2022.

**Thalita Brito Caldas**

Assistente técnico-administrativo

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

**Mat. nº 354.181**

**Paula Souza de Paula Marques**

Gerente - CMP 4

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** em 01/12/2122, às 01:52, conforme artf 0., 1º, I, da Lei 00fL04/2119f



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 01/12/2122, às 01:56, conforme artf 0., 1º, I, da Lei 00fL04/2119f



A autenticidade do documento pode ser verificada no site [https://seisistemasfmp.afmpf.r/sei/controlador\\_externofphp?acao=documento\\_verificar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://seisistemasfmp.afmpf.r/sei/controlador_externofphp?acao=documento_verificar&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0287628** e o código CRC **B6B8CAFA**

**LG INFORMÁTICA S.A.**  
**CNPJ/ME nº 01.468.594/0001-22**  
**NIRE 52.300.016.193**

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 29 DE JANEIRO DE 2021**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** No dia 29 de janeiro de 2021, às 10:00 horas, na sede social da LG Informática S.A. (“**Companhia**”), localizada na Cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, na Primeira Avenida, Quadra 1-B, Lote 31, Bairro Cidade Vera Cruz, Condomínio Cidade Empresarial CEP 74.934-600.
2. **PRESENCAS:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas.
3. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei das Sociedades por Ações**”).
4. **MESA:** Verificado o quórum para instalação da Assembleia, a mesa foi composta pelo Sr. Felipe Vieirals Azevedo – Presidente; e pelo Sr. Ezequiel de Melo Campos Netto – Secretário.
5. **ORDEM DO DIA:** examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a aprovação do plano de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, nos termos do Anexo I à presente ata (“**Plano de Opções**”); **(ii)** a conversão, por solicitação do acionista titular de ações preferenciais, da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial, com os mesmos direitos das atuais ações ordinárias da Companhia; **(iii)** o aumento do limite do capital autorizado da Companhia para 11.243.372 (onze milhões, duzentos e quarenta e três mil, trezentas e setenta e duas) ações ordinárias; **(iv)** a autorização para a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia e submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”); **(v)** a autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento de listagem Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“**B3**”); **(vi)** a realização de oferta pública de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser registrada junto à CVM (“**Oferta**”); **(vii)** autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias à (a) obtenção do registro como emissor de valores mobiliários categoria “A” e do registro da Oferta, ambos perante a CVM, e da autorização pela B3 para aderir ao Novo Mercado, e (b) aprovação de todos os termos e condições da Oferta aplicáveis à Companhia, incluindo a celebração de todos os contratos, documentos e atos relacionados à Oferta; e **(viii)** a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Anexo II à presente ata, a fim de, dentre outras alterações, (a) refletir as deliberações (iii) e (iv) acima; (b) refletir a retificação do valor do capital social da Companhia deliberada na assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 30.07.2019; (c) criar o cargo de Diretor de Relações com Investidores; e (d) adaptá-lo às regras aplicáveis a companhias abertas e ao Regulamento do Novo Mercado.



**6. DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas:

**6.1.** Aprovar o Plano de Opções da Companhia, nos termos do **Anexo I** desta ata. O Plano de Opções da Companhia será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia e tem o início de sua vigência condicionado à realização da Oferta, assim considerada como a data da fixação do preço das ações objeto da Oferta.

**6.2.** Converter, por solicitação do acionista titular de ações preferenciais, conforme autoriza o § 4º do artigo 6º do Estatuto Social atualmente vigente da Companhia, a totalidade das 2.926.086 (duas milhões, novecentas e vinte e seis mil, oitenta e seis) ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária da Companhia para cada ação preferencial, com os mesmos direitos das atuais ações ordinárias de emissão da Companhia.

**6.3.** Aumentar o limite do capital autorizado da Companhia para 11.243.372 (onze milhões, duzentos e quarenta e três mil, trezentas e setenta e duas) ações ordinárias.

**6.4.** Autorizar a administração da Companhia a realizar a abertura de capital da Companhia, com a consequente submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria “A”, perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 29 de dezembro de 2009.

**6.5.** Autorizar a administração da Companhia a realizar o pedido de admissão à negociação e listagem da Companhia no segmento do Novo Mercado da B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação no Novo Mercado, ficando a administração da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado e ao cumprimento de todas as regras previstas no Regulamento do Novo Mercado.

**6.6.** Realizar a Oferta, que compreenderá a distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia a ser realizada no Brasil, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“**Instrução CVM 400**”), e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das ações no exterior, de acordo com certas isenções de registro sob o Securities Act of 1933 dos Estados Unidos da América. A exclusivo critério dos acionistas, a Oferta poderá contar, ainda, com parcela de distribuição secundária de ações de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas.

**6.6.1.** Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do anúncio de início da Oferta, a quantidade inicial de ações poderá, a critério da Companhia e dos acionistas vendedores, se for o caso, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações originais.

**6.6.2.** Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade inicial de ações poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), nas mesmas condições e pelo mesmo preço das demais ações da Oferta, conforme opção a ser

outorgada pela Companhia e pelos acionistas vendedores, as quais serão destinadas à estabilização de preço das Ações.

**6.6.3.** Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não haverá direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

**6.6.4.** No âmbito da Oferta, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida a distribuição parcial.

**6.7.** Autorizar a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias à implementação das matérias aprovadas nos itens 6.4 a 6.6 acima, e à aprovação de todos os termos e condições da Oferta aplicáveis à Companhia, podendo negociar, aprovar e celebrar todos os contratos, documentos e atos relacionados à Oferta em nome da Companhia, incluindo escolher e contratar as instituições intermediárias da Oferta, autorizar os prospectos preliminar e definitivo e os *offering memoranda*, bem como representar a Companhia perante a CVM, B3, agente escriturador e quaisquer outros nos assuntos relacionados à Oferta.

**6.8.** Reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, nos termos do **Anexo II** à presente ata, a fim de, dentre outras alterações, (a) refletir as deliberações acima, (b) refletir a retificação do valor do capital social da Companhia deliberada na assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 30.07.2019; (c) criar o cargo de Diretor de Relações com Investidores; e (d) adaptá-lo às regras aplicáveis a companhias abertas e ao Regulamento do Novo Mercado, observadas as disposições transitórias descritas em seus artigos 48 e 49.

**6.8.1.** Os acionistas registram e aprovam, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, que a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 deverá observar as novas disposições do Estatuto Social, conforme consolidado nos termos desta deliberação.

**7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

**8. ASSINATURAS:** Mesa: Felipe Vieirals Azevedo (Presidente) e Ezequiel de Melo Campos Netto (Secretário). Acionistas Presentes: Daniela Reis Teixeira Mendonça, Gustavo Reis Teixeira, Mônica Nascimento Cunha, Felipe Vieirals Azevedo e Mont Blanc Brasil Partners I H – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior.

*Certifico e dou fé que a presente é cópia fiel e confere com a ata original lavrada no livro próprio.*

Aparecida de Goiânia, 29 de janeiro de 2021

- Assinado digitalmente, para fins de registro, pelo Sr. Felipe Vieirals Azevedo, Presidente da Mesa e Acionista, inscrito no CPF/MF sob o nº 219.992.948-58; e

- Assinado digitalmente, para fins de registro, pelo Sr. Ezequiel de Melo Campos Netto, Secretário da Mesa, inscrito no CPF/MF sob o nº 696.259.056-34.

**ANEXO I**  
**À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA**  
**LG INFORMÁTICA S.A. REALIZADA EM 29 DE JANEIRO DE 2021**

\* \* \*

**Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da**  
**LG Informática S.A.**

O presente plano de outorga de opções de compra de ações (“Plano”) da LG Informática S.A. (“Companhia”) foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de janeiro de 2021 e é regido pelas disposições abaixo e pela legislação aplicável.

Para os fins deste Plano, as expressões utilizadas maiúsculo, no plural ou no singular, terão os significados a elas atribuídos no Anexo I.

**1. O Plano**

**1.1.** O Plano estabelece as condições gerais para a outorga de opções de compra de Ações de emissão da Companhia (“Opções”) a determinadas pessoas elegíveis nos termos deste Plano.

**1.2.** O Plano tem por objetivo:

- (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia;
- (b) alinhar os interesses dos administradores e empregados aos interesses da Companhia e dos seus acionistas;
- (c) possibilitar à Companhia e às sociedades sob o seu controle atrair e manter vinculados empregados e administradores qualificados; e
- (d) compartilhar riscos do negócio entre acionistas, administradores e empregados.

**1.3.** São elegíveis para participar deste Plano os administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia, bem como os administradores, empregados e prestadores de serviço de sociedades controladas pela Companhia que sejam considerados parte do pessoal-chave das sociedades em questão (“Pessoas Elegíveis”).

## **2. Administração do Plano**

**2.1.** O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, que terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a execução do Plano, incluindo:

- (i) aprovar a criação, alteração ou extinção de programas de outorga de Opções ("Programas"), assim como definir seus termos e condições;
- (ii) indicar as Pessoas Elegíveis que poderão fazer jus a Opções em um determinado Programa ("Beneficiários") e autorizar a outorga de Opções em seu favor;
- (iii) fixar os termos e condições da outorga das Opções, bem como a sua modificação quando necessário ou conveniente;
- (iv) promover a emissão de Ações dentro do limite do capital autorizado, ou autorizar a alienação de Ações em tesouraria, para fazer jus ao exercício de Opções;
- (v) aprovar os Contratos de Outorga a serem celebrados entre a Companhia e os Beneficiários;
- (vi) analisar casos excepcionais ou omissões relacionadas a este Plano, aos Programas ou aos Contratos de Outorga; e
- (vii) dirimir dúvidas quanto à interpretação das regras estabelecidas neste Plano, nos Programas ou nos Contratos de Outorga.

**2.2.** No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e neste Plano.

**2.2.1.** Na administração do Plano, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, conferir tratamento diferenciado entre Beneficiários que estejam em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos os Beneficiários as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns Beneficiários.

**2.3.** As deliberações do Conselho de Administração tomadas nos termos deste Plano têm força vinculante para a Companhia e para os Beneficiários.

## **3. Ações sujeitas ao Plano**

**3.1.** As Opções outorgadas nos termos deste Plano poderão conferir direitos de aquisição ou subscrição sobre um número de Ações que não exceda 6% (seis por



cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia, imediatamente após a liquidação do IPO, em bases totalmente diluídas.

**3.1.1.** Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido exercida, a Ação vinculada a tal Opção tornar-se-á novamente disponível para futuras outorgas de Opções.

**3.2.** Com o propósito de satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas Ações dentro do limite do capital autorizado ou alienar Ações mantidas em tesouraria.

**3.3.** Os Acionistas não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de Opções, conforme previsto no Artigo 171, Parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76.

#### **4. Outorga das Opções**

**4.1.** Cada Opção outorgada na forma deste Plano e do respectivo Programa dará ao Beneficiário o direito de subscrever 1 (uma) Ação.

**4.2.** A outorga de Opções ocorrerá no âmbito de Programas criados pelo Conselho de Administração, que deverão conter, observado o disposto neste Plano, no mínimo:

- (i) a identificação dos Beneficiários que integrarão o Programa;
- (ii) o número total de Opções a serem outorgadas no âmbito do Programa;
- (iii) as condições para o exercício das Opções outorgadas no âmbito do Programa, inclusive o Preço de Exercício e o Período de Carência;
- (iv) a extensão do Período de Restrição aplicável às Opções outorgadas no âmbito do Programa; e
- (v) as regras relativas ao tratamento a ser dado às Opções nas hipóteses de desligamento do Beneficiário da Companhia.

**4.3.** As Opções serão outorgadas aos Beneficiários sem contrapartida financeira em favor da Companhia e a outorga será formalizada mediante celebração de contrato de outorga de Opções entre a Companhia e o Beneficiário ("Contrato de Outorga").

**4.3.1.** Os Contratos de Outorga serão elaborados para cada Beneficiário individualmente, sem a necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre estes, mesmo que os Beneficiários se encontrem em situação similar ou idêntica perante a Companhia ou suas controladas.



**4.3.2.** Observadas as disposições deste Plano, o Contrato de Outorga deverá especificar:

- (i) o número de Opções outorgadas ao Beneficiário;
- (ii) os Períodos de Carência das Opções outorgadas ao Beneficiário;
- (iii) os Períodos de Restrição; e
- (iv) as condições para o exercício das Opções outorgadas ao Beneficiário, incluindo o Preço de Exercício.

**4.3.3.** A assinatura do Contrato de Outorga pelo Beneficiário implicará a aceitação, por parte deste, de todas as condições estabelecidas tanto no Contrato de Outorga quanto no respectivo Programa e neste Plano.

**4.4.** O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício das Opções a diferentes condições, bem como impor restrições à transferência das Ações adquiridas em razão do exercício das Opções.

**4.5.** As Opções outorgadas nos termos do Plano extinguir-se-ão automaticamente mediante o seu exercício integral. Da mesma forma, as Opções outorgadas nos termos deste Plano serão automaticamente extintas, de pleno direito, sem que a referida extinção dê direito a qualquer indenização ao Beneficiário:

- (i) após o decurso do seu Período de Exercício;
- (ii) mediante o distrato do Contrato de Outorga; ou
- (iii) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada.

## **5. Exercício das Opções**

**5.1.** O Preço de Exercício das Opções será definido pelo Conselho de Administração em cada Programa, considerando (i) o preço da Ação no IPO, caso a outorga seja realizada dentro de 12 (doze) meses contados do IPO; ou (ii) uma média de cotação das Ações da Companhia na B3 S.A., ponderada pelo volume de negociação, em determinado número de pregões anteriores à data de outorga definido pelo Conselho de Administração. Para que não parem dúvidas, mesmo que a outorga seja realizada dentro de 12 (doze) meses contados do IPO, o Conselho de Administração poderá optar pelo Preço de Exercício definido nos termos do item (ii) acima.

**5.1.1.** O Conselho de Administração poderá, ainda, determinar se o Preço de Exercício será corrigido monetariamente e/ou ajustado por dividendos, juros sobre capital próprio e/ou proventos distribuídos pela Companhia no período

compreendido entre a data de outorga e a data de exercício das Opções.

**5.2.** Os Programas deverão prever um ou mais períodos de carência para o exercício das Opções outorgadas aos Beneficiários, sendo certo que as Opções só se tornarão exercíveis após o decurso do período em questão ("Períodos de Carência").

**5.2.1.** O Conselho de Administração poderá fixar diferentes Períodos de Carência para diferentes lotes de Opções.

**5.3.** As Opções deverão ser exercidas pelos Beneficiários no prazo e condições definidos em cada um dos Programas. As Opções que não forem exercidas pelos respectivos Beneficiários no prazo de exercício estabelecido serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio, não sendo devida qualquer indenização ao Beneficiário que não exerceu a Opção.

**5.4.** Nenhuma Opção dará direitos ou privilégios de acionista da Companhia ao seu titular até que seja exercida, e a respectiva Ação, adquirida ou subscrita, nos termos do Programa e respectivo Contrato de Opção. Nenhuma Ação será entregue ao titular em decorrência do exercício da Opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

**5.5.** O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, poderá eventualmente estabelecer, se assim determinar quando da aprovação de cada Programa, que o Beneficiário apenas poderá vender, onerar, transferir ou, de qualquer outra forma, alienar as Ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano após um determinado período de restrição para negociação, o qual não será superior a 12 (doze) meses a contar da data de exercício das Opções.

## **6. Desligamento da Companhia**

**6.1.** Cada Programa deverá regular as hipóteses de Desligamento e seus efeitos às Opções, de modo que os direitos conferidos ao Participante de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados conforme determinado no Programa.

## **7. Prazo de vigência**

**7.1.** O Plano, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de janeiro de 2021, terá sua eficácia condicionada à efetiva realização do IPO, assim entendida como a data da fixação do preço das ações objeto do IPO, quando somente então passará a vigorar e permanecerá vigente por prazo indeterminado, extinguindo-se, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração.

**7.2.** A extinção do Plano não afetará as Opções já outorgadas, que permanecerão em vigor até o seu exercício ou extinção, conforme o caso.

**7.3.** Da mesma forma, em nenhuma hipótese a extinção deste Plano afetará as restrições impostas por este Plano ou pelos Programas às Opções ou às Ações.

## **8. Disposições gerais**

**8.1.** A outorga das Opções no âmbito deste Plano constitui negócio oneroso, de natureza exclusivamente cível e mercantil e não cria quaisquer obrigações de natureza salarial, trabalhista ou previdenciária entre a Companhia e os Beneficiários, sejam eles administradores ou empregados.

**8.2.** Nenhuma disposição do Plano ou Opção outorgada nos termos do Plano conferirá a qualquer Beneficiário o direito de permanecer como administrador ou empregado da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado ou interromper o mandato do administrador.

**8.3.** Caso o número, a espécie ou a classe das Ações existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração realizar o ajuste correspondente no número, espécie ou classe das Ações objeto das Opções outorgadas e seu respectivo Preço de Exercício, inclusive em prejuízo do Beneficiário se aplicável, de forma a manter o equilíbrio material da relação entre as partes, evitando distorções na aplicação do Plano.

**8.4.** Qualquer alteração significativa da legislação ou regulamentação aplicável às companhias, da legislação trabalhista ou dos efeitos fiscais que impactem o regimento de um plano de opções de compra poderá, a critério do Conselho de Administração, levar à revisão integral do Plano.

**8.5.** Sem prejuízo do tratamento conferido às Opções na hipótese de falecimento do Beneficiário, as Opções outorgadas nos termos deste Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

**8.6.** Sem prejuízo de outras medidas que venham a ser tomadas, na hipótese de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, envolvendo a Companhia, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, determinar, independentemente da anuência dos Beneficiários e sem prejuízo de outras medidas que o Conselho de Administração possa vir a adotar: (a) a substituição das Ações objeto das Opções por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício das Opções, de forma a assegurar

a inclusão das Ações correspondentes na operação em questão; ou (c) o cancelamento das Opções, conforme procedimento a ser definido pelo Conselho de Administração.

**8.7.** As obrigações assumidas pela Companhia e pelos Beneficiários neste Plano, nos Programas e nos Contratos de Outorga terão caráter irrevogável e irretratável, sendo certo que esses instrumentos serão considerados, para todos os efeitos, títulos executivos extrajudiciais.

**8.8.** Toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre a Companhia e o Beneficiário, relacionada com, ou oriunda do presente Plano, de Programas aprovados pelo Conselho de Administração ou de Contratos de Outorga celebrados nos termos deste Plano, inclusive quanto à sua interpretação, execução, inadimplemento, rescisão ou nulidade, deverão ser resolvidos por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, na forma de seu regulamento.

\* \* \*

### Anexo I

Para os fins deste Plano, as expressões abaixo, quando utilizadas com iniciais em maiúsculo, no plural ou no singular, terão os significados a elas atribuídos a seguir:

“Ação” significa as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia.

“Assembleia Geral” significa toda e qualquer assembleia geral de acionistas da Companhia, ordinária ou extraordinária;

“Beneficiário” tem o significado atribuído na Cláusula 2.1(ii) deste Plano.

“Conselho de Administração” significa o Conselho de Administração da Companhia.

“Companhia” tem o significado atribuído no preâmbulo deste Plano.

“Contrato de Outorga” tem o significado atribuído na Cláusula 4.3 deste Plano.

“Estatuto Social” significa o estatuto social da Companhia.

“IPO” significa a oferta pública de distribuição inicial de Ações da Companhia, a ser realizada em conformidade com as disposições da Instrução CVM nº 400/2003 ou da Instrução CVM nº 476/2009, ou eventuais regras que venham a substituí-las, e que resulte na listagem das Ações da Companhia no segmento Novo Mercado da B3.

“Opção” tem o significado atribuído na Cláusula 1.1 deste Plano.

“Plano” significa este Plano.

“Período de Carência” significa o prazo após o qual as Opções tornar-se-ão exercíveis.

“Período de Exercício” tem o significado atribuído na Cláusula 5.3 deste Plano.

“Preço de Exercício” significa, em relação a cada Opção, o valor a ser pago pelo Beneficiário à Companhia em contrapartida à Ação recebida em decorrência do exercício da Opção, sendo certo que referido valor poderá corresponder ao preço de subscrição ou de compra da Ação, a depender da forma de entrega da Ação determinada pelo Conselho de Administração.

“Programa” tem o significado atribuído na Cláusula 2.1 (i) deste Plano.



**ANEXO II**  
**À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA**  
**LG INFORMÁTICA S.A. REALIZADA EM 29 DE JANEIRO DE 2021**

Estatuto Social Consolidado da LG Informática S.A.

\* \* \*

**LG INFORMÁTICA S.A.**  
CNPJ/MF nº 01.468.594/0001-22  
NIRE 52.3000.1619.3

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I**  
**DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO E OBJETO**

**Artigo 1º.** A LG Informática S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto Social, pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado” e “B3”, respectivamente), e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

**Parágrafo único.** Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 (“Novo Mercado”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores (se houver), administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, na Primeira Avenida, Quadra 1-B, Lote 31, Bairro Cidade Vera Cruz, Condomínio Cidade Empresarial, CEP 74.934-600.

**Parágrafo único.** Mediante deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos, para a realização das atividades da Companhia em qualquer parte do território nacional e no exterior.

**Artigo 3º.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

**Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto social a exploração das seguintes atividades:

- (a) Licenciamento/cessão de direito de uso de programas de computador;

- (b) Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, elaboração, modelagem e manutenção de sistemas, programas e projetos de processamento de dados;
- (c) Provimento de sistemas informatizados (*softwares*) por meio de tecnologia de nuvem (*software as a service*) e outros serviços ligados à tecnologia de nuvem (*cloud computing*), incluindo a gestão, processamento e armazenamento de dados, bem como a consultoria, assessoria e desenvolvimento de sistemas informatizados e a exploração de direitos de uso de sistemas informatizados próprios ou de terceiros, inclusive mediante a locação de softwares;
- (d) Prestação de serviços de manutenção de programas de computador;
- (e) Prestação de serviços técnicos de processamento de dados para terceiros;
- (f) Prestação de serviço de consultoria e informática, desenvolvimento, produção, edição e fornecimento de documentação de programas de informática e de programas desenvolvidos sob encomenda para o cliente, sobre comércio exterior, planejamento empresarial, organização técnico-financeira de empresas e órgãos públicos;
- (g) Treinamento e cursos nas áreas de processamento de dados e informática em geral;
- (h) Comercialização de sistemas operacionais, de apoio, de rede e todos os tipos de programas e serviços disponíveis para informática;
- (i) Desenvolvimento e licenciamento de sistemas de informática customizáveis para a aplicação de educação à distância (e-learning) e presencial;
- (j) Prestação de serviços de treinamento administrativo, financeiro, organizacional, mercadológico e de informática, automação empresarial, serviços gerais de conectividade e configuração de equipamentos de informática;
- (k) O desenvolvimento, licenciamento e gestão de sistemas informatizados, plataformas ou ecossistemas que permitam fornecer produtos e serviços relacionados à gestão de benefícios, inclusive produtos e serviços de natureza financeira, mediante parcerias com terceiros, devidamente autorizados pelas autoridades competentes; e
- (l) Participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades.

## CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

**Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 69.584.878,06 (sessenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e oito reais e seis centavos), dividido em 7.495.581 (sete milhões, quatrocentas e

noventa e cinco mil, quinhentas e oitenta e uma) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**§1º.** As ações de emissão da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

**§2º.** O custo de transferência das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração das ações.

**§3º.** Cada ação confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social, observado o disposto na legislação aplicável.

**§4º.** É vedada a emissão pela Companhia de partes beneficiárias e de ações preferenciais.

**Artigo 6º.** A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite total de 11.243.372 (onze milhões, duzentos e quarenta e três mil, trezentas e setenta e duas) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, inclusive, sem limitação, o número de ações a serem emitidas, o preço de emissão, o prazo de subscrição e integralização e a eventual destinação de parte do preço de emissão à conta de reserva de capital.

**§1º.** O limite do capital autorizado da Companhia somente poderá ser modificado por deliberação de Assembleia Geral, sendo certo que o limite deverá ser automaticamente ajustado em caso de agrupamento ou desdobramento das ações.

**§2º.** Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência ou com redução do prazo de exercício pelos antigos acionistas, cuja colocação seja feita mediante (a) venda em bolsa de valores ou subscrição pública; ou (b) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle.

**§3º.** A Companhia poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores, empregados e prestadores de serviços, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, de acordo com o plano de outorga de opções que vier a ser aprovado em Assembleia Geral.

**§4º.** Em caso de mora do acionista na integralização do capital subscrito, a dívida será atualizada monetariamente com base da variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas e sobre o valor assim apurado incidirão tanto juros de 1% ao mês, observado o limite total da taxa legal de juros aplicável, se houver, quanto multa moratória de 10%, sem prejuízo das alternativas asseguradas à Companhia em lei e no boletim de subscrição e das sanções legais aplicáveis.

### **CAPÍTULO III**

#### **ASSEMBLEIAS GERAIS DOS ACIONISTAS**

**Artigo 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social para deliberar sobre as matérias do artigo 132 da Lei de Sociedade por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais os exigirem, nos termos deste Estatuto Social, da legislação aplicável e do Regulamento do Novo Mercado.

**§1º.** As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, pelo Conselho Fiscal ou por acionistas, em qualquer caso conforme procedimentos descritos na legislação aplicável.

**§2º.** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, pelo Vice-Presidente do Conselho. Na ausência de ambos, a Assembleia Geral será presidida por outro conselheiro indicado pela maioria dos acionistas presentes, sendo secretariadas por pessoa indicada pelo Presidente da Assembleia Geral.

**§3º.** As Assembleias Gerais serão convocadas com prazo mínimo de 15 (quinze) dias corridos de antecedência em primeira convocação, e prazo mínimo de 8 (oito) dias corridos de antecedência em segunda convocação.

**§4º.** As Assembleias Gerais somente se instalarão conforme quórum de instalação previsto na Lei de Sociedade por Ações.

**§5º.** O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundo de investimento que represente os condôminos.

**§6º.** Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, preferencialmente com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, para melhor organização da Companhia: (i) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade emitido com no máximo 3 (três) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral; e (ii) instrumento de mandato ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista; devendo ainda o acionista ou seu representante legal comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

**§7º.** Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer presencialmente à Assembleia Geral, quando realizada de modo presencial ou parcialmente digital, munido dos documentos referidos no parágrafo acima, com antecedência suficiente para que sua identificação seja realizada até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

**§8º.** O acionista que pretender participar digitalmente de Assembleia Geral em que isto seja permitido deverá necessariamente realizar o depósito prévio antecipado dos documentos, como estabelecido no caput, fornecendo ainda as eventuais informações e documentos adicionais necessários à viabilização da participação digital, sob pena de não ser admitido no conclave.

**Artigo 8º.** As deliberações das Assembleias Gerais, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas pela maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando as abstenções, os votos nulos ou em branco.

**Artigo 9º.** Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei ou neste Estatuto Social:

- i. alterar e/ou reformar este Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social, exceto conforme disposições do Artigo 6º do presente Estatuto Social;
- ii. autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o Artigo 6º deste Estatuto Social;
- iii. realização de permuta ou dação em pagamento mediante utilização de ações de emissão da Companhia;
- iv. grupamento, conversão, resgate, reembolso, amortização ou recompra, nas hipóteses previstas na regulamentação aplicável, de quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, ou mudanças nas condições aplicáveis a resgate, amortização ou recompra de valores mobiliários conversíveis em ações, nas hipóteses previstas na regulamentação aplicável;
- v. qualquer incorporação, incorporação de ações, fusão ou cisão envolvendo a Companhia;
- vi. eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, da Companhia;
- vii. definição da remuneração global anual do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria da Companhia e, se instalado, do Conselho Fiscal, observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal;
- viii. mudança de tipo societário;
- ix. dissolução, liquidação ou extinção da Companhia, bem como eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;
- x. solicitação de recuperação judicial ou extrajudicial, bem como pedido de autofalência pela Diretoria da Companhia,



- xi. aprovação das contas anuais da Companhia apresentadas pela Diretoria da Companhia ao Conselho de Administração e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- xii. deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício;
- xiii. aprovação de qualquer plano de opção de compra de ações ou plano de outorga de ações de emissão da Companhia em favor de qualquer administrador, empregado ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às suas sociedades controladas;
- xiv. deliberação sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- xv. deliberação sobre a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações para saída do Novo Mercado; e
- xvi. suspensão do exercício de direitos de acionista, na forma do disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 10.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral serão lavradas atas na forma do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, as quais serão assinadas pelos integrantes da mesa e pelo menos por acionistas suficientes à formação da maioria, observando-se a legislação e a regulamentação aplicáveis em relação aos acionistas que enviem boletim de voto a distância ou participem por meio digital.

## **CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 11.** A administração da Companhia caberá ao Conselho de Administração e à Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e por este Estatuto Social.

**§1º.** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

**§2º.** A posse dos administradores e dos membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, independará de caução ou outra garantia e ficará condicionada à assinatura de termo de posse, que deverá contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 44 abaixo.

**Artigo 12.** A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar a respeito de sua distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.



## **CAPÍTULO V**

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 13.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

**§1º.** O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão eleitos pelos membros do Conselho de Administração na primeira reunião após sua posse ou na primeira reunião seguinte à ocorrência da vacância desses cargos.

**§2º.** A indicação de membros ao Conselho de Administração deverá observar os requisitos previstos na Política de Indicação da Companhia, no Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações, bem como nas demais disposições legais e regulatórias aplicáveis.

**§3º.** Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

**§4º.** Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

**§5º.** Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

**§6º.** Além do disposto neste Estatuto Social, o funcionamento do Conselho de Administração também deverá observar o disposto em seu Regimento Interno que disporá, dentre outras matérias julgadas convenientes, sobre direitos e deveres dos seus membros e seu relacionamento com a Diretoria e demais órgãos sociais.

#### **Eleição**

**Artigo 14.** Ressalvada a hipótese de eleição pelo sistema de voto múltiplo, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a eleição dos membros do Conselho de Administração ocorrerá pelo sistema de chapas.

**§1º.** Nas hipóteses em que houver chapas concorrentes para a eleição do Conselho de Administração, (a) um mesmo candidato poderá integrar duas ou mais chapas; e (b) cada acionista somente poderá votar em uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber o maior número de votos na Assembleia Geral.

**§2º.** Na eleição de que trata este Artigo, somente poderão concorrer as chapas: (a) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (b) que sejam indicadas, na forma prevista no §4º deste Artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.

**§3º.** O Conselho de Administração deverá, na data de convocação da Assembleia Geral destinada a eleger a totalidade dos membros do Conselho de Administração, disponibilizar aos acionistas as informações e declarações relativas a cada um dos integrantes da chapa por ele indicada, nos termos exigidos pela legislação e regulamentação vigentes, bem como pela Política de Indicação da Companhia, inclusive com relação à caracterização dos candidatos como independentes nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

**§4º.** Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem apresentar outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão encaminhar à Companhia as informações, documentos e declarações a que se refere o Parágrafo anterior, cabendo à Companhia, após a devida conferência, proceder à respectiva divulgação nos termos da regulação vigente.

**Artigo 15.** Não obstante o disposto no Artigo 14 acima, na eleição do Conselho de Administração é facultado aos acionistas requerer, na forma da lei, a adoção do processo de voto múltiplo, desde que o façam, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral.

**§1º.** A Companhia, imediatamente após o recebimento válido do pedido de adoção do voto múltiplo, deverá divulgar comunicação informando a sua adoção, nos termos da regulamentação aplicável.

**§2º.** Na hipótese de adoção do processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas, passando a ser considerados candidatos os integrantes das chapas de que trata Artigo 14, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionistas para eleição pelo processo de voto múltiplo, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as informações e declarações referentes a tais candidatos a que se refere o Artigo 14, §3º, deste Estatuto.

**Artigo 16.** Caso a Companhia venha a estar sob controle majoritário de determinado acionista ou grupo de acionistas, será permitido a acionistas representando 10% (dez por cento) do capital social requerer e promover a eleição em separado de um membro do Conselho de Administração e seu respectivo suplente, na forma prevista no §4º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, desde que, para tais fins, tais acionistas comprovem a titularidade ininterrupta do referido percentual mínimo de participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da respectiva Assembleia Geral.

### **Reuniões e Substituições**

**Artigo 17.** O Conselho de Administração deverá reunir-se, ordinariamente, no mínimo a cada 3 (três) meses, conforme calendário proposto pelo Presidente do Conselho de Administração e aprovado por seus membros anualmente e, extraordinariamente, quando necessário aos interesses

sociais, mediante convocação por escrito entregue aos demais membros do Conselho de Administração.

**Artigo 18.** As reuniões serão convocadas pelo Presidente, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou por 2 (dois) de seus membros em conjunto, mediante notificação escrita entregue por meio que permita a comprovação do recebimento pelo destinatário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em primeira convocação, e 2 (dois) dias úteis, em segunda convocação, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, data, hora e local da reunião.

§1º. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

§2º. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros, sendo considerado presente aquele que tenha nomeado outro membro do Conselho de Administração para votar em seu nome, na forma do §4º deste Artigo.

§3º. As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. Para fins de esclarecimento, no caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e, na ausência deste, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração presentes, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

§4º. No caso de ausência de qualquer membro do Conselho de Administração durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, o Conselheiro ausente poderá nomear outro membro do Conselho de Administração, mediante procuração, para que este vote em seu nome nas reuniões do Conselho de Administração.

**Artigo 19.** As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede da Companhia ou por meio de plataforma eletrônica, salvo se de outra forma previamente aprovado por todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo permitido aos membros do Conselho de Administração participar das reuniões por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que todos os participantes possam ser claramente identificados. Nesse caso, serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata ou enviar por escrito sua concordância com o respectivo conteúdo.

§1º. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes à reunião, e posteriormente transcrita no livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

**§2º.** O Conselho de Administração poderá convidar outros participantes para participar em suas reuniões, com a finalidade de prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

**Artigo 20.** Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando deverá ser eleito o Conselheiro que completará o mandato do substituído. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada imediatamente para proceder a uma nova eleição.

**Artigo 21.** No caso de ausência, impedimento ou vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, suas funções de presidência do órgão serão assumidas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração durante a ausência ou impedimento ou após a vacância. No caso de ausência ou impedimento temporário tanto do Presidente quanto do Vice-Presidente do Conselho de Administração, caberá aos demais membros efetivos escolher, dentre si, aquele que exercerá suas funções de presidência do órgão interinamente e, em caso de vacância de ambos, caberá ao Conselho de Administração imediatamente nomear os membros que preencherão tais cargos, servindo até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando deverá ser eleito o Conselheiro que completará o mandato do substituído.

### **Deliberações**

**Artigo 22.** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros presentes à respectiva reunião. Nenhum membro do Conselho de Administração terá voto de desempate em qualquer reunião do Conselho de Administração, sendo certo que, em caso de empate, nova reunião deverá ser convocada para deliberar sobre o assunto.

**Artigo 23.** Sem prejuízo das demais matérias que lhe são atribuídas por lei ou por este Estatuto Social, competirá de forma exclusiva ao Conselho de Administração deliberar acerca das matérias listadas abaixo:

- i. estabelecimento das diretrizes estratégicas gerais da Companhia e de quaisquer sociedades sob seu controle;
- ii. exame e emissão de opinião sobre qualquer assunto relativo às atividades da Companhia e de suas Controladas que julgue relevante, bem como assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria ou pelos comitês e grupos de trabalho em funcionamento, devendo ser necessariamente consultado previamente à tomada de decisão, pela Diretoria, em assuntos relacionados às Controladas cujas matérias constem deste Artigo 23;
- iii. aprovação do Plano de Negócios, do Orçamento Anual, planejamento comercial e operacional anual da Companhia, bem como as diretrizes de gestão operacional da Companhia, conforme preparados e recomendados pela Diretoria, e suas modificações relevantes;

- iv. aprovação do levantamento de demonstrações financeiras em períodos inferiores ao exercício social, bem como a distribuição de dividendos intercalares ou intermediários, e o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável;
- v. convocação da Assembleia Geral da Companhia, nos casos previstos na Lei da Sociedade por Ações, neste Estatuto Social e sempre que julgar conveniente e oportuno;
- vi. eleição e destituição dos Diretores da Companhia, bem como fixação de suas atribuições, observado o disposto no Estatuto Social;
- vii. fiscalização da gestão dos Diretores da Companhia, podendo, para tanto, a qualquer tempo, examinar os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos da Companhia;
- viii. apresentação de propostas para destinação dos lucros da Companhia, inclusive propostas de orçamento de capital;
- ix. apreciação das informações financeiras trimestrais da Companhia;
- x. estabelecimento da distribuição da remuneração individual dos administradores, observado o disposto no inciso vii do Artigo 9º do presente Estatuto;
- xi. manifestação a respeito do relatório da administração e das contas da Diretoria, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- xii. aprovação de quaisquer planos de incentivo de longo prazo para empregados da Companhia, exceto se previsto no Orçamento Anual da Companhia, os quais serão considerados previamente aprovados;
- xiii. aprovação de programas de remuneração baseada em ações a qualquer administrador, empregado ou prestador de serviço da Companhia, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos aprovados pela Assembleia Geral, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;
- xiv. celebração, participação e alteração de qualquer termo relevante ou rescisão das operações com Partes Relacionadas, nos termos e hipóteses previstas na Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse da Companhia, exceto se previsto no Orçamento Anual da Companhia, as quais serão considerados previamente aprovadas;
- xv. escolha ou substituição da empresa de auditoria independente, bem como homologação do plano de auditoria interna;
- xvi. aprovar a celebração, pela Companhia, de acordos de acionistas em sociedades nas quais detenha participação;



xvii. aprovação de quaisquer operações de natureza financeira, tais como empréstimos, financiamentos e aberturas de linhas de crédito, bem como eventuais modificações de tais operações, que resultem no aumento do endividamento da Companhia, ou que as operações já existentes se tornem mais onerosas em valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social), exceto se previsto no Orçamento Anual da Companhia, as quais serão consideradas previamente aprovadas;

xviii. outorga de garantias de qualquer natureza pela Companhia em favor de controladas ou coligadas em valor que supere a quantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social), exceto se previsto no Orçamento Anual da Companhia, as quais serão consideradas previamente aprovadas;

xix. outorga de garantias de qualquer natureza a terceiros, incluindo a concessão, pela Companhia, de avais, fiança ou outras garantias cujo valor supere a quantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social), exceto se previsto no Orçamento Anual da Companhia, as quais serão consideradas previamente aprovadas;

xx. concessão de empréstimos a terceiros, exceto se previsto no Orçamento Anual da Companhia, os quais serão considerados previamente aprovados;

xxi. realização pela Companhia de qualquer investimento em valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social), para o desenvolvimento de novos projetos pela Companhia em novos negócios e novas linhas de atividade e compra e venda de bens integrantes do ativo em valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social), exceto se previsto no Orçamento Anual da Companhia, os quais serão considerados previamente aprovados;

xxii. aprovação da realização pela Companhia de qualquer investimento em participação societária (tais como subscrição de aumentos de capital, adiantamentos de aumento de capital, subscrição de títulos conversíveis em participação acionária, aquisição de participações societárias, celebração de parcerias e *joint ventures*, entre outros) em valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social), exceto se previsto no Orçamento Anual da Companhia, os quais serão considerados previamente aprovados;

xxiii. aprovação da venda, transferência, constituição de quaisquer Ônus ou outra forma de alienação ou oneração, pela Companhia, de ativos, tangíveis e intangíveis, incluindo direitos de

propriedade intelectual, em valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) exceto se previsto no Orçamento Anual da Companhia, as quais serão consideradas previamente aprovadas;

xxiv. ressalvadas as hipóteses específicas previstas neste Artigo, aprovar a celebração de contratos de qualquer natureza, que envolvam valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (considerando o ato isoladamente ou um conjunto de atos correlatos), exceto se (a) estiverem previstos no Orçamento Anual da Companhia, (b) referirem-se a aditivos de prorrogação de prazo contratual e eventuais rescisões, ou (c) tratar-se de contratos com clientes firmados pela Diretoria no curso normal dos negócios;

xxv. aprovação da emissão de novas ações da Companhia, bem como de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do limite do capital autorizado;

xxvi. deliberação sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, commercial papers, notas promissórias, bonds, notes e de quaisquer outros títulos e valores mobiliários de dívida, para distribuição pública ou privada;

xxvii. aprovação da aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

xxviii. deliberação sobre a celebração de instrumentos, contratos, protocolos e quaisquer outros documentos relativos a operações de incorporação, fusão, cisão, incorporação de ações ou quaisquer reorganizações societárias que envolvam a Companhia, bem como sobre a submissão à Assembleia Geral de propostas relativas a tais temas;

xxix. deliberação sobre conferência (drop down) de ativos e passivos da Companhia;

xxx. definição da remuneração global anual do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria das suas Controladas e, se instalado, do Conselho Fiscal;

xxxi. manifestação a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

xxxii. aprovação de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas;

xxxiii. aprovação da criação de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, permanentes ou temporários, e eleger os membros que irão compor tais comitês;

xxxiv. aprovação das políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

xxxv. aprovação do orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do inciso xxxiiiacima;

xxxvi. aprovação das atribuições da área de auditoria interna; e

xxxvii. aprovação de outros planos de remuneração baseado em ações, exceto plano de opção de compra de ações e plano de outorga de ações de emissão da Companhia.

## **CAPÍTULO VI DIRETORIA**

**Artigo 24.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 03 (três) diretores, e, no máximo, 10 (dez) diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor de Relações com Investidores, e os restantes terão sua designação e competência estabelecidas pelo Conselho de Administração.

**§1º.** Os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

**§2º.** Um Diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de Diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

**§3º.** No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente pelo Diretor Presidente ou por outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente.

**§4º.** Em suas ausências ou impedimentos temporários do Diretor Presidente, e caso este não tenha indicado um substituto, o seu substituído será definido pelo Conselho de Administração dentre os Diretores eleitos.

**§5º.** No caso de vacância ou impedimento permanente de qualquer cargo da Diretoria, o substituto pelo restante do prazo do mandato será escolhido pelo Conselho de Administração na primeira reunião realizada a partir da verificação da vacância, observado que no caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, o Conselho de Administração deverá, necessariamente, reunir-se no prazo máximo de 15 (quinze) dias após tal evento.

**§6º.** Para os fins do parágrafo terceiro deste Artigo 24, o cargo de qualquer Diretor será considerado vago se ocorrer a destituição, renúncia, morte, invalidez, incapacidade comprovada, impedimento permanente ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

**Artigo 25.** Os Diretores terão plenos poderes para administrar e gerir os negócios da Companhia, de acordo com as suas respectivas atribuições e sujeitos ao cumprimento das exigências estabelecidas em lei e neste Estatuto Social.

**Artigo 26.** Compete ao Diretor Presidente, além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social ou definidas pelo Conselho de Administração:

- i. coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;
- ii. zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;
- iii. convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e
- iv. coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social.

**Artigo 27.** Compete ao Diretor Financeiro:

- i. coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- ii. planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia; e
- iii. gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

**Artigo 28.** Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

- i. coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;
- ii. prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e
- iii. manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

**Artigo 29.** O Conselho de Administração fixará as atribuições dos demais Diretores no momento da sua eleição.

**Artigo 30.** Observado o disposto neste Estatuto Social, a Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, e somente se instalará com presença da maioria dos Diretores em exercício.

§1º. As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de seus membros. As reuniões de Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência, por outro Diretor conforme deliberado pela maioria dos presentes.

§2º. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores presentes à reunião e transcrita no Livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia.

**Artigo 31.** Ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura (i) do Diretor Presidente isoladamente para a prática de atos e para a assinatura de documentos cujo valor envolvido não ultrapasse R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); ou (ii) em qualquer situação, independentemente do valor envolvido, (a) por 02 (dois) diretores; ou (b) por um diretor, em conjunto com 01 (um) procurador devidamente constituído e com poderes específicos; ou (c) por 02 (dois) procuradores devidamente constituído e com poderes específicos para a prática de atos isoladamente.

**Artigo 32.** As procurações serão outorgadas pela Companhia, desde que representada na forma do inciso 'ii' alínea "a" do Artigo 31 deste Estatuto Social. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 01 (um) ano.

**Artigo 33.** Não obstante o disposto no Artigo 31, a Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos, nomeado por assinatura de qualquer Diretor, nas seguintes circunstâncias: (a) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; (b) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (c) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; (d) no endosso de instrumentos destinados à cobrança ou depósito em nome da Companhia; (e) na representação da Companhia nas Assembleias Gerais de suas controladas e demais sociedades em que tenha participação acionária; (f) recebimento de citações ou notificações judiciais, bem como representação da Companhia em juízo, sem poder de confessar ou renunciar a direitos, sendo certo que a representação para prestar depoimento em juízo, sempre que a Companhia for regularmente intimada, deverá ser feita por Diretor designado pela Diretoria para tal fim.



**Artigo 34.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor ou procurador que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social.

**Artigo 35.** A Diretoria poderá autorizar, nos termos e dentro dos limites legais, que certos documentos da Companhia sejam assinados por processos eletrônicos, mecânicos ou de chancela.

## **CAPÍTULO VII CONSELHO FISCAL**

**Artigo 36.** A Companhia terá um Conselho Fiscal de caráter não permanente, o qual será instalado e colocado em funcionamento nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação da Assembleia Geral, nos termos da legislação aplicável.

**§1º.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, eleitos pela assembleia geral com mandato unificado até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, admitindo-se a reeleição..

**§2º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que o instalar e eleger seus membros, observando-se as determinações do art. 162, §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

**§3º.** Uma vez instalado o Conselho Fiscal, a posse de seus membros, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória estabelecida no Artigo 44 deste Estatuto.

**§4º.** O Conselho Fiscal, quando instalado, reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio.

## **CAPÍTULO VIII OFERTAS PÚBLICAS**

### **Atingimento de Participação Relevante**

**Artigo 37.** Qualquer Pessoa ou Grupo de Pessoas que adquira ou se torne titular, de forma direta ou indireta, por meio de uma única operação ou de diversas operações (inclusive, sem limitação, por meio de qualquer tipo de associação que dê origem a um Grupo de Pessoas ou adesão a Grupo de Pessoas pré-existente), de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária sobre ações de emissão da Companhia, que representem, em conjunto, 20% (vinte por cento) ou mais do total das ações de emissão da Companhia ("Participação Relevante") ("Ofertante"), deverá (i) imediatamente divulgar tal informação à Companhia, e (ii) efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações da Companhia, nos termos deste Artigo ("OPA por Atingimento de Participação Relevante").

**§1º.** O preço de aquisição por ação de emissão da Companhia a ser ofertado na OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ser pago em moeda corrente nacional e à vista e não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) 125% (cento e vinte e cinco por cento) do maior preço por ação, se houver, pago pelo Ofertante nos 6 (seis) meses que antecederam o atingimento da Participação Relevante (incluídas também em tal período as operações que tenham resultado no referido atingimento), em negociação privada ou pública, atualizado pela Taxa SELIC até a data do efetivo lançamento da OPA por Atingimento de Participação Relevante; e (ii) 125% (cento e vinte e cinco por cento) do valor econômico das ações de emissão da Companhia, apurado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada selecionada pelo Conselho de Administração da Companhia, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM; valores que, em ambos os casos, deverão ser ajustados por eventos societários posteriores, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações.

**§2º.** Para fins de apuração do valor indicado no item (ii) do §1º acima, o Conselho de Administração da Companhia deverá selecionar a empresa responsável pela elaboração do laudo de avaliação, com experiência comprovada, em até 15 (quinze) dias da comunicação pelo Ofertante do atingimento da Participação Relevante. Caso, por qualquer razão, o Conselho de Administração utilize prazo adicional para seleção da referida empresa, igual número de dias adicionais deverá ser acrescido ao prazo máximo para o Ofertante publicar o edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante, nos termos do §4º deste Artigo. Os custos de elaboração do laudo de avaliação correrão integralmente pelo Ofertante.

**§3º.** Caso o atingimento da Participação Relevante envolva, ainda que parcialmente, a aquisição de participações indiretas na Companhia durante o período abrangido pelo item (i) do §1º deste Artigo, o Ofertante deverá apresentar a demonstração justificada da parcela do valor pago correspondente ao preço por ação ou lote de ações de emissão da Companhia na referida aquisição indireta.

**§4º.** O edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ser publicado pelo Ofertante no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de atingimento da Participação Relevante e deverá incluir a obrigação do Ofertante de adquirir, por 90 (noventa) dias a contar da liquidação da OPA por Atingimento de Participação Relevante, até a totalidade das ações de titularidade dos acionistas remanescentes que não venderem ações na OPA por Atingimento de Participação Relevante, pelo mesmo preço da OPA por Atingimento de Participação Relevante, atualizado pela taxa SELIC, ficando tal obrigação condicionada a que, com a liquidação da OPA por Atingimento de Participação Relevante, o Ofertante tenha atingido participação acionária superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social.

**§5º.** A OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; e (iii) lançada

pelo preço determinado de acordo com o previsto no §1º deste Artigo, a ser pago à vista, em moeda corrente nacional.

**§6º.** A obrigação de realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante não se aplica:

- a) às Pessoas que sejam identificadas como acionistas controladores ou integrantes do bloco de controle da Companhia na data imediatamente anterior à data de precificação das ações objeto da oferta pública de distribuição inicial de ações de emissão da Companhia;
- b) ao atingimento individual de Participação Relevante por pessoa que integre Grupo de Pessoas que já detenha, em conjunto, Participação Relevante;
- c) ao atingimento de Participação Relevante em decorrência (i) da incorporação de outra sociedade ou de parcelas cindidas de outra sociedade pela Companhia ou (ii) da incorporação de ações de outra sociedade pela Companhia;
- d) caso o atingimento de Participação Relevante na Companhia decorra de realização de oferta pública voluntária de aquisição de ações que tenha tido por objeto todas as ações de emissão da Companhia (inclusive com a finalidade de aquisição do controle da Companhia), desde que o preço pago na referida oferta tenha sido no mínimo equivalente ao que seria pago em uma OPA por Atingimento de Participação Relevante que tivesse se tornado obrigatória ao Ofertante no momento em que a oferta voluntária tenha sido anunciada;
- e) ao atingimento de Participação Relevante em decorrência da transferência de ações ou Outros Direitos de Natureza Societária por força de sucessão hereditária de uma Pessoa que já detivesse Participação Relevante ou de transferência, por esta Pessoa, a seus herdeiros legítimos, desde que exclusivamente para fins de planejamento sucessório e devidamente comunicada à Companhia;
- f) ao caso de atingimento involuntário da Participação Relevante por força de eventos que não dependam nem resultem da prática de quaisquer atos pela Pessoa ou Grupo de Pessoas que venha a atingir a Participação Relevante, além daqueles já descritos em outros itens deste §6º, tais como recompra de ações pela Companhia, resgate de ações de emissão da Companhia, desde que, nas hipóteses de atingimento involuntário abrangidas exclusivamente por esse item “e” (não atingindo as demais dispensas previstas nesse §6º), a Pessoa ou Grupo de Pessoas que tenha atingido Participação Relevante de forma involuntária, cumulativa e tempestivamente: (i) comunique à Companhia sua intenção de utilizar a faculdade prevista nesta alínea (e) em até 5 (cinco) dias contados do momento em que se tornar titular da Participação Relevante; e (ii) aliene em bolsa de valores a quantidade de ações representativas do capital social da Companhia que exceda a Participação Relevante no prazo estabelecido pelo

Conselho de Administração, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias contados da data da notificação de que trata o item (i) anterior;

- g) à subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base no preço justo das ações, na forma estabelecida na legislação societária;
- h) a aquisições adicionais de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária sobre ações de emissão da Companhia por determinada Pessoa ou Grupo de Pessoas (ou adesão de ações adicionais a acordos mantidos por Grupo de Pessoas) que, no momento de tal aquisição ou elevação da participação já fosse titular de Participação Relevante;
- i) aos empréstimos (e respectivas devoluções) de ações de emissão da Companhia realizados para o fim exclusivo de viabilizar o processo de estabilização de preço no âmbito de ofertas públicas de distribuição de ações de emissão da Companhia; e
- j) caso, no momento da aquisição da Participação Relevante por determinada Pessoa ou Grupo de Pessoas, outra Pessoa ou Grupo de Pessoas já seja titular de mais da metade do capital social da Companhia.

**§7º.** A assembleia geral da Companhia poderá deliberar a dispensa de realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante ou alterações em suas características em relação ao previsto neste Artigo, desde que: (i) a Assembleia Geral seja realizada antes do atingimento da Participação Relevante; e (ii) nela não votem as Pessoas ou Grupo de Pessoas que pretendam atingir Participação Relevante e, ainda, aqueles acionistas que com eles tenham acordo para alienação ou transferência, a qualquer título, de participação.

**§8º.** A realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante não excluirá a possibilidade de outra Pessoa, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta pública de aquisição de ações concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

**§9º.** Na hipótese de a Pessoa ou Grupo de Pessoas que venha a atingir Participação Relevante não cumprir as obrigações impostas neste Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA por Atingimento de Participação Relevante, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual tal Pessoa ou Grupo de Pessoas não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício de seus direitos, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da adoção adicional de quaisquer medidas judiciais cabíveis.

**§10º.** Para os fins do disposto neste Artigo, os seguintes termos terão os significados a seguir definidos:

“Pessoa” significa qualquer pessoa ou entidade, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou qualquer outra forma de organização.

“Grupo de Pessoas” significa o grupo de pessoas ou entidades (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou qualquer outra forma de organização): (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza relativos ao exercício de direitos como acionistas da Companhia ou das próprias Pessoas, inclusive acordos de acionistas, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladores ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; ou (iv) que atuem representando um interesse comum; ou (v) que estejam sob a gestão de uma mesma pessoa, entidade ou grupo.

“Outros Direitos de Natureza Societária” significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) opções de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; ou (iii) contratos derivativos com liquidação física ou financeira; ou (iv) qualquer outro direito que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia.

### **Alienação de Controle**

**Artigo 38.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente de controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar o tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

### **Saída do Novo Mercado**

**Artigo 39.** Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações



ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

**§1º.** Para fins do inciso 'ii' do caput, consideram-se ações em circulação apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão da oferta pública de aquisição de ações, na forma da regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de companhia aberta para cancelamento de registro.

**§2º.** A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

## **CAPÍTULO IX**

### **EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS**

**Artigo 40.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes e as disposições deste Estatuto Social.

**Parágrafo único.** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

**Artigo 41.** O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta apresentada pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal, se em funcionamento.

**§1º.** Após a dedução dos eventuais prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, bem como, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício, 5% (cinco por cento) do lucro líquido verificado será destinado à constituição da reserva legal, até que alcance o limite previsto em lei.

**§2º.** O lucro remanescente após a destinação à reserva legal, ajustado por eventual constituição de reservas de contingência e as respectivas reversões, se for o caso, terá a seguinte destinação:

- a) 25% (vinte e cinco por cento) será necessariamente distribuído aos acionistas, como dividendo obrigatório;
- b) por proposta da administração, até 75% [(setenta e cinco por cento) poderão ser destinados para a constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de garantir recursos para realização de investimentos em seus negócios, de suas sociedades controladas e coligadas, inclusive por meio de aporte de capital. O valor total destinado à Reserva para

Investimentos não poderá ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social; uma vez atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social; e

c) o saldo remanescente, se houver, terá a destinação fixada pela Assembleia Geral com base na proposta dos órgãos da administração.

**Artigo 42.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intercalares ou intermediários, por deliberação do Conselho de Administração.

**Parágrafo único.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos inferiores, podendo com base neles declarar e distribuir, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares, desde que o valor total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que tratam o §1º do art. 182, da Lei das Sociedades por Ações e, ainda, o crédito ou pagamento aos acionistas, na periodicidade que decidir, de juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares, bem como os juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser até o limite aplicável imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social em que forem declarados.

## **CAPÍTULO IX DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO**

**Artigo 43.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção, nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral a eleição e destituição de liquidantes e a instalação do Conselho Fiscal, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

## **CAPÍTULO X CLÁUSULA ARBITRAL**

**Artigo 44.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento

do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

## **CAPÍTULO XI**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 45.** Todos e quaisquer acordos de acionistas existentes arquivados na sede social estarão à disposição de qualquer acionista que deseje ter acesso ao seu conteúdo.

**Parágrafo Único.** A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa da Assembleia Geral acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

**Artigo 46.** Este Estatuto Social será regido por e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e pelo Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 47.** Para fins deste Estatuto Social deverão ser consideradas as seguintes definições:

- (a) “Ônus” significa todos e quaisquer ônus, gravames, restrições, penhoras ou qualquer outro tipo de constrição judicial ou administrativa, penhores, hipotecas, compromissos, exigências, dívidas, cauções, usufruto, direitos de terceiro, demanda, direito de garantia, encargo, cessão ou alienação fiduciária ou com reserva de domínio, locação, sublocação, licenciamento, servidão, avença, esbulho possessório, condição, cobranças, pagamentos, opções, acordo para exercício de voto, direito de participação, direito de primeira oferta, direito de venda em conjunto, obrigação de alienação em conjunto, direito de negociação ou de aquisição, direito de retenção, direitos de preferência e/ou quaisquer outras reclamações, constrições ou restrições ou direitos de qualquer natureza a eles relacionados.
- (b) “Partes Relacionadas” possui o significado atribuído na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia.
- (c) “Controle” (e suas variações verbais) tem o significado que lhe é atribuído pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) “Plano de Negócios” significa o plano de negócios da Companhia para o prazo de 5 (cinco) anos, que contempla, dentre outros aspectos, receita, despesas, lucro líquido,

geração de caixa operacional e, após investimentos e financiamentos, rentabilidade sobre os ativos, projeções de investimentos, aquisições, endividamento, incluindo fontes de captação de recursos, orçamento e estrutura de capital, conforme revisto e atualizado anualmente, e,

- (e) “Orçamento Anual” significa o orçamento da Companhia para cada exercício social, conforme aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, que deverá contemplar, pelo menos, os eventos relevantes, demonstrações de resultado, balanço patrimonial e planos de investimentos, conforme o caso.

**Artigo 48.** As disposições contidas no Artigo 1º, Parágrafo Único, no Artigo 11.º, no Artigo 13, §2º, §4º e §5º, no Artigo 14, §3º, parte final, no Artigo 23, incisos xxxi, xxxii, no Artigo 37, no Artigo 38, no Artigo 39 e no Artigo 44 somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

**Artigo 49.** Por sua vez, o disposto no § 1º do Artigo 5º somente terá eficácia a partir da data da entrada em vigor do contrato de escrituração a ser celebrado entre a Companhia e o escriturador, de modo que, até tal data, as ações de emissão da Companhia serão nominativas stricto sensu e sem valor nominal.



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa LG INFORMATICA SA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
[REDACTED]	FELIPE VIEIRALVES AZEVEDO
[REDACTED]	EZEQUIEL DE MELO CAMPOS NETTO



CERTIFICO O REGISTRO EM 09/02/2021 16:36 SOB Nº 20215222784.  
PROTOCOLO: 215222784 DE 05/02/2021.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12100905755. CNPJ DA SEDE: 01468594000122.  
NIRE: 52300016193. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 29/01/2021.  
LG INFORMATICA SA

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI  
SECRETÁRIA-GERAL

[www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br](http://www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.





## 1. OBJETO

### 1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

#### Especificação do Objeto

O presente Processo tem por escopo a contratação de empresa para a prestação de serviços Atualização e Suporte Técnico para os softwares:

- A) FPW Ponto Desktop (controle e gestão) 3.300 usuários
- B) FPW Ponto Web (Registro de Frequência) 3.300 usuários
- C) FPW Folha de Pagamento 3.700 usuários

### 1.2 FORMA DE CONTRATAÇÃO

ESCOLHE  
R UMA  
DAS  
TRÊS  
OPÇÕES

(Marcar  
com X):

( x

**Ax ) REPTAÇÃO DE PERSIÇOP IMEDIATA ( ) ONTVAIL) OR  
EPCO) O x**

( x

**Bx ) REPTAÇÃO DE PERSIÇOP ) ARCEUADA**

( / x

**Cx OVTROP:  
T3ata4se de se35iço coGtiGÓo.**

### 1.3 JUSTIFICATIVA: NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Atualmente, a Coordenação de Gestão de Pessoas utiliza o sistema FPW Ponto Desktop (controle e gestão), FPW Ponto Web (Registro de Frequência) FPW Folha de Pagamento

Este processo de contratação pretende alcançar os seguintes resultados:

- Melhoria no controle dos processos inerentes à Folha de Pagamento;
- Manter o atual nível de integração entre o sistema de ponto e o sistema de folha de pagamento;
- Garantir a continuidade dos serviços;
- Proporcionar que os servidores registrem suas frequências através de um sistema adaptado à instituição;
- Manter o atual nível de integração entre o sistema de ponto e o sistema de folha de pagamento;
- Garantir a continuidade dos serviços;

Vale salientar que, devido à natureza dessa atividade, é crucial manter o sistema disponível e em sua plena funcionalidade devido a necessidade de uso da folha de pagamento e do ponto pelos usuários deste Ministério Público.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

### 1.- JVPTIFI CATISA:

### DA INSIAB IUIDAD E DE (COM) ET IÇÃO

Conforme Certidão Nº 211012/37.638 e C E R T I D Ã O Nº 211012/37.637

a empresa LG INFORMÁTICA S/A é a ÚNICA desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização, autorizada a comercializar e prestar serviços de atualização e suporte técnico em todo o território nacional aos programas para computador abaixo listados:

PROGRAMA 1. Gen.te Recebe – Folha de Pagamento / FPW Folha de Pagamento;  
Gen.te Monitora – Ponto / FPW Ponto e seus módulos.

### 1.m INDICA ÇÃO DE MODEU O ELOV MARCA OBRIvA TQRIOP

### ESCOLHE R UMA OPÇÃO\* (Marcar com X):

( x SIM

( / x NÃO

1.m1 INDICAÇÃO DO(Px ITEM(NPx E DO MODEUOLMARCA 4Er caso positi5o:

1.m2 JVPTIFICATISA ) ARA CADA ITEM 4Er caso positi5o:

## 2. FVNDAMENTO UEv AU

### 2.1 INDICA ÇÃO DO DIP) OP ITISO UEv AU EM g VE PE ENg VA DRA A 6I) QTE PE DE CONTRA TAÇÃO ESCOLHE R UMA OPÇÃO\* (Marcar

( x

Ax A3ti0o , ul I da Uei EstadÓarLBA Gº 9.- ´´L2uum 4 para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;

( / x

Bx A3ti0o , ul II da Uei EstadÓarLBA Gº 9.- ´´L2uum - para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

( x

C) A3ti0o , ul capÓt 4 quando caracterizada a inviabilidade de competição;



com X):

MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

### 1. REV RAP DE CONTRATAÇÃO

1.1  
REV RAP  
DE  
FORMAU  
IZAÇÃO  
CONTRA  
TVAU

#### 1.1.1 6ASERÁ CEUEBRAÇÃO DE CONTRATO

( /x A PIM

( x B NÃO (FORMAUIZAÇÃO PE DARÁ A) ENAP COM A EMIPPÃO DE  
EM) EN6 OX

1.2  
REV RAP  
DE  
EXECVÇ  
ÃO  
CONTRA  
TVAU

#### 1.2.1 REV IME DE EXECVÇÃO:

( /x Er p3eitada po3p3eço ÓGitá3io

( x Er p3eitada po3p3eço 0mōban

( x OÓt3o:

#### 1.2.2 ) RAZO ) ARA RETIRADA DA NOTA DE EM) EN6 O:

➤ 2 dias ( X x Úteis ( x Corridos.

Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.

#### 1.2. ) RAZOP DE EXECVÇÃO

➤ 1 dias ( X x Úteis ( x Corridos

➤ O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.

#### 1.2.- ADMIPPIBIUIDADE DE ) RORROv AÇÃO DO ) RAZO DE EXECVÇÃO :

(/x

Ax NÃO

( x

**Bx PIM.** Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.

➤ Por até \_\_\_\_\_ dias ( x Úteis ( x Corridos

#### 1.2.mUOCAU DE EXECVÇÃO DOP PERSIÇOP:

Ministério Público do Estado da Bahia, 5ª Avenida nº 750 CAB- Salvador, BA -



Brasil -

**2.2. REV RAP EP) ECIAIP ) ARA EXECUÇÃO:**

- Execução deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):  
( **X** x A) NÃO ( **x** B) SIM
- Unidade responsável: Diretoria de Gestão de Pessoas
- Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: (71) 3103-0162 e everaldo@mpba.mp.br
- Dias para realização da entrega dos serviços: *dias úteis*
- Horários para execução: *DAS 08 ÀS 18*
- Condições especiais adicionais: *inserir texto, caso cabível*

*3.2.6.1A cessão do direito de uso dos Sistemas em favor do CONTRATANTE permanecerá por prazo indeterminado;*

*A CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE uma cópia dos Sistemas atualizada, em código aberto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis Federais nº 9.609/1998 e 9.610/1998);*

*Cópias dos Sistemas poderão ser instaladas em qualquer computador do CONTRATANTE desde que a base de dados dos Sistemas seja única. O número de estações que poderão acessar esta base de dados única não é limitado pelos Sistemas ou pela CONTRATADA, podendo o acesso ser feito por rede local ou remota;*

*É permitido ao CONTRATANTE a criação de outras bases de dados para fins de cópias de segurança, base de testes ou homologações, ou ainda, para armazenamento de dados de funcionários desligados;*

*A CONTRATADA informará, com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência, o lançamento de novas versões dos Sistemas que exijam evolução no ambiente tecnológico do CONTRATANTE, de modo a viabilizar os ajustes necessários à implementação da nova tecnologia;*

*Na hipótese de ocorrência de erros comprovadamente definidos como "bug do sistema" (falhas que independem de qualquer ação ou omissão do CONTRATANTE) caberá à CONTRATADA dispor de todos os recursos necessários para solucioná-lo, não cabendo nenhuma despesa ao CONTRATANTE e sendo o prazo de correção tratado em função da criticidade definida no item 2.10;*

*Os serviços de suporte poderão ser prestados de forma centralizada de modo que a CONTRATADA dará suporte a um usuário ou a um grupo de usuários dos sistemas cedidos ao CONTRATANTE, a quem competirá o repasse da solução indicada aos usuários finais;*

*O serviço de suporte presencial poderá ser prestado por um interveniente*

**2.2  
REV RAP  
DE  
EXECUÇÃO  
CONTRA  
TVAU**



*local, devidamente autorizado pela CONTRATADA;*

Os serviços de suporte remoto (e-mail, internet, telefônico etc) poderá ser prestado por um interveniente localizado em outra capital, desde que devidamente autorizado pela CONTRATADA;

Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres;

3.2.7 Os serviços objeto deste contrato serão prestados sob as seguintes formas:

3.2.7.1. Atualização aos soft-ares instalados e garantir fornecimento de novas versões,

por força de alterações legais e tecnológicas (lançamento de nova versão, para funcionamento com versão mais recente de Sistema Operacional, linguagem de programação ou outras ferramentas) e/ou decorrentes de melhorias espontaneamente introduzidas pela contratada;

3.2.7.2 O Suporte Técnico permitirá ao usuário o apoio na utilização dos Sistemas, com esclarecimentos de dúvidas e soluções de questões que venham a surgir na sua utilização.

O suporte deverá ser fornecido da seguinte forma:

- Suporte Telefônico: esclarecimentos prestados por telefone;
- Suporte eletrônico: esclarecimentos das solicitações efetuados eletronicamente por e-mail ou canal direto de atendimento (CHAT) eletrônico através do endereço eletrônico da contratada;
- Suporte na SEDE da adquirente: mediante solicitação e negociação prévia, podendo incidir em cobranças específicas;

3.2.7.3 O prazo para retorno às solicitações de suporte obedecerá à classificação destas, conforme definido nos itens a seguir. Estes prazos são válidos para as solicitações que demandem uma solução sem que haja necessidade de alteração do sistema, ou seja, para dúvidas e atendimentos operacionais e técnicas, a saber:

I. Solicitações críticas, referentes a problemas que impeçam completamente o

funcionamento do sistema: até 2 (duas) horas;

II. Solicitações urgentes, referentes a problemas que afetem significativamente a execução dos trabalhos: até 04 (quatro) horas;

III. Solicitações padrões (comuns): Até 06 (seis) horas úteis;

IV. Solicitações com baixo nível de criticidade ou que podem aguardar





enquanto são elaboradas respostas para as questões anteriores: Até 12 (doze) horas úteis.

<b>VARANTIA DO OBJETO</b>  ESCOLHE R <u>UMA</u> OPÇÃO * <b>(Marcar com X):</b>	( x	<b>Ax PEM EXIVÊNCIA DE vARANTIA</b>
	( /x	<b>Bx COM EXIVÊNCIA DE vARANTIA</b> - Regras:  ➤ <b>EXECVTOR DA vARANTIA</b> - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO <b>(Marcar com X):</b>  <p style="text-align: center;">( / x A) CONTRATADA (Regra geral) A <i>CONTRATADA</i> garante que os Sistemas executarão as funções substancialmente em conformidade com sua documentação. A presente garantia refere-se sempre à última versão dos Sistemas. A <i>CONTRATADA</i> não se responsabiliza e nem garante o uso dos Sistemas caso o <i>CONTRATANTE</i> não faça atualizações, permanecendo com as versões adquiridas por tempo indefinido. A <i>CONTRATADA</i>, ao lançar novas versões, deixará de prestar os serviços de atualização e suporte de software nas versões anteriores, perdendo o <i>CONTRATANTE</i>, se não atualizar os Sistemas, por qualquer motivo, o direito de exigir qualquer tipo de garantia.</p> <p style="text-align: center;">A garantia acima é a única garantia, quer expressa, quer implícita. Ficam excluídas, inclusive, quaisquer perdas e/ou danos causados direta ou indiretamente pelos Sistemas em si ou por seus resultados diretos ou indiretos. Fica excluída também, qualquer responsabilidade da <i>CONTRATADA</i> quanto às atualizações dos Sistemas ou dos manuais, nem mesmo por motivo de alteração na legislação que rege o processamento da folha de pagamento ou de outras normas e regras que orientam procedimentos internos ou externos à empresa, mesmo sendo de natureza legal e obrigatória, se esta for estabelecida e exigida me tempo não hábil para alteração dos Sistemas.</p> <p style="text-align: center;">( x B) FABRICANTE (Exceção)</p> <p style="text-align: center;">➤ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):</p> <p>➤ <b>DVRAÇÃO</b> - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO <b>(Marcar com X):</b></p> <p style="text-align: center;">( x A) 01 ANO</p> <p style="text-align: center;">( x B) 10 DIAS (GARANTIA LEGAL)</p>



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

( ☒ C) OUTRO. Especificar:

- **RAZO MÁXIMO PARA REPOUÇÃO DO C6AMADOI coGtado a pa3ti3 da abe3tÓ3a pelo M) BA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):**

( ☒ A) \_\_\_\_\_ HORAS ( ☒ Úteis ( ☒ Corridas

( ☒ B) \_\_\_\_\_ DIAS ( ☒ Úteis ( ☒ Corridos

- **NECESSIDADE DE ATENDIMENTO TÉCNICO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):**

( ☒ A) SIM

( ☒ B) NÃO

- **FORMA DE EXECUÇÃO DA ATENDIMENTO TÉCNICO (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):**

( ☒ A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador

( ☒ B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)

( ☒ C) *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção). Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) horas, contadas da notificação pelo MPBA;
- O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de 9Executor" acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

( ☒ D) Outra. Especificar:

- **DEMAIS REQUISITOS:**

**RAZO PARA RECEBIMENTO DOS PRODUTOS: 5 dias ( ☒ Úteis ( ☒ Corridos**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

1.2) RAZÃO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 5 dias ( ☒ ☐ Úteis  
( ☐ ☒ Corridos

1.3) UNIDADE RESPONSÁVEL RECEBIMENTO: DGP- Diretoria de Gestão de Pessoas

1.4) RAZÃO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE PERSIÇÃO (Px REJEITADO (Px - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

( ☒ ☐ A) NÃO SE APLICA

( ☐ ☒ B) PRAZO: ( ☐ ☒ HORAS ( ☐ ☒ Úteis ( ☐ ☒ Corridas  
( ☐ ☒ DIAS ( ☐ ☒ Úteis ( ☐ ☒ Corridos

### DEMAIS REQUISITOS:

3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.

3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo;

3.4.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 121 da Lei Estadual- BA nº 4.333/2005;

3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 6.076/2008 - Código de Defesa do Consumidor.

CONDIÇÃO DE RECEBIMENTO

1.5) OBTENÇÃO DE OUTROS PREÇOS

( ☒ ☐ )

A) NÃO ADMITIDA A PVB CONTRATAÇÃO

( ☐ ☒ )

B) ADMITIDA A PVB CONTRATAÇÃO DE PERSIÇÃO ACEPÇÃO

➤ Indicar parcela(s) subcontratável(is):



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

- Indicar regras/condições para subcontratação:

PVBCON  
TRATAÇ  
ÃO

CONDIÇ  
ÕES DE  
) AvAME  
NTO

1.1) PERIODICIDADE DE ) AVAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( **x**

**Ax) AVAMENTO INTERAUI AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO PERSIÇOP**

( **x**

**Bx CADA ) EDIDO (E CONPEg VENTE EM) EN6O EMITIDOx PERÁ ) AV O INTERAUMENTEI EM ) ARCEUA ÚNICA**

( **x**

**Cx) AVAMENTO ) ARCEUADO:**

- Quantidade de parcelas:  
➤ Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.):

( / **x**

**Cx) AVAMENTO MENPAU**

( **x**

**D) OVTRA:**

1.2) CONDIÇÕES DE ) ECIAIP ) ARA EFETISAÇÃO DO ) AVAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( / **x**

**Ax NÃO PE A) UICA**

( **x**

**Bx CONDIÇÕES DE ) ECIAIP. Especifica3:**

1.3) DEMAIP REv RAP:

3.2.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 06 (seis) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde





que não  
haja pendência a ser regularizada;

3.Z.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada

como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.Z.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas

e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

3.Z.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras

obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de

acordo com a legislação vigente;

3.Z.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.Z.3.Z A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.Z.3.2.

7  
) OPPIB  
IUIDAD  
E OV  
NÃO DE

( x

**Ax ) REÇOP IRREAJVPTÁSEIP**

(Xx

**Bx ) REÇOP ) APPÍSEIP DE REAJVPTAMENTO. Regras:**

➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

### REAJUSTAMENTO COM INDICAÇÃO DE ÍNDICE OFICIAL

ESCOLHER UMA OPÇÃO \*  
(**Marcar com X**):

OPÇÃO (**Marcar com X**):

( **X** x A) INPC/IBGE

( **x** B) OUTRO. Indicar:

- A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;
- Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.
- Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;

### 8.1 DEFINIÇÃO DE SIVÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

8.1 DEFINIÇÃO DE SIVÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

#### Ax CONTRATAÇÃO PEM INPTRVMENTO FORMAU DE CONTRATO

➤ ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( **x**

( **x** Opção 1: 12 meses , contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

( **x** Opção 2: \_\_\_\_\_ dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

( / **x**

#### Bx CONTRATAÇÃO COM INPTRVMENTO FORMAU DE CONTRATO

➤ ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( / **x** Opção 1: 12 meses, contados a partir de(a) -  
ESCOLHER UMA

OPÇÃO (**Marcar com X**):

( / **x** A) Data certa: 01 de março de 2022

( **x** B) Da data da publicação do resumo do contrato no  
Diário da Justiça  
Eletrônico

( **x** Opção 2: \_\_\_\_\_ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

UMA OPÇÃO

**(Marcar com X):**

( ☒ A) Data certa: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

( ☒ B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

➤ Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):

**8.2 ) IMPOSSIBILIDADE DE ) RORROV AÇÃO DE ) RAZO DE SIV ÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):**

( ☒

**Ax NÃO**

(☒x

**Bx PIM.** Justificativa: a utilização do sistema FPW Ponto Desktop (controle e gestão), FPW Ponto Web (Registro de Frequência) FPW Folha de Pagamento soft-are SOMBRA faz parte da rotina e atividades inerentes da Diretoria de Gestão de pessoas e por isso, o serviço que está sendo contratado deve ser prestado de forma ininterrupta.

**8.9  
OBRIGA  
ÇÃO  
DA  
CONTRA  
TADA\***

### **OBRIGAÇÃO VERBAIS**

*Fornecer ao CONTRATANTE cópias atualizadas dos Sistemas, em código objeto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis nº 9.609/98 e 9.610/98);*

*A CONTRATADA se obriga a disponibilizar ao CONTRATANTE o código fonte atualizado dos sistemas em quaisquer hipóteses em que se configure a impossibilidade de continuidade à manutenção dos sistemas, tais como falência ou dissolução;*

*Prestar diretamente, ou por interveniente devidamente autorizado, os serviços de Atualização e Suporte Técnico dos Sistemas Objeto deste instrumento;*

*A atualização de sistemas deverá ser encaminhada preferencialmente pela internet, através de acesso seguro mediante usuário/senha a ser fornecido pela CONTRATADA;*

*Manter o sistema sempre atualizado, garantindo a execução das suas funcionalidades;*

*Realizar suas atividades utilizando profissionais especializados e de nível adequado, e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;*

*Assegurar ao CONTRATANTE o livre acesso às bases de dados do Sistema, inclusive ao seu projeto e à documentação completa das tabelas e ao modelo de desenvolvimento, de tal forma que seja possível a qualquer pessoa, desde que tecnicamente preparada, desenvolver funções específicas;*

*Manter o mais absoluto sigilo sobre todos os serviços prestados, não divulgando ou permitindo divulgar, interna ou externamente, nomes, dados, ou quaisquer outras informações sobre as atividades, projetos, Sistemas ou peculiaridades da empresa, sobre os quais tenha desenvolvido qualquer análise, emitido parecer ou tenha sido incumbido pelo CONTRANTE de manifestar-se a respeito;*

*Disponibilizar os demais produtos necessários para o funcionamento do Sistema, como sistemas operacionais, gerenciadores de banco de dados, linguagens de programação, drivers de ODBC, geradores de relatórios, gerenciadores de bancos de dados front-end, ou qualquer outro que não esteja expressamente mencionado neste Termo de Referência;*

*Auxiliar a CONTRATADA nas ações que esta julgar adequadas para a solução dos erros, inclusive a adoção de medidas temporárias que reduzam o efeito destes até a sua solução definitiva;*

*Manter sigilo e não revelar total ou parcialmente o conteúdo do Sistema, a não ser a pessoas indicadas por ela para a execução de serviços de Customização. Neste caso, estas pessoas deverão ser informadas do conteúdo deste item e orientadas a segui-lo;*

*Não divulgar o conteúdo do Sistema, bem como dados, informações e tecnologia nele contidos ou qualquer documentação, descrição, fluxograma, desenho, modelos, relatórios, a ele relativos;*

*Atender às recusas ou determinações, pelo CONTRATANTE, de (re) adequação de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou da proposta constante no processo de inexigibilidade de licitação que o originou, providenciando sua reparação, correção, substituição e/ou realização, sem ônus para o CONTRATANTE, observados os níveis de criticidade definidos no item 3.2.7.3 do Termo de Referência;*

3.J.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

3.J.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;

3.J.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada



embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);

3.J.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **M) BA**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

3.J.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

3.J.Z Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.J.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

3.J.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **M) BA** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.J.6 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.J.J Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **M) BA** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **M) BA** todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.J.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **M) BA**;

3.J.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo **M) BA**, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem custos para o **M) BA**;

3.J.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;



3.J.13 Comunicar formalmente ao **M) BA** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.J.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.J.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **M) BA**.

**OBRIV AÇÕEP EP) ECÍFICAP (DEFINIDAP EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADOx:**

( / x **Ax NÃO EXIPTEM OBRIV AÇÕEP EP) ECÍFICAP**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

( x **Bx OBRIV AÇÕEP EP) ECÍFICAP**. Indicar:

**3.1u  
OBRIV A  
ÇÕEP  
DO  
CONTRA  
TANTE\***

**OBRIV AÇÕEP v ERAIP**

3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado;

3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;

3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **M) BA**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.

**OBRIV AÇÕEP EP) ECÍFICAP (DEFINIDAP EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADOx:**

( / x **Ax NÃO EXIPTEM OBRIV AÇÕEP EP) ECÍFICAP** sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

( x **Bx OBRIV AÇÕEP EP) ECÍFICAP**. Indicar:





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

<b>1.11</b> <b>INDICAÇÃO</b> <b>POBRE</b> <b>A</b> <b>NECESSIDADE</b> <b>DE</b> <b>VARANTIA</b> <b>CONTRATVAU</b> <b>COM</b> <b>PERCENTVAU</b>  <b>ESCOLHER UMA</b> <b>OPÇÃO</b> <b>(Marcar</b> <b>com X):</b>	<input checked="" type="checkbox"/>	<b>Ax NÃO PE A)UICA (CONTRATAÇÕEP PEM FORMAUIZAÇÃO DE CONTRATOx</b>	
	<input type="checkbox"/>	<b>Bx NÃO PERÁ EXIVIDA vARANTIA CONTRATVAU</b>	
	<input checked="" type="checkbox"/>	<b>Cx PERÁ EXIVIDA vARANTIA CONTRATVAU. Regras:</b>  ➤ Percentual exigido: <b>( x 5% (cinco por cento) OV ( x Outro. Indicar: _____ %</b> <b>(_____ por cento)</b>  ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato.	

## ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

### 1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPOZEM O OBJETO:

#### 1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

##### 1.1. Controle de Acesso:

1.1.1. A Solução deve oferecer mecanismo para controlar e restringir o acesso de usuários às suas funcionalidades e dados. Este mecanismo deverá gerenciar os níveis de acesso à Solução utilizando perfis de acesso;

1.1.2. Permitir, nativamente, a criação, ativação e inativação de contas de usuário (credenciais de acesso);

1.1.3. Permitir a integração, para fins de autenticação de usuário, com os produtos MS-ActiveDirectory ou LDAP;

1.1.4. Possuir, nativamente, políticas de segurança que possibilitem bloquear contas após tentativas incorretas de acesso;

1.1.5. Permitir que o Supervisor do Módulo faça o desbloqueio das contas de usuário;

1.1.6. Possibilitar a mudança obrigatória das senhas de acesso após período definido;

1.1.7. Permitir que o usuário altere sua senha de acesso;

1.1.8. Vincular as contas de acesso à unidade administrativa;

1.1.9. Permitir a criação de perfis de acesso;

1.1.10. Permitir a restrição de visualização de menus da Solução por operador;

1.1.11. Permitir que o administrador desconecte qualquer usuário que estiver utilizando a Solução.

##### 1.2. Auditoria:

1.2.1. A Solução deve oferecer mecanismo para registrar ações dos usuários;

1.2.2. As ações auditadas devem conter minimamente os seguintes dados: usuário, endereço IP (identificação da máquina na rede), data, hora, ação e detalhamento da ação;

1.2.2.1. A auditoria deve registrar os eventos no sistema de forma a responder a pelo menos as seguintes questões:

1.2.2.1.1. Que ação foi realizada no sistema;

1.2.2.1.2. Quando a ação ocorreu;

1.2.2.1.3. Quem provocou a ação;

1.2.2.1.4. Qual máquina envolvida na ação (IP);

1.2.2.1.5. Qual o descritivo da ação.

##### 1.2.3. Integração

1.2.3.1. Deverá dispor de ferramenta que permitam que o próprio cliente faça a extração de dados nos formatos CSV, TXT ou XML.

1.2.3.2. Permitir gerar informações contábeis das Folhas de Pagamentos diretamente em Banco de Dados através de Conexão ODBC.

### 1.3. Módulo Folha de Pagamento.

#### 1.3.1. Relativo a parte estrutural.

1.3.1.1. Permitir definição de estruturas organizacionais para agrupamentos diversos de colaboradores (estabelecimentos, departamentos, centros e custo/resultados, natureza profissional, órgãos responsáveis, sindicatos).

1.3.1.2. Flexibilidade para criação de campos personalizados. Ex: fumante/não fumante; e-mail pessoal, linha de negócio.

#### 1.3.2. Relativo a Cálculos.

1.3.2.1. Permitir a criação de diversos tipos de folha de pagamento (mensal, férias, simulação de férias, 13º salário, rescisão, rescisão complementar simulação de rescisão, folha semanal, adiantamento quinzenal, abono sem gozo de férias, recesso de estagiário, simulação de recesso, outros tipos de folhas de pagamento, a critério da administração de pessoal da Contratante, sem depender do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.2. Permitir que os usuários da Contratante criem e modifiquem eventos dos tipos provento, desconto e intermediário (resultado), de acordo com as regras sindicais de cada categoria profissional, com a possibilidade de definição das respectivas fórmulas de cálculo, independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.3. Permitir a vinculação de determinados cálculos a grupos homogêneos de colaboradores (por empresas, estabelecimentos, sindicatos, horários, cargos, naturezas profissionais, centros de custo/resultado, departamentos, em situação atividade normal, férias, afastamento, rescisão), independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.4. Parametrização do número de salários adicionais: 13º salário, 14º salário.

1.3.2.5. Permitir o agendamento do cálculo mensal de forma que a execução ocorra de forma automática.

1.3.2.Z. Calcular pagamento de adiantamentos (com parametrização dos valores a serem pagos) e antecipações, por exemplo, 13º Salário.

1.3.2.7. Registrar e calcular adicionais salariais (fixos e variáveis), gratificações, comissões e incorporações. Deverá estar preparado para controlar e pagar eventos mensais e eventuais.

1.3.2.6. Compor as bases de Cálculo para descontos mensais (INSS, IR, FGTS, etc.), de acordo com as incidências de cada Vencimento/ Desconto, FUNPREV, BAPREV;

1.3.2.J. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento parcelado.

1.3.2.10. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento adiantado.

1.3.2.11. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Permitir em diferentes dias do mês o adiantamento de diferença do 13º salário e adiantamentos individuais.

1.3.2.12. Simular e calcular a provisão para o 13º salário.

1.3.2.13. Efetuar cálculo e reembolso de faltas e atrasos descontados indevidamente.



- 1.3.2.14. Cálculo retroativo do pagamento (negociações salariais, etc.), podendo ser feito para um empregado ou todos, devendo permitir parametrização.
- 1.3.2.15. Permitir simular/calcular rescisão nas suas diversas modalidades, considerando: Integração com todas as unidades que subsidiam de informações para crédito e débito de valores quando das rescisões (Ex: patrimônio, transportes, Benefícios, etc.), que já estão em funcionamento na solução atual.
- 1.3.2.1Z. Efetuar cálculo automático do pagamento de salário proporcional para os admitidos durante o mês, observando também as licenças e afastamentos.
- 1.3.2.17. Gerar movimento da Folha de Pagamento por empregado, identificando o centro de custo / setor, os vencimentos e os descontos para serem processados no módulo contábil.
- 1.3.2.16. Cálculo e registro por colaborador da Contribuição Sindical por Categoria Profissional.
- 1.3.2.1J. Opção para estabelecer quais valores incidirão na RAIS, FGTS, INSS, IR etc.
- 1.3.2.20. Permitir a definição da quantidade de dias, por tipo de estabilidade (acidente de trabalho, CIPA, DOENÇA, maternidade, representante sindical) e por sindicato, independente do fornecedor da solução e da área de TI.
- 1.3.2.21. Permitir que os usuários da Contratante definam a classificação de PCD por tipo (reabilitado, física, auditiva, visual, mental, múltipla), independente do fornecedor da solução e da área de TI.
- 1.3.3. Relativo a Dependentes.
  - 1.3.3.1. Permitir que os usuários da Contratante façam o cadastro e vínculo de dependentes aos colaboradores, possibilitando definir o tipo de dependência (IR, Salário família, benefícios, outros tipos de dependências), independente do fornecedor e da área de TI.
  - 1.3.3.2. Registro de dependentes/ vinculados legais, informando dependência INSS, IR, Salário Família, Auxílio Creche e Seguro de Vida, Plano de Saúde/Odontológico etc., com possibilidade deste ser diferente do titular.
- 1.3.4. Referente a Pensão Alimentícia.
  - 1.3.4.1. Permitir a definição dos diversos tipos de cálculos de pensão alimentícia (valor fixo, percentual sobre o bruto, percentual sobre o líquido oficial, percentual sobre o líquido geral, dentre outros critérios de cálculos, independente do fornecedor da solução e da área de TI).
  - 1.3.4.2. Permitir que a Contratante mantenha o cadastro dos pensionistas.
  - 1.3.4.3. Calcular e controlar descontos de Pensão Alimentícia e gerar arquivos para transmissão para os bancos e informação para o CRP.
- 1.3.5. Referente aos Encargos.
  - 1.3.5.1. Permitir alteração das tabelas de encargos do colaborador (IRRF e INSS) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.
  - 1.3.5.2. Permitir alteração das tabelas de encargos patronais (SAT, INSS, FGTS, SESEI, SENAI, SEBRAE, FORÇA AÉREA, INCRA, SALÁRIO EDUCAÇÃO) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.



1.3.5.3. Permitir a geração das seguintes informações para os órgãos oficiais: GFIP/GRFC, GPS (INSS), Salário contribuição (INSS), DARF (IRRF), CAGED, IN6Z, CAT, RAIS, DIRF, MANAD.

1.3.5.4. Manutenção nas tabelas de desconto: criação ou extinção de faixas, manutenção etc. (data de início e vigência). Ex: INSS, IR etc.

#### 1.3.Z. Referente à parte Admissional.

1.3.Z.1. Permitir a emissão dos documentos admissionais (Contrato de trabalho e experiência, declarações e autorizações, tais como fichas dos dependentes de salário família, opção do vale transporte e imposto de renda, dentre outros), permitindo alterações de conteúdo conforme necessidade da Contratante, independente da área de administração de pessoal e da área de TI.

1.3.Z.2. Permitir o cadastro manual das informações necessárias para a admissão.

1.3.Z.3. Permitir o gerenciamento do histórico de alterações cadastrais dos funcionários, possibilitando a consulta por competência (mês), tais como escolaridade, afastamento, situação, histórico salariais, modalidade de contratação (horista/mensalista).

1.3.Z.4. Permitir o registro de empregado readmitido, utilizando os dados cadastrais e prontuário que o mesmo tinha quando era empregado;

1.3.Z.5. Permitir registro de admissões especiais sem vínculo empregatício, como: diretores, conselheiros, autônomos, cedidos de outras empresas e mão de obra contratada.

#### 1.3.7. Referente a Férias.

1.3.7.1. Permitir a administração das férias controlando o período aquisitivo, período de fruição, opção de adiantamento do 13º salário e abono pecuniário.

1.3.7.2. Permitir o parcelamento de férias em quantidade superior a duas parcelas.

1.3.7.3. Permitir dias de férias no mesmo mês de referência referentes a períodos aquisitivos distintos. Exemplo: 01 a 15 ref. Ao período 01 e 1Z a 30 ref. Ao período 02.

1.3.7.4. Permitir férias individuais e coletivas.

1.3.7.5. Permitir que os valores referentes às férias sejam tratados de forma proporcionais aos dias de férias de cada mês na folha mensal.

1.3.7.Z. Permitir a definição das regras de cálculos de média de férias de acordo com o sindicato, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.7.7. Permitir a geração dos relatórios de férias (aviso de férias, recibo de férias)

1.3.7.6. Permitir a antecipação do pagamento dos valores de férias.

1.3.7.J. Calcular a provisão de férias.

1.3.7.10. Permitir recálculo de férias;

1.3.7.11. Efetuar controle de Período Aquisitivo de Férias, calculando o número de dias de Férias em decorrência de faltas e afastamentos.

1.3.7.12. Permitir geração e registro automático do novo período aquisitivo;

1.3.7.13. Controle do processo de gerenciamento dos períodos aquisitivos de recesso de estagiários.



1.3.6. Referente a Rescisão.

1.3.6.1. Permitir todos os tipos de rescisão (RAIS)

1.3.6.2. Permitir manter o cadastro de rescisões de forma manual ou mediante fluxo de aprovação.

1.3.6.3. Permitir avisar à administração de pessoal, os colaboradores com estabilidade no ato da rescisão.

1.3.6.4. Permitir a geração das seguintes informações: Aviso prévio, Termo de Rescisão, Homolognet.

1.3.6.5. Emitir relatórios legais para quitação da rescisão (ex.: rescisão de contrato de trabalho, GRFC, contribuições para o INSS, salário desemprego, etc.).

1.3.6.Z. Permitir o registro do desligamento com os seus respectivos motivos.

1.3.6.7. Permitir o registro do término de contrato/mandatos para não empregados (Ex: Estagiários, Diretores, Conselheiros).

1.3.J. Referente a Afastamentos.

1.3.J.1. Permitir o registro automático dos afastamentos a partir do módulo de saúde e segurança ocupacional para fins de cálculos da folha de pagamento.

1.3.J.2. Permitir efetuar o cálculo considerando os dias de afastamentos (parte empresa/previdência).

1.3.J.3. Permitir o registro de afastamento com ou sem vencimentos.

1.3.J.4. Registrar e manter atualizados os dados do período e motivos do afastamento.

1.3.10. Referente a Movimentações de Colaboradores.

1.3.10.1. Permitir movimentações de colaboradores (promoções, progressões, aumentos salariais, transferências).

1.3.10.2. Transferência de colaboradores entre empresas (CNP&s distintos).

1.4. Módulo Folha de Ponto (Desktop e WEB)

1.4.1. Cadastro de servidores (Cadastro deve ser vinculado ao sistema de Folha de Pagamento).

1.4.2. Integração com Sistema de Folha de Pagamento para vinculação de todas as informações do cadastro do servidor.

1.4.3. Registro de frequência (ponto) a partir de qualquer localidade.

1.4.4. Visualização do cartão de ponto.

1.4.5. Lançamento das justificativas de irregularidades.

1.4.Z. Controle de afastamentos.

1.4.7. Relatórios de irregularidades.

1.4.6. Relatório de afastamentos.

1.4.J. Parametrização de acordo com a legislação trabalhista.

1.4.10. Parametrização de acordo com a legislação do MP/BA.

2.0 Arquitetura de Soft-are



A arquitetura de soft-are é composta por soft-are básico, soft-are para intranet/Internet, soft-are para computação pessoal e soft-are para desenvolvimento de aplicações.

Soft-are Básico

- Sistema operacional: WINDOWS 2012 SERVER R2,
- Sistema gerenciador de banco de dados: MS SQLSERVER 2006.
- Protocolo de comunicação padrão: TCP/IP.
- Sistema operacional das estações: Windo-s XP Professional, Windo-s 7 Professional.

Ambiente Intranet/Internet:

- Servidor Http: MS IIS5/Z
- Navegadores IE, Mozilla e Chrome

**ANEXO II – EP) ECIFICAÇÃO DOP Eg VI) AMENTOP E PERSIÇOP**

Produtos e serviços	LIMITE	VALOR
Gen.te Recebe - Folha de Pagamento, VT e IC	3.700	R\$ 10.961,06
Gen.te Monitora - Ponto	3.300	R\$ 3.727,06
Web	3.300	R\$ 760,97
TOTAL DO SERVIÇO		R\$ 15.449,09
VALOR TOTAL ANUAL		R\$ 185.389,05



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Prezados,

Conforme solicitado no despacho 0287628, foram feitas as alterações no TR 0290801.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Costa do Nascimento** em 10/02/2022, às 11:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0290803** e o código CRC **79440132**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### CERTIDÃO

Certificamos, para os devidos fins, que procedemos à consulta da situação da empresa contratada, **L.G INFORMATICA S.A**, CNPJ Nº **01.468.594/0001-22**, e de seus respectivos sócios, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs anexos - 0291304), não tendo sido encontrados registros neste sentido. Ressaltamos, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, que após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** em 01/12/2122, às 05:58, conforme art. 0º, III, "b", da Lei 00.409/2116.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0291306** e o código CRC **94C4D649**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### DESPACHO

Considerando os esclarecimentos prestados pela Unidade demandante, encaminhamos a proposta de minuta para validação pela área, ressaltando que restou pendente o ajuste relativo ao **item 3.8.1 - A**, conforme apontado no despacho anterior. Ademais identificamos uma inconsistência no valor global anual do contrato relativamente ao valor mensal (R\$ 15,449,09 x 12 = 185.389,08), constando no procedimento o valor total anual de R\$ 185.389,05, o qual solicitamos verificar e corrigir, conforme o caso.

Estando aprovada a minuta, sugerimos a retificação do Tr conforme acima explanado, com devolução do expediente para esta Coordenação para encaminhamento do procedimento.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 10/02/2022, às 17:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0291425** e o código CRC **E3990EE7**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA L.G INFORMATICA S.A, NA FORMA ABAIXO:**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **Frederico Welington Silveira Soares**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA L.G INFORMATICA S.A**, CNPJ nº 01.468.594/0001-22, estabelecida à Primeira Avenida, QD. 1-B, Lt. 31, Bairro Cidade Vera Cruz, Condomínio Cidade Empresarial, Aparecida de Goiânia/GO, representada **pelo Sr. Felipe Vieiralves Azevedo**, CPF/MF nº [REDACTED] doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no processo de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2022-DTI protocolado sob o nº 19.09.00854.0001614/2022-17, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Constitui objeto do presente contrato os serviços de suporte técnico e atualização para os seguintes Softwares:

1.1.1 FPW – Ponto Desktop (controle e gestão) para 3.300 (três mil e trezentos) usuários;

1.1.2 FPW – Ponto Web (registro de frequência), para 3.300 (três mil e trezentos) usuários;

1.1.3 FPW – Folha de pagamento para 3.700 (três mil e setecentos) usuários;

1.2 A descrição das funcionalidades dos sistemas, constam do apenso I deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA — DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO**

2.1 O Regime de execução do presente Contrato será efetuado na modalidade empreitada por preço global;



2.2 A cessão do direito de uso dos Sistemas em favor do **CONTRATANTE** permanecerá por prazo indeterminado;

2.3 A **CONTRATADA** fornecerá ao **CONTRATANTE** uma cópia dos Sistemas atualizada, em código aberto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis Federais nº 9.609/1998 e 9.610/1998);

2.4 Cópias dos Sistemas poderão ser instaladas em qualquer computador do **CONTRATANTE** desde que a base de dados dos Sistemas seja única. O número de estações que poderão acessar esta base de dados única não é limitado pelos Sistemas ou pela **CONTRATADA**, podendo o acesso ser feito por rede local ou remota;

2.5 É permitido ao **CONTRATANTE** a criação de outras bases de dados para fins de cópias de segurança, base de testes ou homologações, ou ainda, para armazenamento de dados de funcionários desligados;

2.6 A **CONTRATADA** informará, com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência, o lançamento de novas versões dos Sistemas que exijam evolução no ambiente tecnológico do **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar os ajustes necessários à implementação da nova tecnologia;

2.7 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data da notificação, a ser efetivada, preferencialmente, por e-mail;

2.7.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

2.7.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei Estadual – BA nº 9433/2005.

2.8 O prazo para execução dos serviços é de 01 (um) dia útil, após o recebimento, pela **CONTRATADA**, da nota de empenho;

2.8.1 O prazo de execução não poderá ser prorrogado;

2.9 Os serviços de atualização dos softwares instalados deverão garantir o fornecimento de novas versões, decorrentes de alterações legais e/ou tecnológicas (lançamento de nova versão, para funcionamento com versão mais recente de Sistema Operacional, linguagem de programação ou outras



ferramentas) e/ou decorrentes de melhorias introduzidas pela **CONTRATADA**;

2.10 Os serviços de suporte técnico deverão proporcionar ao usuário o apoio na utilização dos Sistemas, com esclarecimentos de quaisquer dúvidas e soluções de questões que venham a surgir durante a sua utilização.

2.11 A prestação de serviços de suporte ocorrerá nas seguintes modalidades:

2.11.1 Suporte telefônico, com atendimento ao usuário, prestando esclarecimentos sobre dúvidas por telefone;

2.11.2 Suporte eletrônico, com esclarecimentos das solicitações efetuados eletronicamente por e-mail ou canal direto de atendimento (CHAT) através do endereço eletrônico da **CONTRATADA**;

2.11.3 Suporte na Sede do **CONTRATANTE**, mediante solicitação e agendamento prévio, com eventual ônus específico ao **CONTRATANTE**;

2.12 Os prazos para atendimento às solicitações de suporte obedecerão à classificação destas, conforme a seguir discriminado:

2.12.1 Solicitações críticas: relativas a problemas que impeçam completamente o funcionamento do sistema devem ser solucionadas em até 02 (duas) horas;

2.12.2 Solicitações urgentes: referentes a problemas que afetem significativamente a execução dos trabalhos devem ser solucionadas em até 04 (quatro) horas;

2.12.3 Solicitações padrão (comuns): devem ser solucionadas em até 08 (oito) horas úteis;

2.12.4 Solicitações com baixo nível de criticidade ou que podem aguardar enquanto são elaboradas respostas para as questões anteriores: devem ser solucionadas em até 12 (doze) horas úteis;

2.13 Os prazos discriminados nos **subitens 2.12** e seguintes são válidos apenas para as solicitações que demandem uma solução que dispense a alteração dos sistemas, ou seja, para dúvidas e atendimentos operacionais e técnicos;



2.14 Na hipótese de ocorrência de erros comprovadamente definidos como "bug do sistema" (falhas que independem de qualquer ação ou omissão do **CONTRATANTE**), caberá à **CONTRATADA** dispor de todos os recursos necessários para solucioná-lo, não cabendo nenhuma despesa ao **CONTRATANTE** e sendo o prazo de correção tratado em função da criticidade definida no item 2.12;

2.15 Os serviços de suporte poderão ser prestados de forma centralizada de modo que a **CONTRATADA** dará suporte a um usuário ou a um grupo de usuários dos sistemas cedidos ao **CONTRATANTE**, a quem competirá o repasse da solução indicada aos usuários finais;

2.16 O serviço de suporte presencial poderá ser prestado por um interveniente local, devidamente autorizado pela **CONTRATADA**;

2.17 Os serviços de suporte remoto (e-mail, internet, telefônico etc) poderá ser prestado por um interveniente localizado em outra capital, desde que devidamente autorizado pela **CONTRATADA**;

2.18 Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres;

2.19 O recebimento do objeto contratual, ficará sob a responsabilidade do(a) fiscal do contrato (responsável pela habilitação para pagamentos) em conjunto com um representante da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) do **CONTRATANTE**, caso estes não sejam a mesma pessoa;

2.19.1 Para fins de recebimento provisório/definitivo, não se reputará como válido o recebimento dado pelo **CONTRATANTE** em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço da **CONTRATADA**;

2.19.2 O prazo para recebimento provisório será de 05 (cinco) dias;

2.20 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas (tais como bens em dissonância com as especificações e exigências contratuais, com vícios ou defeitos de fabricação, com prejuízo ao perfeito funcionamento ou com danos nas embalagens que possam comprometer a qualidade do conteúdo), podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

2.21 O recebimento definitivo do objeto deste contrato ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias e só será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos contidos no Ato Normativo nº 007/2005 e na Instrução Normativa nº 006/2012, respeitadas as exigências contidas do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.21.1 O recebimento ocorrerá também em conjunto com a Comissão de Recebimento de Bens Permanentes do **CONTRATANTE**, designada pela Portaria nº 047/2021-SGA – ou por instrumento que eventualmente a substitua, caso o valor do objeto contratual seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, nos termos do art. 73, c/c, art. 15 §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.22 Esgotado o prazo total para a conclusão do recebimento definitivo sem qualquer manifestação do **CONTRATANTE**, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para fins de habilitação para pagamento;

2.23 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE**, não exclui a responsabilidade civil do **CONTRATADO** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de inexigibilidade de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

2.24. As comunicações entre as partes deverão ser formalizadas através do telefone (71) 3103-6556 e e-mail [dgp@mpba.mp.br](mailto:dgp@mpba.mp.br).

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Gestora	Unidade Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/0021	2002	9900	100	33.90.40

### CLAÚSULA QUARTA- DO PREÇO

4.1 Os valores estabelecidos para os serviços objeto deste contrato são estabelecidos conforme abaixo descrito:

4.1.1 Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Power -Folha de Pagamento, licenciado para 3.700 (três mil e setecentos) usuários: R\$ 10.961,06 (dez mil novecentos e sessenta e um reais e seis centavos);



**4.1.2** Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Ponto Desktop (controle e gestão) -para 3.300 (três mil e trezentos) usuários: R\$ 3.727,06 (três mil setecentos e vinte sete reais e seis centavos);

**4.1.3** Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Ponto Web (registro de frequência) -para 3.300 (três mil e trezentos) usuários: R\$ 760,97 (setecentos e sessenta reais e noventa e sete centavos);

4.2 Dá-se ao presente Contrato o valor total mensal de R\$ 15.449,09 (quinze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e nove centavos) e o valor global anual máximo de R\$ 185.389,08 (cento e oitenta e cinco mil trezentos e oitenta e nove reais e oito centavos);

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, depreciação, aluguéis, licenças, administração, tributos e emolumentos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES**

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei Estadual - BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS**

6.1 Os faturamentos referentes ao objeto deste contrato serão efetuados mensalmente e o pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e demais documentos cabíveis, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.1.1 A documentação deverá estar acompanhada do **TERMO DE ACEITE** do objeto pelo **CONTRATANTE**;



6.1.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização.

6.2 No valor estabelecido para contratação encontram-se inseridos quaisquer custos da **CONTRATADA**, que se relacionem direta ou indiretamente com o fiel cumprimento do contrato, a exemplo de despesas salariais, encargos sociais, materiais e equipamentos empregados, impostos e taxas de qualquer natureza;

6.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no **item 6.2** e seus subitens.

## **CLÁUSULA SÉTIMA — DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS**

7.1 A concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 82 da Lei Estadual-BA n.º 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 meses da data da assinatura do Contrato, mediante a aplicação do **IGP-M**, observadas as disposições legais:

7.1.1 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

7.1.2 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8<sup>º</sup> da Lei Estadual n.º 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de



requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo.

## CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de 03 de março de 2022 até 03 de março de 2023, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso III do artigo 140 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

## CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Além das determinações contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste contrato e no processo de Inexigibilidade de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

9.1 Promover a perfeita execução contratual de acordo com as especificações técnicas, prazos e exigências constantes no instrumento convocatório e no presente contrato, na forma e nos locais determinados pelo **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.2 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da **CONTRATADA**, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **CONTRATANTE**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

9.2 Fornecer ao **CONTRATANTE** cópias atualizadas dos Sistemas, em código objeto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis nº 9.609/98 e 9.610/98);

9.2.1 A **CONTRATADA** se obriga a disponibilizar ao **CONTRATANTE** o código fonte atualizado dos sistemas em quaisquer hipóteses em que se configure a impossibilidade de continuidade à manutenção dos sistemas, tais como falência ou dissolução;



9.3 Prestar diretamente, ou por interveniente devidamente autorizado, os serviços de Atualização e Suporte Técnico dos Sistemas Objeto deste instrumento;

9.3.1 A atualização de sistemas deverá ser encaminhada preferencialmente pela internet, através de acesso seguro mediante usuário/senha a ser fornecido pela **CONTRATADA**;

9.4 Manter o sistema sempre atualizado, garantindo a execução das suas funcionalidades;

9.5 Realizar suas atividades utilizando profissionais especializados e de nível adequado, e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;

9.6 Assegurar ao **CONTRATANTE** o livre acesso às bases de dados do Sistema, inclusive ao seu projeto e à documentação completa das tabelas e ao modelo de desenvolvimento, de tal forma que seja possível a qualquer pessoa, desde que tecnicamente preparada, desenvolver funções específicas;

9.7 Manter o mais absoluto sigilo sobre todos os serviços prestados, não divulgando ou permitindo divulgar, interna ou externamente, nomes, dados, ou quaisquer outras informações sobre as atividades, projetos, Sistemas ou peculiaridades da empresa, sobre os quais tenha desenvolvido qualquer análise, emitido parecer ou tenha sido incumbido pelo **CONTRANTE** de manifestar-se a respeito;

9.8 Manter sob sua exclusiva responsabilidade a supervisão e direção da mão de obra utilizada na execução dos serviços objeto deste contrato;

9.9 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de inexigibilidade de licitação;

9.10 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas gerais de segurança do trabalho, identificação, disciplina e outros regulamentos instituídos pelo CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços objeto deste Contrato;

9.11 Promover o imediato afastamento, da execução do objeto contratual, de empregados e/ou prepostos cuja permanência se demonstre em desacordo com este instrumento, ou, ainda, com a moralidade e a ética, correndo, por exclusiva conta da CONTRATADA, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;





9.12 Determinar e providenciar a realização regular dos exames de saúde, na forma da lei, dos trabalhadores empregados na consecução do objeto deste ajuste, bem como arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, fardamento, alimentação e todas as demais obrigações especificadas nos dissídios ou convenções coletivas;

9.13 Realizar e comprovar o pagamento de todas as remunerações, auxílios e indenizações cabíveis e previstos na Legislação Trabalhista e nos dissídios ou convenções coletivas, bem como de todos os encargos previdenciários relativos aos empregados designados para atividades relacionadas com a execução do presente contrato, sendo-lhe defeso invocar a existência deste para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las ao CONTRATANTE;

9.14 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como observar e respeitar as legislações Federais, Estaduais e Municipais atinentes ao presente contrato;

9.14.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

9.15 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição de bens (quando couber) e serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.16 Responder perante o CONTRATANTE no que concerne à conduta e pontualidade dos empregados designados para atividades relacionadas com a execução do presente contrato, substituindo-os, sem ônus, em caso de ausências, por motivo justificado ou não;

9.17 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

9.18 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao **CONTRATANTE** no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;



9.19 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

9.20 Indenizar ao **CONTRATANTE** por eventuais danos causados por seus prepostos aos equipamentos deste, em virtude de dolo, negligência, imperícia ou imprudência, verificados no curso da execução deste instrumento;

9.21 Indenizar o **CONTRATANTE** e mantê-lo isento de todas as reclamações, interpelações ou danos exigidos do **CONTRATANTE** por terceiros, no tocante a qualquer ação lastreada em infrações de direitos autorais ou qualquer segredo comercial ligado ao(s) Sistema(s) objeto deste instrumento. O **CONTRATANTE** notificará a **CONTRATADA** de tais ações de terceiros, a fim de que **CONTRATADA** possa assumir os procedimentos necessários a sua defesa;

9.22 Atender às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de (re) adequação de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou da proposta constante no processo de inexigibilidade de licitação que o originou, providenciando sua reparação, correção, substituição e/ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE** e observados os níveis de criticidade definidos no **item 2.12**;

9.23 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.24 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do Contrato;

9.25 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, durante a vigência deste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.2 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;



10.4 Viabilizar, no que for cabível, as condições de execução dos serviços pela CONTRATADA, prestando-lhe todas as informações necessárias e solucionando quaisquer casos concernentes;

10.5 Disponibilizar os demais produtos necessários para o funcionamento do Sistema, como sistemas operacionais, gerenciadores de banco de dados, linguagens de programação, drivers de ODBC, geradores de relatórios, gerenciadores de bancos de dados *front-end*, ou qualquer outro que não esteja expressamente mencionado neste Termo de Referência;

10.6 Auxiliar a CONTRATADA nas ações que esta julgar adequadas para a solução dos erros, inclusive a adoção de medidas temporárias que reduzam o efeito destes até a sua solução definitiva;

10.7 Manter sigilo e não revelar total ou parcialmente o conteúdo do Sistema, a não ser a pessoas indicadas por ela para a execução de serviços de Customização. Neste caso, estas pessoas deverão ser informadas do conteúdo deste item e orientadas a segui-lo;

10.8 Não divulgar o conteúdo do Sistema, bem como dados, informações e tecnologia nele contidos ou qualquer documentação, descrição, fluxograma, desenho, modelos, relatórios, a ele relativos;

10.9 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.10 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

10.11 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA GARANTIA

11.1 A **CONTRATADA** garante que os Sistemas executarão as funções substancialmente em conformidade com sua documentação. A presente garantia refere-se sempre à última versão dos Sistemas. A **CONTRATADA** não se responsabiliza e nem garante o uso dos Sistemas caso o **CONTRATANTE** não faça atualizações, permanecendo com as versões adquiridas por tempo indefinido. A **CONTRATADA**, ao lançar novas versões, deixará de prestar os serviços de atualização e



suporte de software nas versões anteriores, perdendo o **CONTRATANTE**, se não atualizar os Sistemas, por qualquer motivo, o direito de exigir qualquer tipo de garantia.

11.2 A garantia acima é a única garantia, quer expressa, quer implícita. Ficam excluídas, inclusive, quaisquer perdas e/ou danos causados direta ou indiretamente pelos Sistemas em si ou por seus resultados diretos ou indiretos. Fica excluída também, qualquer responsabilidade da **CONTRATADA** quanto às atualizações dos Sistemas ou dos manuais, nem mesmo por motivo de alteração na legislação que rege o processamento da folha de pagamento ou de outras normas e regras que orientam procedimentos internos ou externos à empresa, mesmo sendo de natureza legal e obrigatória, se esta for estabelecida e exigida me tempo não hábil para alteração dos Sistemas.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

12.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

12.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

12.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;

12.2.3 Promover a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

12.2.4 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

12.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;



12.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

12.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços e/ou o fornecimento de bens que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

12.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

12.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

12.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

12.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA ng. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

13.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

13.2.1 Multa;

13.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos





determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

13.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

13.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.2 a 13.2.4, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

13.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

13.4.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

13.4.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

13.4.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

13.4.4 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:

12.4.4.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor global do contrato;

13.4.4.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor global do contrato;

13.4.4.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

13.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;



13.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser descontadas da garantia contratual ou cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

13.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

13.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DA RESCISÃO**

14.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

14.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos 1 a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

14.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, quaisquer das medidas discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no edital do processo de inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido expediente, naquilo que não diverja deste ajuste.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DA PUBLICIDADE**

**CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DO FORO**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

18.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/2005, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento e/ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos legais.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022.

<p><b>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA</b> <b>Frederico Wellington Silveira Soares</b> Superintendente</p>		<p><b>L.G INFORMÁTICA S.A</b> <b>Felipe Vieirals Azevedo</b> Presidente</p>
---	--	---



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

### 1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

#### 1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

##### 1.1. Controle de Acesso:

1.1.1. A Solução deve oferecer mecanismo para controlar e restringir o acesso de usuários à suas funcionalidades e dados. Este mecanismo deverá gerenciar os níveis de acesso a Solução utilizando perfis de acesso;

1.1.2. Permitir, nativamente, a criação, ativação e inativação de contas de usuário (credenciais de acesso);

1.1.3. Permitir a integração, para fins de autenticação de usuário, com os produtos MS-ActiveDirectory ou LDAP;

1.1.4. Possuir, nativamente, políticas de segurança que possibilitem bloquear contas após tentativas incorretas de acesso;

1.1.5. Permitir que o Supervisor do Módulo faça o desbloqueio das contas de usuário;

1.1.6. Possibilitar a mudança obrigatória das senhas de acesso após período definido;

1.1.7. Permitir que o usuário altere sua senha de acesso;

1.1.8. Vincular as contas de acesso à unidade administrativa;

1.1.9. Permitir a criação de perfis de acesso;

1.1.10. Permitir a restrição de visualização de menus da Solução por operador;

1.1.12. Permitir que o administrador desconecte qualquer usuário que estiver utilizando a Solução.

##### 1.2. Auditoria:

1.2.1. A Solução deve oferecer mecanismo para registrar ações dos usuários;

1.2.2. As ações auditadas devem conter minimamente os seguintes dados: usuário, endereço IP (identificação da máquina na rede), data, hora, ação e detalhamento da ação;

1.2.2.1. A auditoria deve registrar os eventos no sistema de forma a responder a pelo menos as seguintes questões:

1.2.2.1.1. Que ação foi realizada no sistema;

1.2.2.1.2. Quando a ação ocorreu;



- 1.2.2.1.3. Quem provocou a ação;
- 1.2.2.1.4. Qual máquina envolvida na ação (IP);
- 1.2.2.1.5. Qual o descritivo da ação.
- 1.2.3. Integração
  - 1.2.3.1. Deverá dispor de ferramenta que permitam que o próprio cliente faça a extração de dados nos formatos CSV, TXT ou XML.
  - 1.2.3.2. Permitir gerar informações contábeis das Folhas de Pagamentos diretamente em Banco de Dados através de Conexão ODBC.

### 1.3. Módulo Folha de Pagamento.

- 1.3.1. Relativo a parte estrutural.
  - 1.3.1.1. Permitir definição de estruturas organizacionais para agrupamentos diversos de colaboradores (estabelecimentos, departamentos, centros e custo/resultados, natureza profissional, órgãos responsáveis, sindicatos).
  - 1.3.1.2. Flexibilidade para criação de campos personalizados. Ex: fumante/não fumante; e-mail pessoal, linha de negócio.
- 1.3.2. Relativo a Cálculos.
  - 1.3.2.1. Permitir a criação de diversos tipos de folha de pagamento (mensal, férias, simulação de férias, 13º salário, rescisão, rescisão complementar simulação de rescisão, folha semanal, adiantamento quinzenal, abono sem gozo de férias, recesso de estagiário, simulação de recesso, outros tipos de folhas de pagamento, a critério da administração de pessoal da Contratante, sem depender do fornecedor da solução e da área de TI.
  - 1.3.2.2. Permitir que os usuários da Contratante criem e modifiquem eventos dos tipos provento, desconto e intermediário (resultado), de acordo com as regras sindicais de cada categoria profissional, com a possibilidade de definição das respectivas fórmulas de cálculo, independente do fornecedor da solução e da área de TI.
  - 1.3.2.3. Permitir a vinculação de determinados cálculos a grupos homogêneos de colaboradores (por empresas, estabelecimentos, sindicatos, horários, cargos, naturezas profissionais, centros de custo/resultado, departamentos, em situação atividade normal, férias, afastamento, rescisão), independente do fornecedor da solução e da área de TI.
  - 1.3.2.4. Parametrização do número de salários adicionais: 13º salário, 14º salário.
  - 1.3.2.5. Permitir o agendamento do cálculo mensal de forma que a execução ocorra de forma automática.
  - 1.3.2.6. Calcular pagamento de adiantamentos (com parametrização dos valores a serem pagos) e antecipações, por exemplo, 13º Salário.
  - 1.3.2.7. Registrar e calcular adicionais salariais (fixos e variáveis), gratificações, comissões e incorporações. Deverá estar preparado para controlar e pagar eventos mensais e eventuais.





- 1.3.2.8. Compor as bases de Cálculo para descontos mensais (INSS, IR, FGTS, etc.), de acordo com as incidências de cada Vencimento/ Desconto, FUNPREV, BAPREV;
- 1.3.2.9. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento parcelado.
- 1.3.2.10. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento adiantado.
- 1.3.2.12. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Permitir em diferentes dias do mês o adiantamento de diferença do 13º salário e adiantamentos individuais.
- 1.3.2.12. Simular e calcular a provisão para o 13º salário.
- 1.3.2.13. Efetuar cálculo e reembolso de faltas e atrasos descontados indevidamente.
- 1.3.2.14. Cálculo retroativo do pagamento (negociações salariais, etc.), podendo ser feito para um empregado ou todos, devendo permitir parametrização.
- 1.3.2.15. Permitir simular/calcular rescisão nas suas diversas modalidades, considerando: Integração com todas as unidades que subsidiam de informações para crédito e débito de valores quando das rescisões (Ex: patrimônio, transportes, Benefícios, etc.), que já estão em funcionamento na solução atual.
- 1.3.2.16. Efetuar cálculo automático do pagamento de salário proporcional para os admitidos durante o mês, observando também as licenças e afastamentos.
- 1.3.2.17. Gerar movimento da Folha de Pagamento por empregado, identificando o centro de custo / setor, os vencimentos e os descontos para serem processados no módulo contábil.
- 1.3.2.18. Cálculo e registro por colaborador da Contribuição Sindical por Categoria Profissional.
- 1.3.2.19. Opção para estabelecer quais valores incidirão na RAIS, FGTS, INSS, IR etc.
- 1.3.2.20. Permitir a definição da quantidade de dias, por tipo de estabilidade (acidente de trabalho, CIPA, DOENÇA, maternidade, representante sindical) e por sindicato, independente do fornecedor da solução e da área de TI.
- 1.3.2.21. Permitir que os usuários da Contratante definam a classificação de PCD por tipo (reabilitado, física, auditiva, visual, mental, múltipla), independente do fornecedor da solução e da área de TI.
- 1.3.3. Relativo a Dependentes.
- 1.3.3.1. Permitir que os usuários da Contratante façam o cadastro e vínculo de dependentes aos colaboradores, possibilitando definir o tipo de dependência (IR, Salário família, benefícios, outros tipos de dependências), independente do fornecedor e da área de TI.
- 1.3.3.2. Registro de dependentes/ vinculados legais, informando dependência INSS, IR, Salário Família, Auxílio Creche e Seguro de Vida, Plano de Saúde/Odontológico etc., com possibilidade deste ser diferente do titular.
- 1.3.4. Referente a Pensão Alimentícia.



1.3.4.1. Permitir a definição dos diversos tipos de cálculos de pensão alimentícia (valor fixo, percentual sobre o bruto, percentual sobre o líquido oficial, percentual sobre o líquido geral, dentre outros critérios de cálculos, independente do fornecedor da solução e da área de TI).

1.3.4.2. Permitir que a Contratante mantenha o cadastro dos pensionistas.

1.3.4.3. Calcular e controlar descontos de Pensão Alimentícia e gerar arquivos para transmissão para os bancos e informação para o CRP.

1.3.5. Referente aos Encargos.

1.3.5.1. Permitir alteração das tabelas de encargos do colaborador (IRRF e INSS) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.5.2. Permitir alteração das tabelas de encargos patronais (SAT, INSS, FGTS, SESEI, SENAI, SEBRAE, FORÇA AÉREA, INCRA, SALÁRIO EDUCAÇÃO) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.5.3. Permitir a geração das seguintes informações para os órgãos oficiais: GFIP/GRFC, GPS (INSS), Salário contribuição (INSS), DARF (IRRF), CAGED, IN86, CAT, RAIS, DIRF, MANAD.

1.3.5.4. Manutenção nas tabelas de desconto: criação ou extinção de faixas, manutenção etc. (data de início e vigência). Ex: INSS, IR etc.

1.3.6. Referente à parte Admissional.

1.3.6.1. Permitir a emissão dos documentos admissionais (Contrato de trabalho e experiência, declarações e autorizações, tais como fichas dos dependentes de salário família, opção do vale transporte e imposto de renda, dentre outros), permitindo alterações de conteúdo conforme necessidade da Contratante, independente da área de administração de pessoal e da área de TI.

1.3.6.2. Permitir o cadastro manual das informações necessárias para a admissão.

1.3.6.3. Permitir o gerenciamento do histórico de alterações cadastrais dos funcionários, possibilitando a consulta por competência (mês), tais como escolaridade, afastamento, situação, histórico salariais, modalidade de contratação (horista/mensalista).

1.3.6.4. Permitir o registro de empregado readmitido, utilizando os dados cadastrais e prontuário que o mesmo tinha quando era empregado;

1.3.6.5. Permitir registro de admissões especiais sem vínculo empregatício, como: diretores, conselheiros, autônomos, cedidos de outras empresas e mão de obra contratada.

1.3.7. Referente a Férias.

1.3.7.1. Permitir a administração das férias controlando o período aquisitivo, período de fruição, opção de adiantamento do 13º salário e abono pecuniário.

1.3.7.2. Permitir o parcelamento de férias em quantidade superior a duas parcelas.



1.3.7.3. Permitir dias de férias no mesmo mês de referência referentes a períodos aquisitivos distintos. Exemplo: 01 a 15 ref. Ao período 01 e 16 a 30 ref. Ao período 02.

1.3.7.4. Permitir férias individuais e coletivas.

1.3.7.5. Permitir que os valores referentes às férias sejam tratados de forma proporcionais aos dias de férias de cada mês na folha mensal.

1.3.7.6. Permitir a definição das regras de cálculos de média de férias de acordo com o sindicato, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.7.7. Permitir a geração dos relatórios de férias (aviso de férias, recibo de férias)

1.3.7.8. Permitir a antecipação do pagamento dos valores de férias.

1.3.7.9. Calcular a provisão de férias.

1.3.7.10. Permitir recálculo de férias;

1.3.7.12. Efetuar controle de Período Aquisitivo de Férias, calculando o número de dias de Férias em decorrência de faltas e afastamentos.

1.3.7.12. Permitir geração e registro automático do novo período aquisitivo;

1.3.7.13. Controle do processo de gerenciamento dos períodos aquisitivos de recesso de estagiários.

1.3.8. Referente a Rescisão.

1.3.8.1. Permitir todos os tipos de rescisão (RAIS)

1.3.8.2. Permitir manter o cadastro de rescisões de forma manual ou mediante fluxo de aprovação.

1.3.8.3. Permitir avisar à administração de pessoal, os colaboradores com estabilidade no ato da rescisão.

1.3.8.4. Permitir a geração das seguintes informações: Aviso prévio, Termo de Rescisão, Homolognet.

1.3.8.5. Emitir relatórios legais para quitação da rescisão (ex.: rescisão de contrato de trabalho, GRFC, contribuições para o INSS, salário desemprego, etc.).

1.3.8.6. Permitir o registro do desligamento com os seus respectivos motivos.

1.3.8.7. Permitir o registro do término de contrato/mandatos para não empregados (Ex: Estagiários, Diretores, Conselheiros).

1.3.9. Referente a Afastamentos.

1.3.9.1. Permitir o registro automático dos afastamentos a partir do módulo de saúde e segurança ocupacional para fins de cálculos da folha de pagamento.

1.3.9.2. Permitir efetuar o cálculo considerando os dias de afastamentos (parte empresa/previdência).

1.3.9.3. Permitir o registro de afastamento com ou sem vencimentos.

1.3.9.4. Registrar e manter atualizados os dados do período e motivos do afastamento.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

1.3.10. Referente a Movimentações de Colaboradores.

1.3.10.1. Permitir movimentações de colaboradores (promoções, progressões, aumentos salariais, transferências).

1.3.10.2. Transferência de colaboradores entre empresas (CNPJs distintos).

1.4. Módulo Folha de Ponto (Desktop e WEB)

1.4.1. Cadastro de servidores (Cadastro deve ser vinculado ao sistema de Folha de Pagamento).

1.4.2. Integração com Sistema de Folha de Pagamento para vinculação de todas as informações do cadastro do servidor.

1.4.3. Registro de frequência (ponto) a partir de qualquer localidade.

1.4.4. Visualização do cartão de ponto.

1.4.5. Lançamento das justificativas de irregularidades.

1.4.6. Controle de afastamentos.

1.4.7. Relatórios de irregularidades.

1.4.8. Relatório de afastamentos.

1.4.9. Parametrização de acordo com a legislação trabalhista.

1.4.10. Parametrização de acordo com a legislação do MP/BA.

## 2.0 Arquitetura de Software

A arquitetura de software é composta por software básico, software para intranet/Internet, software para computação pessoal e software para desenvolvimento de aplicações.

### Software Básico

- Sistema operacional: WINDOWS 2012 SERVER R2,
- Sistema gerenciador de banco de dados: MS SQLSERVER 2008.
- Protocolo de comunicação padrão: TCP/IP.
- Sistema operacional das estações: Windows XP Professional, Windows 7 Professional.

### Ambiente Intranet/Internet:

- Servidor Http: MS IIS5/6
- Navegadores IE, Mozilla e Chrome



## 1. OBJETO

### 1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

#### Especificação do Objeto

O presente Processo tem por escopo a contratação de empresa para a prestação de serviços Atualização e Suporte Técnico para os softwares:

- A) FPW Ponto Desktop (controle e gestão) 3.300 usuários
- B) FPW Ponto Web (Registro de Frequência) 3.300 usuários
- C) FPW Folha de Pagamento 3.700 usuários

### 1.2 FORMA DE CONTRA TAÇÃO

ESCOLHE  
R UMA  
DAS  
TRÊS  
OPÇÕES

(Marcar  
com X):

( x

**Ax ) REPTAÇÃO DE PERSIÇOP IMEDIATA ( ) ONTVAVL ) OR  
EPCO) O**

( x

**Bx ) REPTAÇÃO DE PERSIÇOP ) ARCEUADA**

( / x

**Cx OVTROP:  
T3ata4se de se35iço coGtiGÓo.**

### 1.3 JVPTIFI CATISA: NECEPP IDADE DA CONTRA TAÇÃO

Atualmente, a Coordenação de Gestão de Pessoas utiliza o sistema FPW Ponto Desktop (controle e gestão), FPW Ponto Web (Registro de Frequência) FPW Folha de Pagamento

Este processo de contratação pretende alcançar os seguintes resultados:

- Melhoria no controle dos processos inerentes à Folha de Pagamento;
- Manter o atual nível de integração entre o sistema de ponto e o sistema de folha de pagamento;
- Garantir a continuidade dos serviços;
- Proporcionar que os servidores registrem suas frequências através de um sistema adaptado à instituição;
- Manter o atual nível de integração entre o sistema de ponto e o sistema de folha de pagamento;
- Garantir a continuidade dos serviços;

Vale salientar que, devido à natureza dessa atividade, é crucial manter o sistema disponível e em sua plena funcionalidade devido a necessidade de uso da folha de





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

pagamento e do ponto pelos usuários deste Ministério Público.

### 1.- JVPTIFI CATISA:

### DA INSIAB IUIDAD E DE (COM) ET IÇÃO

Conforme Certidão Nº 211012/37.638 e C E R T I D Ã O Nº 211012/37.637

a empresa LG INFORMÁTICA S/A é a ÚNICA desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização, autorizada a comercializar e prestar serviços de atualização e suporte técnico em todo o território nacional aos programas para computador abaixo listados:

PROGRAMA 1. Gen.te Recebe – Folha de Pagamento / FPW Folha de Pagamento;  
Gen.te Monitora – Ponto / FPW Ponto e seus módulos.

### 1.m INDICA ÇÃO DE MODEU O ELOV MARCA OBRIvA TQRIOP

( x SIM

(/ x NÃO

1.m1 INDICAÇÃO DO(Px ITEM(NPx E DO MODEUOLMARCA 4Er caso  
positi5o:

### ESCOLHE R UMA OPÇÃO\* (Marcar com X):

1.m2 JVPTIFICATISA ) ARA CADA ITEM 4Er caso positi5o:

## 2. FVNDAMENTO UEv AU

### 2.1 INDICA ÇÃO DO DIP) OP ITISO UEvAU EM g VE PE ENg VA DRA A 6I) QTE PE DE CONTRA TAÇÃO ESCOLHE R UMA OPÇÃO\*

( x

Ax A3ti0o , ul I da Uei EstadÓarLBA Gº 9.- ´´L2uum 4 para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;

( / x

Bx A3ti0o , ul II da Uei EstadÓarLBA Gº 9.- ´´L2uum - para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

( x

C) A3ti0o , ul capÓt 4 quando caracterizada a inviabilidade de competição;



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

(Marcar  
com X):

### 1. REV RAP DE CONTRATAÇÃO

1.1  
REV RAP  
DE  
FORMAUI  
ZAÇÃO  
CONTRA  
TVAU

#### 1.1.1 6 ASERÁ CEUEBRAÇÃO DE CONTRATO

( /x A PIM

( x B NÃO (FORMAUIZAÇÃO PE DARÁ A) ENAP COM A EMIPPÃO DE  
EM) EN6 O x

1.2  
REV RAP  
DE  
EXECVÇÃO  
O  
CONTRA  
TVAU

#### 1.2.1 REVIME DE EXECVÇÃO:

( /x Er p3eitada po3 p3eço ÓGitá3io

( x Er p3eitada po3 p3eço 0mban

( x OÓt3o:

#### 1.2.2 ) RAZO ) ARA RETIRADA DA NOTA DE EM) EN6 O:

➤ 2 dias ( X x Úteis ( x Corridos.

Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.

#### 1.2.1 ) RAZOP DE EXECVÇÃO

➤ 1 dias ( X x Úteis ( x Corridos

➤ O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.

#### 1.2.- ADMIPPIBIUIDADE DE ) RORROv AÇÃO DO ) RAZO DE EXECVÇÃO :

(/x Ax NÃO

( x

**Bx PIM.** Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.

➤ Por até \_\_\_\_\_ dias ( x Úteis ( x Corridos

#### 1.2.mUOCAU DE EXECVÇÃO DOP PERSIÇOP:

Ministério Público do Estado da Bahia, 5ª Avenida nº 750 CAB- Salvador, BA -



Brasil -

**2.2. REV RAP EP) ECIAIP ) ARA EXECUÇÃO:**

- Execução deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):  
( **X** x A) NÃO ( x B) SIM
- Unidade responsável: Diretoria de Gestão de Pessoas
- Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: (71) 3103-0162 e everaldo@mpba.mp.br
- Dias para realização da entrega dos serviços: *dias úteis*
- Horários para execução: *DAS 08 ÀS 18*
- Condições especiais adicionais: *inserir texto, caso cabível*

*3.2.6.1A cessão do direito de uso dos Sistemas em favor do CONTRATANTE permanecerá por prazo indeterminado;*

*A CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE uma cópia dos Sistemas atualizada, em código aberto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis Federais nº 9.609/1998 e 9.610/1998);*

*Cópias dos Sistemas poderão ser instaladas em qualquer computador do CONTRATANTE desde que a base de dados dos Sistemas seja única. O número de estações que poderão acessar esta base de dados única não é limitado pelos Sistemas ou pela CONTRATADA, podendo o acesso ser feito por rede local ou remota;*

*É permitido ao CONTRATANTE a criação de outras bases de dados para fins de cópias de segurança, base de testes ou homologações, ou ainda, para armazenamento de dados de funcionários desligados;*

*A CONTRATADA informará, com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência, o lançamento de novas versões dos Sistemas que exijam evolução no ambiente tecnológico do CONTRATANTE, de modo a viabilizar os ajustes necessários à implementação da nova tecnologia;*

*Na hipótese de ocorrência de erros comprovadamente definidos como "bug do sistema" (falhas que independem de qualquer ação ou omissão do CONTRATANTE) caberá à CONTRATADA dispor de todos os recursos necessários para solucioná-lo, não cabendo nenhuma despesa ao CONTRATANTE e sendo o prazo de correção tratado em função da criticidade definida no item 2.10;*

*Os serviços de suporte poderão ser prestados de forma centralizada de modo que a CONTRATADA dará suporte a um usuário ou a um grupo de usuários dos sistemas cedidos ao CONTRATANTE, a quem competirá o repasse da solução indicada aos usuários finais;*

*O serviço de suporte presencial poderá ser prestado por um interveniente*

**2.2  
REV RAP  
DE  
EXECUÇÃO  
O  
CONTRA  
TUAU**



*local, devidamente autorizado pela CONTRATADA;*

Os serviços de suporte remoto (e-mail, internet, telefônico etc) poderá ser prestado por um interveniente localizado em outra capital, desde que devidamente autorizado pela CONTRATADA;

Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres;

3.2.7 Os serviços objeto deste contrato serão prestados sob as seguintes formas:

3.2.7.1. Atualização aos softwares instalados e garantir fornecimento de novas versões,

por força de alterações legais e tecnológicas (lançamento de nova versão, para funcionamento com versão mais recente de Sistema Operacional, linguagem de programação ou outras ferramentas) e/ou decorrentes de melhorias espontaneamente introduzidas pela contratada;

3.2.7.2 O Suporte Técnico permitirá ao usuário o apoio na utilização dos Sistemas, com esclarecimentos de dúvidas e soluções de questões que venham a surgir na sua utilização.

O suporte deverá ser fornecido da seguinte forma:

- Suporte Telefônico: esclarecimentos prestados por telefone;
- Suporte eletrônico: esclarecimentos das solicitações efetuados eletronicamente por e-mail ou canal direto de atendimento (CHAT) eletrônico através do endereço eletrônico da contratada;
- Suporte na SEDE da adquirente: mediante solicitação e negociação prévia, podendo incidir em cobranças específicas;

3.2.7.3 O prazo para retorno às solicitações de suporte obedecerá à classificação destas, conforme definido nos itens a seguir. Estes prazos são válidos para as solicitações que

demandem uma solução sem que haja necessidade de alteração do sistema, ou seja, para dúvidas e atendimentos operacionais e técnicas, a saber:

I. Solicitações críticas, referentes a problemas que impeçam completamente o

funcionamento do sistema: até 2 (duas) horas;

II. Solicitações urgentes, referentes a problemas que afetem significativamente a execução dos trabalhos: até 04 (quatro) horas;

III. Solicitações padrões (comuns): Até 06 (seis) horas úteis;

IV. Solicitações com baixo nível de criticidade ou que podem aguardar





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

enquanto são elaboradas respostas para as questões anteriores: Até 12 (doze) horas úteis.

<b>VARANTIA DO OBJETO</b>  ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO * <b>(Marcar com X):</b>	<b>( x</b>	<b>Ax PEM EXIVÊNCIA DE vARANTIA</b>
	<b>( /x</b>	<b>Bx COM EXIVÊNCIA DE vARANTIA - Regras:</b>  ➤ <b>EXECVTOR DA vARANTIA</b> - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO <b>(Marcar com X):</b>  <b>( / x A)</b> CONTRATADA (Regra geral) A <i>CONTRATADA garante que os Sistemas executarão as funções substancialmente em conformidade com sua documentação. A presente garantia refere-se sempre à última versão dos Sistemas. A CONTRATADA não se responsabiliza e nem garante o uso dos Sistemas caso o CONTRATANTE não faça atualizações, permanecendo com as versões adquiridas por tempo indefinido. A CONTRATADA, ao lançar novas versões, deixará de prestar os serviços de atualização e suporte de software nas versões anteriores, perdendo o CONTRATANTE, se não atualizar os Sistemas, por qualquer motivo, o direito de exigir qualquer tipo de garantia.</i>  <i>A garantia acima é a única garantia, quer expressa, quer implícita. Ficam excluídas, inclusive, quaisquer perdas e/ou danos causados direta ou indiretamente pelos Sistemas em si ou por seus resultados diretos ou indiretos. Fica excluída também, qualquer responsabilidade da CONTRATADA quanto às atualizações dos Sistemas ou dos manuais, nem mesmo por motivo de alteração na legislação que rege o processamento da folha de pagamento ou de outras normas e regras que orientam procedimentos internos ou externos à empresa, mesmo sendo de natureza legal e obrigatória, se esta for estabelecida e exigida me tempo não hábil para alteração dos Sistemas.</i>  <b>( x B)</b> FABRICANTE (Exceção)  ➤ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):  ➤ <b>DVRAÇÃO</b> - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO <b>(Marcar com X):</b>  <b>( x A)</b> 01 ANO  <b>( x B)</b> 10 DIAS (GARANTIA LEGAL)





## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

( ☒ C) OUTRO. Especificar:

- **RAZO MÁXIMO PARA REPOUÇAMENTO DO C6AMADOI coGtado a pa3ti3 da abe3tÓ3a pelo M) BA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):**

( ☒ A) \_\_\_\_\_ HORAS ( ☒ Úteis ( ☒ Corridas

( ☒ B) \_\_\_\_\_ DIAS ( ☒ Úteis ( ☒ Corridos

- **NECESSIDADE DE ATENDIMENTO TÉCNICO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):**

( ☒ A) SIM

( ☒ B) NÃO

- **FORMA DE EXECUÇÃO DA ATENDIMENTO TÉCNICO (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):**

( ☒ A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador

( ☒ B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)

( ☒ C) *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção). Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) horas, contadas da notificação pelo MPBA;
- O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de 9Executor" acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

( ☒ D) Outra. Especificar:

- **DEMAIS REQUISITOS:**

**RAZO PARA RECEBIMENTO DOS PRODUTOS: 5 dias ( ☒ Úteis**  
( ☒ Corridos



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

1.2) RAZÃO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 5 dias ( ☒ ☐ Úteis  
( ☐ ☒ Corridos

1.3) UNIDADE RESPONSÁVEL RECEBIMENTO: DGP- Diretoria de Gestão de Pessoas

1.4) RAZÃO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE SERVIÇO(Px REJEITADO(Px - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

( ☐ ☒ A) NÃO SE APLICA

( ☒ B) PRAZO: ( ☒ \_\_\_\_\_ HORAS ( ☒ Úteis ( ☐ Corridas  
( ☐ \_\_\_\_\_ DIAS ( ☒ Úteis ( ☐ Corridos

### DEMAIS REVISAMENTOS:

3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.

3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo;

3.4.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 121 da Lei Estadual- BA nº 4.333/2005;

3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 6.076/10 o Código de Defesa do Consumidor.

CONDIÇÕES E  
RESPONSÁVEL  
RECEBIMENTO

1.5) OPOSSIBILIDADE  
OU NÃO  
DE

( ☐ ☒ )

**A) NÃO ADMITIDA A PVB CONTRATAÇÃO**

( ☒ )

**B) ADMITIDA A PVB CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR ACEPÇÃO DE PREÇOS.**

➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis):



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

- Indicar regras/condições para subcontratação:

PVBCON  
TRATAÇÃ  
O

CONDIÇ  
ÕEP DE  
) Av AME  
NTO

3.1 PERIODICIDADE DE ) Av AMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( x

**Ax ) Av AMENTO INTEvRAU AO FINAU DA EXCVÇÃO E RECEBIMENTO DOP PERSIÇOP**

( x

**Bx CADA ) EDIDO (E CONPEg VENTE EM) EN6O EMITIDOx PERÁ ) Av O INTEvRAUMENTEI EM ) ARCEUA ÚNICA**

( x

**Cx ) Av AMENTO ) ARCEUADO:**

- Quantidade de parcelas:  
➤ Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.):

(/x

**Cx ) Av AMENTO MENPAU**

( x

**D) OVTRA:**

3.2 CONDIÇÕEP EP) ECIAIP ) ARA EFETISAÇÃO DO ) Av AMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

(/x

**Ax NÃO PE A) UICA**

( x

**Bx CONDIÇÕEP EP) ECIAIP. Especifica3:**

3.3 DEMAIP REv RAP:

3.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 06 (seis) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

que não  
haja pendência a ser regularizada;

3.Z.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada

como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.Z.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas

e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

3.Z.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras

obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de

acordo com a legislação vigente;

3.Z.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em

conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente

em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.Z.3.Z A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.Z.3.2.

7  
) OPPIBI  
UIDADE  
OV NÃO

( x

**Ax ) REÇOP IRREAJVPTÁSEIP**

(Xx

**Bx ) REÇOP ) APPÍSEIP DE REAJVPTAMENTO. Regras:**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

### DE REAJVPT AMENTO COM INDICAÇ ÃO DE ÍNDICE OFICIAU

ESCOLHE  
R UMA  
OPÇÃO \*  
(**Marcar**

- Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( **X x** A) INPC/IBGE

( **x** B) OUTRO. Indicar:

- A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;
- Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.
- Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;

### 8 DEFINIÇ ÃO DE SIVÊNCI AP \*

8.1 DEFINIÇÃO DE SIVÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

#### Ax CONTRATAÇÃO P EM INPTVRMENTO FORMAU DE CONTRATO

- ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( **x**

( **x** Opção 1: 12 meses , contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

( **x** Opção 2: \_\_\_\_\_ dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

(/x

#### Bx CONTRATAÇÃO P COM INPTVRMENTO FORMAU DE CONTRATO

- ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( **/ x** Opção 1: 12 meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA

OPÇÃO (**Marcar com X**):

(/ **x** A) Data certa: 01 de março de 2022

( **x** B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

( **x** Opção 2: \_\_\_\_\_ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

### UMA OPÇÃO

#### **(Marcar com X):**

( ☒ A) Data certa: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

( ☒ B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

➤ Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):

### **8.2 ) IMPOSSIBILIDADE DE ) PROVAÇÃO DE ) RAZO DE SUSPENSÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):**

( ☒

**A) NÃO**

( ☒

**B) PIM.** Justificativa: a utilização do sistema FPW Ponto Desktop (controle e gestão), FPW Ponto Web (Registro de Frequência) FPW Folha de Pagamento soft-are SOMBRA faz parte da rotina e atividades inerentes da Diretoria de Gestão de pessoas e por isso, o serviço que está sendo contratado deve ser prestado de forma ininterrupta.

### **9 OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA\***

#### **OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA**

*Fornecer ao CONTRATANTE cópias atualizadas dos Sistemas, em código objeto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis nº 9.609/98 e 9.610/98);*

*A CONTRATADA se obriga a disponibilizar ao CONTRATANTE o código fonte atualizado dos sistemas em quaisquer hipóteses em que se configure a impossibilidade de continuidade à manutenção dos sistemas, tais como falência ou dissolução;*

*Prestar diretamente, ou por interveniente devidamente autorizado, os serviços de Atualização e Suporte Técnico dos Sistemas Objeto deste instrumento;*

*A atualização de sistemas deverá ser encaminhada preferencialmente pela internet, através de acesso seguro mediante usuário/senha a ser fornecido pela CONTRATADA;*

*Manter o sistema sempre atualizado, garantindo a execução das suas funcionalidades;*

*Realizar suas atividades utilizando profissionais especializados e de nível adequado, e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;*

*Assegurar ao CONTRATANTE o livre acesso às bases de dados do Sistema, inclusive ao seu projeto e à documentação completa das tabelas e ao modelo de desenvolvimento, de tal forma que seja possível a qualquer pessoa, desde que tecnicamente preparada, desenvolver funções específicas;*

*Manter o mais absoluto sigilo sobre todos os serviços prestados, não divulgando ou permitindo divulgar, interna ou externamente, nomes, dados, ou quaisquer outras informações sobre as atividades, projetos, Sistemas ou peculiaridades da empresa, sobre os quais tenha desenvolvido qualquer análise, emitido parecer ou tenha sido incumbido pelo CONTRANTE de manifestar-se a respeito;*

*Disponibilizar os demais produtos necessários para o funcionamento do Sistema, como sistemas operacionais, gerenciadores de banco de dados, linguagens de programação, drivers de ODBC, geradores de relatórios, gerenciadores de bancos de dados front-end, ou qualquer outro que não esteja expressamente mencionado neste Termo de Referência;*

*Auxiliar a CONTRATADA nas ações que esta julgar adequadas para a solução dos erros, inclusive a adoção de medidas temporárias que reduzam o efeito destes até a sua solução definitiva;*

*Manter sigilo e não revelar total ou parcialmente o conteúdo do Sistema, a não ser a pessoas indicadas por ela para a execução de serviços de Customização. Neste caso, estas pessoas deverão ser informadas do conteúdo deste item e orientadas a segui-lo;*

*Não divulgar o conteúdo do Sistema, bem como dados, informações e tecnologia nele contidos ou qualquer documentação, descrição, fluxograma, desenho, modelos, relatórios, a ele relativos;*

*Atender às recusas ou determinações, pelo CONTRATANTE, de (re) adequação de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou da proposta constante no processo de inexigibilidade de licitação que o originou, providenciando sua reparação, correção, substituição e/ou realização, sem ônus para o CONTRATANTE, observados os níveis de criticidade definidos no item 3.2.7.3 do Termo de Referência;*

3.J.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

3.J.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;



3.J.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);

3.J.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressaltando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **M) BA**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

3.J.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

3.J.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.J.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

3.J.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **M) BA** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.J.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.J.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **M) BA** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **M) BA** todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.J.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **M) BA**;

3.J.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo **M) BA**, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **M) BA**;

3.J.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à





## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.J.13 Comunicar formalmente ao **M) BA** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.J.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.J.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **M) BA**.

**OBRIV AÇÕEP EP) ECÍFICAP (DEFINIDAP EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADOx:**

( / x **Ax NÃO EXIPTEM OBRIV AÇÕEP EP) ECÍFICAP**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

( x **Bx OBRIV AÇÕEP EP) ECÍFICAP**. Indicar:

3.10  
**OBRIV AÇ  
ÕEP DO  
CONTRA  
TANTE\***

**OBRIV AÇÕEP v ERAIP**

3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado;

3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;

3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **M) BA**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.

**OBRIV AÇÕEP EP) ECÍFICAP (DEFINIDAP EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADOx:**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

( / ☒ **Ax NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS** sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

( ☒ **Bx OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**. Indicar:

3.11  
INDICAÇÃO  
DO PRECATORIO  
DE GARANTIA  
CONTRATUAL  
COM  
PERCENTUAL

ESCOLHER UMA  
OPÇÃO  
(Marcar  
com X):

( ☒

**Ax NÃO PRECATORIO (CONTRATAÇÃO POR FORMAÇÃO DE PRECATORIO)**

( / ☒

**Bx NÃO PRECATORIO GARANTIA CONTRATUAL**

( ☒

**Cx PRECATORIO GARANTIA CONTRATUAL**. Regras:

- Percentual exigido:  
( ☒ 5% (cinco por cento) **OU** ( ☒ Outro. Indicar: \_\_\_\_\_ %  
( \_\_\_\_\_ por cento)
- Prazo para apresentação: \_\_\_\_\_ dias após assinatura do contrato.



## ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

### 1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPOZEM O OBJETO:

#### 1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

##### 1.1. Controle de Acesso:

- 1.1.1. A Solução deve oferecer mecanismo para controlar e restringir o acesso de usuários às suas funcionalidades e dados. Este mecanismo deverá gerenciar os níveis de acesso à Solução utilizando perfis de acesso;
- 1.1.2. Permitir, nativamente, a criação, ativação e inativação de contas de usuário (credenciais de acesso);
- 1.1.3. Permitir a integração, para fins de autenticação de usuário, com os produtos MS-ActiveDirectory ou LDAP;
- 1.1.4. Possuir, nativamente, políticas de segurança que possibilitem bloquear contas após tentativas incorretas de acesso;
- 1.1.5. Permitir que o Supervisor do Módulo faça o desbloqueio das contas de usuário;
- 1.1.6. Possibilitar a mudança obrigatória das senhas de acesso após período definido;
- 1.1.7. Permitir que o usuário altere sua senha de acesso;
- 1.1.8. Vincular as contas de acesso à unidade administrativa;
- 1.1.9. Permitir a criação de perfis de acesso;
- 1.1.10. Permitir a restrição de visualização de menus da Solução por operador;
- 1.1.11. Permitir que o administrador desconecte qualquer usuário que estiver utilizando a Solução.

##### 1.2. Auditoria:

- 1.2.1. A Solução deve oferecer mecanismo para registrar ações dos usuários;
- 1.2.2. As ações auditadas devem conter minimamente os seguintes dados: usuário, endereço IP (identificação da máquina na rede), data, hora, ação e detalhamento da ação;
  - 1.2.2.1. A auditoria deve registrar os eventos no sistema de forma a responder a pelo menos as seguintes questões:
    - 1.2.2.1.1. Que ação foi realizada no sistema;
    - 1.2.2.1.2. Quando a ação ocorreu;
    - 1.2.2.1.3. Quem provocou a ação;
    - 1.2.2.1.4. Qual máquina envolvida na ação (IP);
    - 1.2.2.1.5. Qual o descritivo da ação.
- 1.2.3. Integração
  - 1.2.3.1. Deverá dispor de ferramenta que permitam que o próprio cliente faça a extração de dados nos formatos CSV, TXT ou XML.
  - 1.2.3.2. Permitir gerar informações contábeis das Folhas de Pagamentos diretamente em Banco de Dados através de Conexão ODBC.

### 1.3. Módulo Folha de Pagamento.

#### 1.3.1. Relativo a parte estrutural.

1.3.1.1. Permitir definição de estruturas organizacionais para agrupamentos diversos de colaboradores (estabelecimentos, departamentos, centros e custo/resultados, natureza profissional, órgãos responsáveis, sindicatos).

1.3.1.2. Flexibilidade para criação de campos personalizados. Ex: fumante/não fumante; e-mail pessoal, linha de negócio.

#### 1.3.2. Relativo a Cálculos.

1.3.2.1. Permitir a criação de diversos tipos de folha de pagamento (mensal, férias, simulação de férias, 13º salário, rescisão, rescisão complementar simulação de rescisão, folha semanal, adiantamento quinzenal, abono sem gozo de férias, recesso de estagiário, simulação de recesso, outros tipos de folhas de pagamento, a critério da administração de pessoal da Contratante, sem depender do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.2. Permitir que os usuários da Contratante criem e modifiquem eventos dos tipos provento, desconto e intermediário (resultado), de acordo com as regras sindicais de cada categoria profissional, com a possibilidade de definição das respectivas fórmulas de cálculo, independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.3. Permitir a vinculação de determinados cálculos a grupos homogêneos de colaboradores (por empresas, estabelecimentos, sindicatos, horários, cargos, naturezas profissionais, centros de custo/resultado, departamentos, em situação atividade normal, férias, afastamento, rescisão), independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.4. Parametrização do número de salários adicionais: 13º salário, 14º salário.

1.3.2.5. Permitir o agendamento do cálculo mensal de forma que a execução ocorra de forma automática.

1.3.2.Z. Calcular pagamento de adiantamentos (com parametrização dos valores a serem pagos) e antecipações, por exemplo, 13º Salário.

1.3.2.7. Registrar e calcular adicionais salariais (fixos e variáveis), gratificações, comissões e incorporações. Deverá estar preparado para controlar e pagar eventos mensais e eventuais.

1.3.2.6. Compor as bases de Cálculo para descontos mensais (INSS, IR, FGTS, etc.), de acordo com as incidências de cada Vencimento/ Desconto, FUNPREV, BAPREV;

1.3.2.J. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento parcelado.

1.3.2.10. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento adiantado.

1.3.2.11. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Permitir em diferentes dias do mês o adiantamento de diferença do 13º salário e adiantamentos individuais.

1.3.2.12. Simular e calcular a provisão para o 13º salário.

1.3.2.13. Efetuar cálculo e reembolso de faltas e atrasos descontados indevidamente.

1.3.2.14. Cálculo retroativo do pagamento (negociações salariais, etc.), podendo ser feito para um empregado ou todos, devendo permitir parametrização.

1.3.2.15. Permitir simular/calcular rescisão nas suas diversas modalidades, considerando: Integração com todas as unidades que subsidiam de informações para crédito e débito de valores quando das rescisões (Ex: patrimônio, transportes, Benefícios, etc.), que já estão em funcionamento na solução atual.

1.3.2.12. Efetuar cálculo automático do pagamento de salário proporcional para os admitidos durante o mês, observando também as licenças e afastamentos.

1.3.2.17. Gerar movimento da Folha de Pagamento por empregado, identificando o centro de custo / setor, os vencimentos e os descontos para serem processados no módulo contábil.

1.3.2.16. Cálculo e registro por colaborador da Contribuição Sindical por Categoria Profissional.

1.3.2.11. Opção para estabelecer quais valores incidirão na RAIS, FGTS, INSS, IR etc.

1.3.2.20. Permitir a definição da quantidade de dias, por tipo de estabilidade (acidente de trabalho, CIPA, DOENÇA, maternidade, representante sindical) e por sindicato, independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.21. Permitir que os usuários da Contratante definam a classificação de PCD por tipo (reabilitado, física, auditiva, visual, mental, múltipla), independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.3. Relativo a Dependentes.

1.3.3.1. Permitir que os usuários da Contratante façam o cadastro e vínculo de dependentes aos colaboradores, possibilitando definir o tipo de dependência (IR, Salário família, benefícios, outros tipos de dependências), independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.3.2. Registro de dependentes/ vinculados legais, informando dependência INSS, IR, Salário Família, Auxílio Creche e Seguro de Vida, Plano de Saúde/Odontológico etc., com possibilidade deste ser diferente do titular.

1.3.4. Referente a Pensão Alimentícia.

1.3.4.1. Permitir a definição dos diversos tipos de cálculos de pensão alimentícia (valor fixo, percentual sobre o bruto, percentual sobre o líquido oficial, percentual sobre o líquido geral, dentre outros critérios de cálculos, independente do fornecedor da solução e da área de TI).

1.3.4.2. Permitir que a Contratante mantenha o cadastro dos pensionistas.

1.3.4.3. Calcular e controlar descontos de Pensão Alimentícia e gerar arquivos para transmissão para os bancos e informação para o CRP.

1.3.5. Referente aos Encargos.

1.3.5.1. Permitir alteração das tabelas de encargos do colaborador (IRRF e INSS) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.5.2. Permitir alteração das tabelas de encargos patronais (SAT, INSS, FGTS, SESEI, SENAI, SEBRAE, FORÇA AÉREA, INCRA, SALÁRIO EDUCAÇÃO) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.





1.3.5.3. Permitir a geração das seguintes informações para os órgãos oficiais: GFIP/GRFC, GPS (INSS), Salário contribuição (INSS), DARF (IRRF), CAGED, IN6Z, CAT, RAIS, DIRF, MANAD.

1.3.5.4. Manutenção nas tabelas de desconto: criação ou extinção de faixas, manutenção etc. (data de início e vigência). Ex: INSS, IR etc.

1.3.Z. Referente à parte Admissional.

1.3.Z.1. Permitir a emissão dos documentos admissionais (Contrato de trabalho e experiência, declarações e autorizações, tais como fichas dos dependentes de salário família, opção do vale transporte e imposto de renda, dentre outros), permitindo alterações de conteúdo conforme necessidade da Contratante, independente da área de administração de pessoal e da área de TI.

1.3.Z.2. Permitir o cadastro manual das informações necessárias para a admissão.

1.3.Z.3. Permitir o gerenciamento do histórico de alterações cadastrais dos funcionários, possibilitando a consulta por competência (mês), tais como escolaridade, afastamento, situação, histórico salariais, modalidade de contratação (horista/mensalista).

1.3.Z.4. Permitir o registro de empregado readmitido, utilizando os dados cadastrais e prontuário que o mesmo tinha quando era empregado;

1.3.Z.5. Permitir registro de admissões especiais sem vínculo empregatício, como: diretores, conselheiros, autônomos, cedidos de outras empresas e mão de obra contratada.

1.3.7. Referente a Férias.

1.3.7.1. Permitir a administração das férias controlando o período aquisitivo, período de fruição, opção de adiantamento do 13º salário e abono pecuniário.

1.3.7.2. Permitir o parcelamento de férias em quantidade superior a duas parcelas.

1.3.7.3. Permitir dias de férias no mesmo mês de referência referentes a períodos aquisitivos distintos. Exemplo: 01 a 15 ref. Ao período 01 e 1Z a 30 ref. Ao período 02.

1.3.7.4. Permitir férias individuais e coletivas.

1.3.7.5. Permitir que os valores referentes às férias sejam tratados de forma proporcionais aos dias de férias de cada mês na folha mensal.

1.3.7.Z. Permitir a definição das regras de cálculos de média de férias de acordo com o sindicato, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.7.7. Permitir a geração dos relatórios de férias (aviso de férias, recibo de férias)

1.3.7.6. Permitir a antecipação do pagamento dos valores de férias.

1.3.7.J. Calcular a provisão de férias.

1.3.7.10. Permitir recálculo de férias;

1.3.7.11. Efetuar controle de Período Aquisitivo de Férias, calculando o número de dias de Férias em decorrência de faltas e afastamentos.

1.3.7.12. Permitir geração e registro automático do novo período aquisitivo;

1.3.7.13. Controle do processo de gerenciamento dos períodos aquisitivos de recesso de estagiários.

1.3.6. Referente a Rescisão.

1.3.6.1. Permitir todos os tipos de rescisão (RAIS)

1.3.6.2. Permitir manter o cadastro de rescisões de forma manual ou mediante fluxo de aprovação.

1.3.6.3. Permitir avisar à administração de pessoal, os colaboradores com estabilidade no ato da rescisão.

1.3.6.4. Permitir a geração das seguintes informações: Aviso prévio, Termo de Rescisão, Homolognet.

1.3.6.5. Emitir relatórios legais para quitação da rescisão (ex.: rescisão de contrato de trabalho, GRFC, contribuições para o INSS, salário desemprego, etc.).

1.3.6.Z. Permitir o registro do desligamento com os seus respectivos motivos.

1.3.6.7. Permitir o registro do término de contrato/mandatos para não empregados (Ex: Estagiários, Diretores, Conselheiros).

1.3.J. Referente a Afastamentos.

1.3.J.1. Permitir o registro automático dos afastamentos a partir do módulo de saúde e segurança ocupacional para fins de cálculos da folha de pagamento.

1.3.J.2. Permitir efetuar o cálculo considerando os dias de afastamentos (parte empresa/previdência).

1.3.J.3. Permitir o registro de afastamento com ou sem vencimentos.

1.3.J.4. Registrar e manter atualizados os dados do período e motivos do afastamento.

1.3.10. Referente a Movimentações de Colaboradores.

1.3.10.1. Permitir movimentações de colaboradores (promoções, progressões, aumentos salariais, transferências).

1.3.10.2. Transferência de colaboradores entre empresas (CNP&s distintos).

1.4. Módulo Folha de Ponto (Desktop e WEB)

1.4.1. Cadastro de servidores (Cadastro deve ser vinculado ao sistema de Folha de Pagamento).

1.4.2. Integração com Sistema de Folha de Pagamento para vinculação de todas as informações do cadastro do servidor.

1.4.3. Registro de frequência (ponto) a partir de qualquer localidade.

1.4.4. Visualização do cartão de ponto.

1.4.5. Lançamento das justificativas de irregularidades.

1.4.Z. Controle de afastamentos.

1.4.7. Relatórios de irregularidades.

1.4.6. Relatório de afastamentos.

1.4.J. Parametrização de acordo com a legislação trabalhista.

1.4.10. Parametrização de acordo com a legislação do MP/BA.

2.0 Arquitetura de Soft-are





A arquitetura de soft-are é composta por soft-are básico, soft-are para intranet/Internet, soft-are para computação pessoal e soft-are para desenvolvimento de aplicações.

Soft-are Básico

- Sistema operacional: WINDOWS 2012 SERVER R2,
- Sistema gerenciador de banco de dados: MS SQLSERVER 2006.
- Protocolo de comunicação padrão: TCP/IP.
- Sistema operacional das estações: Windo-s XP Professional, Windo-s 7 Professional.

Ambiente Intranet/Internet:

- Servidor Http: MS IIS5/Z
- Navegadores IE, Mozilla e Chrome

**ANEXO II – EP) ECIFICAÇÃO DOP E g VI) AMENTOP E PERSIÇOP**

Produtos e serviços	LIMITE	VALOR
Gen.te Recebe - Folha de Pagamento, VT e IC	3.700	R\$ 10.961,06
Gen.te Monitora - Ponto	3.300	R\$ 3.727,06
Web	3.300	R\$ 760,97
TOTAL DO SERVIÇO		R\$ 15.449,09
VALOR TOTAL ANUAL		R\$ 185.389,08



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Prezados,

Conforme solicitado anexo o TR Corrigido 0292052, Solicitamos alteração na cláusula SEGUNDA, 2.24, alterar o telefone para 31030182 e contato everaldo@mpba.mp.br.

O valor total anual do contrato será : R\$ 185.389,08

Conforme respondido no TR item 3.8 a data da Vigência do contrato deverá iniciar em 01/03/2022, de modo a evitar a solução de continuidade entre o contrato em vigor e o contrato a ser assinado.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Costa do Nascimento** em 11/02/22, às 11:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/06.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=/](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo/) informando o código verificador **0292064** e o código CRC **AE86B561**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### DESPACHO

Devolvemos o expediente à Unidade demandante acompanhado da minuta de contrato ajustada, conforme despacho 0292064 para validação.

No ensejo, registramos que indicamos a data solicitada pela Unidade como data provável do início da vigência contratual.

Estando validada a minuta ora encaminhada sem necessidade de ajustes adicionais, solicitamos seja o procedimento encaminhado à Assessoria Jurídica para análise de conformidade da contratação e da minuta contratual.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 11/02/2022, às 13:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0292214** e o código CRC **A23978AC**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA L.G INFORMATICA S.A, NA FORMA ABAIXO:**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **Frederico Welington Silveira Soares**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA L.G INFORMATICA S.A**, CNPJ nº 01.468.594/0001-22, estabelecida à Primeira Avenida, QD. 1-B, Lt. 31, Bairro Cidade Vera Cruz, Condomínio Cidade Empresarial, Aparecida de Goiânia/GO, representada **pelo Sr. Felipe Vieiralves Azevedo**, CPF/MF nº 219.992.948-58 doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no processo de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2022-DTI protocolado sob o nº 19.09.00854.0001614/2022-17, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Constitui objeto do presente contrato os serviços de suporte técnico e atualização para os seguintes Softwares:

1.1.1 FPW – Ponto Desktop (controle e gestão) para 3.300 (três mil e trezentos) usuários;

1.1.2 FPW – Ponto Web (registro de frequência), para 3.300 (três mil e trezentos) usuários;

1.1.3 FPW – Folha de pagamento para 3.700 (três mil e setecentos) usuários;

1.2 A descrição das funcionalidades dos sistemas, constam do apenso I deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA — DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO**

2.1 O Regime de execução do presente Contrato será efetuado na modalidade empreitada por preço global;





2.2 A cessão do direito de uso dos Sistemas em favor do **CONTRATANTE** permanecerá por prazo indeterminado;

2.3 A **CONTRATADA** fornecerá ao **CONTRATANTE** uma cópia dos Sistemas atualizada, em código aberto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis Federais nº 9.609/1998 e 9.610/1998);

2.4 Cópias dos Sistemas poderão ser instaladas em qualquer computador do **CONTRATANTE** desde que a base de dados dos Sistemas seja única. O número de estações que poderão acessar esta base de dados única não é limitado pelos Sistemas ou pela **CONTRATADA**, podendo o acesso ser feito por rede local ou remota;

2.5 É permitido ao **CONTRATANTE** a criação de outras bases de dados para fins de cópias de segurança, base de testes ou homologações, ou ainda, para armazenamento de dados de funcionários desligados;

2.6 A **CONTRATADA** informará, com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência, o lançamento de novas versões dos Sistemas que exijam evolução no ambiente tecnológico do **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar os ajustes necessários à implementação da nova tecnologia;

2.7 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data da notificação, a ser efetivada, preferencialmente, por e-mail;

2.7.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

2.7.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei Estadual – BA nº 9433/2005.

2.8 O prazo para execução dos serviços é de 01 (um) dia útil, após o recebimento, pela **CONTRATADA**, da nota de empenho;

2.8.1 O prazo de execução não poderá ser prorrogado;



2.9 Os serviços de atualização dos softwares instalados deverão garantir o fornecimento de novas versões, decorrentes de alterações legais e/ou tecnológicas (lançamento de nova versão, para funcionamento com versão mais recente de Sistema Operacional, linguagem de programação ou outras ferramentas) e/ou decorrentes de melhorias introduzidas pela **CONTRATADA**;

2.10 Os serviços de suporte técnico deverão proporcionar ao usuário o apoio na utilização dos Sistemas, com esclarecimentos de quaisquer dúvidas e soluções de questões que venham a surgir durante a sua utilização.

2.11 A prestação de serviços de suporte ocorrerá nas seguintes modalidades:

2.11.1 Suporte telefônico, com atendimento ao usuário, prestando esclarecimentos sobre dúvidas por telefone;

2.11.2 Suporte eletrônico, com esclarecimentos das solicitações efetuados eletronicamente por e-mail ou canal direto de atendimento (CHAT) através do endereço eletrônico da **CONTRATADA**;

2.11.3 Suporte na Sede do **CONTRATANTE**, mediante solicitação e agendamento prévio, com eventual ônus específico ao **CONTRATANTE**;

2.12 Os prazos para atendimento às solicitações de suporte obedecerão à classificação destas, conforme a seguir discriminado:

2.12.1 Solicitações críticas: relativas a problemas que impeçam completamente o funcionamento do sistema devem ser solucionadas em até 02 (duas) horas;

2.12.2 Solicitações urgentes: referentes a problemas que afetem significativamente a execução dos trabalhos devem ser solucionadas em até 04 (quatro) horas;

2.12.3 Solicitações padrão (comuns): devem ser solucionadas em até 08 (oito) horas úteis;

2.12.4 Solicitações com baixo nível de criticidade ou que podem aguardar enquanto são elaboradas respostas para as questões anteriores: devem ser solucionadas em até 12 (doze) horas úteis;



2.13 Os prazos discriminados nos **subitens 2.12** e seguintes são válidos apenas para as solicitações que demandem uma solução que dispense a alteração dos sistemas, ou seja, para dúvidas e atendimentos operacionais e técnicos;

2.14 Na hipótese de ocorrência de erros comprovadamente definidos como "bug do sistema" (falhas que independem de qualquer ação ou omissão do **CONTRATANTE**), caberá à **CONTRATADA** dispor de todos os recursos necessários para solucioná-lo, não cabendo nenhuma despesa ao **CONTRATANTE** e sendo o prazo de correção tratado em função da criticidade definida no item 2.12;

2.15 Os serviços de suporte poderão ser prestados de forma centralizada de modo que a **CONTRATADA** dará suporte a um usuário ou a um grupo de usuários dos sistemas cedidos ao **CONTRATANTE**, a quem competirá o repasse da solução indicada aos usuários finais;

2.16 O serviço de suporte presencial poderá ser prestado por um interveniente local, devidamente autorizado pela **CONTRATADA**;

2.17 Os serviços de suporte remoto (e-mail, internet, telefônico etc) poderá ser prestado por um interveniente localizado em outra capital, desde que devidamente autorizado pela **CONTRATADA**;

2.18 Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres;

2.19 O recebimento do objeto contratual, ficará sob a responsabilidade do(a) fiscal do contrato (responsável pela habilitação para pagamentos) em conjunto com um representante da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) do **CONTRATANTE**, caso estes não sejam a mesma pessoa;

2.19.1 Para fins de recebimento provisório/definitivo, não se reputará como válido o recebimento dado pelo **CONTRATANTE** em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço da **CONTRATADA**;

2.19.2 O prazo para recebimento provisório será de 05 (cinco) dias;



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

2.20 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas (tais como bens em dissonância com as especificações e exigências contratuais, com vícios ou defeitos de fabricação, com prejuízo ao perfeito funcionamento ou com danos nas embalagens que possam comprometer a qualidade do conteúdo), podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.21 O recebimento definitivo do objeto deste contrato ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias e só será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos contidos no Ato Normativo nº 007/2005 e na Instrução Normativa nº 006/2012, respeitadas as exigências contidas do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.21.1 O recebimento ocorrerá também em conjunto com a Comissão de Recebimento de Bens Permanentes do **CONTRATANTE**, designada pela Portaria nº 047/2021-SGA – ou por instrumento que eventualmente a substitua, caso o valor do objeto contratual seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, nos termos do art. 73, c/c, art. 15 §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.22 Esgotado o prazo total para a conclusão do recebimento definitivo sem qualquer manifestação do **CONTRATANTE**, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para fins de habilitação para pagamento;

2.23 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE**, não exclui a responsabilidade civil do **CONTRATADO** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de inexigibilidade de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

2.24. As comunicações entre as partes deverão ser formalizadas através do telefone (71) 3103-0182 e e-mail everaldo@mpba.mp.br.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Gestora	Unidade Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/0021	2002	9900	100	33.90.40

### CLAUSULA QUARTA- DO PREÇO



**4.1** Os valores estabelecidos para os serviços objeto deste contrato são estabelecidos conforme abaixo descrito:

**4.1.1** Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Power -Folha de Pagamento, licenciado para 3.700 (três mil e setecentos) usuários: R\$ 10.961,06 (dez mil novecentos e sessenta e um reais e seis centavos);

**4.1.2** Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Ponto Desktop (controle e gestão) -para 3.300 (três mil e trezentos) usuários: R\$ 3.727,06 (três mil setecentos e vinte sete reais e seis centavos);

**4.1.3** Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Ponto Web (registro de frequência) -para 3.300 (três mil e trezentos) usuários: R\$ 760,97 (setecentos e sessenta reais e noventa e sete centavos);

**4.2** Dá-se ao presente Contrato o valor total mensal de R\$ 15.449,09 (quinze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e nove centavos) e o valor global anual máximo de R\$ 185.389,08 (cento e oitenta e cinco mil trezentos e oitenta e nove reais e oito centavos);

**4.3** Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, depreciação, aluguéis, licenças, administração, tributos e emolumentos.

## **CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES**

**5.1** A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei Estadual - BA nº 9.433/2005;

**5.2** As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

## **CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS**

**6.1** Os faturamentos referentes ao objeto deste contrato serão efetuados mensalmente e o pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

demaís documentos cabíveis, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.1.1 A documentação deverá estar acompanhada do **TERMO DE ACEITE** do objeto pelo **CONTRATANTE**;

6.1.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização.

6.2 No valor estabelecido para contratação encontram-se inseridos quaisquer custos da **CONTRATADA**, que se relacionem direta ou indiretamente com o fiel cumprimento do contrato, a exemplo de despesas salariais, encargos sociais, materiais e equipamentos empregados, impostos e taxas de qualquer natureza;

6.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no **item 6.2** e seus subitens.

## **CLÁUSULA SÉTIMA — DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS**

7.1 A concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 82 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 meses da data da assinatura do Contrato, mediante a aplicação do **IGP-M**, observadas as disposições legais:

7.1.1 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.



7.1.2 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8<sup>2</sup> da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo.

## CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de 01 de março de 2022 até 28 de fevereiro de 2023, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso III do artigo 140 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

## CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Além das determinações contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste contrato e no processo de Inexigibilidade de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

9.1 Promover a perfeita execução contratual de acordo com as especificações técnicas, prazos e exigências constantes no instrumento convocatório e no presente contrato, na forma e nos locais determinados pelo **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.2 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da **CONTRATADA**, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **CONTRATANTE**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

9.2 Fornecer ao **CONTRATANTE** cópias atualizadas dos Sistemas, em código objeto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo



protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis nº 9.609/98 e 9.610/98);

9.2.1 A **CONTRATADA** se obriga a disponibilizar ao **CONTRATANTE** o código fonte atualizado dos sistemas em quaisquer hipóteses em que se configure a impossibilidade de continuidade à manutenção dos sistemas, tais como falência ou dissolução;

9.3 Prestar diretamente, ou por interveniente devidamente autorizado, os serviços de Atualização e Suporte Técnico dos Sistemas Objeto deste instrumento;

9.3.1 A atualização de sistemas deverá ser encaminhada preferencialmente pela internet, através de acesso seguro mediante usuário/senha a ser fornecido pela **CONTRATADA**;

9.4 Manter o sistema sempre atualizado, garantindo a execução das suas funcionalidades;

9.5 Realizar suas atividades utilizando profissionais especializados e de nível adequado, e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;

9.6 Assegurar ao **CONTRATANTE** o livre acesso às bases de dados do Sistema, inclusive ao seu projeto e à documentação completa das tabelas e ao modelo de desenvolvimento, de tal forma que seja possível a qualquer pessoa, desde que tecnicamente preparada, desenvolver funções específicas;

9.7 Manter o mais absoluto sigilo sobre todos os serviços prestados, não divulgando ou permitindo divulgar, interna ou externamente, nomes, dados, ou quaisquer outras informações sobre as atividades, projetos, Sistemas ou peculiaridades da empresa, sobre os quais tenha desenvolvido qualquer análise, emitido parecer ou tenha sido incumbido pelo **CONTRATANTE** de manifestar-se a respeito;

9.8 Manter sob sua exclusiva responsabilidade a supervisão e direção da mão de obra utilizada na execução dos serviços objeto deste contrato;

9.9 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de inexigibilidade de licitação;

9.10 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas gerais de segurança do trabalho, identificação, disciplina e outros regulamentos



instituídos pelo CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços objeto deste Contrato;

9.11 Promover o imediato afastamento, da execução do objeto contratual, de empregados e/ou prepostos cuja permanência se demonstre em desacordo com este instrumento, ou, ainda, com a moralidade e a ética, correndo, por exclusiva conta da CONTRATADA, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;

9.12 Determinar e providenciar a realização regular dos exames de saúde, na forma da lei, dos trabalhadores empregados na consecução do objeto deste ajuste, bem como arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, fardamento, alimentação e todas as demais obrigações especificadas nos dissídios ou convenções coletivas;

9.13 Realizar e comprovar o pagamento de todas as remunerações, auxílios e indenizações cabíveis e previstos na Legislação Trabalhista e nos dissídios ou convenções coletivas, bem como de todos os encargos previdenciários relativos aos empregados designados para atividades relacionadas com a execução do presente contrato, sendo-lhe defeso invocar a existência deste para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las ao CONTRATANTE;

9.14 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como observar e respeitar as legislações Federais, Estaduais e Municipais atinentes ao presente contrato;

9.14.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

9.15 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição de bens (quando couber) e serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.16 Responder perante o **CONTRATANTE** no que concerne à conduta e pontualidade dos empregados designados para atividades relacionadas com a execução do presente contrato, substituindo-os, sem ônus, em caso de ausências, por motivo justificado ou não;

9.17 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;



9.18 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao **CONTRATANTE** no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

9.19 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

9.20 Indenizar ao **CONTRATANTE** por eventuais danos causados por seus prepostos aos equipamentos deste, em virtude de dolo, negligência, imperícia ou imprudência, verificados no curso da execução deste instrumento;

9.21 Indenizar o **CONTRATANTE** e mantê-lo isento de todas as reclamações, interpelações ou danos exigidos do **CONTRATANTE** por terceiros, no tocante a qualquer ação lastreada em infrações de direitos autorais ou qualquer segredo comercial ligado ao(s) Sistema(s) objeto deste instrumento. O **CONTRATANTE** notificará a **CONTRATADA** de tais ações de terceiros, a fim de que **CONTRATADA** possa assumir os procedimentos necessários a sua defesa;

9.22 Atender às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de (re) adequação de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou da proposta constante no processo de inexigibilidade de licitação que o originou, providenciando sua reparação, correção, substituição e/ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE** e observados os níveis de criticidade definidos no **item 2.12**;

9.23 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.24 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do Contrato;

9.25 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, durante a vigência deste instrumento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**





10.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.2 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;

10.4 Viabilizar, no que for cabível, as condições de execução dos serviços pela **CONTRATADA**, prestando-lhe todas as informações necessárias e solucionando quaisquer casos concernentes;

10.5 Disponibilizar os demais produtos necessários para o funcionamento do Sistema, como sistemas operacionais, gerenciadores de banco de dados, linguagens de programação, drivers de ODBC, geradores de relatórios, gerenciadores de bancos de dados *front-end*, ou qualquer outro que não esteja expressamente mencionado neste Termo de Referência;

10.6 Auxiliar a **CONTRATADA** nas ações que esta julgar adequadas para a solução dos erros, inclusive a adoção de medidas temporárias que reduzam o efeito destes até a sua solução definitiva;

10.7 Manter sigilo e não revelar total ou parcialmente o conteúdo do Sistema, a não ser a pessoas indicadas por ela para a execução de serviços de Customização. Neste caso, estas pessoas deverão ser informadas do conteúdo deste item e orientadas a segui-lo;

10.8 Não divulgar o conteúdo do Sistema, bem como dados, informações e tecnologia nele contidos ou qualquer documentação, descrição, fluxograma, desenho, modelos, relatórios, a ele relativos;

10.9 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.10 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

10.11 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.



## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

11.1 A **CONTRATADA** garante que os Sistemas executarão as funções substancialmente em conformidade com sua documentação. A presente garantia refere-se sempre à última versão dos Sistemas. A **CONTRATADA** não se responsabiliza e nem garante o uso dos Sistemas caso o **CONTRATANTE** não faça atualizações, permanecendo com as versões adquiridas por tempo indefinido. A **CONTRATADA**, ao lançar novas versões, deixará de prestar os serviços de atualização e suporte de software nas versões anteriores, perdendo o **CONTRATANTE**, se não atualizar os Sistemas, por qualquer motivo, o direito de exigir qualquer tipo de garantia.

11.2 A garantia acima é a única garantia, quer expressa, quer implícita. Ficam excluídas, inclusive, quaisquer perdas e/ou danos causados direta ou indiretamente pelos Sistemas em si ou por seus resultados diretos ou indiretos. Fica excluída também, qualquer responsabilidade da **CONTRATADA** quanto às atualizações dos Sistemas ou dos manuais, nem mesmo por motivo de alteração na legislação que rege o processamento da folha de pagamento ou de outras normas e regras que orientam procedimentos internos ou externos à empresa, mesmo sendo de natureza legal e obrigatória, se esta for estabelecida e exigida me tempo não hábil para alteração dos Sistemas.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

12.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

12.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

12.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;

12.2.3 Promover a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;



12.2.4 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

12.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

12.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

12.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços e/ou o fornecimento de bens que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

12.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

12.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

12.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

12.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA ng. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

13.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

13.2.1 Multa;



13.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

13.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

13.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.2 a 13.2.4, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

13.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

13.4.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

13.4.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

13.4.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

13.4.4 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:

13.4.4.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor global do contrato;

13.4.4.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor global do contrato;

13.4.4.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;



13.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

13.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser descontadas da garantia contratual ou cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

13.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

13.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DA RESCISÃO

14.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

14.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos 1 a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

14.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, quaisquer das medidas discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no edital do processo de inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido expediente, naquilo que não diverja deste ajuste.





## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DA PUBLICIDADE

**CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

18.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/2005, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento e/ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos legais.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

<b>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA</b> <b>Frederico Wellington Silveira Soares</b>  Superintendente		<b>L.G INFORMÁTICA S.A</b> <b>Felipe Vieirals Azevedo</b> Presidente
<b>ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS</b>		

## 1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

### 1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

#### 1.1. Controle de Acesso:

1.1.1. A Solução deve oferecer mecanismo para controlar e restringir o acesso de usuários à suas funcionalidades e dados. Este mecanismo deverá gerenciar os níveis de acesso a Solução utilizando perfis de acesso;

1.1.2. Permitir, nativamente, a criação, ativação e inativação de contas de usuário (credenciais de acesso);

1.1.3. Permitir a integração, para fins de autenticação de usuário, com os produtos MS-ActiveDirectory ou LDAP;

1.1.4. Possuir, nativamente, políticas de segurança que possibilitem bloquear contas após tentativas incorretas de acesso;

1.1.5. Permitir que o Supervisor do Módulo faça o desbloqueio das contas de usuário;

1.1.6. Possibilitar a mudança obrigatória das senhas de acesso após período definido;

1.1.7. Permitir que o usuário altere sua senha de acesso;

1.1.8. Vincular as contas de acesso à unidade administrativa;

1.1.9. Permitir a criação de perfis de acesso;

1.1.10. Permitir a restrição de visualização de menus da Solução por operador;

1.1.12. Permitir que o administrador desconecte qualquer usuário que estiver utilizando a Solução.

#### 1.2. Auditoria:

1.2.1. A Solução deve oferecer mecanismo para registrar ações dos usuários;



1.2.2. As ações auditadas devem conter minimamente os seguintes dados: usuário, endereço IP (identificação da máquina na rede), data, hora, ação e detalhamento da ação;

1.2.2.1. A auditoria deve registrar os eventos no sistema de forma a responder a pelo menos as seguintes questões:

1.2.2.1.1. Que ação foi realizada no sistema;

1.2.2.1.2. Quando a ação ocorreu;

1.2.2.1.3. Quem provocou a ação;

1.2.2.1.4. Qual máquina envolvida na ação (IP);

1.2.2.1.5. Qual o descritivo da ação.

1.2.3. Integração

1.2.3.1. Deverá dispor de ferramenta que permitam que o próprio cliente faça a extração de dados nos formatos CSV, TXT ou XML.

1.2.3.2. Permitir gerar informações contábeis das Folhas de Pagamentos diretamente em Banco de Dados através de Conexão ODBC.

1.3. Módulo Folha de Pagamento.

1.3.1. Relativo a parte estrutural.

1.3.1.1. Permitir definição de estruturas organizacionais para agrupamentos diversos de colaboradores (estabelecimentos, departamentos, centros e custo/resultados, natureza profissional, órgãos responsáveis, sindicatos).

1.3.1.2. Flexibilidade para criação de campos personalizados. Ex: fumante/não fumante; e-mail pessoal, linha de negócio.

1.3.2. Relativo a Cálculos.

1.3.2.1. Permitir a criação de diversos tipos de folha de pagamento (mensal, férias, simulação de férias, 13º salário, rescisão, rescisão complementar simulação de rescisão, folha semanal, adiantamento quinzenal, abono sem gozo de férias, recesso de estagiário, simulação de recesso, outros tipos de folhas de pagamento, a critério da administração de pessoal da Contratante, sem depender do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.2. Permitir que os usuários da Contratante criem e modifiquem eventos dos tipos provento, desconto e intermediário (resultado), de acordo com as regras sindicais de cada categoria profissional, com a possibilidade de definição das respectivas fórmulas de cálculo, independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.3. Permitir a vinculação de determinados cálculos a grupos homogêneos de colaboradores (por empresas, estabelecimentos, sindicatos, horários, cargos, naturezas profissionais, centros de custo/resultado, departamentos, em situação atividade normal, férias, afastamento, rescisão), independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.4. Parametrização do número de salários adicionais: 13º salário, 14º salário.



- 1.3.2.5. Permitir o agendamento do cálculo mensal de forma que a execução ocorra de forma automática.
- 1.3.2.6. Calcular pagamento de adiantamentos (com parametrização dos valores a serem pagos) e antecipações, por exemplo, 13º Salário.
- 1.3.2.7. Registrar e calcular adicionais salariais (fixos e variáveis), gratificações, comissões e incorporações. Deverá estar preparado para controlar e pagar eventos mensais e eventuais.
- 1.3.2.8. Compor as bases de Cálculo para descontos mensais (INSS, IR, FGTS, etc.), de acordo com as incidências de cada Vencimento/ Desconto, FUNPREV, BAPREV;
- 1.3.2.9. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento parcelado.
- 1.3.2.10. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento adiantado.
- 1.3.2.12. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Permitir em diferentes dias do mês o adiantamento de diferença do 13º salário e adiantamentos individuais.
- 1.3.2.12. Simular e calcular a provisão para o 13º salário.
- 1.3.2.13. Efetuar cálculo e reembolso de faltas e atrasos descontados indevidamente.
- 1.3.2.14. Cálculo retroativo do pagamento (negociações salariais, etc.), podendo ser feito para um empregado ou todos, devendo permitir parametrização.
- 1.3.2.15. Permitir simular/calcular rescisão nas suas diversas modalidades, considerando: Integração com todas as unidades que subsidiam de informações para crédito e débito de valores quando das rescisões (Ex: patrimônio, transportes, Benefícios, etc.), que já estão em funcionamento na solução atual.
- 1.3.2.16. Efetuar cálculo automático do pagamento de salário proporcional para os admitidos durante o mês, observando também as licenças e afastamentos.
- 1.3.2.17. Gerar movimento da Folha de Pagamento por empregado, identificando o centro de custo / setor, os vencimentos e os descontos para serem processados no módulo contábil.
- 1.3.2.18. Cálculo e registro por colaborador da Contribuição Sindical por Categoria Profissional.
- 1.3.2.19. Opção para estabelecer quais valores incidirão na RAIS, FGTS, INSS, IR etc.
- 1.3.2.20. Permitir a definição da quantidade de dias, por tipo de estabilidade (acidente de trabalho, CIPA, DOENÇA, maternidade, representante sindical) e por sindicato, independente do fornecedor da solução e da área de TI.
- 1.3.2.21. Permitir que os usuários da Contratante definam a classificação de PCD por tipo (reabilitado, física, auditiva, visual, mental, múltipla), independente do fornecedor da solução e da área de TI.
- 1.3.3. Relativo a Dependentes.
  - 1.3.3.1. Permitir que os usuários da Contratante façam o cadastro e vínculo de dependentes aos colaboradores, possibilitando definir o tipo de



dependência (IR, Salário família, benefícios, outros tipos de dependências), independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.3.2. Registro de dependentes/ vinculados legais, informando dependência INSS, IR, Salário Família, Auxílio Creche e Seguro de Vida, Plano de Saúde/Odontológico etc., com possibilidade deste ser diferente do titular.

1.3.4. Referente a Pensão Alimentícia.

1.3.4.1. Permitir a definição dos diversos tipos de cálculos de pensão alimentícia (valor fixo, percentual sobre o bruto, percentual sobre o líquido oficial, percentual sobre o líquido geral, dentre outros critérios de cálculos, independente do fornecedor da solução e da área de TI).

1.3.4.2. Permitir que a Contratante mantenha o cadastro dos pensionistas.

1.3.4.3. Calcular e controlar descontos de Pensão Alimentícia e gerar arquivos para transmissão para os bancos e informação para o CRP.

1.3.5. Referente aos Encargos.

1.3.5.1. Permitir alteração das tabelas de encargos do colaborador (IRRF e INSS) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.5.2. Permitir alteração das tabelas de encargos patronais (SAT, INSS, FGTS, SESEI, SENAI, SEBRAE, FORÇA AÉREA, INCRA, SALÁRIO EDUCAÇÃO) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.5.3. Permitir a geração das seguintes informações para os órgãos oficiais: GFIP/GRFC, GPS (INSS), Salário contribuição (INSS), DARF (IRRF), CAGED, IN86, CAT, RAIS, DIRF, MANAD.

1.3.5.4. Manutenção nas tabelas de desconto: criação ou extinção de faixas, manutenção etc. (data de início e vigência). Ex: INSS, IR etc.

1.3.6. Referente à parte Admissional.

1.3.6.1. Permitir a emissão dos documentos admissionais (Contrato de trabalho e experiência, declarações e autorizações, tais como fichas dos dependentes de salário família, opção do vale transporte e imposto de renda, dentre outros), permitindo alterações de conteúdo conforme necessidade da Contratante, independente da área de administração de pessoal e da área de TI.

1.3.6.2. Permitir o cadastro manual das informações necessárias para a admissão.

1.3.6.3. Permitir o gerenciamento do histórico de alterações cadastrais dos funcionários, possibilitando a consulta por competência (mês), tais como escolaridade, afastamento, situação, histórico salariais, modalidade de contratação (horista/mensalista).

1.3.6.4. Permitir o registro de empregado readmitido, utilizando os dados cadastrais e prontuário que o mesmo tinha quando era empregado;

1.3.6.5. Permitir registro de admissões especiais sem vínculo empregatício, como: diretores, conselheiros, autônomos, cedidos de outras empresas e mão de obra contratada.





#### 1.3.7. Referente a Férias.

1.3.7.1. Permitir a administração das férias controlando o período aquisitivo, período de fruição, opção de adiantamento do 13º salário e abono pecuniário.

1.3.7.2. Permitir o parcelamento de férias em quantidade superior a duas parcelas.

1.3.7.3. Permitir dias de férias no mesmo mês de referência referentes a períodos aquisitivos distintos. Exemplo: 01 a 15 ref. Ao período 01 e 16 a 30 ref. Ao período 02.

1.3.7.4. Permitir férias individuais e coletivas.

1.3.7.5. Permitir que os valores referentes às férias sejam tratados de forma proporcionais aos dias de férias de cada mês na folha mensal.

1.3.7.6. Permitir a definição das regras de cálculos de média de férias de acordo com o sindicato, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.7.7. Permitir a geração dos relatórios de férias (aviso de férias, recibo de férias)

1.3.7.8. Permitir a antecipação do pagamento dos valores de férias.

1.3.7.9. Calcular a provisão de férias.

1.3.7.10. Permitir recálculo de férias;

1.3.7.12. Efetuar controle de Período Aquisitivo de Férias, calculando o número de dias de Férias em decorrência de faltas e afastamentos.

1.3.7.12. Permitir geração e registro automático do novo período aquisitivo;

1.3.7.13. Controle do processo de gerenciamento dos períodos aquisitivos de recesso de estagiários.

#### 1.3.8. Referente a Rescisão.

1.3.8.1. Permitir todos os tipos de rescisão (RAIS)

1.3.8.2. Permitir manter o cadastro de rescisões de forma manual ou mediante fluxo de aprovação.

1.3.8.3. Permitir avisar à administração de pessoal, os colaboradores com estabilidade no ato da rescisão.

1.3.8.4. Permitir a geração das seguintes informações: Aviso prévio, Termo de Rescisão, Homolognet.

1.3.8.5. Emitir relatórios legais para quitação da rescisão (ex.: rescisão de contrato de trabalho, GRFC, contribuições para o INSS, salário desemprego, etc.).

1.3.8.6. Permitir o registro do desligamento com os seus respectivos motivos.

1.3.8.7. Permitir o registro do término de contrato/mandatos para não empregados (Ex: Estagiários, Diretores, Conselheiros).

#### 1.3.9. Referente a Afastamentos.



1.3.9.1. Permitir o registro automático dos afastamentos a partir do módulo de saúde e segurança ocupacional para fins de cálculos da folha de pagamento.

1.3.9.2. Permitir efetuar o cálculo considerando os dias de afastamentos (parte empresa/previdência).

1.3.9.3. Permitir o registro de afastamento com ou sem vencimentos.

1.3.9.4. Registrar e manter atualizados os dados do período e motivos do afastamento.

1.3.10. Referente a Movimentações de Colaboradores.

1.3.10.1. Permitir movimentações de colaboradores (promoções, progressões, aumentos salariais, transferências).

1.3.10.2. Transferência de colaboradores entre empresas (CNPJs distintos).

#### 1.4. Módulo Folha de Ponto (Desktop e WEB)

1.4.1. Cadastro de servidores (Cadastro deve ser vinculado ao sistema de Folha de Pagamento).

1.4.2. Integração com Sistema de Folha de Pagamento para vinculação de todas as informações do cadastro do servidor.

1.4.3. Registro de frequência (ponto) a partir de qualquer localidade.

1.4.4. Visualização do cartão de ponto.

1.4.5. Lançamento das justificativas de irregularidades.

1.4.6. Controle de afastamentos.

1.4.7. Relatórios de irregularidades.

1.4.8. Relatório de afastamentos.

1.4.9. Parametrização de acordo com a legislação trabalhista.

1.4.10. Parametrização de acordo com a legislação do MP/BA.

#### 2.0 Arquitetura de Software

A arquitetura de software é composta por software básico, software para intranet/Internet, software para computação pessoal e software para desenvolvimento de aplicações.

##### Software Básico

- Sistema operacional: WINDOWS 2012 SERVER R2,
- Sistema gerenciador de banco de dados: MS SQLSERVER 2008.
- Protocolo de comunicação padrão: TCP/IP.
- Sistema operacional das estações: Windows XP Professional, Windows 7 Professional.

##### Ambiente Intranet/Internet:

- Servidor Http: MS IIS5/6
- Navegadores IE, Mozilla e Chrome



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Prezados,

Segue processo de Inexigibilidade para análise .



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Costa do Nascimento** em 11/02/2022, às 13:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0292228** e o código CRC **4F835179**.

Voltar

Imprimir



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 01.468.594/0001-22

**Razão Social:** LG INFORMATICA S A

**Endereço:** AV PRIMEIRA AVENIDA SN QD 1B LT 22 / CIDADE VERA CRUZ /  
APARECIDA DE GOIANIA / GO / 74935-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/02/2022 a 05/03/2022

**Certificação Número:** 2022020400384108776144

Informação obtida em 11/02/2022 15:01:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## PARECER

Procedimento nº.:	19.09.00854.0001614/2022-17
Interessado(a):	Diretoria de Tecnologia da Informação
Espécie:	Inexigibilidade de licitação

EMENTA: CONTRATAÇÃO DIRETA. SUPORTE TÉCNICO PARA *SOFTWARES* FPW PONTO DESKTOP, PONTO WEB E FOLHA DE PAGAMENTO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. FORNECEDOR EXCLUSIVO. ART. 60, I, LEI ESTADUAL Nº. 9.433/2005. PELA REGULARIDADE.

## PARECER Nº. 105/2022

### I – RELATÓRIO

Trata-se de procedimento de inexigibilidade de licitação, para contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, dos **serviços de suporte técnico e atualização para os seguintes softwares: 1) FPW – Ponto Desktop (controle e gestão) para 3.300 (três mil e trezentos) usuários; 2) FPW – Ponto Web (registro de frequência), para 3.300 (três mil e trezentos) usuários; 3) FPW – Folha de pagamento para 3.700 (três mil e setecentos) usuários**, através da empresa **LG Informática S/A**, no valor total de **R\$ 185.389,08** (cento e oitenta e cinco mil, trezentos e oitenta e nove reais e oito centavos), conforme termo de referência.

Instrui o expediente, em síntese, o formulário de autorização, Termo de Referência, justificativa do preço, certidão de exclusividade, certidões de regularidade, informações orçamentárias, minuta contratual, dentre outros documentos.

### II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

#### II.1 Da contratação direta:

A Constituição Federal determina que, em regra, as contratações firmadas pela Administração Pública serão objeto de prévia licitação, como forma de garantir a efetivação dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, competição, vantajosidade, dentre outros. Nesse sentido é o que dispõe o art. 37, inciso XXI:

Art. 37.

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Como se pode observar no referido dispositivo, a Carta Magna de 1988 faz uma ressalva quanto aos casos especificados na legislação, possibilitando a contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade, em situações excepcionais. Esse é também o escólio da doutrina:

As situações excepcionais ocorrem quando a competição se revela de todo inviável ou, analisado o caso concreto, possa causar prejuízo à Administração. Em tais hipóteses, o procedimento licitatório pode ser inexigido ou dispensado, justificando-se a contratação direta, o que, ainda assim, exige prévio procedimento formal.<sup>1</sup>

Cumpra analisar, portanto, se a presente contratação se amolda a alguma das hipóteses de contratação direta especificadas na legislação.

## II.II Da inexigibilidade de licitação - fornecedor exclusivo:

Analisando a documentação colacionada aos autos, verifica-se que a unidade interessada colacionou aos autos uma certidão emitida pela **ABES**, no sentido de que a empresa **LG Informática S/A** é a única fornecedora no Brasil do produto a ser contratado, o que permite o enquadramento legal no art. 60, inciso I, da Lei Estadual nº. 9.433/2005, *in verbis*:

Art. 60 - É inexigível a licitação quando caracterizada a inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;

§ 1º - Considera-se produtor, empresa, representante comercial ou revendedor exclusivo aquele que seja o único a explorar a atividade no âmbito nacional, para os limites de concorrência e tomada de preços, e no do Estado, para o limite de convite, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, quando seja o caso, ou pelas entidades de classe equivalente.

É oportuno destacar que o art. 74, da Lei nº. 14.133/2021, dispõe que:

Art. 74.

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

Dessa forma, resta atendido o pressuposto jurídico para a contratação em epígrafe, bem como o requisito da escolha do contratado.

## II.III Da indicação dos recursos orçamentários:

Consta dos autos que as despesas correrão por conta do projeto/atividade **2002**, elemento da despesa **3.3.90.40**, com saldo de dotação orçamentária de **R\$ 11.150.000,00 (onze milhões, cento e cinquenta mil reais)**.

## II.IV Da justificativa da contratação:

Quanto à justificativa para contratação, é possível extrair do expediente, em síntese, que, atualmente, a Coordenação de Gestão de Pessoas já utiliza o sistema FPW Ponto Desktop (controle e gestão), FPW Ponto Web (Registro de Frequência) FPW Folha de Pagamento e que este processo de contratação pretende alcançar os seguintes resultados: a) Melhoria no controle dos processos inerentes à Folha de Pagamento; b) Manter o atual nível de integração entre o sistema de ponto e o sistema de folha de pagamento; c) Garantir a continuidade dos serviços; d) Proporcionar que os servidores registrem suas frequências através de um sistema adaptado à instituição; e) Manter o atual nível de integração entre o sistema de ponto e o sistema de folha de pagamento; f) Garantir a continuidade dos serviços.

## II.V Da justificativa do preço:

A justificativa do preço tem sido tema de discussões doutrinárias e jurisprudenciais, o que, consequentemente, termina por causar confusão na prática, em especial nas hipóteses de inexigibilidade de licitação.

Em geral, a Administração justifica o preço através de pesquisa de mercado. Como decorrência do requisito da parametrização, a pesquisa de mercado pressupõe a existência de um objeto que possa ser comparável, vale dizer, a pesquisa de mercado exige bens ou serviços comuns.

Ocorre que, nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, que pressupõem a inviabilidade de competição, não há como, a rigor, se comparar preços, seja em razão da exclusividade, seja em razão da singularidade do objeto. Nesse sentido:

A realização de cotação de preços junto a potenciais prestadores dos serviços demandados, a fim de justificar que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado, afasta a hipótese de inexigibilidade de licitação, por restar caracterizada a viabilidade de competição. Acórdão 2280/2019 Primeira Câmara (Pedido de Reexame, Relator Ministro Benjamin Zymler)

Tal fato, contudo, não significa que a Administração possa contratar qualquer objeto com qualquer preço, sob pena de mácula ao princípio da economicidade, moralidade e da boa administração, que impõem à Administração.

Com efeito, incumbe à Administração sempre verificar se os valores ofertados são razoáveis, uma vez que - não se pode olvidar - a Administração lida com recursos públicos. Nessa esteira, a forma de se aferir a razoabilidade dos preços é destacada pela jurisprudência e pela Advocacia-Geral da União, respectivamente:

A justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar. Acórdão 2993/2018 Plenário (Denúncia, Relator Ministro Bruno Dantas)

Orientação Normativa nº 17 da AGU: a razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da

Inclusive, na Lei nº. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), o art. 23, § 4º, dispõe que, quando não for possível, nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, estimar o objeto na forma regular, ou seja, mediante pesquisa de mercado, a Administração deverá verificar se os preços propostos estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 01 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Os valores de contratações similares realizada por outros órgãos da Administração Pública demonstra a razoabilidade do valor da presente contratação.

## **II.VI Das certidões de regularidade:**

Além das certidões de regularidade constarem no art. 65, § 3º, da Lei Estadual nº. 9.433/2005, o Tribunal de Contas da União possui entendimento de que sua exigência é obrigatória também nas hipóteses de contratação direta:

É obrigatória a verificação da documentação de regularidade jurídica e fiscal das empresas, inclusive nos casos de contratações por dispensa de licitação. Acórdão 1405/2011-Plenário | Relator: AUGUSTO SHERMAN

É possível observar nos autos as certidões de regularidade, devidamente atualizadas, em cumprimento ao art. 65, § 3º, da Lei Estadual nº. 9.433/2005.

## **II.VII Ausência de registro de penalidade:**

Consta dos autos certidão atestando a ausência de registro de penalidade em face da empresa a ser contratada, conforme art. 65, § 3º, inciso VII, da Lei Estadual nº. 9.433/2005.

## **II.VIII Da minuta contratual:**

A minuta contratual obedece ao quanto disposto no art. 126 da Lei Estadual nº. 9.433/2005, contendo, em síntese, cláusulas referentes ao objeto, regime de execução, preço, dotação orçamentária, condições de pagamento, reajustamento e revisão de preços, vigência, obrigações das partes, fiscalização, penalidades, vinculação ao processo de contratação, publicidade, rescisão, foro e disposições gerais.

## **III – DA CONCLUSÃO**

**Ante o exposto, esta Assessoria Técnico-Jurídica opina pela regularidade do processo de inexigibilidade em epígrafe, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração.**

É o parecer, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, 11 de fevereiro de 2022.

**Belª. Maria Paula Simões Silva**

Assessora/SGA

Mat. 351.869

**Bel. Eduardo Loula Novais de Paula**

Analista Técnico-Jurídico/SGA

Mat. 353.707

<sup>1</sup> HUPSEL, Edite Mesquita. COSTA, Leyla Bianca Correia Lima da. **Comentários à lei de licitações e contratações do Estado da Bahia**, 2010, p. 176.





Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 11/02/2022, às 17:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0292372** e o código CRC **166F5956**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos fundamentos expostos no Parecer nº 105/2022 e autorizo a inexigibilidade de licitação, em favor da empresa **LG Informática S/A**, no valor total de R\$ 185.389,08 (cento e oitenta e cinco mil, trezentos e oitenta e nove reais e oito centavos), para realização dos serviços de suporte técnico e atualização para os seguintes *softwares*: 1) FPW Ponto Desktop (controle e gestão) para 3.300 (três mil e trezentos) usuários; 2) FPW Ponto Web (registro de frequência), para 3.300 (três mil e trezentos) usuários; 3) FPW Folha de pagamento para 3.700 (três mil e setecentos) usuários.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para ciência e adoção de providências julgadas necessárias.

**Frederico Wellington Silveira Soares.**  
**Superintendente de Gestão Administrativa**



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 02/, à, às 16s 0: 3 81conforme art. 0º1III1"b"1da Lei 00.204/à, , 9.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https3/sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=](https3/sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=) informando o código verificador **0293401** e o código CRC **7E30855F**.



RICK PABLO MAIA OLIVEIRA	354.064	Assistente Técnico-Administrativo	19.09.02354.0021656/ 2021-30	averbação de 05 (cinco) meses e 01 (um) dia de serviço público municipal, correspondente ao período de 01/06/2018 a 01/11/2018, abatendo-se, apenas, o dia 01/11/2018, eis que concomitante ao tempo de serviço e contribuição neste Ministério Público, somente para efeito de disponibilidade, <del>sem contagem para aposentadoria</del> .
LORENA MARLA OLIVEIRA REGIS	353.981	Analista Técnico	19.09.01982.0021072/ 2021-89	averbação de 03 (três) anos e 26 (vinte e seis) dias de serviço público e contribuição, correspondente ao período de 07/10/2015 a 31/10/2018, para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 15 de fevereiro de 2022.

## DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

RESUMO DE AUTORIZAÇÃO PARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Processo: 19.09.00854.0001614/2022-17. Inexigibilidade de licitação nº 001/2022-DTI. Parecer jurídico: 105/2022. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Lg Informática Ltda, CNPJ/MF nº 01.468.594/0001-22. Objeto da contratação: Serviço e suporte técnico: FPW Ponto Desktop para 3.300 usuário FPW ponto web para 3.300 usuários FPW Folha de pagamento para 3.700 usuários. Valor global: R\$ 185.389 08 (cento e oitenta e cinco mil, trezentos e oitenta e nove reais e oito centavos). Base Legal: art. 60, inciso I, §1º da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005.

RESUMO DE AUTORIZAÇÃO PARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Processo: 19.09.45340.0001280/2022-14. Inexigibilidade de licitação nº 001/2022-CEAF. Parecer jurídico: 104/2022. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Raiffa do Brasil Atividades de Apoio à Educação Ltda, CNPJ/MF nº 39.682.951/0001-23. Objeto da contratação: Realização do curso "Negociação Estratégica e Liderança Adaptativa para os Membros do MP- Teoria e Prática", com carga horária de 80 horas-aula, para até 21 participantes, na modalidade on-line. Valor global: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). Base Legal: art. 60, inciso II, c/c artigo 23, VI, ambos da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005.

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A CONVÊNIO DE CONCESSÃO DE ESTÁGIO CELEBRADO COM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA). Processo: 19.09.45342.0019430/2021-88. Parecer jurídico: 662/2021. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Objeto do ajuste original: possibilitar a participação de alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) no processo seletivo para o "Programa de Estágio" do Ministério Público do Estado da Bahia. Objeto do aditivo: alterar a redação das cláusulas primeira, quarta, quinta, sexta e oitava do convênio original para viabilizar a participação de estudantes de graduação e pós-graduação no "Programa de Estágio" do Ministério Público do Estado da Bahia.

\*Retifica publicação lançada na edição nº 3.03.8 do Diário da Justiça Eletrônico do dia 15/02/2022.

## PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

INQUÉRITOS CIVIS / PROCEDIMENTOS:

EDITAL DE ARQUIVAMENTO

ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CANARANA/BA.

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CANARANA, através de seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições legais, em obediência ao Princípio da Publicidade, nos termos do art.4º, inciso 1º da Resolução 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público e dos arts. 23 e 26 da Resolução 006/2009 do Colégio de Procuradores do Ministério Público da Bahia, COMUNICA aos interessados, que foi ARQUIVADA a Notícia de Fato IDEA nº 049.9.149194/2017. Canarana, 14 de fevereiro de 2022.

JOSÉ CARLOS ROSA DE FREITAS

Promotor de Justiça em Substituição

EDITAL 014/2021

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LENÇÓIS, por intermédio do Promotor de Justiça que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º da Resolução 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, vem por meio deste edital, a todos quantos possa interessar, COMUNICAR a PRORROGAÇÃO, pelo prazo de 01(um) ano, do prazo de conclusão do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO abaixo:



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Considerando a conclusão do procedimento administrativo cabível, encaminhamos o expediente para a unidade demandante para que seja diligenciada a coleta de assinatura da contratada. Para tanto, anexamos ao presente, em formato editável, o arquivo final a ser assinado, devidamente numerado.

Esclarecemos, no ensejo, que a assinatura do contrato deverá ocorrer, alternativamente (e conforme ordem de prioridade) da seguinte forma:

1. Preferencialmente, o documento poderá ser assinado VIA SEI/MPBA (Sistema eletrônico de informações - MPBA). Nesta hipótese será necessário atender às seguintes etapas:

- a) 1º Preencher o cadastro de usuário externo:

[https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&acao\\_origem=usuario\\_externo\\_enviar\\_cadastro&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo_enviar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0)

- b) 2º seguir as orientações descritas no link para encaminhamento da documentação:

<https://portalsei.mpba.mp.br/acesso-externo/local-de-entrega-das-documentacoes/>

2. Alternativamente, o documento poderá ser assinado digitalmente. **Nesta hipótese, faz-se necessário que a assinatura seja aposta em todas as páginas do documento e, ainda, que seja encaminhado, também, o certificado de validação da assinatura digital.**

3. Por fim, e **excepcionalmente**, o documento poderá ser assinado fisicamente, em 02 (duas) vias, as quais, após assinatura, deverão ser enviadas à esta Coordenação para coleta de assinatura do Superintendente de Gestão Administrativa.

Após, retorne-se o expediente, com as vias assinadas, para que sejam adotadas as demais providências cabíveis.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** em 16/02/2022, às 11:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0295653** e o código CRC **69D45EF6**.



**CONTRATO X/ 2R/0TA-SO X/ 0/RDE-00 PÇ/Ã /NTR/ 0EÃ  
C~/VRAI O I ENEOTQREO 2, V~ECO XO /0TAXO XA VALEA / A  
/I 2R/0A ~BM ENÉORI ATECA OBAÃNA ÉORI A AVAE' OÚ**

**CONTRATO H. F: r Hr r e0MA**

O **I ENEOTQREO 2, V~ECO XO /0TAXO XA VALEAÃ** CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **Éd ci dW n i gt val t Ogsi ap Ol pdi zÃ** doravante denominado **CONTRATANT/Ãe a /I 2R/0A ~BM ENÉORI ATECA OBAÃ** CNPJ nº 01.468.594/0001-22, estabelecida à Primeira Avenida, QD. 1-B, Lt. 31, Bairro Cidade Vera Cruz, Condomínio Cidade Empresarial, Aparecida de Goiânia/GO, representada **Ái g 0dBÉi gÁi Dá apgsi z AJi si cl Ã** CPF/MF nº [REDACTED] doravante denominada **CONTRATAXAÃ** com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no processo de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2022-DTI protocolado sob o nº 19.09.00854.0001614/2022-17, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **C~/VRAI** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**C~-ÇOÇ~A 2REI /ERA e XO OV; /TO**

1.1 Constitui objeto do presente contrato os serviços de suporte técnico e atualização para os seguintes Softwares:

1.1.1 FPW – Ponto Desktop (controle e gestão) para 3.300 (três mil e trezentos) usuários;

1.1.2 FPW – Ponto Web (registro de frequência), para 3.300 (três mil e trezentos) usuários;

1.1.3 FPW – Folha de pagamento para 3.700 (três mil e setecentos) usuários;

1.2 A descrição das funcionalidades dos sistemas, constam do apenso I deste instrumento.

**C~-ÇOÇ~A 0/MÇNXA u XO R/MEI / / XA ÉORI A X/ /' /CÇ- SOÃ/  
XO R/C/VEI /NTO**

2.1 O Regime de execução do presente Contrato será efetuado na modalidade empreitada por preço global;



2.2 A cessão do direito de uso dos Sistemas em favor do **CONTRATANT/** permanecerá por prazo indeterminado;

2.3 A **CONTRATAXA** fornecerá ao **CONTRATANT/** uma cópia dos Sistemas atualizada, em código aberto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis Federais nº 9.609/1998 e 9.610/1998);

2.4 Cópias dos Sistemas poderão ser instaladas em qualquer computador do **CONTRATANT/** desde que a base de dados dos Sistemas seja única. O número de estações que poderão acessar esta base de dados única não é limitado pelos Sistemas ou pela **CONTRATAXA**, podendo o acesso ser feito por rede local ou remota;

2.5 É permitido ao **CONTRATANT/** a criação de outras bases de dados para fins de cópias de segurança, base de testes ou homologações, ou ainda, para armazenamento de dados de funcionários desligados;

2.6 A **CONTRATAXA** informará, com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência, o lançamento de novas versões dos Sistemas que exijam evolução no ambiente tecnológico do **CONTRATANT/** de modo a viabilizar os ajustes necessários à implementação da nova tecnologia;

2.7 O **CONTRATANT/** convocará a **CONTRATAXA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data da notificação, a ser efetivada, preferencialmente, por e-mail;

2.7.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

2.7.2 A **CONTRATAXA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei Estadual – BA nº 9433/2005.

2.8 O prazo para execução dos serviços é de 01 (um) dia útil, após o recebimento, pela **CONTRATAXA**, da nota de empenho;

2.8.1 O prazo de execução não poderá ser prorrogado;

2.9 Os serviços de atualização dos softwares instalados deverão garantir o fornecimento de novas versões, decorrentes de alterações legais e/ou tecnológicas (lançamento de nova versão, para funcionamento com versão mais recente de Sistema Operacional, linguagem de programação ou outras ferramentas) e/ou decorrentes de melhorias introduzidas pela **CONTRATAXAb**

2.10 Os serviços de suporte técnico deverão proporcionar ao usuário o apoio na utilização dos Sistemas, com esclarecimentos de quaisquer dúvidas e soluções de questões que venham a surgir durante a sua utilização.

2.11 A prestação de serviços de suporte ocorrerá nas seguintes modalidades:

2.11.1 Suporte telefônico, com atendimento ao usuário, prestando esclarecimentos sobre dúvidas por telefone;

2.11.2 Suporte eletrônico, com esclarecimentos das solicitações efetuados eletronicamente por e-mail ou canal direto de atendimento (CHAT) através do endereço eletrônico da **CONTRATAXAb**

2.11.3 Suporte na Sede do **CONTRATANT/Ã** mediante solicitação e agendamento prévio, com eventual ônus específico ao **CONTRATANT/b**

2.12 Os prazos para atendimento às solicitações de suporte obedecerão à classificação destas, conforme a seguir discriminado:

2.12.1 Solicitações críticas: relativas a problemas que impeçam completamente o funcionamento do sistema devem ser solucionadas em até 02 (duas) horas;

2.12.2 Solicitações urgentes: referentes a problemas que afetem significativamente a execução dos trabalhos devem ser solucionadas em até 04 (quatro) horas;

2.12.3 Solicitações padrão (comuns): devem ser solucionadas em até 08 (oito) horas úteis;

2.12.4 Solicitações com baixo nível de criticidade ou que podem aguardar enquanto são elaboradas respostas para as questões anteriores: devem ser solucionadas em até 12 (doze) horas úteis;.





2.13 Os prazos discriminados nos **z1l0a1 t z r B r** e seguintes são válidos apenas para as solicitações que demandem uma solução que dispense a alteração dos sistemas, ou seja, para dúvidas e atendimentos operacionais e técnicos;

2.14 Na hipótese de ocorrência de erros comprovadamente definidos como "bug do sistema" (falhas que independem de qualquer ação ou omissão do **CONTRATANT/**), caberá à **CONTRATAXA** dispor de todos os recursos necessários para solucioná-lo, não cabendo nenhuma despesa ao **CONTRATANT/** e sendo o prazo de correção tratado em função da criticidade definida no item 2.12;

2.15 Os serviços de suporte poderão ser prestados de forma centralizada de modo que a **CONTRATAXA** dará suporte a um usuário ou a um grupo de usuários dos sistemas cedidos ao **CONTRATANT/**, a quem competirá o repasse da solução indicada aos usuários finais;

2.16 O serviço de suporte presencial poderá ser prestado por um interveniente local, devidamente autorizado pela **CONTRATAXA**;

2.17 Os serviços de suporte remoto (e-mail, internet, telefônico etc) poderá ser prestado por um interveniente localizado em outra capital, desde que devidamente autorizado pela **CONTRATAXA**;

2.18 Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres;

2.19 O recebimento do objeto contratual, ficará sob a responsabilidade do(a) fiscal do contrato (responsável pela habilitação para pagamentos) em conjunto com um representante da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) do **CONTRATANT/**, caso estes não sejam a mesma pessoa;

2.19.1 Para fins de recebimento provisório/definitivo, não se reputará como válido o recebimento dado pelo **CONTRATANT/** em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço da **CONTRATAXA**;

2.19.2 O prazo para recebimento provisório será de 05 (cinco) dias;



2.20 O **CONTRATANT/** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas (tais como bens em dissonância com as especificações e exigências contratuais, com vícios ou defeitos de fabricação, com prejuízo ao perfeito funcionamento ou com danos nas embalagens que possam comprometer a qualidade do conteúdo), podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.21 O recebimento definitivo do objeto deste contrato ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias e só será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANT/**, todos os procedimentos contidos no Ato Normativo nº 007/2005 e na Instrução Normativa nº 006/2012, respeitadas as exigências contidas do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.21.1 O recebimento ocorrerá também em conjunto com a Comissão de Recebimento de Bens Permanentes do **CONTRATANT/**, designada pela Portaria nº 047/2021-SGA – ou por instrumento que eventualmente a substitua, caso o valor do objeto contratual seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, nos termos do art. 73, c/c, art. 15 §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.22 Esgotado o prazo total para a conclusão do recebimento definitivo sem qualquer manifestação do **CONTRATANT/**, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para fins de habilitação para pagamento;

2.23 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANT/**, não exclui a responsabilidade civil do **CONTRATAXO** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de inexigibilidade de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANT/**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

2.24. As comunicações entre as partes deverão ser formalizadas através do telefone (71) 3103-0182 e e-mail [everaldo@mpba.mp.br](mailto:everaldo@mpba.mp.br).

#### **C~ÇOÇ~A T/RC/ERA eXA XOTA- SO OR- AI /NT-REA**

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Cçcowl Çt æpci Odnþá i t ædp: Mi z al çp ãHB H. : HHr .	Ançl )2: A: O/9 r HHr	Ri vçl 33HH	Xi zaç pnçl ci Ri Wdçl z )Él t æ 9 . HH	Npa1d Jp cp Xi zÁi zp FFBHHH
--	-----------------------------	----------------	--	------------------------------------

#### **C~A, OÇ~A PÇARTAE XO 2R/- O**



**ãB** Os valores estabelecidos para os serviços objeto deste contrato são estabelecidos conforme abaixo descrito:

**ãB B** Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Power -Folha de Pagamento, licenciado para 3.700 (três mil e setecentos) usuários: R\$ 10.961,06 (dez mil novecentos e sessenta e um reais e seis centavos);

**ãB B** Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Ponto Desktop (controle e gestão) -para 3.300 (três mil e trezentos) usuários: R\$ 3.727,06 (três mil setecentos e vinte sete reais e seis centavos);

**ãB B** Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Ponto Web (registro de frequência) -para 3.300 (três mil e trezentos) usuários: R\$ 760,97 (setecentos e sessenta reais e noventa e sete centavos);

4.2 Dá-se ao presente Contrato o valor total mensal de R\$ 15.449,09 (quinze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e nove centavos) e o valor global anual máximo de R\$ 185.389,08 (cento e oitenta e cinco mil trezentos e oitenta e nove reais e oito centavos);

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATAXA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, depreciação, aluguéis, licenças, administração, tributos e emolumentos.

**C~ÇOÇ~A PÇENTA u X00 ACRQ0CEI 00 / XA0 0Ç2R/00Õ/0**

5.1 A **CONTRATAXA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei Estadual - BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

**C~ÇOÇ~A 0/´TA e XA0 CONXE-Õ/0 XO 2AMAI /NTO / XA R/T/N- SO X00 TREVÇTOO**

6.1 Os faturamentos referentes ao objeto deste contrato serão efetuados mensalmente e o pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATAXA** de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e



demais documentos cabíveis, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.1.1 A documentação deverá estar acompanhada do **T/RIO X/AC/ET/** do objeto pelo **CONTRATANT/b**

6.1.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização.

6.2 No valor estabelecido para contratação encontram-se inseridos quaisquer custos da **CONTRATAXA**, que se relacionem direta ou indiretamente com o fiel cumprimento do contrato, a exemplo de despesas salariais, encargos sociais, materiais e equipamentos empregados, impostos e taxas de qualquer natureza;

6.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

6.4 O **CONTRATANT/** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATAXA** preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANT/** em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no **art. 6º** e seus subitens.

**C~ÇOC~A OQTEI A u XO R/A;ÇOTAI /NTO / XA R/DEOSO X/ 2R/- 00**

7.1 A concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 82 da Lei Estadual-BA nº. 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 meses da data da assinatura do Contrato, mediante a aplicação do **EM2eI** observadas as disposições legais:

7.1.1 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

7.1.2 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação



imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8<sup>2</sup> da Lei Estadual n<sup>2</sup>. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATAXA** dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANT/**Entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo.

### **C~ÇOC~A OETADA u XA DEMÊNCEA**

8.1 O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de 01 de março de 2022 até 28 de fevereiro de 2023, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso III do artigo 140 da Lei Estadual-BA n<sup>2</sup> 9.433/2005.

### **C~ÇOC~A NONA u XA0 OVREMA- Õ/O XA CONTRATAXA**

9.1 Além das determinações contidas na **C~ÇOC~A O/MÇNXA** deste contrato e no processo de Inexigibilidade de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATAXA**, obriga-se a:

9.1 Promover a perfeita execução contratual de acordo com as especificações técnicas, prazos e exigências constantes no instrumento convocatório e no presente contrato, na forma e nos locais determinados pelo **CONTRATANT/** não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.2 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da **CONTRATAXA**, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **CONTRATANT/**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

9.2 Fornecer ao **CONTRATANT/** cópias atualizadas dos Sistemas, em código objeto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis n<sup>9</sup> 9.609/98 e 9.610/98);





9.2.1 A **CONTRATAXA** se obriga a disponibilizar ao **CONTRATANT/** o código fonte atualizado dos sistemas em quaisquer hipóteses em que se configure a impossibilidade de continuidade à manutenção dos sistemas, tais como falência ou dissolução;

9.3 Prestar diretamente, ou por interveniente devidamente autorizado, os serviços de Atualização e Suporte Técnico dos Sistemas Objeto deste instrumento;

9.3.1 A atualização de sistemas deverá ser encaminhada preferencialmente pela internet, através de acesso seguro mediante usuário/senha a ser fornecido pela **CONTRATAXA**

9.4 Manter o sistema sempre atualizado, garantindo a execução das suas funcionalidades;

9.5 Realizar suas atividades utilizando profissionais especializados e de nível adequado, e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;

9.6 Assegurar ao **CONTRATANT/** o livre acesso às bases de dados do Sistema, inclusive ao seu projeto e à documentação completa das tabelas e ao modelo de desenvolvimento, de tal forma que seja possível a qualquer pessoa, desde que tecnicamente preparada, desenvolver funções específicas;

9.7 Manter o mais absoluto sigilo sobre todos os serviços prestados, não divulgando ou permitindo divulgar, interna ou externamente, nomes, dados, ou quaisquer outras informações sobre as atividades, projetos, Sistemas ou peculiaridades da empresa, sobre os quais tenha desenvolvido qualquer análise, emitido parecer ou tenha sido incumbido pelo **CONTRANT/** de manifestar-se a respeito;

9.8 Manter sob sua exclusiva responsabilidade a supervisão e direção da mão de obra utilizada na execução dos serviços objeto deste contrato;

9.9 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de inexigibilidade de licitação;

9.10 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas gerais de segurança do trabalho, identificação, disciplina e outros regulamentos instituídos pelo CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços objeto deste Contrato;



9.11 Promover o imediato afastamento, da execução do objeto contratual, de empregados e/ou prepostos cuja permanência se demonstre em desacordo com este instrumento, ou, ainda, com a moralidade e a ética, correndo, por exclusiva conta da CONTRATADA, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;

9.12 Determinar e providenciar a realização regular dos exames de saúde, na forma da lei, dos trabalhadores empregados na consecução do objeto deste ajuste, bem como arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, fardamento, alimentação e todas as demais obrigações especificadas nos dissídios ou convenções coletivas;

9.13 Realizar e comprovar o pagamento de todas as remunerações, auxílios e indenizações cabíveis e previstos na Legislação Trabalhista e nos dissídios ou convenções coletivas, bem como de todos os encargos previdenciários relativos aos empregados designados para atividades relacionadas com a execução do presente contrato, sendo-lhe defeso invocar a existência deste para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las ao CONTRATANTE;

9.14 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como observar e respeitar as legislações Federais, Estaduais e Municipais atinentes ao presente contrato;

9.14.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANT/** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATAXA**

9.15 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição de bens (quando couber) e serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.16 Responder perante o CONTRATANTE no que concerne à conduta e pontualidade dos empregados designados para atividades relacionadas com a execução do presente contrato, substituindo-os, sem ônus, em caso de ausências, por motivo justificado ou não;

9.17 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

9.18 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANT/** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob



sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANT/** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao **CONTRATANT/** no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

9.19 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANT/b**

9.20 Indenizar ao **CONTRATANT/** por eventuais danos causados por seus prepostos aos equipamentos deste, em virtude de dolo, negligência, imperícia ou imprudência, verificados no curso da execução deste instrumento;

9.21 Indenizar o **CONTRATANT/** e mantê-lo isento de todas as reclamações, interpelações ou danos exigidos do **CONTRATANT/** por terceiros, no tocante a qualquer ação lastreada em infrações de direitos autorais ou qualquer segredo comercial ligado ao(s) Sistema(s) objeto deste instrumento. O **CONTRATANT/** notificará a **CONTRATAXA** de tais ações de terceiros, a fim de que **CONTRATAXA** possa assumir os procedimentos necessários a sua defesa;

9.22 Atender às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANT/** de (re) adequação de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou da proposta constante no processo de inexigibilidade de licitação que o originou, providenciando sua reparação, correção, substituição e/ou realização, sem ônus para o **CONTRATANT/ i** observados os níveis de criticidade definidos no **anexo B r b**

9.23 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.24 Comunicar formalmente ao **CONTRATANT/** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do Contrato;

9.25 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANT/** durante a vigência deste instrumento.

#### **C~—ÇOÇ~A XQCEI A u XAO OVREMA- Õ/0 XO CONTRATANT/**

10.1 O **CONTRATANT/** além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:



10.2 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATAXA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento**b**

10.4 Viabilizar, no que for cabível, as condições de execução dos serviços pela CONTRATADA, prestando-lhe todas as informações necessárias e solucionando quaisquer casos concernentes;

10.5 Disponibilizar os demais produtos necessários para o funcionamento do Sistema, como sistemas operacionais, gerenciadores de banco de dados, linguagens de programação, drivers de ODBC, geradores de relatórios, gerenciadores de bancos de dados *front-end*, ou qualquer outro que não esteja expressamente mencionado neste Termo de Referência;

10.6 Auxiliar a CONTRATADA nas ações que esta julgar adequadas para a solução dos erros, inclusive a adoção de medidas temporárias que reduzam o efeito destes até a sua solução definitiva;

10.7 Manter sigilo e não revelar total ou parcialmente o conteúdo do Sistema, a não ser a pessoas indicadas por ela para a execução de serviços de Customização. Neste caso, estas pessoas deverão ser informadas do conteúdo deste item e orientadas a segui-lo;

10.8 Não divulgar o conteúdo do Sistema, bem como dados, informações e tecnologia nele contidos ou qualquer documentação, descrição, fluxograma, desenho, modelos, relatórios, a ele relativos;

10.9 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATAXA** por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.10 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **CONTRATANT**/, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

10.11 Fornecer à **CONTRATAXA** mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

**C~—ÇOÇ~A XQCEI A 2REI /ERA u XA MARANTEA**



11.1 A **CONTRATAXA** garante que os Sistemas executarão as funções substancialmente em conformidade com sua documentação. A presente garantia refere-se sempre à última versão dos Sistemas. A **CONTRATAXA** não se responsabiliza e nem garante o uso dos Sistemas caso o **CONTRATANT/** não faça atualizações, permanecendo com as versões adquiridas por tempo indefinido. A **CONTRATAXA** ao lançar novas versões, deixará de prestar os serviços de atualização e suporte de software nas versões anteriores, perdendo o **CONTRATANT/** se não atualizar os Sistemas, por qualquer motivo, o direito de exigir qualquer tipo de garantia.

11.2 A garantia acima é a única garantia, quer expressa, quer implícita. Ficam excluídas, inclusive, quaisquer perdas e/ou danos causados direta ou indiretamente pelos Sistemas em si ou por seus resultados diretos ou indiretos. Fica excluída também, qualquer responsabilidade da **CONTRATAXA** quanto às atualizações dos Sistemas ou dos manuais, nem mesmo por motivo de alteração na legislação que rege o processamento da folha de pagamento ou de outras normas e regras que orientam procedimentos internos ou externos à empresa, mesmo sendo de natureza legal e obrigatória, se esta for estabelecida e exigida em tempo não hábil para alteração dos Sistemas.

#### **C~ÇOÇ~A XQCEI A O/MÇNXA u XA ÉEOCA~EZA- SO XO CONTRATO**

12.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANT/** designará servidor(es), **Ál d á i d ci 2l dæpdp i zÁi Wfdp Ápdp apgfóá**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATAXA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

12.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

12.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

12.2.2 Transmitir à **CONTRATAXA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;

12.2.3 Promover a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

12.2.4 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATAXA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANT/**, se necessário, parecer de especialistas;





12.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANT/**, não desobriga a **CONTRATAXA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

12.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANT/**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATAXA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

12.4 O **CONTRATANT/** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços e/ou o fornecimento de bens que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

12.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito ou substituído pela **CONTRATAXA**, às suas expensas;

12.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANT/**;

12.5 O **CONTRATANT/** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATAXA**, cuja permanência venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

12.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANT/** poderá solicitar à **CONTRATAXA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

#### **C~ÇOÇ~A XQCEI A T/RC/ERA e XA0 2/NA~EXAX/0**

13.1 A **CONTRATAXA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA ng. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

13.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATAXA** e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANT/** àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

13.2.1 Multa;

13.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar



com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

13.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

13.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.2 a 13.2.4, estas serão impostas à **CONTRATAXA** cumulativamente com multa;

13.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o **CONTRATAXA** à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

13.4.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

13.4.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

13.4.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

13.4.4 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **pwzzçdp**, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:

12.4.4.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor global do contrato;

13.4.4.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor global do contrato;

13.4.4.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **z1óci t z . r B B i . r B B B ã** estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

13.5. A aplicação de multa à **CONTRATAXA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;



13.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANT/Ã** caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

13.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser descontadas da garantia contratual ou cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANT/b**

13.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATAXA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

13.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATAXA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANT/** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

#### **C~ÇOÇ~A XQCEI A PÇARTA u XA R/OCEOSO**

14.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

14.2 O **CONTRATANT/** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos 1 a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

14.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANT/** poderá adotar, no que couber, quaisquer das medidas discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

#### **C~ÇOÇ~A XQCEI A PÇENTA u XA DENCÇ~A-SO AO ENOTRÇI /NTO CONDOCATÓREO**

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no edital do processo de inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATAXA** apresentada no referido expediente, naquilo que não divirja deste ajuste.

#### **C~ÇOÇ~A XQCEI A O/ 'TA u XA 2ÇV~ECEXAX/**



**CONTRATANT/** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

**C~ÇOÇ~A XQCEI A OQTEI A u XO ÉORO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

**C~ÇOÇ~A XQCEI A OETADA – XAO XE0200E- Õ/O M/RAE0**

18.1 O **CONTRATANT/** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATAXA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

18.2 A inadimplência da **CONTRATAXA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANT/** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANT/** o direito de alterar unilateralmente o contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/2005, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATAXA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento e/ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos legais.

Salvador,



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

**I ENEOTQREO 2, V~ECO XO /OTAXO XA VAL EA**

Frederico Welington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa

**~BM ENÉORI —TECA OBA**

Felipe Vieiralves Azevedo  
Presidente





## ANEXO E – TAVILA EXECUTIVA X/ ET/NO

### 1. BENEFICIA- SO XOO ET/NO PÇ/ COI 20/I O OV; /TOU

#### 1. B X/TA LAI /NTO XOO ET/NO

##### 1.1. Controle de Acesso:

- 1.1.1. A Solução deve oferecer mecanismo para controlar e restringir o acesso de usuários à suas funcionalidades e dados. Este mecanismo deverá gerenciar os níveis de acesso a Solução utilizando perfis de acesso;
- 1.1.2. Permitir, nativamente, a criação, ativação e inativação de contas de usuário (credenciais de acesso);
- 1.1.3. Permitir a integração, para fins de autenticação de usuário, com os produtos MS-ActiveDirectory ou LDAP;
- 1.1.4. Possuir, nativamente, políticas de segurança que possibilitem bloquear contas após tentativas incorretas de acesso;
- 1.1.5. Permitir que o Supervisor do Módulo faça o desbloqueio das contas de usuário;
- 1.1.6. Possibilitar a mudança obrigatória das senhas de acesso após período definido;
- 1.1.7. Permitir que o usuário altere sua senha de acesso;
- 1.1.8. Vincular as contas de acesso à unidade administrativa;
- 1.1.9. Permitir a criação de perfis de acesso;
- 1.1.10. Permitir a restrição de visualização de menus da Solução por operador;
- 1.1.12. Permitir que o administrador desconecte qualquer usuário que estiver utilizando a Solução.

##### 1.2. Auditoria:

- 1.2.1. A Solução deve oferecer mecanismo para registrar ações dos usuários;
- 1.2.2. As ações auditadas devem conter minimamente os seguintes dados: usuário, endereço IP (identificação da máquina na rede), data, hora, ação e detalhamento da ação;
  - 1.2.2.1. A auditoria deve registrar os eventos no sistema de forma a responder a pelo menos as seguintes questões:
    - 1.2.2.1.1. Que ação foi realizada no sistema;
    - 1.2.2.1.2. Quando a ação ocorreu;
    - 1.2.2.1.3. Quem provocou a ação;
    - 1.2.2.1.4. Qual máquina envolvida na ação (IP);
    - 1.2.2.1.5. Qual o descritivo da ação.
- 1.2.3. Integração



1.2.3.1. Deverá dispor de ferramenta que permitam que o próprio cliente faça a extração de dados nos formatos CSV, TXT ou XML.

1.2.3.2. Permitir gerar informações contábeis das Folhas de Pagamentos diretamente em Banco de Dados através de Conexão ODBC.

### 1.3. Módulo Folha de Pagamento.

#### 1.3.1. Relativo a parte estrutural.

1.3.1.1. Permitir definição de estruturas organizacionais para agrupamentos diversos de colaboradores (estabelecimentos, departamentos, centros e custo/resultados, natureza profissional, órgãos responsáveis, sindicatos).

1.3.1.2. Flexibilidade para criação de campos personalizados. Ex: fumante/não fumante; e-mail pessoal, linha de negócio.

#### 1.3.2. Relativo a Cálculos.

1.3.2.1. Permitir a criação de diversos tipos de folha de pagamento (mensal, férias, simulação de férias, 13º salário, rescisão, rescisão complementar simulação de rescisão, folha semanal, adiantamento quinzenal, abono sem gozo de férias, recesso de estagiário, simulação de recesso, outros tipos de folhas de pagamento, a critério da administração de pessoal da Contratante, sem depender do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.2. Permitir que os usuários da Contratante criem e modifiquem eventos dos tipos provento, desconto e intermediário (resultado), de acordo com as regras sindicais de cada categoria profissional, com a possibilidade de definição das respectivas fórmulas de cálculo, independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.3. Permitir a vinculação de determinados cálculos a grupos homogêneos de colaboradores (por empresas, estabelecimentos, sindicatos, horários, cargos, naturezas profissionais, centros de custo/resultado, departamentos, em situação atividade normal, férias, afastamento, rescisão), independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.4. Parametrização do número de salários adicionais: 13º salário, 14º salário.

1.3.2.5. Permitir o agendamento do cálculo mensal de forma que a execução ocorra de forma automática.

1.3.2.6. Calcular pagamento de adiantamentos (com parametrização dos valores a serem pagos) e antecipações, por exemplo, 13º Salário.

1.3.2.7. Registrar e calcular adicionais salariais (fixos e variáveis), gratificações, comissões e incorporações. Deverá estar preparado para controlar e pagar eventos mensais e eventuais.

1.3.2.8. Compor as bases de Cálculo para descontos mensais (INSS, IR, FGTS, etc.), de acordo com as incidências de cada Vencimento/ Desconto, FUNPREV, BAPREV;



- 1.3.2.9. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento parcelado.
- 1.3.2.10. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento adiantado.
- 1.3.2.12. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Permitir em diferentes dias do mês o adiantamento de diferença do 13º salário e adiantamentos individuais.
- 1.3.2.12. Simular e calcular a provisão para o 13º salário.
- 1.3.2.13. Efetuar cálculo e reembolso de faltas e atrasos descontados indevidamente.
- 1.3.2.14. Cálculo retroativo do pagamento (negociações salariais, etc.), podendo ser feito para um empregado ou todos, devendo permitir parametrização.
- 1.3.2.15. Permitir simular/calcular rescisão nas suas diversas modalidades, considerando: Integração com todas as unidades que subsidiam de informações para crédito e débito de valores quando das rescisões (Ex: patrimônio, transportes, Benefícios, etc.), que já estão em funcionamento na solução atual.
- 1.3.2.16. Efetuar cálculo automático do pagamento de salário proporcional para os admitidos durante o mês, observando também as licenças e afastamentos.
- 1.3.2.17. Gerar movimento da Folha de Pagamento por empregado, identificando o centro de custo / setor, os vencimentos e os descontos para serem processados no módulo contábil.
- 1.3.2.18. Cálculo e registro por colaborador da Contribuição Sindical por Categoria Profissional.
- 1.3.2.19. Opção para estabelecer quais valores incidirão na RAIS, FGTS, INSS, IR etc.
- 1.3.2.20. Permitir a definição da quantidade de dias, por tipo de estabilidade (acidente de trabalho, CIPA, DOENÇA, maternidade, representante sindical) e por sindicato, independente do fornecedor da solução e da área de TI.
- 1.3.2.21. Permitir que os usuários da Contratante definam a classificação de PCD por tipo (reabilitado, física, auditiva, visual, mental, múltipla), independente do fornecedor da solução e da área de TI.
- 1.3.3. Relativo a Dependentes.
  - 1.3.3.1. Permitir que os usuários da Contratante façam o cadastro e vínculo de dependentes aos colaboradores, possibilitando definir o tipo de dependência (IR, Salário família, benefícios, outros tipos de dependências), independente do fornecedor e da área de TI.
  - 1.3.3.2. Registro de dependentes/ vinculados legais, informando dependência INSS, IR, Salário Família, Auxílio Creche e Seguro de Vida, Plano de Saúde/Odontológico etc., com possibilidade deste ser diferente do titular.

1.3.4. Referente a Pensão Alimentícia.

1.3.4.1. Permitir a definição dos diversos tipos de cálculos de pensão alimentícia (valor fixo, percentual sobre o bruto, percentual sobre o líquido oficial, percentual sobre o líquido geral, dentre outros critérios de cálculos, independente do fornecedor da solução e da área de TI).

1.3.4.2. Permitir que a Contratante mantenha o cadastro dos pensionistas.

1.3.4.3. Calcular e controlar descontos de Pensão Alimentícia e gerar arquivos para transmissão para os bancos e informação para o CRP.

1.3.5. Referente aos Encargos.

1.3.5.1. Permitir alteração das tabelas de encargos do colaborador (IRRF e INSS) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.5.2. Permitir alteração das tabelas de encargos patronais (SAT, INSS, FGTS, SESEI, SENAI, SEBRAE, FORÇA AÉREA, INCRA, SALÁRIO EDUCAÇÃO) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.5.3. Permitir a geração das seguintes informações para os órgãos oficiais: GFIP/GRFC, GPS (INSS), Salário contribuição (INSS), DARF (IRRF), CAGED, IN86, CAT, RAIS, DIRF, MANAD.

1.3.5.4. Manutenção nas tabelas de desconto: criação ou extinção de faixas, manutenção etc. (data de início e vigência). Ex: INSS, IR etc.

1.3.6. Referente à parte Admissional.

1.3.6.1. Permitir a emissão dos documentos admissionais (Contrato de trabalho e experiência, declarações e autorizações, tais como fichas dos dependentes de salário família, opção do vale transporte e imposto de renda, dentre outros), permitindo alterações de conteúdo conforme necessidade da Contratante, independente da área de administração de pessoal e da área de TI.

1.3.6.2. Permitir o cadastro manual das informações necessárias para a admissão.

1.3.6.3. Permitir o gerenciamento do histórico de alterações cadastrais dos funcionários, possibilitando a consulta por competência (mês), tais como escolaridade, afastamento, situação, histórico salariais, modalidade de contratação (horista/mensalista).

1.3.6.4. Permitir o registro de empregado readmitido, utilizando os dados cadastrais e prontuário que o mesmo tinha quando era empregado;

1.3.6.5. Permitir registro de admissões especiais sem vínculo empregatício, como: diretores, conselheiros, autônomos, cedidos de outras empresas e mão de obra contratada.

1.3.7. Referente a Férias.

1.3.7.1. Permitir a administração das férias controlando o período aquisitivo, período de fruição, opção de adiantamento do 13º salário e abono pecuniário.

- 1.3.7.2. Permitir o parcelamento de férias em quantidade superior a duas parcelas.
- 1.3.7.3. Permitir dias de férias no mesmo mês de referência referentes a períodos aquisitivos distintos. Exemplo: 01 a 15 ref. Ao período 01 e 16 a 30 ref. Ao período 02.
- 1.3.7.4. Permitir férias individuais e coletivas.
- 1.3.7.5. Permitir que os valores referentes às férias sejam tratados de forma proporcionais aos dias de férias de cada mês na folha mensal.
- 1.3.7.6. Permitir a definição das regras de cálculos de média de férias de acordo com o sindicato, independente do fornecedor e da área de TI.
- 1.3.7.7. Permitir a geração dos relatórios de férias (aviso de férias, recibo de férias)
- 1.3.7.8. Permitir a antecipação do pagamento dos valores de férias.
- 1.3.7.9. Calcular a provisão de férias.
- 1.3.7.10. Permitir recálculo de férias;
- 1.3.7.12. Efetuar controle de Período Aquisitivo de Férias, calculando o número de dias de Férias em decorrência de faltas e afastamentos.
- 1.3.7.12. Permitir geração e registro automático do novo período aquisitivo;
- 1.3.7.13. Controle do processo de gerenciamento dos períodos aquisitivos de recesso de estagiários.
- 1.3.8. Referente a Rescisão.
  - 1.3.8.1. Permitir todos os tipos de rescisão (RAIS)
  - 1.3.8.2. Permitir manter o cadastro de rescisões de forma manual ou mediante fluxo de aprovação.
  - 1.3.8.3. Permitir avisar à administração de pessoal, os colaboradores com estabilidade no ato da rescisão.
  - 1.3.8.4. Permitir a geração das seguintes informações: Aviso prévio, Termo de Rescisão, Homolognet.
  - 1.3.8.5. Emitir relatórios legais para quitação da rescisão (ex.: rescisão de contrato de trabalho, GRFC, contribuições para o INSS, salário desemprego, etc.).
  - 1.3.8.6. Permitir o registro do desligamento com os seus respectivos motivos.
  - 1.3.8.7. Permitir o registro do término de contrato/mandatos para não empregados (Ex: Estagiários, Diretores, Conselheiros).
- 1.3.9. Referente a Afastamentos.
  - 1.3.9.1. Permitir o registro automático dos afastamentos a partir do módulo de saúde e segurança ocupacional para fins de cálculos da folha de pagamento.
  - 1.3.9.2. Permitir efetuar o cálculo considerando os dias de afastamentos (parte empresa/previdência).
  - 1.3.9.3. Permitir o registro de afastamento com ou sem vencimentos.





1.3.9.4. Registrar e manter atualizados os dados do período e motivos do afastamento.

1.3.10. Referente a Movimentações de Colaboradores.

1.3.10.1. Permitir movimentações de colaboradores (promoções, progressões, aumentos salariais, transferências).

1.3.10.2. Transferência de colaboradores entre empresas (CNPJs distintos).

1.4. Módulo Folha de Ponto (Desktop e WEB)

1.4.1. Cadastro de servidores (Cadastro deve ser vinculado ao sistema de Folha de Pagamento).

1.4.2. Integração com Sistema de Folha de Pagamento para vinculação de todas as informações do cadastro do servidor.

1.4.3. Registro de frequência (ponto) a partir de qualquer localidade.

1.4.4. Visualização do cartão de ponto.

1.4.5. Lançamento das justificativas de irregularidades.

1.4.6. Controle de afastamentos.

1.4.7. Relatórios de irregularidades.

1.4.8. Relatório de afastamentos.

1.4.9. Parametrização de acordo com a legislação trabalhista.

1.4.10. Parametrização de acordo com a legislação do MP/BA.

## 2.0 Arquitetura de Software

A arquitetura de software é composta por software básico, software para intranet/Internet, software para computação pessoal e software para desenvolvimento de aplicações.

### Software Básico

- Sistema operacional: WINDOWS 2012 SERVER R2,
- Sistema gerenciador de banco de dados: MS SQLSERVER 2008.
- Protocolo de comunicação padrão: TCP/IP.
- Sistema operacional das estações: Windows XP Professional, Windows 7 Professional.

### Ambiente Intranet/Internet:

- Servidor Http: MS IIS5/6
- Navegadores IE, Mozilla e Chrome



## DESPACHO

Prezados,

Após envio do contrato para a Contratada LG, eles nos devolveu solicitando as seguintes alterações relacionadas abaixo:

1. 2.8 Não havia continha na minuta anterior. Qual seria o tipo de serviço seria referente a essa nota de empenho?
2. 2.20 Retirar o trecho "(tais como bens em dissonância com as especificações e exigências contratuais, com vícios ou defeitos de fabricação, com prejuízo ao perfeito funcionamento ou com danos nas embalagens que possam comprometer a qualidade do conteúdo)", pois não está compatível com o tipo de serviço prestado pela LG Lugar de Gente;
3. 2.23 Retirar o trecho "...garantindo-se ao CONTRATANTE, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor", pois a presente relação não é de consumo;
4. 6.2 Incluir no final : "..., com exceção de custos relacionados ao eventual comparecimento de colaboradores da CONTRATADA, na sede da CONTRATANTE, os quais deverão ser custeados integralmente pela segunda."
5. 6.5 Seria possível alterar a forma de pagamento para boleto bancário?
6. 6.6 Incluir : Multa de 2% sobre o valor vencido e juros de 1% ao mês, em caso de inadimplemento do Ministério Público da Bahia;
7. 9.18 Substituir pela seguinte redação: Arcar, quando da execução do objeto contratual, com os danos diretos ou prejuízo, causado ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, por sua culpa exclusiva, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao CONTRATANTE todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao CONTRATANTE no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência, os quais estão desde já limitados ao valor total deste Contrato;
8. Cláusula Décima Primeira Incluir como item 11.3: "A Contratada responderá somente pelos danos diretos comprovadamente causados à Contratante, decorrentes de falhas no software ou na prestação dos serviços, desde que comprovada a responsabilidade exclusiva da Contratada no evento que tiver dado causa ao dano. A responsabilidade e eventuais indenizações devidas pela Contratada, independentemente da sua extensão ou natureza, estarão isoladas ou cumulativamente, limitadas ao valor total deste Contrato".
9. Cláusula Décima Terceira Solicitamos incluir envio de notificação prévia para que a LG sane o eventual descumprimento, antes da aplicação de quaisquer penalidades.
10. 13.4.2 Alterar de "302" para "30";
11. Alterar o texto "E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos legais." Para "As Partes reconhecem, por meio do presente Instrumento, a validade da assinatura eletrônica, nos termos do §2º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, bem como de que a referida assinatura eletrônica não implicará em qualquer alteração, desqualificação ou desnaturação de quaisquer deveres ou obrigações aqui previstas, os quais as Partes continuam integralmente obrigadas a observar."
12. Incluir para assinatura digital na ordem abaixo:
  - > Testemunha LG:
    - Carolina Fernandes da Silva / CPF: 885994421-04 / E-mail: [carolina.silva@lg.com.br](mailto:carolina.silva@lg.com.br)
  - > Representante Legal LG:
    - Felipe Vieira Azevedo / CPF: 219992948/58

Fizemos um esboço das alterações que estão grifadas em amarelo para que possamos agilizar o processo.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Costa do Nascimento** em 1/ 02/2021, às 3: 41, conforme art. 3º, III, "b", da Lei 33.: 390/226.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=2](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2) informando o código verificador **0301093** e o código CRC **BB80B10B**.



**CONTRATO X/ 2R/0TA-SO X/ 0/RDE-00 PÇ/Ã /NTR/ 0EÃ  
C~/VRAI O I ENEOTQREO 2, V~ECO XO /0TAXO XA VALEA / A  
/I 2R/0A ~BM ENÉORI ATECA OBAÃNA ÉORI A AVAE' OÚ**

**CONTRATO H. F: r Hr r e0MA**

O **I ENEOTQREO 2, V~ECO XO /0TAXO XA VALEAÃ** CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **Éd ci dW n i gt val t Ogsi ap Ol pdi zÃ** doravante denominado **CONTRATANT/Ãe a /I 2R/0A ~BM ENÉORI ATECA OBAÃ** CNPJ nº 01.468.594/0001-22, estabelecida à Primeira Avenida, QD. 1-B, Lt. 31, Bairro Cidade Vera Cruz, Condomínio Cidade Empresarial, Aparecida de Goiânia/GO, representada **Ái g 0dBÉi gÁi Dá apgsi z AJi si cl Ã** CPF/MF nº 219.992.948-58 doravante denominada **CONTRATAXAÃ** com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no processo de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2022-DTI protocolado sob o nº 19.09.00854.0001614/2022-17, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **C~/VRAI** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**C~-ÇOÇ~A 2REI /ERA e XO OV; /TO**

1.1 Constitui objeto do presente contrato os serviços de suporte técnico e atualização para os seguintes Softwares:

1.1.1 FPW – Ponto Desktop (controle e gestão) para 3.300 (três mil e trezentos) usuários;

1.1.2 FPW – Ponto Web (registro de frequência), para 3.300 (três mil e trezentos) usuários;

1.1.3 FPW – Folha de pagamento para 3.700 (três mil e setecentos) usuários;

1.2 A descrição das funcionalidades dos sistemas, constam do apenso I deste instrumento.

**C~-ÇOÇ~A 0/MÇNXA u XO R/MEI / / XA ÉORI A X/ /' /CÇ- SOÃ/  
XO R/C/VEI /NTO**

2.1 O Regime de execução do presente Contrato será efetuado na modalidade empreitada por preço global;



2.2 A cessão do direito de uso dos Sistemas em favor do **CONTRATANT/** permanecerá por prazo indeterminado;

2.3 A **CONTRATAXA** fornecerá ao **CONTRATANT/** uma cópia dos Sistemas atualizada, em código aberto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis Federais nº 9.609/1998 e 9.610/1998);

2.4 Cópias dos Sistemas poderão ser instaladas em qualquer computador do **CONTRATANT/** desde que a base de dados dos Sistemas seja única. O número de estações que poderão acessar esta base de dados única não é limitado pelos Sistemas ou pela **CONTRATAXA**, podendo o acesso ser feito por rede local ou remota;

2.5 É permitido ao **CONTRATANT/** a criação de outras bases de dados para fins de cópias de segurança, base de testes ou homologações, ou ainda, para armazenamento de dados de funcionários desligados;

2.6 A **CONTRATAXA** informará, com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência, o lançamento de novas versões dos Sistemas que exijam evolução no ambiente tecnológico do **CONTRATANT/** de modo a viabilizar os ajustes necessários à implementação da nova tecnologia;

2.7 O **CONTRATANT/** convocará a **CONTRATAXA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data da notificação, a ser efetivada, preferencialmente, por e-mail;

2.7.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

2.7.2 A **CONTRATAXA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei Estadual – BA nº 9433/2005.

2.8 O prazo para execução dos serviços é de 01 (um) dia útil, após o recebimento, pela **CONTRATAXA**, da nota de empenho; (**Solicitam a retirada deste**)

2.8.1 O prazo de execução não poderá ser prorrogado;

2.9 Os serviços de atualização dos softwares instalados deverão garantir o fornecimento de novas versões, decorrentes de alterações legais e/ou tecnológicas (lançamento de nova versão, para funcionamento com versão mais recente de Sistema Operacional, linguagem de programação ou outras ferramentas) e/ou decorrentes de melhorias introduzidas pela **CONTRATAXAb**

2.10 Os serviços de suporte técnico deverão proporcionar ao usuário o apoio na utilização dos Sistemas, com esclarecimentos de quaisquer dúvidas e soluções de questões que venham a surgir durante a sua utilização.

2.11 A prestação de serviços de suporte ocorrerá nas seguintes modalidades:

2.11.1 Suporte telefônico, com atendimento ao usuário, prestando esclarecimentos sobre dúvidas por telefone;

2.11.2 Suporte eletrônico, com esclarecimentos das solicitações efetuados eletronicamente por e-mail ou canal direto de atendimento (CHAT) através do endereço eletrônico da **CONTRATAXAb**

2.11.3 Suporte na Sede do **CONTRATANT/Ã** mediante solicitação e agendamento prévio, com eventual ônus específico ao **CONTRATANT/b**

2.12 Os prazos para atendimento às solicitações de suporte obedecerão à classificação destas, conforme a seguir discriminado:

2.12.1 Solicitações críticas: relativas a problemas que impeçam completamente o funcionamento do sistema devem ser solucionadas em até 02 (duas) horas;

2.12.2 Solicitações urgentes: referentes a problemas que afetem significativamente a execução dos trabalhos devem ser solucionadas em até 04 (quatro) horas;

2.12.3 Solicitações padrão (comuns): devem ser solucionadas em até 08 (oito) horas úteis;

2.12.4 Solicitações com baixo nível de criticidade ou que podem aguardar enquanto são elaboradas respostas para as questões anteriores: devem ser solucionadas em até 12 (doze) horas úteis;.





2.13 Os prazos discriminados nos **z1lóa t z r B r** e seguintes são válidos apenas para as solicitações que demandem uma solução que dispense a alteração dos sistemas, ou seja, para dúvidas e atendimentos operacionais e técnicos;

2.14 Na hipótese de ocorrência de erros comprovadamente definidos como "bug do sistema" (falhas que independem de qualquer ação ou omissão do **CONTRATANT/**), caberá à **CONTRATAXA** dispor de todos os recursos necessários para solucioná-lo, não cabendo nenhuma despesa ao **CONTRATANT/** e sendo o prazo de correção tratado em função da criticidade definida no item 2.12;

2.15 Os serviços de suporte poderão ser prestados de forma centralizada de modo que a **CONTRATAXA** dará suporte a um usuário ou a um grupo de usuários dos sistemas cedidos ao **CONTRATANT/**, a quem competirá o repasse da solução indicada aos usuários finais;

2.16 O serviço de suporte presencial poderá ser prestado por um interveniente local, devidamente autorizado pela **CONTRATAXA**;

2.17 Os serviços de suporte remoto (e-mail, internet, telefônico etc) poderá ser prestado por um interveniente localizado em outra capital, desde que devidamente autorizado pela **CONTRATAXA**;

2.18 Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres;

2.19 O recebimento do objeto contratual, ficará sob a responsabilidade do(a) fiscal do contrato (responsável pela habilitação para pagamentos) em conjunto com um representante da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) do **CONTRATANT/**, caso estes não sejam a mesma pessoa;

2.19.1 Para fins de recebimento provisório/definitivo, não se reputará como válido o recebimento dado pelo **CONTRATANT/** em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço da **CONTRATAXA**;

2.19.2 O prazo para recebimento provisório será de 05 (cinco) dias;



2.20 O **CONTRATANT/** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas (tais como bens em dissonância com as especificações e exigências contratuais, com vícios ou defeitos de fabricação, com prejuízo ao perfeito funcionamento ou com danos nas embalagens que possam comprometer a qualidade do conteúdo) (Solicitam que seja retirada esse texto), podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.21 O recebimento definitivo do objeto deste contrato ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias e só será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANT/**, todos os procedimentos contidos no Ato Normativo nº 007/2005 e na Instrução Normativa nº 006/2012, respeitadas as exigências contidas do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.21.1 O recebimento ocorrerá também em conjunto com a Comissão de Recebimento de Bens Permanentes do **CONTRATANT/**, designada pela Portaria nº 047/2021-SGA – ou por instrumento que eventualmente a substitua, caso o valor do objeto contratual seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, nos termos do art. 73, c/c, art. 15 §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.22 Esgotado o prazo total para a conclusão do recebimento definitivo sem qualquer manifestação do **CONTRATANT/**, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para fins de habilitação para pagamento;

2.23 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANT/**, não exclui a responsabilidade civil do **CONTRATAXO** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de inexigibilidade de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANT/**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor. (retirar este trecho pois a presente relação não é de consumo).

2.24. As comunicações entre as partes deverão ser formalizadas através do telefone (71) 3103-0182 e e-mail [everaldo@mpba.mp.br](mailto:everaldo@mpba.mp.br).

**C~ÇOÇ~A T/RC/ERA eXA XOTA- SO OR- AI /NT-REA**

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Cççowl Çt æpci Odnþá i t a4dp: Mi z al çp ãHB H. : HHr .	Ançl )2: A: O/9 r HHr	Ri vçl 33HH	Xi zæd pnçl ci Ri Vlçzl z )Él t ai 9 . HH	Npa1d Jp cp Xi zÁi zp FFBHHçH
---	-----------------------------	----------------	--	-------------------------------------

**C~A, OÇ~A PÇARTAE XO 2R/- O**



**ãB** Os valores estabelecidos para os serviços objeto deste contrato são estabelecidos conforme abaixo descrito:

**ãB B** Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Power -Folha de Pagamento, licenciado para 3.700 (três mil e setecentos) usuários: R\$ 10.961,06 (dez mil novecentos e sessenta e um reais e seis centavos);

**ãB B** Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Ponto Desktop (controle e gestão) -para 3.300 (três mil e trezentos) usuários: R\$ 3.727,06 (três mil setecentos e vinte sete reais e seis centavos);

**ãB B** Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Ponto Web (registro de frequência) -para 3.300 (três mil e trezentos) usuários: R\$ 760,97 (setecentos e sessenta reais e noventa e sete centavos);

4.2 Dá-se ao presente Contrato o valor total mensal de R\$ 15.449,09 (quinze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e nove centavos) e o valor global anual máximo de R\$ 185.389,08 (cento e oitenta e cinco mil trezentos e oitenta e nove reais e oito centavos);

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATAXA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, depreciação, aluguéis, licenças, administração, tributos e emolumentos.

**C~ÇOÇ~A PÇENTA u XO0 ACRQ0CEI 00 / XA0 0Ç2R/00Õ/0**

5.1 A **CONTRATAXA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei Estadual - BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

**C~ÇOÇ~A 0/´TA e XA0 CONXE-Õ/0 XO 2AMAI /NTO / XA R/T/N- SO XO0 TREVÇTO0**

6.1 Os faturamentos referentes ao objeto deste contrato serão efetuados mensalmente e o pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATAXA** de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e



demais documentos cabíveis, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.1.1 A documentação deverá estar acompanhada do **T/RI O X/ AC/ET/** do objeto pelo **CONTRATANT/b**

6.1.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização.

6.2 No valor estabelecido para contratação encontram-se inseridos quaisquer custos da **CONTRATAXA**, que se relacionem direta ou indiretamente com o fiel cumprimento do contrato, a exemplo de despesas salariais, encargos sociais, materiais e equipamentos empregados, impostos e taxas de qualquer natureza; **com exceção de custos relacionados ao eventual comparecimento de colaboradores da CONTRATADA, na sede da CONTRATANTE, os quais deverão ser custeados integralmente pela segunda.**

6.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

6.4 O **CONTRATANT/** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATAXA** preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANT/** em caso de mora, será calculada Multa de 2% sobre o valor vencido e juros de 1% ao mês, em caso de inadimplemento do Ministério Público da Bahia; considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no **art. 6º** e seus subitens.

**C~ÇOÇ~A OQTEI A u XO R/A;ÇOTAI /NTO / XA R/DEOSO X/ 2R/- 00**

7.1 A concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 82 da Lei Estadual-BA n.º 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 meses da data da assinatura do Contrato, mediante a aplicação do **EM2eI ã** observadas as disposições legais:



7.1.1 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

7.1.2 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8<sup>2</sup> da Lei Estadual n<sup>2</sup>. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATAXA** dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANT/**Entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo.

#### **C~ÇOC~A OETADA u XA DEMÊNCEA**

8.1 O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de 01 de março de 2022 até 28 de fevereiro de 2023, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso III do artigo 140 da Lei Estadual-BA n<sup>2</sup> 9.433/2005.

#### **C~ÇOC~A NONA u XAO OVREMA- Õ/O XA CONTRATAXA**

9.1 Além das determinações contidas na **C~ÇOC~A O/MÇNXA** deste contrato e no processo de Inexigibilidade de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATAXA**, obriga-se a:

9.1 Promover a perfeita execução contratual de acordo com as especificações técnicas, prazos e exigências constantes no instrumento convocatório e no presente contrato, na forma e nos locais determinados pelo **CONTRATANT/** não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.2 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da **CONTRATAXA**, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **CONTRATANT/**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;



9.2 Fornecer ao **CONTRATANT/** cópias atualizadas dos Sistemas, em código objeto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis nº 9.609/98 e 9.610/98);

9.2.1 A **CONTRATAXA** se obriga a disponibilizar ao **CONTRATANT/** o código fonte atualizado dos sistemas em quaisquer hipóteses em que se configure a impossibilidade de continuidade à manutenção dos sistemas, tais como falência ou dissolução;

9.3 Prestar diretamente, ou por interveniente devidamente autorizado, os serviços de Atualização e Suporte Técnico dos Sistemas Objeto deste instrumento;

9.3.1 A atualização de sistemas deverá ser encaminhada preferencialmente pela internet, através de acesso seguro mediante usuário/senha a ser fornecido pela **CONTRATAXA**

9.4 Manter o sistema sempre atualizado, garantindo a execução das suas funcionalidades;

9.5 Realizar suas atividades utilizando profissionais especializados e de nível adequado, e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;

9.6 Assegurar ao **CONTRATANT/** o livre acesso às bases de dados do Sistema, inclusive ao seu projeto e à documentação completa das tabelas e ao modelo de desenvolvimento, de tal forma que seja possível a qualquer pessoa, desde que tecnicamente preparada, desenvolver funções específicas;

9.7 Manter o mais absoluto sigilo sobre todos os serviços prestados, não divulgando ou permitindo divulgar, interna ou externamente, nomes, dados, ou quaisquer outras informações sobre as atividades, projetos, Sistemas ou peculiaridades da empresa, sobre os quais tenha desenvolvido qualquer análise, emitido parecer ou tenha sido incumbido pelo **CONTRANT/** de manifestar-se a respeito;

9.8 Manter sob sua exclusiva responsabilidade a supervisão e direção da mão de obra utilizada na execução dos serviços objeto deste contrato;

9.9 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de inexigibilidade de licitação;



9.10 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas gerais de segurança do trabalho, identificação, disciplina e outros regulamentos instituídos pelo CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços objeto deste Contrato;

9.11 Promover o imediato afastamento, da execução do objeto contratual, de empregados e/ou prepostos cuja permanência se demonstre em desacordo com este instrumento, ou, ainda, com a moralidade e a ética, correndo, por exclusiva conta da CONTRATADA, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;

9.12 Determinar e providenciar a realização regular dos exames de saúde, na forma da lei, dos trabalhadores empregados na consecução do objeto deste ajuste, bem como arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, fardamento, alimentação e todas as demais obrigações especificadas nos dissídios ou convenções coletivas;

9.13 Realizar e comprovar o pagamento de todas as remunerações, auxílios e indenizações cabíveis e previstos na Legislação Trabalhista e nos dissídios ou convenções coletivas, bem como de todos os encargos previdenciários relativos aos empregados designados para atividades relacionadas com a execução do presente contrato, sendo-lhe defeso invocar a existência deste para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las ao CONTRATANTE;

9.14 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como observar e respeitar as legislações Federais, Estaduais e Municipais atinentes ao presente contrato;

9.14.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANT/** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATAXAb**

9.15 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição de bens (quando couber) e serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.16 Responder perante o CONTRATANTE no que concerne à conduta e pontualidade dos empregados designados para atividades relacionadas com a execução do presente contrato, substituindo-os, sem ônus, em caso de ausências, por motivo justificado ou não;

9.17 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

9.18 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANT/** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANT/** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao **CONTRATANT/** no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência; **z1ózaæl d: Arcar, quando da execução do objeto contratual, com os danos diretos ou prejuízo, causado ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, por sua culpa exclusiva, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao CONTRATANTE todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao CONTRATANTE no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência, os quais estão desde já limitados ao valor total deste Contrato;**

9.19 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANT/b**

9.20 Indenizar ao **CONTRATANT/** por eventuais danos causados por seus prepostos aos equipamentos deste, em virtude de dolo, negligência, imperícia ou imprudência, verificados no curso da execução deste instrumento;

9.21 Indenizar o **CONTRATANT/** e mantê-lo isento de todas as reclamações, interpelações ou danos exigidos do **CONTRATANT/** por terceiros, no tocante a qualquer ação lastreada em infrações de direitos autorais ou qualquer segredo comercial ligado ao(s) Sistema(s) objeto deste instrumento. O **CONTRATANT/** notificará a **CONTRATAXA** de tais ações de terceiros, a fim de que **CONTRATAXA** possa assumir os procedimentos necessários a sua defesa;

9.22 Atender às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANT/ã** de (re) adequação de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou da proposta constante no processo de inexigibilidade de licitação que o originou, providenciando sua reparação, correção, substituição e/ou realização, sem ônus para o **CONTRATANT/ i** observados os níveis de criticidade definidos no **ã á r B r b**

9.23 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações,



propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.24 Comunicar formalmente ao **CONTRATANT/** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do Contrato;

9.25 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANT/** durante a vigência deste instrumento.

#### **C~ÇOÇ~A XQCEI A u XAO OVREMA- Õ/O XO CONTRATANT/**

10.1 O **CONTRATANT/** além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.2 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATAXA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento**b**

10.4 Viabilizar, no que for cabível, as condições de execução dos serviços pela CONTRATADA, prestando-lhe todas as informações necessárias e solucionando quaisquer casos concernentes;

10.5 Disponibilizar os demais produtos necessários para o funcionamento do Sistema, como sistemas operacionais, gerenciadores de banco de dados, linguagens de programação, drivers de ODBC, geradores de relatórios, gerenciadores de bancos de dados *front-end*, ou qualquer outro que não esteja expressamente mencionado neste Termo de Referência;

10.6 Auxiliar a CONTRATADA nas ações que esta julgar adequadas para a solução dos erros, inclusive a adoção de medidas temporárias que reduzam o efeito destes até a sua solução definitiva;

10.7 Manter sigilo e não revelar total ou parcialmente o conteúdo do Sistema, a não ser a pessoas indicadas por ela para a execução de serviços de Customização. Neste caso, estas pessoas deverão ser informadas do conteúdo deste item e orientadas a segui-lo;

10.8 Não divulgar o conteúdo do Sistema, bem como dados, informações e tecnologia nele contidos ou qualquer documentação, descrição, fluxograma, desenho, modelos, relatórios, a ele relativos;

10.9 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATAXA** por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na



execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.10 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **CONTRATANT/**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

10.11 Fornecer à **CONTRATAXA** mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

### **C~ÇOÇ~A XQCEI A 2REI /ERA u XA MARANTEA**

11.1 A **CONTRATAXA** garante que os Sistemas executarão as funções substancialmente em conformidade com sua documentação. A presente garantia refere-se sempre à última versão dos Sistemas. A **CONTRATAXA** não se responsabiliza e nem garante o uso dos Sistemas caso o **CONTRATANT/** não faça atualizações, permanecendo com as versões adquiridas por tempo indefinido. A **CONTRATAXA** ao lançar novas versões, deixará de prestar os serviços de atualização e suporte de software nas versões anteriores, perdendo o **CONTRATANT/** se não atualizar os Sistemas, por qualquer motivo, o direito de exigir qualquer tipo de garantia.

11.2 A garantia acima é a única garantia, quer expressa, quer implícita. Ficam excluídas, inclusive, quaisquer perdas e/ou danos causados direta ou indiretamente pelos Sistemas em si ou por seus resultados diretos ou indiretos. Fica excluída também, qualquer responsabilidade da **CONTRATAXA** quanto às atualizações dos Sistemas ou dos manuais, nem mesmo por motivo de alteração na legislação que rege o processamento da folha de pagamento ou de outras normas e regras que orientam procedimentos internos ou externos à empresa, mesmo sendo de natureza legal e obrigatória, se esta for estabelecida e exigida em tempo não hábil para alteração dos Sistemas.

11.3 A Contratada responderá somente pelos danos diretos comprovadamente causados à Contratante, decorrentes de falhas no software ou na prestação dos serviços, desde que comprovada a responsabilidade exclusiva da Contratada no evento que tiver dado causa ao dano. A responsabilidade e eventuais indenizações devidas pela Contratada, independentemente da sua extensão ou natureza, estarão isoladas ou cumulativamente, limitadas ao valor total deste Contrato".

### **C~ÇOÇ~A XQCEI A 0/MÇNXA u XA ÉE0CA~EZA- SO XO CONTRATO**





12.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANT/** designará servidor(es), **Ál d á i d c i 2l d p d p i z Ái W f d p Á p d p a p g f o á**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATAXA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

12.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

12.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

12.2.2 Transmitir à **CONTRATAXA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;

12.2.3 Promover a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

12.2.4 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATAXA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANT/**, se necessário, parecer de especialistas;

12.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANT/**, não desobriga a **CONTRATAXA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

12.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANT/**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATAXA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

12.4 O **CONTRATANT/** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços e/ou o fornecimento de bens que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

12.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito ou substituído pela **CONTRATAXA**, às suas expensas;

12.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANT/**;



12.5 O **CONTRATANT/** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATAXA**, cuja permanência venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

12.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANT/** poderá solicitar à **CONTRATAXA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

### **C~ÇOÇ~A XQCEI A T/RC/ERA eXAO 2/NA~EXAX/O**

13.1 A **CONTRATAXA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA ng. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

13.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATAXA** e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANT/** àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

13.2.1 Multa;

13.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

13.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

13.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.2 a 13.2.4, estas serão impostas à **CONTRATAXA** cumulativamente com multa;

13.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o **CONTRATAXA** à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

13.4.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

13.4.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30 (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;



13.4.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

13.4.4 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **principal**, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:

13.4.4.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor global do contrato;

13.4.4.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor global do contrato;

13.4.4.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **artigos 1º e 2º da Lei nº 9.433/2005** estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

13.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE** caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

13.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser descontadas da garantia contratual ou cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**

13.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

13.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

**CONDIÇÃO DE CARTA UXA R/OCEOSO**



14.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

14.2 O **CONTRATANT/** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos 1 a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

14.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANT/** poderá adotar, no que couber, quaisquer das medidas discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

#### **C~ÇOÇ~A XQCEI A PÇENTA u XA DENCÇ~A-SO AO ENOTRÇI /NTO CONDOCATÓREO**

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no edital do processo de inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATAXA** apresentada no referido expediente, naquilo que não diverja deste ajuste.

#### **C~ÇOÇ~A XQCEI A O/ 'TA u XA 2ÇV~ESEXAX/**

**CONTRATANT/** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

#### **C~ÇOÇ~A XQCEI A OQTEI A u XO ÉORO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

#### **C~ÇOÇ~A XQCEI A OETADA - XAO XE02O0E- Õ/O M/RAEO**

18.1 O **CONTRATANT/** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATAXA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

18.2 A inadimplência da **CONTRATAXA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANT/** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e



qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANT/** o direito de alterar unilateralmente o contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/2005, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATAXA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento e/ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos legais; "As Partes reconhecem, por meio do presente Instrumento, a validade da assinatura eletrônica, nos termos do §2º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, bem como de que a referida assinatura eletrônica não implicará em qualquer alteração, desqualificação ou desnaturação de quaisquer deveres ou obrigações aqui previstas, os quais as Partes continuam integralmente obrigadas a observar."

Salvador,

**I ENEOTQREO 2, V~ECO XO /OTAXO XA VAL EA**

Frederico Welington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa

**~BM ENÉORI —TECA OBA**

Felipe Vieiralves Azevedo  
Presidente



## ANEXO E – TAVULA EXECUTIVA X/ ET/NO

### 1. BENFECA- SO XOO ET/NO PÇ/ COI 20/I O OV; /TOU

#### 1. B X/TA LAI /NTO XOO ET/NO

##### 1.1. Controle de Acesso:

- 1.1.1. A Solução deve oferecer mecanismo para controlar e restringir o acesso de usuários à suas funcionalidades e dados. Este mecanismo deverá gerenciar os níveis de acesso a Solução utilizando perfis de acesso;
- 1.1.2. Permitir, nativamente, a criação, ativação e inativação de contas de usuário (credenciais de acesso);
- 1.1.3. Permitir a integração, para fins de autenticação de usuário, com os produtos MS-ActiveDirectory ou LDAP;
- 1.1.4. Possuir, nativamente, políticas de segurança que possibilitem bloquear contas após tentativas incorretas de acesso;
- 1.1.5. Permitir que o Supervisor do Módulo faça o desbloqueio das contas de usuário;
- 1.1.6. Possibilitar a mudança obrigatória das senhas de acesso após período definido;
- 1.1.7. Permitir que o usuário altere sua senha de acesso;
- 1.1.8. Vincular as contas de acesso à unidade administrativa;
- 1.1.9. Permitir a criação de perfis de acesso;
- 1.1.10. Permitir a restrição de visualização de menus da Solução por operador;
- 1.1.12. Permitir que o administrador desconecte qualquer usuário que estiver utilizando a Solução.

##### 1.2. Auditoria:

- 1.2.1. A Solução deve oferecer mecanismo para registrar ações dos usuários;
- 1.2.2. As ações auditadas devem conter minimamente os seguintes dados: usuário, endereço IP (identificação da máquina na rede), data, hora, ação e detalhamento da ação;
  - 1.2.2.1. A auditoria deve registrar os eventos no sistema de forma a responder a pelo menos as seguintes questões:
    - 1.2.2.1.1. Que ação foi realizada no sistema;
    - 1.2.2.1.2. Quando a ação ocorreu;
    - 1.2.2.1.3. Quem provocou a ação;
    - 1.2.2.1.4. Qual máquina envolvida na ação (IP);
    - 1.2.2.1.5. Qual o descritivo da ação.
  - 1.2.3. Integração



1.2.3.1. Deverá dispor de ferramenta que permitam que o próprio cliente faça a extração de dados nos formatos CSV, TXT ou XML.

1.2.3.2. Permitir gerar informações contábeis das Folhas de Pagamentos diretamente em Banco de Dados através de Conexão ODBC.

### 1.3. Módulo Folha de Pagamento.

#### 1.3.1. Relativo a parte estrutural.

1.3.1.1. Permitir definição de estruturas organizacionais para agrupamentos diversos de colaboradores (estabelecimentos, departamentos, centros e custo/resultados, natureza profissional, órgãos responsáveis, sindicatos).

1.3.1.2. Flexibilidade para criação de campos personalizados. Ex: fumante/não fumante; e-mail pessoal, linha de negócio.

#### 1.3.2. Relativo a Cálculos.

1.3.2.1. Permitir a criação de diversos tipos de folha de pagamento (mensal, férias, simulação de férias, 13º salário, rescisão, rescisão complementar simulação de rescisão, folha semanal, adiantamento quinzenal, abono sem gozo de férias, recesso de estagiário, simulação de recesso, outros tipos de folhas de pagamento, a critério da administração de pessoal da Contratante, sem depender do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.2. Permitir que os usuários da Contratante criem e modifiquem eventos dos tipos provento, desconto e intermediário (resultado), de acordo com as regras sindicais de cada categoria profissional, com a possibilidade de definição das respectivas fórmulas de cálculo, independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.3. Permitir a vinculação de determinados cálculos a grupos homogêneos de colaboradores (por empresas, estabelecimentos, sindicatos, horários, cargos, naturezas profissionais, centros de custo/resultado, departamentos, em situação atividade normal, férias, afastamento, rescisão), independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.4. Parametrização do número de salários adicionais: 13º salário, 14º salário.

1.3.2.5. Permitir o agendamento do cálculo mensal de forma que a execução ocorra de forma automática.

1.3.2.6. Calcular pagamento de adiantamentos (com parametrização dos valores a serem pagos) e antecipações, por exemplo, 13º Salário.

1.3.2.7. Registrar e calcular adicionais salariais (fixos e variáveis), gratificações, comissões e incorporações. Deverá estar preparado para controlar e pagar eventos mensais e eventuais.

1.3.2.8. Compor as bases de Cálculo para descontos mensais (INSS, IR, FGTS, etc.), de acordo com as incidências de cada Vencimento/ Desconto, FUNPREV, BAPREV;

- 1.3.2.9. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento parcelado.
- 1.3.2.10. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento adiantado.
- 1.3.2.12. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Permitir em diferentes dias do mês o adiantamento de diferença do 13º salário e adiantamentos individuais.
- 1.3.2.12. Simular e calcular a provisão para o 13º salário.
- 1.3.2.13. Efetuar cálculo e reembolso de faltas e atrasos descontados indevidamente.
- 1.3.2.14. Cálculo retroativo do pagamento (negociações salariais, etc.), podendo ser feito para um empregado ou todos, devendo permitir parametrização.
- 1.3.2.15. Permitir simular/calcular rescisão nas suas diversas modalidades, considerando: Integração com todas as unidades que subsidiam de informações para crédito e débito de valores quando das rescisões (Ex: patrimônio, transportes, Benefícios, etc.), que já estão em funcionamento na solução atual.
- 1.3.2.16. Efetuar cálculo automático do pagamento de salário proporcional para os admitidos durante o mês, observando também as licenças e afastamentos.
- 1.3.2.17. Gerar movimento da Folha de Pagamento por empregado, identificando o centro de custo / setor, os vencimentos e os descontos para serem processados no módulo contábil.
- 1.3.2.18. Cálculo e registro por colaborador da Contribuição Sindical por Categoria Profissional.
- 1.3.2.19. Opção para estabelecer quais valores incidirão na RAIS, FGTS, INSS, IR etc.
- 1.3.2.20. Permitir a definição da quantidade de dias, por tipo de estabilidade (acidente de trabalho, CIPA, DOENÇA, maternidade, representante sindical) e por sindicato, independente do fornecedor da solução e da área de TI.
- 1.3.2.21. Permitir que os usuários da Contratante definam a classificação de PCD por tipo (reabilitado, física, auditiva, visual, mental, múltipla), independente do fornecedor da solução e da área de TI.
- 1.3.3. Relativo a Dependentes.
  - 1.3.3.1. Permitir que os usuários da Contratante façam o cadastro e vínculo de dependentes aos colaboradores, possibilitando definir o tipo de dependência (IR, Salário família, benefícios, outros tipos de dependências), independente do fornecedor e da área de TI.
  - 1.3.3.2. Registro de dependentes/ vinculados legais, informando dependência INSS, IR, Salário Família, Auxílio Creche e Seguro de Vida, Plano de Saúde/Odontológico etc., com possibilidade deste ser diferente do titular.

1.3.4. Referente a Pensão Alimentícia.

1.3.4.1. Permitir a definição dos diversos tipos de cálculos de pensão alimentícia (valor fixo, percentual sobre o bruto, percentual sobre o líquido oficial, percentual sobre o líquido geral, dentre outros critérios de cálculos, independente do fornecedor da solução e da área de TI).

1.3.4.2. Permitir que a Contratante mantenha o cadastro dos pensionistas.

1.3.4.3. Calcular e controlar descontos de Pensão Alimentícia e gerar arquivos para transmissão para os bancos e informação para o CRP.

1.3.5. Referente aos Encargos.

1.3.5.1. Permitir alteração das tabelas de encargos do colaborador (IRRF e INSS) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.5.2. Permitir alteração das tabelas de encargos patronais (SAT, INSS, FGTS, SESEI, SENAI, SEBRAE, FORÇA AÉREA, INCRA, SALÁRIO EDUCAÇÃO) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.5.3. Permitir a geração das seguintes informações para os órgãos oficiais: GFIP/GRFC, GPS (INSS), Salário contribuição (INSS), DARF (IRRF), CAGED, IN86, CAT, RAIS, DIRF, MANAD.

1.3.5.4. Manutenção nas tabelas de desconto: criação ou extinção de faixas, manutenção etc. (data de início e vigência). Ex: INSS, IR etc.

1.3.6. Referente à parte Admissional.

1.3.6.1. Permitir a emissão dos documentos admissionais (Contrato de trabalho e experiência, declarações e autorizações, tais como fichas dos dependentes de salário família, opção do vale transporte e imposto de renda, dentre outros), permitindo alterações de conteúdo conforme necessidade da Contratante, independente da área de administração de pessoal e da área de TI.

1.3.6.2. Permitir o cadastro manual das informações necessárias para a admissão.

1.3.6.3. Permitir o gerenciamento do histórico de alterações cadastrais dos funcionários, possibilitando a consulta por competência (mês), tais como escolaridade, afastamento, situação, histórico salariais, modalidade de contratação (horista/mensalista).

1.3.6.4. Permitir o registro de empregado readmitido, utilizando os dados cadastrais e prontuário que o mesmo tinha quando era empregado;

1.3.6.5. Permitir registro de admissões especiais sem vínculo empregatício, como: diretores, conselheiros, autônomos, cedidos de outras empresas e mão de obra contratada.

1.3.7. Referente a Férias.

1.3.7.1. Permitir a administração das férias controlando o período aquisitivo, período de fruição, opção de adiantamento do 13º salário e abono pecuniário.

- 1.3.7.2. Permitir o parcelamento de férias em quantidade superior a duas parcelas.
- 1.3.7.3. Permitir dias de férias no mesmo mês de referência referentes a períodos aquisitivos distintos. Exemplo: 01 a 15 ref. Ao período 01 e 16 a 30 ref. Ao período 02.
- 1.3.7.4. Permitir férias individuais e coletivas.
- 1.3.7.5. Permitir que os valores referentes às férias sejam tratados de forma proporcionais aos dias de férias de cada mês na folha mensal.
- 1.3.7.6. Permitir a definição das regras de cálculos de média de férias de acordo com o sindicato, independente do fornecedor e da área de TI.
- 1.3.7.7. Permitir a geração dos relatórios de férias (aviso de férias, recibo de férias)
- 1.3.7.8. Permitir a antecipação do pagamento dos valores de férias.
- 1.3.7.9. Calcular a provisão de férias.
- 1.3.7.10. Permitir recálculo de férias;
- 1.3.7.12. Efetuar controle de Período Aquisitivo de Férias, calculando o número de dias de Férias em decorrência de faltas e afastamentos.
- 1.3.7.12. Permitir geração e registro automático do novo período aquisitivo;
- 1.3.7.13. Controle do processo de gerenciamento dos períodos aquisitivos de recesso de estagiários.
- 1.3.8. Referente a Rescisão.
  - 1.3.8.1. Permitir todos os tipos de rescisão (RAIS)
  - 1.3.8.2. Permitir manter o cadastro de rescisões de forma manual ou mediante fluxo de aprovação.
  - 1.3.8.3. Permitir avisar à administração de pessoal, os colaboradores com estabilidade no ato da rescisão.
  - 1.3.8.4. Permitir a geração das seguintes informações: Aviso prévio, Termo de Rescisão, Homolognet.
  - 1.3.8.5. Emitir relatórios legais para quitação da rescisão (ex.: rescisão de contrato de trabalho, GRFC, contribuições para o INSS, salário desemprego, etc.).
  - 1.3.8.6. Permitir o registro do desligamento com os seus respectivos motivos.
  - 1.3.8.7. Permitir o registro do término de contrato/mandatos para não empregados (Ex: Estagiários, Diretores, Conselheiros).
- 1.3.9. Referente a Afastamentos.
  - 1.3.9.1. Permitir o registro automático dos afastamentos a partir do módulo de saúde e segurança ocupacional para fins de cálculos da folha de pagamento.
  - 1.3.9.2. Permitir efetuar o cálculo considerando os dias de afastamentos (parte empresa/previdência).
  - 1.3.9.3. Permitir o registro de afastamento com ou sem vencimentos.



1.3.9.4. Registrar e manter atualizados os dados do período e motivos do afastamento.

1.3.10. Referente a Movimentações de Colaboradores.

1.3.10.1. Permitir movimentações de colaboradores (promoções, progressões, aumentos salariais, transferências).

1.3.10.2. Transferência de colaboradores entre empresas (CNPJs distintos).

1.4. Módulo Folha de Ponto (Desktop e WEB)

1.4.1. Cadastro de servidores (Cadastro deve ser vinculado ao sistema de Folha de Pagamento).

1.4.2. Integração com Sistema de Folha de Pagamento para vinculação de todas as informações do cadastro do servidor.

1.4.3. Registro de frequência (ponto) a partir de qualquer localidade.

1.4.4. Visualização do cartão de ponto.

1.4.5. Lançamento das justificativas de irregularidades.

1.4.6. Controle de afastamentos.

1.4.7. Relatórios de irregularidades.

1.4.8. Relatório de afastamentos.

1.4.9. Parametrização de acordo com a legislação trabalhista.

1.4.10. Parametrização de acordo com a legislação do MP/BA.

## 2.0 Arquitetura de Software

A arquitetura de software é composta por software básico, software para intranet/Internet, software para computação pessoal e software para desenvolvimento de aplicações.

### Software Básico

- Sistema operacional: WINDOWS 2012 SERVER R2,
- Sistema gerenciador de banco de dados: MS SQLSERVER 2008.
- Protocolo de comunicação padrão: TCP/IP.
- Sistema operacional das estações: Windows XP Professional, Windows 7 Professional.

### Ambiente Intranet/Internet:

- Servidor Http: MS IIS5/6
- Navegadores IE, Mozilla e Chrome



## DESPACHO

Após análise das solicitações da empresa a ser contratada, encaminhamos anexa a nova proposta de minuta, customizada por esta Coordenação.

Neste sentido, esclarecemos o seguinte:

1. Com relação ao tópico 2.8 entendemos haver necessidade de definição de prazo para disponibilização das licenças objeto da contratação. Tal definição, vinculada ao recebimento da Nota de Empenho, fundamenta-se no quanto disposto no artigo 60 da Lei Federal nº 4320/1964.
2. Com relação ao tópico 2.20, entendemos ser possível a exclusão do trecho solicitado.
3. Com relação ao tópico 2.23, em que pese não concordarmos com o posicionamento da empresa, entendemos ser possível o ajuste da redação da cláusula sem prejuízos à administração haja vista se tratar de contrato administrativo, resguardado pela Lei Estadual/BA nº 9.433/2005;
4. Com relação ao tópico 6.2, refere-se a custos que não estão previstos no procedimento, de modo que, caso a Unidade Gestora entenda ser cabível o custeio das eventuais despesas de deslocamento de colaboradores, as mesmas devem compor a previsão da contratação;
5. Com relação ao tópico 6.5 esta Coordenação desconhece previsão legal que autorize a mencionada forma de pagamento, de modo que tal circunstância deveria ser questionada à DICOFIN;
6. Com relação à previsão de multa específica, sugerida pela empresa, solicitamos a manifestação da Assessoria Jurídica acerca da possibilidade, ou não, de tal medida.
7. Com relação ao item 9.18, não vemos óbice ao limitativo solicitado pela empresa, embora a mensuração dos riscos da ocorrência de danos que possam ultrapassar o valor do contrato devam ser avaliados pela Unidade demandante;
8. Com relação à previsão do item 11.3, não vemos óbice ao limitativo solicitado pela empresa, embora a mensuração dos riscos da ocorrência de danos que possam ultrapassar o valor do contrato devam ser avaliados pela Unidade demandante;
9. Com relação à inclusão na cláusula décima terceira, entendemos que a previsão de garantia do devido processo legal supre a solicitação de notificação prévia à aplicação de penalidade, vez que é inerente ao devido processo legal. De todo modo, a cláusula terceira está redigida em conformidade com a Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 e à lei de 12.209 de 2011, às quais o Ministério Público do Estado da Bahia encontra-se vinculado;
10. Com relação ao item 13.4.2, o ajuste foi realizado;
11. Com relação à alteração do texto final do contrato, não vemos óbice à sua efetivação;



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 11/01/2021, às 13:41, com o nº 31, nº 11, da Lei 33: 31/01/2021



A autenticidade do documento pode ser verificada no site [https://sei.sistemas.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=2](https://sei.sistemas.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2) informando o código verificador **0301140** e o código CRC **6A31D651**





**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA L.G INFORMATICA S.A, NA FORMA ABAIXO:**

**CONTRATO 013/2022-SGA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **Frederico Welington Silveira Soares**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA L.G INFORMATICA S.A**, CNPJ nº 01.468.594/0001-22, estabelecida à Primeira Avenida, QD. 1-B, Lt. 31, Bairro Cidade Vera Cruz, Condomínio Cidade Empresarial, Aparecida de Goiânia/GO, representada **pelo Sr. Felipe Vieiralves Azevedo**, CPF/MF nº [REDACTED] doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no processo de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2022-DTI protocolado sob o nº 19.09.00854.0001614/2022-17, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Constitui objeto do presente contrato os serviços de suporte técnico e atualização para os seguintes Softwares:

1.1.1 FPW – Ponto Desktop (controle e gestão) para 3.300 (três mil e trezentos) usuários;

1.1.2 FPW – Ponto Web (registro de frequência), para 3.300 (três mil e trezentos) usuários;

1.1.3 FPW – Folha de pagamento para 3.700 (três mil e setecentos) usuários;

1.2 A descrição das funcionalidades dos sistemas, constam do apenso I deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA — DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO**



2.1 O Regime de execução do presente Contrato será efetuado na modalidade empreitada por preço global;

2.2 A cessão do direito de uso dos Sistemas em favor do **CONTRATANTE** permanecerá por prazo indeterminado;

2.3 A **CONTRATADA** fornecerá ao **CONTRATANTE** uma cópia dos Sistemas atualizada, em código aberto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis Federais nº 9.609/1998 e 9.610/1998);

2.4 Cópias dos Sistemas poderão ser instaladas em qualquer computador do **CONTRATANTE** desde que a base de dados dos Sistemas seja única. O número de estações que poderão acessar esta base de dados única não é limitado pelos Sistemas ou pela **CONTRATADA**, podendo o acesso ser feito por rede local ou remota;

2.5 É permitido ao **CONTRATANTE** a criação de outras bases de dados para fins de cópias de segurança, base de testes ou homologações, ou ainda, para armazenamento de dados de funcionários desligados;

2.6 A **CONTRATADA** informará, com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência, o lançamento de novas versões dos Sistemas que exijam evolução no ambiente tecnológico do **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar os ajustes necessários à implementação da nova tecnologia;

2.7 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data da notificação, a ser efetivada, preferencialmente, por e-mail;

2.7.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

2.7.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei Estadual – BA nº 9433/2005.

2.8 A **CONTRATADA** fica obriga a disponibilizar as licenças no **prazo máximo de 01 (um) dia útil, após o recebimento, da nota de empenho;**

2.8.1 O prazo de execução não poderá ser prorrogado;

2.9 Os serviços de atualização dos softwares instalados deverão garantir o fornecimento de novas versões, decorrentes de alterações legais e/ou tecnológicas (lançamento de nova versão, para funcionamento com versão mais recente de Sistema Operacional, linguagem de programação ou outras ferramentas) e/ou decorrentes de melhorias introduzidas pela **CONTRATADA**;

2.10 Os serviços de suporte técnico deverão proporcionar ao usuário o apoio na utilização dos Sistemas, com esclarecimentos de quaisquer dúvidas e soluções de questões que venham a surgir durante a sua utilização.

2.11 A prestação de serviços de suporte ocorrerá nas seguintes modalidades:

2.11.1 Suporte telefônico, com atendimento ao usuário, prestando esclarecimentos sobre dúvidas por telefone;

2.11.2 Suporte eletrônico, com esclarecimentos das solicitações efetuados eletronicamente por e-mail ou canal direto de atendimento (CHAT) através do endereço eletrônico da **CONTRATADA**;

2.11.3 Suporte na Sede do **CONTRATANTE**, mediante solicitação e agendamento prévio, com eventual ônus específico ao **CONTRATANTE**;

2.12 Os prazos para atendimento às solicitações de suporte obedecerão à classificação destas, conforme a seguir discriminado:

2.12.1 Solicitações críticas: relativas a problemas que impeçam completamente o funcionamento do sistema devem ser solucionadas em até 02 (duas) horas;

2.12.2 Solicitações urgentes: referentes a problemas que afetem significativamente a execução dos trabalhos devem ser solucionadas em até 04 (quatro) horas;

2.12.3 Solicitações padrão (comuns): devem ser solucionadas em até 08 (oito) horas úteis;

2.12.4 Solicitações com baixo nível de criticidade ou que podem aguardar enquanto são elaboradas respostas para as questões anteriores: devem ser solucionadas em até 12 (doze) horas úteis;



2.13 Os prazos discriminados nos **subitens 2.12** e seguintes são válidos apenas para as solicitações que demandem uma solução que dispense a alteração dos sistemas, ou seja, para dúvidas e atendimentos operacionais e técnicos;

2.14 Na hipótese de ocorrência de erros comprovadamente definidos como "bug do sistema" (falhas que independem de qualquer ação ou omissão do **CONTRATANTE**), caberá à **CONTRATADA** dispor de todos os recursos necessários para solucioná-lo, não cabendo nenhuma despesa ao **CONTRATANTE** e sendo o prazo de correção tratado em função da criticidade definida no item 2.12;

2.15 Os serviços de suporte poderão ser prestados de forma centralizada de modo que a **CONTRATADA** dará suporte a um usuário ou a um grupo de usuários dos sistemas cedidos ao **CONTRATANTE**, a quem competirá o repasse da solução indicada aos usuários finais;

2.16 O serviço de suporte presencial poderá ser prestado por um interveniente local, devidamente autorizado pela **CONTRATADA**;

2.17 Os serviços de suporte remoto (e-mail, internet, telefônico etc) poderá ser prestado por um interveniente localizado em outra capital, desde que devidamente autorizado pela **CONTRATADA**;

2.18 Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres;

2.19 O recebimento do objeto contratual, ficará sob a responsabilidade do(a) fiscal do contrato (responsável pela habilitação para pagamentos) em conjunto com um representante da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) do **CONTRATANTE**, caso estes não sejam a mesma pessoa;

2.19.1 Para fins de recebimento provisório/definitivo, não se reputará como válido o recebimento dado pelo **CONTRATANTE** em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço da **CONTRATADA**;

2.19.2 O prazo para recebimento provisório será de 05 (cinco) dias;



2.20 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.21 O recebimento definitivo do objeto deste contrato ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias e só será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos contidos no Ato Normativo nº 007/2005 e na Instrução Normativa nº 006/2012, respeitadas as exigências contidas do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.21.1 O recebimento ocorrerá também em conjunto com a Comissão de Recebimento de Bens Permanentes do **CONTRATANTE**, designada pela Portaria nº 047/2021-SGA – ou por instrumento que eventualmente a substitua, caso o valor do objeto contratual seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, nos termos do art. 73, c/c, art. 15 §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.22 Esgotado o prazo total para a conclusão do recebimento definitivo sem qualquer manifestação do **CONTRATANTE**, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para fins de habilitação para pagamento;

2.23 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE**, não exclui a responsabilidade civil do **CONTRATADO** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de inexigibilidade de Licitação que o originou, verificadas posteriormente.

2.24. As comunicações entre as partes deverão ser formalizadas através do telefone (71) 3103-0182 e e-mail [everaldo@mpba.mp.br](mailto:everaldo@mpba.mp.br).

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/0021	2002	9900	100	33.90.40

### CLAUSULA QUARTA- DO PREÇO

4.1 Os valores estabelecidos para os serviços objeto deste contrato são estabelecidos conforme abaixo descrito:



**4.1.1** Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Power -Folha de Pagamento, licenciado para 3.700 (três mil e setecentos) usuários: R\$ 10.961,06 (dez mil novecentos e sessenta e um reais e seis centavos);

**4.1.2** Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Ponto Desktop (controle e gestão) -para 3.300 (três mil e trezentos) usuários: R\$ 3.727,06 (três mil setecentos e vinte sete reais e seis centavos);

**4.1.3** Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Ponto Web (registro de frequência) -para 3.300 (três mil e trezentos) usuários: R\$ 760,97 (setecentos e sessenta reais e noventa e sete centavos);

4.2 Dá-se ao presente Contrato o valor total mensal de R\$ 15.449,09 (quinze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e nove centavos) e o valor global anual máximo de R\$ 185.389,08 (cento e oitenta e cinco mil trezentos e oitenta e nove reais e oito centavos);

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, depreciação, aluguéis, licenças, administração, tributos e emolumentos.

## **CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES**

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei Estadual - BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

## **CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS**

6.1 Os faturamentos referentes ao objeto deste contrato serão efetuados mensalmente e o pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e demais documentos cabíveis, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;



6.1.1 A documentação deverá estar acompanhada do **TERMO DE ACEITE** do objeto pelo **CONTRATANTE**;

6.1.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização.

6.2 No valor estabelecido para contratação encontram-se inseridos quaisquer custos da **CONTRATADA**, que se relacionem direta ou indiretamente com o fiel cumprimento do contrato, a exemplo de despesas salariais, encargos sociais, materiais e equipamentos empregados, impostos e taxas de qualquer natureza; **com exceção de custos relacionados ao eventual comparecimento de colaboradores da CONTRATADA, na sede da CONTRATANTE, os quais deverão ser custeados integralmente pela segunda.**

6.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada Multa de 2% sobre o valor vencido e juros de 1% ao mês, em caso de inadimplemento do Ministério Público da Bahia; considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no **item 6.2** e seus subitens.

## **CLÁUSULA SÉTIMA — DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS**

7.1 A concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 82 da Lei Estadual-BA nº. 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 meses da data da assinatura do Contrato, mediante a aplicação do **IGP-M**, observadas as disposições legais:

7.1.1 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

7.1.2 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8<sup>2</sup> da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo.

## **CLÁUSULA OITAVA — DA VIGÊNCIA**

8.1 O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de 01 de março de 2022 até 28 de fevereiro de 2023, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso III do artigo 140 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

## **CLÁUSULA NONA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1 Além das determinações contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste contrato e no processo de Inexigibilidade de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

9.1 Promover a perfeita execução contratual de acordo com as especificações técnicas, prazos e exigências constantes no instrumento convocatório e no presente contrato, na forma e nos locais determinados pelo **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.2 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da **CONTRATADA**, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **CONTRATANTE**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

9.2 Fornecer ao **CONTRATANTE** cópias atualizadas dos Sistemas, em código objeto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo

protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis nº 9.609/98 e 9.610/98);

9.2.1 A **CONTRATADA** se obriga a disponibilizar ao **CONTRATANTE** o código fonte atualizado dos sistemas em quaisquer hipóteses em que se configure a impossibilidade de continuidade à manutenção dos sistemas, tais como falência ou dissolução;

9.3 Prestar diretamente, ou por interveniente devidamente autorizado, os serviços de Atualização e Suporte Técnico dos Sistemas Objeto deste instrumento;

9.3.1 A atualização de sistemas deverá ser encaminhada preferencialmente pela internet, através de acesso seguro mediante usuário/senha a ser fornecido pela **CONTRATADA**;

9.4 Manter o sistema sempre atualizado, garantindo a execução das suas funcionalidades;

9.5 Realizar suas atividades utilizando profissionais especializados e de nível adequado, e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;

9.6 Assegurar ao **CONTRATANTE** o livre acesso às bases de dados do Sistema, inclusive ao seu projeto e à documentação completa das tabelas e ao modelo de desenvolvimento, de tal forma que seja possível a qualquer pessoa, desde que tecnicamente preparada, desenvolver funções específicas;

9.7 Manter o mais absoluto sigilo sobre todos os serviços prestados, não divulgando ou permitindo divulgar, interna ou externamente, nomes, dados, ou quaisquer outras informações sobre as atividades, projetos, Sistemas ou peculiaridades da empresa, sobre os quais tenha desenvolvido qualquer análise, emitido parecer ou tenha sido incumbido pelo **CONTRATANTE** de manifestar-se a respeito;

9.8 Manter sob sua exclusiva responsabilidade a supervisão e direção da mão de obra utilizada na execução dos serviços objeto deste contrato;

9.9 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de inexigibilidade de licitação;

9.10 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas gerais de segurança do trabalho, identificação, disciplina e outros regulamentos



instituídos pelo CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços objeto deste Contrato;

9.11 Promover o imediato afastamento, da execução do objeto contratual, de empregados e/ou prepostos cuja permanência se demonstre em desacordo com este instrumento, ou, ainda, com a moralidade e a ética, correndo, por exclusiva conta da CONTRATADA, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;

9.12 Determinar e providenciar a realização regular dos exames de saúde, na forma da lei, dos trabalhadores empregados na consecução do objeto deste ajuste, bem como arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, fardamento, alimentação e todas as demais obrigações especificadas nos dissídios ou convenções coletivas;

9.13 Realizar e comprovar o pagamento de todas as remunerações, auxílios e indenizações cabíveis e previstos na Legislação Trabalhista e nos dissídios ou convenções coletivas, bem como de todos os encargos previdenciários relativos aos empregados designados para atividades relacionadas com a execução do presente contrato, sendo-lhe defeso invocar a existência deste para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las ao CONTRATANTE;

9.14 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como observar e respeitar as legislações Federais, Estaduais e Municipais atinentes ao presente contrato;

9.14.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

9.15 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição de bens (quando couber) e serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.16 Responder perante o **CONTRATANTE** no que concerne à conduta e pontualidade dos empregados designados para atividades relacionadas com a execução do presente contrato, substituindo-os, sem ônus, em caso de ausências, por motivo justificado ou não;

9.17 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

9.18 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com os danos diretos ou prejuízo, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, por sua culpa exclusiva, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao **CONTRATANTE** no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência, os quais estão desde já limitados ao valor total deste Contrato;

9.19 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

9.20 Indenizar ao **CONTRATANTE** por eventuais danos causados por seus prepostos aos equipamentos deste, em virtude de dolo, negligência, imperícia ou imprudência, verificados no curso da execução deste instrumento;

9.21 Indenizar o **CONTRATANTE** e mantê-lo isento de todas as reclamações, interpelações ou danos exigidos do **CONTRATANTE** por terceiros, no tocante a qualquer ação lastreada em infrações de direitos autorais ou qualquer segredo comercial ligado ao(s) Sistema(s) objeto deste instrumento. O **CONTRATANTE** notificará a **CONTRATADA** de tais ações de terceiros, a fim de que **CONTRATADA** possa assumir os procedimentos necessários a sua defesa;

9.22 Atender às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de (re) adequação de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou da proposta constante no processo de inexigibilidade de licitação que o originou, providenciando sua reparação, correção, substituição e/ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE** e observados os níveis de criticidade definidos no **item 2.12**;

9.23 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.24 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do Contrato;

9.25 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, durante a vigência deste instrumento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**



10.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.2 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;

10.4 Viabilizar, no que for cabível, as condições de execução dos serviços pela **CONTRATADA**, prestando-lhe todas as informações necessárias e solucionando quaisquer casos concernentes;

10.5 Disponibilizar os demais produtos necessários para o funcionamento do Sistema, como sistemas operacionais, gerenciadores de banco de dados, linguagens de programação, drivers de ODBC, geradores de relatórios, gerenciadores de bancos de dados *front-end*, ou qualquer outro que não esteja expressamente mencionado neste Termo de Referência;

10.6 Auxiliar a **CONTRATADA** nas ações que esta julgar adequadas para a solução dos erros, inclusive a adoção de medidas temporárias que reduzam o efeito destes até a sua solução definitiva;

10.7 Manter sigilo e não revelar total ou parcialmente o conteúdo do Sistema, a não ser a pessoas indicadas por ela para a execução de serviços de Customização. Neste caso, estas pessoas deverão ser informadas do conteúdo deste item e orientadas a segui-lo;

10.8 Não divulgar o conteúdo do Sistema, bem como dados, informações e tecnologia nele contidos ou qualquer documentação, descrição, fluxograma, desenho, modelos, relatórios, a ele relativos;

10.9 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.10 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

10.11 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.



## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

11.1 A **CONTRATADA** garante que os Sistemas executarão as funções substancialmente em conformidade com sua documentação. A presente garantia refere-se sempre à última versão dos Sistemas. A **CONTRATADA** não se responsabiliza e nem garante o uso dos Sistemas caso o **CONTRATANTE** não faça atualizações, permanecendo com as versões adquiridas por tempo indefinido. A **CONTRATADA**, ao lançar novas versões, deixará de prestar os serviços de atualização e suporte de software nas versões anteriores, perdendo o **CONTRATANTE**, se não atualizar os Sistemas, por qualquer motivo, o direito de exigir qualquer tipo de garantia.

11.2 A garantia acima é a única garantia, quer expressa, quer implícita. Ficam excluídas, inclusive, quaisquer perdas e/ou danos causados direta ou indiretamente pelos Sistemas em si ou por seus resultados diretos ou indiretos. Fica excluída também, qualquer responsabilidade da **CONTRATADA** quanto às atualizações dos Sistemas ou dos manuais, nem mesmo por motivo de alteração na legislação que rege o processamento da folha de pagamento ou de outras normas e regras que orientam procedimentos internos ou externos à empresa, mesmo sendo de natureza legal e obrigatória, se esta for estabelecida e exigida em tempo não hábil para alteração dos Sistemas.

11.3 A Contratada responderá somente pelos danos diretos comprovadamente causados à Contratante, decorrentes de falhas no software ou na prestação dos serviços, desde que comprovada a responsabilidade exclusiva da Contratada no evento que tiver dado causa ao dano. A responsabilidade e eventuais indenizações devidas pela Contratada, independentemente da sua extensão ou natureza, estarão isoladas ou cumulativamente, limitadas ao valor total deste Contrato".

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

12.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

12.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção



de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

12.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;

12.2.3 Promover a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

12.2.4 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

12.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

12.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

12.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços e/ou o fornecimento de bens que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

12.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

12.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

12.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

12.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA ng. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas



após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

13.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

13.2.1 Multa;

13.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

13.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

13.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.2 a 13.2.4, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

13.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

13.4.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

13.4.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30 (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

13.4.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

13.4.4 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **accessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:

13.4.4.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor global do contrato;

13.4.4.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor global do contrato;



13.4.4.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

13.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

13.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser descontadas da garantia contratual ou cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

13.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

13.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DA RESCISÃO**

14.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

14.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos 1 a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

14.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, quaisquer das medidas discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.



## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no edital do processo de inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido expediente, naquilo que não diverja deste ajuste.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DA PUBLICIDADE**

**CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DO FORO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

18.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/2005, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento e/ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;



18.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

"As Partes reconhecem, por meio do presente Instrumento, a validade da assinatura eletrônica, nos termos do §2º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, bem como de que a referida assinatura eletrônica não implicará em qualquer alteração, desqualificação ou desnaturação de quaisquer deveres ou obrigações aqui previstas, os quais as Partes continuam integralmente obrigadas a observar."

Salvador,

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

Frederico Wellington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa

**L.G INFORMÁTICA S.A**

Felipe Vieiralves Azevedo  
CPF: 219992948-58  
E-mail felipe.azevedo@lg.com.br  
Presidente

**Testemunha LG:**

Carolina Fernandes da Silva  
CPF: [REDACTED]





## **ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS**

### **1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:**

#### **1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS**

##### **1.1. Controle de Acesso:**

- 1.1.1. A Solução deve oferecer mecanismo para controlar e restringir o acesso de usuários à suas funcionalidades e dados. Este mecanismo deverá gerenciar os níveis de acesso a Solução utilizando perfis de acesso;
- 1.1.2. Permitir, nativamente, a criação, ativação e inativação de contas de usuário (credenciais de acesso);
- 1.1.3. Permitir a integração, para fins de autenticação de usuário, com os produtos MS-ActiveDirectory ou LDAP;
- 1.1.4. Possuir, nativamente, políticas de segurança que possibilitem bloquear contas após tentativas incorretas de acesso;
- 1.1.5. Permitir que o Supervisor do Módulo faça o desbloqueio das contas de usuário;
- 1.1.6. Possibilitar a mudança obrigatória das senhas de acesso após período definido;
- 1.1.7. Permitir que o usuário altere sua senha de acesso;
- 1.1.8. Vincular as contas de acesso à unidade administrativa;
- 1.1.9. Permitir a criação de perfis de acesso;
- 1.1.10. Permitir a restrição de visualização de menus da Solução por operador;
- 1.1.12. Permitir que o administrador desconecte qualquer usuário que estiver utilizando a Solução.

##### **1.2. Auditoria:**

- 1.2.1. A Solução deve oferecer mecanismo para registrar ações dos usuários;
- 1.2.2. As ações auditadas devem conter minimamente os seguintes dados: usuário, endereço IP (identificação da máquina na rede), data, hora, ação e detalhamento da ação;
  - 1.2.2.1. A auditoria deve registrar os eventos no sistema de forma a responder a pelo menos as seguintes questões:
    - 1.2.2.1.1. Que ação foi realizada no sistema;
    - 1.2.2.1.2. Quando a ação ocorreu;
    - 1.2.2.1.3. Quem provocou a ação;
    - 1.2.2.1.4. Qual máquina envolvida na ação (IP);
    - 1.2.2.1.5. Qual o descritivo da ação.
- 1.2.3. Integração

1.2.3.1. Deverá dispor de ferramenta que permitam que o próprio cliente faça a extração de dados nos formatos CSV, TXT ou XML.

1.2.3.2. Permitir gerar informações contábeis das Folhas de Pagamentos diretamente em Banco de Dados através de Conexão ODBC.

### 1.3. Módulo Folha de Pagamento.

#### 1.3.1. Relativo a parte estrutural.

1.3.1.1. Permitir definição de estruturas organizacionais para agrupamentos diversos de colaboradores (estabelecimentos, departamentos, centros e custo/resultados, natureza profissional, órgãos responsáveis, sindicatos).

1.3.1.2. Flexibilidade para criação de campos personalizados. Ex: fumante/não fumante; e-mail pessoal, linha de negócio.

#### 1.3.2. Relativo a Cálculos.

1.3.2.1. Permitir a criação de diversos tipos de folha de pagamento (mensal, férias, simulação de férias, 13º salário, rescisão, rescisão complementar simulação de rescisão, folha semanal, adiantamento quinzenal, abono sem gozo de férias, recesso de estagiário, simulação de recesso, outros tipos de folhas de pagamento, a critério da administração de pessoal da Contratante, sem depender do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.2. Permitir que os usuários da Contratante criem e modifiquem eventos dos tipos provento, desconto e intermediário (resultado), de acordo com as regras sindicais de cada categoria profissional, com a possibilidade de definição das respectivas fórmulas de cálculo, independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.3. Permitir a vinculação de determinados cálculos a grupos homogêneos de colaboradores (por empresas, estabelecimentos, sindicatos, horários, cargos, naturezas profissionais, centros de custo/resultado, departamentos, em situação atividade normal, férias, afastamento, rescisão), independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.4. Parametrização do número de salários adicionais: 13º salário, 14º salário.

1.3.2.5. Permitir o agendamento do cálculo mensal de forma que a execução ocorra de forma automática.

1.3.2.6. Calcular pagamento de adiantamentos (com parametrização dos valores a serem pagos) e antecipações, por exemplo, 13º Salário.

1.3.2.7. Registrar e calcular adicionais salariais (fixos e variáveis), gratificações, comissões e incorporações. Deverá estar preparado para controlar e pagar eventos mensais e eventuais.

1.3.2.8. Compor as bases de Cálculo para descontos mensais (INSS, IR, FGTS, etc.), de acordo com as incidências de cada Vencimento/ Desconto, FUNPREV, BAPREV;

- 1.3.2.9. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento parcelado.
- 1.3.2.10. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento adiantado.
- 1.3.2.12. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Permitir em diferentes dias do mês o adiantamento de diferença do 13º salário e adiantamentos individuais.
- 1.3.2.12. Simular e calcular a provisão para o 13º salário.
- 1.3.2.13. Efetuar cálculo e reembolso de faltas e atrasos descontados indevidamente.
- 1.3.2.14. Cálculo retroativo do pagamento (negociações salariais, etc.), podendo ser feito para um empregado ou todos, devendo permitir parametrização.
- 1.3.2.15. Permitir simular/calcular rescisão nas suas diversas modalidades, considerando: Integração com todas as unidades que subsidiam de informações para crédito e débito de valores quando das rescisões (Ex: patrimônio, transportes, Benefícios, etc.), que já estão em funcionamento na solução atual.
- 1.3.2.16. Efetuar cálculo automático do pagamento de salário proporcional para os admitidos durante o mês, observando também as licenças e afastamentos.
- 1.3.2.17. Gerar movimento da Folha de Pagamento por empregado, identificando o centro de custo / setor, os vencimentos e os descontos para serem processados no módulo contábil.
- 1.3.2.18. Cálculo e registro por colaborador da Contribuição Sindical por Categoria Profissional.
- 1.3.2.19. Opção para estabelecer quais valores incidirão na RAIS, FGTS, INSS, IR etc.
- 1.3.2.20. Permitir a definição da quantidade de dias, por tipo de estabilidade (acidente de trabalho, CIPA, DOENÇA, maternidade, representante sindical) e por sindicato, independente do fornecedor da solução e da área de TI.
- 1.3.2.21. Permitir que os usuários da Contratante definam a classificação de PCD por tipo (reabilitado, física, auditiva, visual, mental, múltipla), independente do fornecedor da solução e da área de TI.
- 1.3.3. Relativo a Dependentes.
  - 1.3.3.1. Permitir que os usuários da Contratante façam o cadastro e vínculo de dependentes aos colaboradores, possibilitando definir o tipo de dependência (IR, Salário família, benefícios, outros tipos de dependências), independente do fornecedor e da área de TI.
  - 1.3.3.2. Registro de dependentes/ vinculados legais, informando dependência INSS, IR, Salário Família, Auxílio Creche e Seguro de Vida, Plano de Saúde/Odontológico etc., com possibilidade deste ser diferente do titular.

1.3.4. Referente a Pensão Alimentícia.

1.3.4.1. Permitir a definição dos diversos tipos de cálculos de pensão alimentícia (valor fixo, percentual sobre o bruto, percentual sobre o líquido oficial, percentual sobre o líquido geral, dentre outros critérios de cálculos, independente do fornecedor da solução e da área de TI).

1.3.4.2. Permitir que a Contratante mantenha o cadastro dos pensionistas.

1.3.4.3. Calcular e controlar descontos de Pensão Alimentícia e gerar arquivos para transmissão para os bancos e informação para o CRP.

1.3.5. Referente aos Encargos.

1.3.5.1. Permitir alteração das tabelas de encargos do colaborador (IRRF e INSS) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.5.2. Permitir alteração das tabelas de encargos patronais (SAT, INSS, FGTS, SESEI, SENAI, SEBRAE, FORÇA AÉREA, INCRA, SALÁRIO EDUCAÇÃO) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.5.3. Permitir a geração das seguintes informações para os órgãos oficiais: GFIP/GRFC, GPS (INSS), Salário contribuição (INSS), DARF (IRRF), CAGED, IN86, CAT, RAIS, DIRF, MANAD.

1.3.5.4. Manutenção nas tabelas de desconto: criação ou extinção de faixas, manutenção etc. (data de início e vigência). Ex: INSS, IR etc.

1.3.6. Referente à parte Admissional.

1.3.6.1. Permitir a emissão dos documentos admissionais (Contrato de trabalho e experiência, declarações e autorizações, tais como fichas dos dependentes de salário família, opção do vale transporte e imposto de renda, dentre outros), permitindo alterações de conteúdo conforme necessidade da Contratante, independente da área de administração de pessoal e da área de TI.

1.3.6.2. Permitir o cadastro manual das informações necessárias para a admissão.

1.3.6.3. Permitir o gerenciamento do histórico de alterações cadastrais dos funcionários, possibilitando a consulta por competência (mês), tais como escolaridade, afastamento, situação, histórico salariais, modalidade de contratação (horista/mensalista).

1.3.6.4. Permitir o registro de empregado readmitido, utilizando os dados cadastrais e prontuário que o mesmo tinha quando era empregado;

1.3.6.5. Permitir registro de admissões especiais sem vínculo empregatício, como: diretores, conselheiros, autônomos, cedidos de outras empresas e mão de obra contratada.

1.3.7. Referente a Férias.

1.3.7.1. Permitir a administração das férias controlando o período aquisitivo, período de fruição, opção de adiantamento do 13º salário e abono pecuniário.

- 1.3.7.2. Permitir o parcelamento de férias em quantidade superior a duas parcelas.
- 1.3.7.3. Permitir dias de férias no mesmo mês de referência referentes a períodos aquisitivos distintos. Exemplo: 01 a 15 ref. Ao período 01 e 16 a 30 ref. Ao período 02.
- 1.3.7.4. Permitir férias individuais e coletivas.
- 1.3.7.5. Permitir que os valores referentes às férias sejam tratados de forma proporcionais aos dias de férias de cada mês na folha mensal.
- 1.3.7.6. Permitir a definição das regras de cálculos de média de férias de acordo com o sindicato, independente do fornecedor e da área de TI.
- 1.3.7.7. Permitir a geração dos relatórios de férias (aviso de férias, recibo de férias)
- 1.3.7.8. Permitir a antecipação do pagamento dos valores de férias.
- 1.3.7.9. Calcular a provisão de férias.
- 1.3.7.10. Permitir recálculo de férias;
- 1.3.7.12. Efetuar controle de Período Aquisitivo de Férias, calculando o número de dias de Férias em decorrência de faltas e afastamentos.
- 1.3.7.12. Permitir geração e registro automático do novo período aquisitivo;
- 1.3.7.13. Controle do processo de gerenciamento dos períodos aquisitivos de recesso de estagiários.
  
- 1.3.8. Referente a Rescisão.
- 1.3.8.1. Permitir todos os tipos de rescisão (RAIS)
- 1.3.8.2. Permitir manter o cadastro de rescisões de forma manual ou mediante fluxo de aprovação.
- 1.3.8.3. Permitir avisar à administração de pessoal, os colaboradores com estabilidade no ato da rescisão.
- 1.3.8.4. Permitir a geração das seguintes informações: Aviso prévio, Termo de Rescisão, Homolognet.
- 1.3.8.5. Emitir relatórios legais para quitação da rescisão (ex.: rescisão de contrato de trabalho, GRFC, contribuições para o INSS, salário desemprego, etc.).
- 1.3.8.6. Permitir o registro do desligamento com os seus respectivos motivos.
- 1.3.8.7. Permitir o registro do término de contrato/mandatos para não empregados (Ex: Estagiários, Diretores, Conselheiros).
  
- 1.3.9. Referente a Afastamentos.
- 1.3.9.1. Permitir o registro automático dos afastamentos a partir do módulo de saúde e segurança ocupacional para fins de cálculos da folha de pagamento.
- 1.3.9.2. Permitir efetuar o cálculo considerando os dias de afastamentos (parte empresa/previdência).
- 1.3.9.3. Permitir o registro de afastamento com ou sem vencimentos.



1.3.9.4. Registrar e manter atualizados os dados do período e motivos do afastamento.

1.3.10. Referente a Movimentações de Colaboradores.

1.3.10.1. Permitir movimentações de colaboradores (promoções, progressões, aumentos salariais, transferências).

1.3.10.2. Transferência de colaboradores entre empresas (CNPJs distintos).

1.4. Módulo Folha de Ponto (Desktop e WEB)

1.4.1. Cadastro de servidores (Cadastro deve ser vinculado ao sistema de Folha de Pagamento).

1.4.2. Integração com Sistema de Folha de Pagamento para vinculação de todas as informações do cadastro do servidor.

1.4.3. Registro de frequência (ponto) a partir de qualquer localidade.

1.4.4. Visualização do cartão de ponto.

1.4.5. Lançamento das justificativas de irregularidades.

1.4.6. Controle de afastamentos.

1.4.7. Relatórios de irregularidades.

1.4.8. Relatório de afastamentos.

1.4.9. Parametrização de acordo com a legislação trabalhista.

1.4.10. Parametrização de acordo com a legislação do MP/BA.

## 2.0 Arquitetura de Software

A arquitetura de software é composta por software básico, software para intranet/Internet, software para computação pessoal e software para desenvolvimento de aplicações.

### Software Básico

- Sistema operacional: WINDOWS 2012 SERVER R2,
- Sistema gerenciador de banco de dados: MS SQLSERVER 2008.
- Protocolo de comunicação padrão: TCP/IP.
- Sistema operacional das estações: Windows XP Professional, Windows 7 Professional.

### Ambiente Intranet/Internet:

- Servidor Http: MS IIS5/6
- Navegadores IE, Mozilla e Chrome



## MANIFESTAÇÃO

Procedimento nº.:	19.09.00854.0001614/2022-17
Interessado(a):	DTI
Espécie:	Inexigibilidade

Esta Assessoria Técnico-Jurídica aquiesce com a manifestação da DCCL-CEACC, acrescentando, no que lhe cabe, o seguinte:

1) em relação à inclusão de multa de 2% sobre o valor vencido e juros de 1% ao mês, não foi verificado o fundamento legal a que alude a pretensa contratada. Cumpre esclarecer que, nos termos da cláusula décima terceira do contrato, eventual inadimplemento da contratada enseja abertura de processo administrativo, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, mediante Comissão Processante previamente designada pela Administração, com imparcialidade, oportunidade para Defesa Inicial, instrução processual, Defesa Final e a possibilidade de interposição de recurso administrativo. Dessa forma, não se afigura razoável que, para a Administração Pública, seja indicada multa sem qualquer procedimento. De qualquer sorte, o Ministério Público do Estado da Bahia cumpre em dia suas obrigações legais.

2) em relação à inclusão de envio de notificação prévia, trata-se de prerrogativa da Administração. De qualquer sorte, consoante afirmado, por dever legal, caso seja identificada alguma irregularidade, a Administração está obrigada a instaurar processo administrativo, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, Defesa Prévia, instrução processual, Defesa Final, antes de aplicar eventual penalidade, razão pela qual não há possibilidade de aplicar penalidade sem o contraditório e a ampla defesa.

Por derradeiro, é importante destacar que, mesmo nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, os contratos administrativos obedecem ao que determina a legislação de regência, em cumprimento ao princípio constitucional da legalidade (art. 37, *caput*, CF/88).

É a manifestação, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação, com urgência, uma vez que o atual contrato está prestes a vencer.

Salvador, 23 de fevereiro de 2022.

**Belª. Maria Paula Simões Silva**

Assessora/SGA  
Matrícula nº. 351.869

**Bel. Eduardo Loula Novais de Paula**

Analista Técnico-Jurídico/SGA  
Matrícula nº. 353.707



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 1/ 02/2022, às 6: f. °, conforme artº 6º, III, 4º, da Lei 66. 630/22º "



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 1/ 02/2022, às 6: f. : , conforme artº 6º, III, 4º, da Lei 66. 630/22º "



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mp9a.mp9r0sei0controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=2](https://sei.sistemas.mp9a.mp9r0sei0controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2) informando o código verificador **0301421** e o código CRC **17D31E19**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos seus fundamentos.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênio e Licitações para ciência e adoção de providências julgadas necessárias.

**Frederico Welington Silveira Soares**  
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 10/21/2022, às 10:21, com o certificado digital nº 77079/2022.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mp.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=2](https://sei.mp.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2) informando o código verificador **0301710** e o código CRC **0D7FBADD**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminhamos o expediente à Diretoria de Tecnologia da Informação para a necessária interlocução com a empresa a ser Contratada acerca do posicionamento da Assessoria Jurídica do Ministério Público do Estado da Bahia, no que tange às solicitações de alteração do instrumento contratual requeridas pela empresa.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 03/20/2020, às 8: 5 . , com base artº 81, III, da Lei da 4ª 88ª/0226º



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=2](https://sei.sistemas.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2) informando o código verificador **0302354** e o código CRC **97071271**º



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA L.G INFORMATICA S.A, NA FORMA ABAIXO:**

**CONTRATO 013/2022-SGA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **Frederico Welington Silveira Soares**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA L.G INFORMATICA S.A**, CNPJ nº 01.468.594/0001-22, estabelecida à Primeira Avenida, QD. 1-B, Lt. 31, Bairro Cidade Vera Cruz, Condomínio Cidade Empresarial, A Marecida de Goiânia/GO, representada pelo **Sr. Felipe Vieiralves Azevedo**, CPF/MF nº [REDACTED].9[REDACTED]-[REDACTED] doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no processo de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2022-DTI protocolado sob o nº 19.09.00854.0001614/2022-17, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Constitui objeto do presente contrato os serviços de suporte técnico e atualização para os seguintes Softwares:

1.1.1 FPW – Ponto Desktop (controle e gestão) para 3.300 (três mil e trezentos) usuários;

1.1.2 FPW – Ponto Web (registro de frequência), para 3.300 (três mil e trezentos) usuários;

1.1.3 FPW – Folha de pagamento para 3.700 (três mil e setecentos) usuários;

1.2 A descrição das funcionalidades dos sistemas, constam do anexo I deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA — DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO**

2.1 O Regime de execução do presente Contrato será efetuado na modalidade empreitada por preço global;

2.2 A cessão do direito de uso dos Sistemas em favor do **CONTRATANTE** permanecerá por prazo indeterminado;

2.3 A **CONTRATADA** fornecerá ao **CONTRATANTE** uma cópia dos Sistemas atualizada, em código aberto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis Federais nº 9.609/1998 e 9.610/1998);

2.4 Cópias dos Sistemas poderão ser instaladas em qualquer computador do **CONTRATANTE** desde que a base de dados dos Sistemas seja única. O número de estações que poderão acessar



esta base de dados única não é limitado pelos Sistemas ou pela **CONTRATADA**, podendo o acesso ser feito por rede local ou remota;

2.5 É permitido ao **CONTRATANTE** a criação de outras bases de dados para fins de cópias de segurança, base de testes ou homologações, ou ainda, para armazenamento de dados de funcionários desligados;

2.6 A **CONTRATADA** informará, com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência, o lançamento de novas versões dos Sistemas que exijam evolução no ambiente tecnológico do **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar os ajustes necessários à implementação da nova tecnologia;

2.7 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data da notificação, a ser efetivada, preferencialmente, por e-mail;

2.7.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

2.7.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei Estadual – BA nº 9433/2005.

2.8 O prazo para execução dos serviços é de 01 (um) dia útil, após o recebimento, pela **CONTRATADA**, da nota de empenho;

2.8.1 O prazo de execução não poderá ser prorrogado;

2.9 Os serviços de atualização dos softwares instalados deverão garantir o fornecimento de novas versões, decorrentes de alterações legais e/ou tecnológicas (lançamento de nova versão, para funcionamento com versão mais recente de Sistema Operacional, linguagem de programação ou outras ferramentas) e/ou decorrentes de melhorias introduzidas pela **CONTRATADA**;

2.10 Os serviços de suporte técnico deverão proporcionar ao usuário o apoio na utilização dos Sistemas, com esclarecimentos de quaisquer dúvidas e soluções de questões que venham a surgir durante a sua utilização.

2.11 A prestação de serviços de suporte ocorrerá nas seguintes modalidades:

2.11.1 Suporte telefônico, com atendimento ao usuário, prestando esclarecimentos sobre dúvidas por telefone;



2.11.2 Suporte eletrônico, com esclarecimentos das solicitações efetuados eletronicamente por e-mail ou canal direto de atendimento (CHAT) através do endereço eletrônico da **CONTRATADA**;

2.11.3 Suporte na Sede do **CONTRATANTE**, mediante solicitação e agendamento prévio, com eventual ônus específico ao **CONTRATANTE**;

2.12 Os prazos para atendimento às solicitações de suporte obedecerão à classificação de stas, conforme a seguir discriminado:

2.12.1 Solicitações críticas: relativas a problemas que impeçam completamente o funcionamento do sistema devem ser solucionadas em até 02 (duas) horas;

2.12.2 Solicitações urgentes: referentes a problemas que afetem significativamente a execução dos trabalhos devem ser solucionadas em até 04 (quatro) horas;

2.12.3 Solicitações padrão (comuns): devem ser solucionadas em até 08 (oito) horas úteis;

2.12.4 Solicitações com baixo nível de criticidade ou que podem aguardar enquanto são elaboradas respostas para as questões anteriores: devem ser solucionadas em até 12 (doze) horas úteis;

2.13 Os prazos discriminados nos **subitens 2.12** e seguintes são válidos apenas para as solicitações que demandem uma solução que dispense a alteração dos sistemas, ou seja, para dúvidas e atendimentos operacionais e técnicos;

2.14 Na hipótese de ocorrência de erros comprovadamente definidos como "bug do sistema" (falhas que independem de qualquer ação ou omissão do **CONTRATANTE**), caberá à **CONTRATADA** dispor de todos os recursos necessários para solucioná-lo, não cabendo nenhuma despesa ao **CONTRATANTE** e sendo o prazo de correção tratado em função da criticidade definida no item 2.12;

2.15 Os serviços de suporte poderão ser prestados de forma centralizada de modo que a **CONTRATADA** dará suporte a um usuário ou a um grupo de usuários dos sistemas cedidos ao **CONTRATANTE**, a quem competirá o repasse da solução indicada aos usuários finais;

2.16 O serviço de suporte presencial poderá ser prestado por um interveniente local, devidamente autorizado pela **CONTRATADA**;

2.17 Os serviços de suporte remoto (e-mail, internet, telefônico etc) poderá ser prestado por um interveniente localizado em outra capital, desde que devidamente autorizado pela **CONTRATADA**;

2.18 Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres;





2.19 O recebimento do objeto contratual, ficará sob a responsabilidade do(a) fiscal do contrato (responsável pela habilitação para pagamentos) em conjunto com um representante da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) do **CONTRATANTE**, caso estes não sejam a mesma pessoa;

2.19.1 Para fins de recebimento provisório/definitivo, não se reputará como válido o recebimento dado pelo **CONTRATANTE** em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço da **CONTRATADA**;

2.19.2 O prazo para recebimento provisório será de 05 (cinco) dias;

2.20 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.21 O recebimento definitivo do objeto deste contrato ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias e só será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos contidos no Ato Normativo nº 007/2005 e na Instrução Normativa nº 006/2012, respeitadas as exigências contidas do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.21.1 O recebimento ocorrerá também em conjunto com a Comissão de Recebimento de Bens Permanentes do **CONTRATANTE**, designada pela Portaria nº 047/2021-SGA – ou por instrumento que eventualmente a substitua, caso o valor do objeto contratual seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, nos termos do art. 73, c/c, art. 15 §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.22 Esgotado o prazo total para a conclusão do recebimento definitivo sem qualquer manifestação do **CONTRATANTE**, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para fins de habilitação para pagamento;

2.23 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE**, não exclui a responsabilidade civil do **CONTRATADO** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de inexigibilidade de Licitação que o originou, verificadas posteriormente.

2.24. As comunicações entre as partes deverão ser formalizadas através do telefone (71) 3103-0182 e e-mail [everaldo@mpba.mp.br](mailto:everaldo@mpba.mp.br).

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/0021	2002	9900	100	33.90.40



#### CLAÚSULA QUARTA- DO PREÇO

4.1 Os valores estabelecidos para os serviços objeto deste contrato são estabelecidos conforme abaixo descrito:

**4.1.1** Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Power -Folha de Pagamento, licenciado para 3.700 (três mil e setecentos) usuários: R\$ 10.961,06 (dez mil novecentos e sessenta e um reais e seis centavos);

**4.1.2** Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Ponto Desktop (controle e gestão) -para 3.300 (três mil e trezentos) usuários: R\$ 3.727,06 (três mil setecentos e vinte sete reais e seis centavos);

**4.1.3** Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Ponto Web (registro de frequência) -para 3.300 (três mil e trezentos) usuários: R\$ 760,97 (setecentos e sessenta reais e noventa e sete centavos);

4.2 Dá-se ao presente Contrato o valor total mensal de R\$ 15.449,09 (quinze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e nove centavos) e o valor global anual máximo de R\$ 185.389,08 (cento e oitenta e cinco mil trezentos e oitenta e nove reais e oito centavos);

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, depreciação, aluguéis, licenças, administração, tributos e emolumentos.

#### CLAÚSULA QUINTA — DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei Estadual - BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

#### CLAÚSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS

6.1 Os faturamentos referentes ao objeto deste contrato serão efetuados mensalmente e o pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e demais documentos cabíveis, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.1.1 A documentação deverá estar acompanhada do **TERMO DE ACEITE** do objeto pelo **CONTRATANTE**;



6.1.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização.

6.2 No valor estabelecido para contratação encontram-se inseridos quaisquer custos da **CONTRATADA**, que se relacionem direta ou indiretamente com o fiel cumprimento do contrato, a exemplo de despesas salariais, encargos sociais, materiais e equipamentos empregados, impostos e taxas de qualquer natureza;

6.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no **item 6.2** e seus subitens.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 A concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 82 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 meses da data da assinatura do Contrato, mediante a aplicação do **IGP-M**, observadas as disposições legais:

7.1.1 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

7.1.2 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 82 da Lei Estadual nº 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo.



#### CLÁUSULA OITAVA — DA VIGÊNCIA

8.1 O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de 01 de março de 2022 até 28 de fevereiro de 2023, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso III do artigo 140 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

#### CLÁUSULA NONA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Além das determinações contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste contrato e no processo de Inexigibilidade de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

9.1 Promover a perfeita execução contratual de acordo com as especificações técnicas, prazos e exigências constantes no instrumento convocatório e no presente contrato, na forma e nos locais determinados pelo **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.2 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da **CONTRATADA**, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **CONTRATANTE**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

9.2 Fornecer ao **CONTRATANTE** cópias atualizadas dos Sistemas, em código objeto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis nº 9.609/98 e 9.610/98);

9.2.1 A **CONTRATADA** se obriga a disponibilizar ao **CONTRATANTE** o código fonte atualizado dos sistemas em quaisquer hipóteses em que se configure a impossibilidade de continuidade à manutenção dos sistemas, tais como falência ou dissolução;

9.3 Prestar diretamente, ou por interveniente devidamente autorizado, os serviços de Atualização e Suporte Técnico dos Sistemas Objeto deste instrumento;

9.3.1 A atualização de sistemas deverá ser encaminhada preferencialmente pela internet, através de acesso seguro mediante usuário/senha a ser fornecido pela **CONTRATADA**;

9.4 Manter o sistema sempre atualizado, garantindo a execução das suas funcionalidades;

9.5 Realizar suas atividades utilizando profissionais especializados e de nível adequado, e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;

9.6 Assegurar ao **CONTRATANTE** o livre acesso às bases de dados do Sistema, inclusive ao seu projeto e à documentação completa das tabelas e ao modelo de desenvolvimento, de tal



forma que seja possível a qualquer pessoa, desde que tecnicamente preparada, desenvolver funções específicas;

9.7 Manter o mais absoluto sigilo sobre todos os serviços prestados, não divulgando ou permitindo divulgar, interna ou externamente, nomes, dados, ou quaisquer outras informações sobre as atividades, projetos, Sistemas ou peculiaridades da empresa, sobre os quais tenha desenvolvido qualquer análise, emitido parecer ou tenha sido incumbido pelo **CONTRANTE** de manifestar-se a respeito;

9.8 Manter sob sua exclusiva responsabilidade a supervisão e direção da mão de obra utilizada na execução dos serviços objeto deste contrato;

9.9 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de inexigibilidade de licitação;

9.10 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas gerais de segurança do trabalho, identificação, disciplina e outros regulamentos instituídos pelo CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços objeto deste Contrato;

9.11 Promover o imediato afastamento, da execução do objeto contratual, de empregados e/ou prepostos cuja permanência se demonstre em desacordo com este instrumento, ou, ainda, com a moralidade e a ética, correndo, por exclusiva conta da CONTRATADA, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;

9.12 Determinar e providenciar a realização regular dos exames de saúde, na forma da lei, dos trabalhadores empregados na consecução do objeto deste ajuste, bem como arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, fardamento, alimentação e todas as demais obrigações especificadas nos dissídios ou convenções coletivas;

9.13 Realizar e comprovar o pagamento de todas as remunerações, auxílios e indenizações cabíveis e previstos na Legislação Trabalhista e nos dissídios ou convenções coletivas, bem como de todos os encargos previdenciários relativos aos empregados designados para atividades relacionadas com a execução do presente contrato, sendo-lhe defeso invocar a existência deste para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las ao CONTRATANTE;

9.14 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como observar e respeitar as legislações Federais, Estaduais e Municipais atinentes ao presente contrato;

9.14.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;



9.15 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição de bens (quando couber) e serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.16 Responder perante o CONTRATANTE no que concerne à conduta e pontualidade dos empregados designados para atividades relacionadas com a execução do presente contrato, substituindo-os, sem ônus, em caso de ausências, por motivo justificado ou não;

9.17 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

9.18 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com os danos diretos ou prejuízo, causado ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, por sua culpa exclusiva, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao CONTRATANTE todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao CONTRATANTE no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência, os quais estão desde já limitados ao valor total deste Contrato;

9.19 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

9.20 Indenizar ao **CONTRATANTE** por eventuais danos causados por seus prepostos aos equipamentos deste, em virtude de dolo, negligência, imperícia ou imprudência, verificados no curso da execução deste instrumento;

9.21 Indenizar o **CONTRATANTE** e mantê-lo isento de todas as reclamações, interpelações ou danos exigidos do **CONTRATANTE** por terceiros, no tocante a qualquer ação lastreada em infrações de direitos autorais ou qualquer segredo comercial ligado ao(s) Sistema(s) objeto deste instrumento. O **CONTRATANTE** notificará a **CONTRATADA** de tais ações de terceiros, a fim de que **CONTRATADA** possa assumir os procedimentos necessários a sua defesa;

9.22 Atender às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de (re) adequação de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou da proposta constante no processo de inexigibilidade de licitação que o originou, providenciando sua reparação, correção, substituição e/ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE** e observados os níveis de criticidade definidos no **item 2.12**;

9.23 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.24 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do Contrato;





9.25 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, durante a vigência deste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.2 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;

10.4 Viabilizar, no que for cabível, as condições de execução dos serviços pela **CONTRATADA**, prestando-lhe todas as informações necessárias e solucionando quaisquer casos concernentes;

10.5 Disponibilizar os demais produtos necessários para o funcionamento do Sistema, como sistemas operacionais, gerenciadores de banco de dados, linguagens de programação, drivers de ODBC, geradores de relatórios, gerenciadores de bancos de dados *front-end*, ou qualquer outro que não esteja expressamente mencionado neste Termo de Referência;

10.6 Auxiliar a **CONTRATADA** nas ações que esta julgar adequadas para a solução dos erros, inclusive a adoção de medidas temporárias que reduzam o efeito destes até a sua solução definitiva;

10.7 Manter sigilo e não revelar total ou parcialmente o conteúdo do Sistema, a não ser a pessoas indicadas por ela para a execução de serviços de Customização. Neste caso, estas pessoas deverão ser informadas do conteúdo deste item e orientadas a segui-lo;

10.8 Não divulgar o conteúdo do Sistema, bem como dados, informações e tecnologia nele contidos ou qualquer documentação, descrição, fluxograma, desenho, modelos, relatórios, a ele relativos;

10.9 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.10 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

10.11 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.



## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA GARANTIA

11.1 A **CONTRATADA** garante que os Sistemas executarão as funções substancialmente em conformidade com sua documentação. A presente garantia refere-se sempre à última versão dos Sistemas. A **CONTRATADA** não se responsabiliza e nem garante o uso dos Sistemas caso o **CONTRATANTE** não faça atualizações, permanecendo com as versões adquiridas por tempo indefinido. A **CONTRATADA**, ao lançar novas versões, deixará de prestar os serviços de atualização e suporte de software nas versões anteriores, perdendo o **CONTRATANTE**, se não atualizar os Sistemas, por qualquer motivo, o direito de exigir qualquer tipo de garantia.

11.2 A garantia acima é a única garantia, quer expressa, quer implícita. Ficam excluídas, inclusive, quaisquer perdas e/ou danos causados direta ou indiretamente pelos Sistemas em si ou por seus resultados diretos ou indiretos. Fica excluída também, qualquer responsabilidade da **CONTRATADA** quanto às atualizações dos Sistemas ou dos manuais, nem mesmo por motivo de alteração na legislação que rege o processamento da folha de pagamento ou de outras normas e regras que orientam procedimentos internos ou externos à empresa, mesmo sendo de natureza legal e obrigatória, se esta for estabelecida e exigida me tempo não hábil para alteração dos Sistemas.

11.3 A Contratada responderá somente pelos danos diretos comprovadamente causados ao Contratante, decorrentes de falhas no software ou na prestação dos serviços, desde que comprovada a responsabilidade exclusiva da Contratada no evento que tiver dado causa ao dano. A responsabilidade e eventuais indenizações devidas pela Contratada, independentemente da sua extensão ou natureza, estarão isoladas ou cumulativamente, limitadas ao valor total deste Contrato".

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

12.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

12.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

12.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;



12.2.3 Promover a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

12.2.4 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

12.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

12.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

12.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços e/ou o fornecimento de bens que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

12.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

12.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

12.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

12.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA ng. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

13.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

13.2.1 Multa;

13.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;



13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

13.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

13.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.2 a 13.2.4, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

13.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

13.4.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

13.4.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30 (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

13.4.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

13.4.4 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvem com a principal:

12.4.4.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor global do contrato;

13.4.4.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor global do contrato;

13.4.4.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

13.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

13.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser descontadas da garantia contratual ou cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;



13.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

13.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sempre prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DA RESCISÃO**

14.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

14.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

14.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, quaisquer das medidas discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no edital do processo de inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido expediente, naquilo que não diverja deste ajuste.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DA PUBLICIDADE**

**CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DO FORO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente contrato;



18.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/2005, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento e/ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

“As Partes reconhecem, por meio do presente Instrumento, a validade da assinatura eletrônica, nos termos do §2º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, bem como de que a referida assinatura eletrônica não implicará em qualquer alteração, desqualificação ou desnaturação de quaisquer deveres ou obrigações aqui previstas, os quais as Partes continuam integralmente obrigadas a observar.”

Salvador,

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**  
Frederico Welington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa

 *Felipe Vieirals Azevedo*

**L.G INFORMÁTICAS.A**

Felipe Vieirals Azevedo

Presidente

CPF 21.888.913-58

E-mail: felipe.azevedo@lg.com.br

 *Carolina Fernandes Da Silva*

Testemunha

Carolina Fernandes da Silva

CPF 13.911.101-01

Carolina.silva@lg.com.br





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

### 1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

#### 1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

##### 1.1. Controle de Acesso:

- 1.1.1. A Solução deve oferecer mecanismo para controlar e restringir o acesso de usuários à suas funcionalidades e dados. Este mecanismo deverá gerenciar os níveis de acesso a Solução utilizando perfis de acesso;
- 1.1.2. Permitir, nativamente, a criação, ativação e inativação de contas de usuário (credenciais de acesso);
- 1.1.3. Permitir a integração, para fins de autenticação de usuário, com os produtos MS-ActiveDirectory ou LDAP;
- 1.1.4. Possuir, nativamente, políticas de segurança que possibilitem bloquear contas após tentativas incorretas de acesso;
- 1.1.5. Permitir que o Supervisor do Módulo faça o desbloqueio das contas de usuário;
- 1.1.6. Possibilitar a mudança obrigatória das senhas de acesso após período definido;
- 1.1.7. Permitir que o usuário altere sua senha de acesso;
- 1.1.8. Vincular as contas de acesso à unidade administrativa;
- 1.1.9. Permitir a criação de perfis de acesso;
- 1.1.10. Permitir a restrição de visualização de menus da Solução por operador;
- 1.1.12. Permitir que o administrador desconecte qualquer usuário que estiver utilizando a Solução.

##### 1.2. Auditoria:

- 1.2.1. A Solução deve oferecer mecanismo para registrar ações dos usuários;
- 1.2.2. As ações auditadas devem conter minimamente os seguintes dados: usuário, endereço IP (identificação da máquina na rede), data, hora, ação e detalhamento da ação;
  - 1.2.2.1. A auditoria deve registrar os eventos no sistema de forma a responder a pelo menos as seguintes questões:
    - 1.2.2.1.1. Que ação foi realizada no sistema;
    - 1.2.2.1.2. Quando a ação ocorreu;
    - 1.2.2.1.3. Quem provocou a ação;
    - 1.2.2.1.4. Qual máquina envolvida na ação (IP);
    - 1.2.2.1.5. Qual o descritivo da ação.
- 1.2.3. Integração
  - 1.2.3.1. Deverá dispor de ferramenta que permitam que o próprio cliente faça a extração de dados nos formatos CSV, TXT ou XML.
  - 1.2.3.2. Permitir gerar informações contábeis das Folhas de Pagamentos diretamente em Banco de Dados através de Conexão ODBC.

##### 1.3. Módulo Folha de Pagamento.

##### 1.3.1. Relativo a parte estrutural.



- 1.3.1.1. Permitir definição de estruturas organizacionais para agrupamentos diversos de colaboradores (estabelecimentos, departamentos, centros e custo/resultados, natureza profissional, órgãos responsáveis, sindicatos).
- 1.3.1.2. Flexibilidade para criação de campos personalizados. Ex: fumante/não fumante; e-mail pessoal, linha de negócio.
- 1.3.2. Relativo a Cálculos.
  - 1.3.2.1. Permitir a criação de diversos tipos de folha de pagamento (mensal, férias, simulação de férias, 13º salário, rescisão, rescisão complementar simulação de rescisão, folha semanal, adiantamento quinzenal, abono sem gozo de férias, recesso de estagiário, simulação de recesso, outros tipos de folhas de pagamento, a critério da administração de pessoal da Contratante, sem depender do fornecedor da solução e da área de TI.
  - 1.3.2.2. Permitir que os usuários da Contratante criem e modifiquem eventos dos tipos provento, desconto e intermediário (resultado), de acordo com as regras sindicais de cada categoria profissional, com a possibilidade de definição das respectivas fórmulas de cálculo, independente do fornecedor da solução e da área de TI.
  - 1.3.2.3. Permitir a vinculação de determinados cálculos a grupos homogêneos de colaboradores (por empresas, estabelecimentos, sindicatos, horários, cargos, naturezas profissionais, centros de custo/resultado, departamentos, em situação atividade normal, férias, afastamento, rescisão), independente do fornecedor da solução e da área de TI.
  - 1.3.2.4. Parametrização do número de salários adicionais: 13º salário, 14º salário.
  - 1.3.2.5. Permitir o agendamento do cálculo mensal de forma que a execução ocorra de forma automática.
  - 1.3.2.6. Calcular pagamento de adiantamentos (com parametrização dos valores a serem pagos) e antecipações, por exemplo, 13º Salário.
  - 1.3.2.7. Registrar e calcular adicionais salariais (fixos e variáveis), gratificações, comissões e incorporações. Deverá estar preparado para controlar e pagar eventos mensais e eventuais.
  - 1.3.2.8. Compor as bases de Cálculo para descontos mensais (INSS, IR, FGTS, etc.), de acordo com as incidências de cada Vencimento/Desconto, FUNPREV, BAPREV;
  - 1.3.2.9. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento parcelado.
  - 1.3.2.10. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento adiantado.
  - 1.3.2.12. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Permitir em diferentes dias do mês o adiantamento de diferença do 13º salário e adiantamentos individuais.
  - 1.3.2.12. Simular e calcular a provisão para o 13º salário.
  - 1.3.2.13. Efetuar cálculo e reembolso de faltas e atrasos descontados indevidamente.
  - 1.3.2.14. Cálculo retroativo do pagamento (negociações salariais, etc.), podendo ser feito para um empregado ou todos, devendo permitir parametrização.
  - 1.3.2.15. Permitir simular/calcular rescisão nas suas diversas modalidades, considerando: Integração com todas as unidades que subsidiam de informações para crédito e débito de valores quando das rescisões (Ex: patrimônio, transportes, Benefícios, etc.), que já estão em funcionamento na solução atual.
  - 1.3.2.16. Efetuar cálculo automático do pagamento de salário proporcional para os admitidos durante o mês, observando também as licenças e afastamentos.
  - 1.3.2.17. Gerar movimento da Folha de Pagamento por empregado, identificando o centro de custo / setor, os vencimentos e os descontos para serem processados no módulo contábil.
  - 1.3.2.18. Cálculo e registro por colaborador da Contribuição Sindical por Categoria Profissional.
  - 1.3.2.19. Opção para estabelecer quais valores incidirão na RAIS, FGTS, INSS, IR etc.



1.3.2.20. Permitir a definição da quantidade de dias, por tipo de estabilidade (acidente de trabalho, CIPA, DOENÇA, maternidade, representantes sindical) e por sindicato, independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.21. Permitir que os usuários da Contratante definam a classificação de PCD por tipo (reabilitado, física, auditiva, visual, mental, múltipla), independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.3. Relativo a Dependentes.

1.3.3.1. Permitir que os usuários da Contratante façam o cadastro e vínculo de dependentes aos colaboradores, possibilitando definir o tipo de dependência (IR, Salário família, benefícios, outros tipos de dependências), independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.3.2. Registro de dependentes/ vinculados legais, informando dependência INSS, IR, Salário Família, Auxílio Creche e Seguro de Vida, Plano de Saúde/Odontológico etc., com possibilidade deste ser diferente do titular.

1.3.4. Referente a Pensão Alimentícia.

1.3.4.1. Permitir a definição dos diversos tipos de cálculos de pensão alimentícia (valor fixo, percentual sobre o bruto, percentual sobre o líquido oficial, percentual sobre o líquido geral, dentre outros critérios de cálculos, independente do fornecedor da solução e da área de TI).

1.3.4.2. Permitir que a Contratante mantenha o cadastro dos pensionistas.

1.3.4.3. Calcular e controlar descontos de Pensão Alimentícia e gerar arquivos para transmissão para os bancos e informação para o CRP.

1.3.5. Referente aos Encargos.

1.3.5.1. Permitir alteração das tabelas de encargos do colaborador (IRRF e INSS) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.5.2. Permitir alteração das tabelas de encargos patronais (SAT, INSS, FGTS, SESEI, SENAI, SEBRAE, FORÇA AÉREA, INCRA, SALÁRIO EDUCAÇÃO) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.5.3. Permitir a geração das seguintes informações para os órgãos oficiais: GFIP/GRFC, GPS (INSS), Salário contribuição (INSS), DARF (IRRF), CAGED, IN86, CAT, RAIS, DIRF, MANAD.

1.3.5.4. Manutenção nas tabelas de desconto: criação ou extinção de faixas, manutenção etc. (data de início e vigência). Ex: INSS, IR etc.

1.3.6. Referente à parte Admissional.

1.3.6.1. Permitir a emissão dos documentos admissionais (Contrato de trabalho e experiência, declarações e autorizações, tais como fichas dos dependentes de salário família, opção do vale transporte e imposto de renda, dentre outros), permitindo alterações de conteúdo conforme necessidade da Contratante, independente da área de administração de pessoal e da área de TI.

1.3.6.2. Permitir o cadastro manual das informações necessárias para a admissão.

1.3.6.3. Permitir o gerenciamento do histórico de alterações cadastrais dos funcionários, possibilitando a consulta por competência (mês), tais como escolaridade, afastamento, situação, histórico salariais, modalidade de contratação (horista/mensalista).

1.3.6.4. Permitir o registro de empregado readmitido, utilizando os dados cadastrais e prontuário que o mesmo tinha quando era empregado;

1.3.6.5. Permitir registro de admissões especiais sem vínculo empregatício, como: diretores, conselheiros, autônomos, cedidos de outras empresas e mão de obra contratada.

1.3.7. Referente a Férias.



- 1.3.7.1. Permitir a administração das férias controlando o período aquisitivo, período de fruição, opção de adiantamento do 13º salário e abono pecuniário.
- 1.3.7.2. Permitir o parcelamento de férias em quantidade superior a duas parcelas.
- 1.3.7.3. Permitir dias de férias no mesmo mês de referência referentes a períodos aquisitivos distintos. Exemplo: 01 a 15 ref. Ao período 01 e 16 a 30 ref. Ao período 02.
- 1.3.7.4. Permitir férias individuais e coletivas.
- 1.3.7.5. Permitir que os valores referentes às férias sejam tratados de forma proporcionais aos dias de férias de cada mês na folha mensal.
- 1.3.7.6. Permitir a definição das regras de cálculos de média de férias de acordo com o sindicato, independente do fornecedor e da área de TI.
- 1.3.7.7. Permitir a geração dos relatórios de férias (aviso de férias, recibo de férias)
- 1.3.7.8. Permitir a antecipação do pagamento dos valores de férias.
- 1.3.7.9. Calcular a provisão de férias.
- 1.3.7.10. Permitir recálculo de férias;
- 1.3.7.12. Efetuar controle de Período Aquisitivo de Férias, calculando o número de dias de Férias em decorrência de faltas e afastamentos.
- 1.3.7.12. Permitir geração e registro automático do novo período aquisitivo;
- 1.3.7.13. Controle do processo de gerenciamento dos períodos aquisitivos de recesso de estagiários.
- 1.3.8. Referente a Rescisão.
  - 1.3.8.1. Permitir todos os tipos de rescisão (RAIS)
  - 1.3.8.2. Permitir manter o cadastro de rescisões de forma manual ou mediante fluxo de aprovação.
  - 1.3.8.3. Permitir avisar à administração de pessoal, os colaboradores com estabilidade no ato da rescisão.
  - 1.3.8.4. Permitir a geração das seguintes informações: Aviso prévio, Termo de Rescisão, Homolognet.
  - 1.3.8.5. Emitir relatórios legais para quitação da rescisão (ex.: rescisão de contrato de trabalho, GRFC, contribuições para o INSS, salário desemprego, etc.).
  - 1.3.8.6. Permitir o registro do desligamento com os seus respectivos motivos.
  - 1.3.8.7. Permitir o registro do término de contrato/mandatos para não empregados (Ex: Estagiários, Diretores, Conselheiros).
- 1.3.9. Referente a Afastamentos.
  - 1.3.9.1. Permitir o registro automático dos afastamentos a partir do módulo de saúde e segurança ocupacional para fins de cálculos da folha de pagamento.
  - 1.3.9.2. Permitir efetuar o cálculo considerando os dias de afastamentos (parte empresa/previdência).
  - 1.3.9.3. Permitir o registro de afastamento com ou sem vencimentos.
  - 1.3.9.4. Registrar e manter atualizados os dados do período e motivos do afastamento.
- 1.3.10. Referente a Movimentações de Colaboradores.
  - 1.3.10.1. Permitir movimentações de colaboradores (promoções, progressões, aumentos salariais, transferências).
  - 1.3.10.2. Transferência de colaboradores entre empresas (CNPJs distintos).
- 1.4. Módulo Folha de Ponto (Desktop e WEB)



- 1.4.1. Cadastro de servidores (Cadastro deve ser vinculado ao sistema de Folha de Pagamento).
- 1.4.2. Integração com Sistema de Folha de Pagamento para vinculação de todas as informações do cadastro do servidor.
- 1.4.3. Registro de frequência (ponto) a partir de qualquer localidade.
- 1.4.4. Visualização do cartão de ponto.
- 1.4.5. Lançamento das justificativas de irregularidades.
- 1.4.6. Controle de afastamentos.
- 1.4.7. Relatórios de irregularidades.
- 1.4.8. Relatório de afastamentos.
- 1.4.9. Parametrização de acordo com a legislação trabalhista.
- 1.4.10. Parametrização de acordo com a legislação do MP/BA.

## 2.0 Arquitetura de Software

A arquitetura de software é composta por software básico, software para intranet/Internet, software para computação pessoal e software para desenvolvimento de aplicações.

### Software Básico

- Sistema operacional: WINDOWS 2012 SERVER R2,
- Sistema gerenciador de banco de dados: MS SQLSERVER 2008.
- Protocolo de comunicação padrão: TCP/IP.
- Sistema operacional das estações: Windows XP Professional, Windows 7 Professional.

### Ambiente Intranet/Internet:

- Servidor Http: MS IIS5/6
- Navegadores IE, Mozilla e Chrome





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Prezados,

Segue contrato 013/2022 SGA LG Informatica,0303069 para coleta de assinatura desta Superintendência.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Costa do Nascimento** em 10/21/2021, às : 05 0, conforme art. : °, III, "b", da Lei : : 4: 9/1226.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=2](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2) informando o código verificador **0303072** e o código CRC **8BE08B58**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Retorne-se o presente expediente à Diretoria de Tecnologia da Informação com o Contrato 013/2022, SGA, devidamente assinado.

**Frederico Welington Silveira Soares**  
Superintendente de Gestão Administrativa.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 10/21/2022, às 15:52, conforme artº 1º, III, b, da Lei nº 11.127/2005.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mp.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=2](https://sei.mp.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2) informando o código verificador **0303147** e o código CRC **8D0EE2DD**.



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA L.G INFORMATICA S.A, NA FORMA ABAIXO:**

**CONTRATO 013/2022-SGA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **Frederico Wellington Silveira Soares**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA L.G INFORMATICA S.A**, CNPJ nº 01.468.594/0001-22, estabelecida à Primeira Avenida, QD. 1-B, Lt. 31, Bairro Cidade Vera Cruz, Condomínio Cidade Empresarial, Aparecida de Goiânia/GO, representada pelo **Sr. Felipe Vieiralves Azevedo**, CPF/MF nº 219.███.948-██, doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no processo de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2022-DTI protocolado sob o nº 19.09.00854.0001614/2022-17, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Constitui objeto do presente contrato os serviços de suporte técnico e atualização para os seguintes Softwares:

1.1.1 FPW – Ponto Desktop (controle e gestão) para 3.300 (três mil e trezentos) usuários;

1.1.2 FPW – Ponto Web (registro de frequência), para 3.300 (três mil e trezentos) usuários;

1.1.3 FPW – Folha de pagamento para 3.700 (três mil e setecentos) usuários;

1.2 A descrição das funcionalidades dos sistemas, constam do apenso I deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA — DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO**

2.1 O Regime de execução do presente Contrato será efetuado na modalidade empreitada por preço global;

2.2 A cessão do direito de uso dos Sistemas em favor do **CONTRATANTE** permanecerá por prazo indeterminado;

2.3 A **CONTRATADA** fornecerá ao **CONTRATANTE** uma cópia dos Sistemas atualizada, em código aberto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis Federais nº 9.609/1998 e 9.610/1998);

2.4 Cópias dos Sistemas poderão ser instaladas em qualquer computador do **CONTRATANTE** desde que a base de dados dos Sistemas seja única. O número de estações que poderão acessar



esta base de dados única não é limitado pelos Sistemas ou pela **CONTRATADA**, podendo o acesso ser feito por rede local ou remota;

2.5 É permitido ao **CONTRATANTE** a criação de outras bases de dados para fins de cópias de segurança, base de testes ou homologações, ou ainda, para armazenamento de dados de funcionários desligados;

2.6 A **CONTRATADA** informará, com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência, o lançamento de novas versões dos Sistemas que exijam evolução no ambiente tecnológico do **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar os ajustes necessários à implementação da nova tecnologia;

2.7 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data da notificação, a ser efetivada, preferencialmente, por e-mail;

2.7.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

2.7.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei Estadual – BA nº 9433/2005.

2.8 O prazo para execução dos serviços é de 01 (um) dia útil, após o recebimento, pela **CONTRATADA**, da nota de empenho;

2.8.1 O prazo de execução não poderá ser prorrogado;

2.9 Os serviços de atualização dos softwares instalados deverão garantir o fornecimento de novas versões, decorrentes de alterações legais e/ou tecnológicas (lançamento de nova versão, para funcionamento com versão mais recente de Sistema Operacional, linguagem de programação ou outras ferramentas) e/ou decorrentes de melhorias introduzidas pela **CONTRATADA**;

2.10 Os serviços de suporte técnico deverão proporcionar ao usuário o apoio na utilização dos Sistemas, com esclarecimentos de quaisquer dúvidas e soluções de questões que venham a surgir durante a sua utilização.

2.11 A prestação de serviços de suporte ocorrerá nas seguintes modalidades:

2.11.1 Suporte telefônico, com atendimento ao usuário, prestando esclarecimentos sobre dúvidas por telefone;





2.11.2 Suporte eletrônico, com esclarecimentos das solicitações efetuados eletronicamente por e-mail ou canal direto de atendimento (CHAT) através do endereço eletrônico da **CONTRATADA**;

2.11.3 Suporte na Sede do **CONTRATANTE**, mediante solicitação e agendamento prévio, com eventual ônus específico ao **CONTRATANTE**;

2.12 Os prazos para atendimento às solicitações de suporte obedecerão à classificação de stas, conforme a seguir discriminado:

2.12.1 Solicitações críticas: relativas a problemas que impeçam completamente o funcionamento do sistema devem ser solucionadas em até 02 (duas) horas;

2.12.2 Solicitações urgentes: referentes a problemas que afetem significativamente a execução dos trabalhos devem ser solucionadas em até 04 (quatro) horas;

2.12.3 Solicitações padrão (comuns): devem ser solucionadas em até 08 (oito) horas úteis;

2.12.4 Solicitações com baixo nível de criticidade ou que podem aguardar enquanto são elaboradas respostas para as questões anteriores: devem ser solucionadas em até 12 (doze) horas úteis;

2.13 Os prazos discriminados nos **subitens 2.12** e seguintes são válidos apenas para as solicitações que demandem uma solução que dispense a alteração dos sistemas, ou seja, para dúvidas e atendimentos operacionais e técnicos;

2.14 Na hipótese de ocorrência de erros comprovadamente definidos como "bug do sistema" (falhas que independem de qualquer ação ou omissão do **CONTRATANTE**), caberá à **CONTRATADA** dispor de todos os recursos necessários para solucioná-lo, não cabendo nenhuma despesa ao **CONTRATANTE** e sendo o prazo de correção tratado em função da criticidade definida no item 2.12;

2.15 Os serviços de suporte poderão ser prestados de forma centralizada de modo que a **CONTRATADA** dará suporte a um usuário ou a um grupo de usuários dos sistemas cedidos ao **CONTRATANTE**, a quem competirá o repasse da solução indicada aos usuários finais;

2.16 O serviço de suporte presencial poderá ser prestado por um interveniente local, devidamente autorizado pela **CONTRATADA**;

2.17 Os serviços de suporte remoto (e-mail, internet, telefônico etc) poderá ser prestado por um interveniente localizado em outra capital, desde que devidamente autorizado pela **CONTRATADA**;

2.18 Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres;



2.19 O recebimento do objeto contratual, ficará sob a responsabilidade do(a) fiscal do contrato (responsável pela habilitação para pagamentos) em conjunto com um representante da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) do **CONTRATANTE**, caso estes não sejam a mesma pessoa;

2.19.1 Para fins de recebimento provisório/definitivo, não se reputará como válido o recebimento dado pelo **CONTRATANTE** em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço da **CONTRATADA**;

2.19.2 O prazo para recebimento provisório será de 05 (cinco) dias;

2.20 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.21 O recebimento definitivo do objeto deste contrato ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias e só será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos contidos no Ato Normativo nº 007/2005 e na Instrução Normativa nº 006/2012, respeitadas as exigências contidas do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.21.1 O recebimento ocorrerá também em conjunto com a Comissão de Recebimento de Bens Permanentes do **CONTRATANTE**, designada pela Portaria nº 047/2021-SGA – ou por instrumento que eventualmente a substitua, caso o valor do objeto contratual seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, nos termos do art. 73, c/c, art. 15 §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.22 Esgotado o prazo total para a conclusão do recebimento definitivo sem qualquer manifestação do **CONTRATANTE**, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para fins de habilitação para pagamento;

2.23 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE**, não exclui a responsabilidade civil do **CONTRATADO** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de inexigibilidade de Licitação que o originou, verificadas posteriormente.

2.24. As comunicações entre as partes deverão ser formalizadas através do telefone (71) 3103-0182 e e-mail [everaldo@mpba.mp.br](mailto:everaldo@mpba.mp.br).

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/0021	2002	9900	100	33.90.40







#### CLAÚSULA QUARTA- DO PREÇO

4.1 Os valores estabelecidos para os serviços objeto deste contrato são estabelecidos conforme abaixo descrito:

4.1.1 Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Power -Folha de Pagamento, licenciado para 3.700 (três mil e setecentos) usuários: R\$ 10.961,06 (dez mil novecentos e sessenta e um reais e seis centavos);

4.1.2 Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Ponto Desktop (controle e gestão) -para 3.300 (três mil e trezentos) usuários: R\$ 3.727,06 (três mil setecentos e vinte e sete reais e seis centavos);

4.1.3 Preço mensal estabelecido para os serviços de suporte e atualização do Sistema FPW Ponto Web (registro de frequência) -para 3.300 (três mil e trezentos) usuários: R\$ 760,97 (setecentos e sessenta reais e noventa e sete centavos);

4.2 Dá-se ao presente Contrato o valor total mensal de R\$ 15.449,09 (quinze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e nove centavos) e o valor global anual máximo de R\$ 185.389,08 (cento e oitenta e cinco mil trezentos e oitenta e nove reais e oito centavos);

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, depreciação, aluguéis, licenças, administração, tributos e emolumentos.

#### CLAÚSULA QUINTA — DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei Estadual - BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

#### CLAÚSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS

6.1 Os faturamentos referentes ao objeto deste contrato serão efetuados mensalmente e o pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e demais documentos cabíveis, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.1.1 A documentação deverá estar acompanhada do **TERMO DE ACEITE** do objeto pelo **CONTRATANTE**;



6.1.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização.

6.2 No valor estabelecido para contratação encontram-se inseridos quaisquer custos da **CONTRATADA**, que se relacionem direta ou indiretamente com o fiel cumprimento do contrato, a exemplo de despesas salariais, encargos sociais, materiais e equipamentos empregados, impostos e taxas de qualquer natureza;

6.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no **item 6.2** e seus subitens.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 A concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 82 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 meses da data da assinatura do Contrato, mediante a aplicação do **IGP-M**, observadas as disposições legais:

7.1.1 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

7.1.2 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 82 da Lei Estadual nº 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo.





#### CLÁUSULA OITAVA — DA VIGÊNCIA

8.1 O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de 01 de março de 2022 até 28 de fevereiro de 2023, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso III do artigo 140 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

#### CLÁUSULA NONA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Além das determinações contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste contrato e no processo de Inexigibilidade de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

9.1 Promover a perfeita execução contratual de acordo com as especificações técnicas, prazos e exigências constantes no instrumento convocatório e no presente contrato, na forma e nos locais determinados pelo **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.2 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da **CONTRATADA**, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **CONTRATANTE**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

9.2 Fornecer ao **CONTRATANTE** cópias atualizadas dos Sistemas, em código objeto, sob forma de licenciamento de uso, com objetivos específicos, identificada e individualizada por um número de série, sendo protegida pela legislação de direitos autorais de software (Leis nº 9.609/98 e 9.610/98);

9.2.1 A **CONTRATADA** se obriga a disponibilizar ao **CONTRATANTE** o código fonte atualizado dos sistemas em quaisquer hipóteses em que se configure a impossibilidade de continuidade à manutenção dos sistemas, tais como falência ou dissolução;

9.3 Prestar diretamente, ou por interveniente devidamente autorizado, os serviços de Atualização e Suporte Técnico dos Sistemas Objeto deste instrumento;

9.3.1 A atualização de sistemas deverá ser encaminhada preferencialmente pela internet, através de acesso seguro mediante usuário/senha a ser fornecido pela **CONTRATADA**;

9.4 Manter o sistema sempre atualizado, garantindo a execução das suas funcionalidades;

9.5 Realizar suas atividades utilizando profissionais especializados e de nível adequado, e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;

9.6 Assegurar ao **CONTRATANTE** o livre acesso às bases de dados do Sistema, inclusive ao seu projeto e à documentação completa das tabelas e ao modelo de desenvolvimento, de tal



forma que seja possível a qualquer pessoa, desde que tecnicamente preparada, desenvolver funções específicas;

9.7 Manter o mais absoluto sigilo sobre todos os serviços prestados, não divulgando ou permitindo divulgar, interna ou externamente, nomes, dados, ou quaisquer outras informações sobre as atividades, projetos, Sistemas ou peculiaridades da empresa, sobre os quais tenha desenvolvido qualquer análise, emitido parecer ou tenha sido incumbido pelo **CONTRANTE** de manifestar-se a respeito;

9.8 Manter sob sua exclusiva responsabilidade a supervisão e direção da mão de obra utilizada na execução dos serviços objeto deste contrato;

9.9 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de inexigibilidade de licitação;

9.10 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas gerais de segurança do trabalho, identificação, disciplina e outros regulamentos instituídos pelo CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços objeto deste Contrato;

9.11 Promover o imediato afastamento, da execução do objeto contratual, de empregados e/ou prepostos cuja permanência se demonstre em desacordo com este instrumento, ou, ainda, com a moralidade e a ética, correndo, por exclusiva conta da CONTRATADA, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;

9.12 Determinar e providenciar a realização regular dos exames de saúde, na forma da lei, dos trabalhadores empregados na consecução do objeto deste ajuste, bem como arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, fardamento, alimentação e todas as demais obrigações especificadas nos dissídios ou convenções coletivas;

9.13 Realizar e comprovar o pagamento de todas as remunerações, auxílios e indenizações cabíveis e previstos na Legislação Trabalhista e nos dissídios ou convenções coletivas, bem como de todos os encargos previdenciários relativos aos empregados designados para atividades relacionadas com a execução do presente contrato, sendo-lhe defeso invocar a existência deste para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las ao CONTRATANTE;

9.14 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como observar e respeitar as legislações Federais, Estaduais e Municipais atinentes ao presente contrato;

9.14.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;



9.15 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição de bens (quando couber) e serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.16 Responder perante o CONTRATANTE no que concerne à conduta e pontualidade dos empregados designados para atividades relacionadas com a execução do presente contrato, substituindo-os, sem ônus, em caso de ausências, por motivo justificado ou não;

9.17 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

9.18 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com os danos diretos ou prejuízo, causado ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, por sua culpa exclusiva, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao CONTRATANTE todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao CONTRATANTE no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência, os quais estão desde já limitados ao valor total deste Contrato;

9.19 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

9.20 Indenizar ao **CONTRATANTE** por eventuais danos causados por seus prepostos aos equipamentos deste, em virtude de dolo, negligência, imperícia ou imprudência, verificados no curso da execução deste instrumento;

9.21 Indenizar o **CONTRATANTE** e mantê-lo isento de todas as reclamações, interpelações ou danos exigidos do **CONTRATANTE** por terceiros, no tocante a qualquer ação lastreada em infrações de direitos autorais ou qualquer segredo comercial ligado ao(s) Sistema(s) objeto deste instrumento. O **CONTRATANTE** notificará a **CONTRATADA** de tais ações de terceiros, a fim de que **CONTRATADA** possa assumir os procedimentos necessários a sua defesa;

9.22 Atender às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de (re) adequação de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou da proposta constante no processo de inexigibilidade de licitação que o originou, providenciando sua reparação, correção, substituição e/ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE** e observados os níveis de criticidade definidos no item 2.12;

9.23 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.24 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do Contrato;





9.25 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, durante a vigência deste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.2 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;

10.4 Viabilizar, no que for cabível, as condições de execução dos serviços pela **CONTRATADA**, prestando-lhe todas as informações necessárias e solucionando quaisquer casos concernentes;

10.5 Disponibilizar os demais produtos necessários para o funcionamento do Sistema, como sistemas operacionais, gerenciadores de banco de dados, linguagens de programação, drivers de ODBC, geradores de relatórios, gerenciadores de bancos de dados *front-end*, ou qualquer outro que não esteja expressamente mencionado neste Termo de Referência;

10.6 Auxiliar a **CONTRATADA** nas ações que esta julgar adequadas para a solução dos erros, inclusive a adoção de medidas temporárias que reduzam o efeito destes até a sua solução definitiva;

10.7 Manter sigilo e não revelar total ou parcialmente o conteúdo do Sistema, a não ser a pessoas indicadas por ela para a execução de serviços de Customização. Neste caso, estas pessoas deverão ser informadas do conteúdo deste item e orientadas a segui-lo;

10.8 Não divulgar o conteúdo do Sistema, bem como dados, informações e tecnologia nele contidos ou qualquer documentação, descrição, fluxograma, desenho, modelos, relatórios, a ele relativos;

10.9 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.10 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

10.11 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.





#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA GARANTIA

11.1 A **CONTRATADA** garante que os Sistemas executarão as funções substancialmente em conformidade com sua documentação. A presente garantia refere-se sempre à última versão dos Sistemas. A **CONTRATADA** não se responsabiliza e nem garante o uso dos Sistemas caso o **CONTRATANTE** não faça atualizações, permanecendo com as versões adquiridas por tempo indefinido. A **CONTRATADA**, ao lançar novas versões, deixará de prestar os serviços de atualização e suporte de software nas versões anteriores, perdendo o **CONTRATANTE**, se não atualizar os Sistemas, por qualquer motivo, o direito de exigir qualquer tipo de garantia.

11.2 A garantia acima é a única garantia, quer expressa, quer implícita. Ficam excluídas, inclusive, quaisquer perdas e/ou danos causados direta ou indiretamente pelos Sistemas em si ou por seus resultados diretos ou indiretos. Fica excluída também, qualquer responsabilidade da **CONTRATADA** quanto às atualizações dos Sistemas ou dos manuais, nem mesmo por motivo de alteração na legislação que rege o processamento da folha de pagamento ou de outras normas e regras que orientam procedimentos internos ou externos à empresa, mesmo sendo de natureza legal e obrigatória, se esta for estabelecida e exigida me tempo não hábil para alteração dos Sistemas.

11.3 A Contratada responderá somente pelos danos diretos comprovadamente causados ao Contratante, decorrentes de falhas no software ou na prestação dos serviços, desde que comprovada a responsabilidade exclusiva da Contratada no evento que tiver dado causa ao dano. A responsabilidade e eventuais indenizações devidas pela Contratada, independentemente da sua extensão ou natureza, estarão isoladas ou cumulativamente, limitadas ao valor total deste Contrato".

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

12.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

12.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

12.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;

FREDERICO  
  
11080812022.02.25 17:35:30  
-0100



12.2.3 Promover a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

12.2.4 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

12.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

12.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

12.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços e/ou o fornecimento de bens que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

12.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

12.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

12.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

12.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA ng. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

13.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

13.2.1 Multa;

13.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

FREDERICO WELINGTON  
[Assinatura]  
Data: 2022.02.25  
17:36:02 -03'00'



13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

13.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

13.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.2 a 13.2.4, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

13.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

13.4.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

13.4.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30 (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

13.4.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

13.4.4 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvem com a principal:

12.4.4.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor global do contrato;

13.4.4.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor global do contrato;

13.4.4.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

13.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

13.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser descontadas da garantia contratual ou cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

  
190909.000854.0001614/2022.17.13637-0390



13.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

13.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sempre prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DA RESCISÃO**

14.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

14.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

14.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, quaisquer das medidas discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no edital do processo de inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido expediente, naquilo que não diverja deste ajuste.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DA PUBLICIDADE**

**CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DO FORO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente contrato;





18.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/2005, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento e/ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

“As Partes reconhecem, por meio do presente Instrumento, a validade da assinatura eletrônica, nos termos do §2º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, bem como de que a referida assinatura eletrônica não implicará em qualquer alteração, desqualificação ou desnaturação de quaisquer deveres ou obrigações aqui previstas, os quais as Partes continuam integralmente obrigadas a observar.”

Salvador,

FREDERICO WELINGTON  
SILVEIRA  
SOARES

Assinado de forma digital por  
FREDERICO WELINGTON SILVEIRA  
SOARES  
[REDACTED].02.25 17:38:21 -03'00'

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**  
Frederico Welington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa



**L.G INFORMÁTICAS.A**

Felipe Vieirals Azevedo

Presidente

CPF 21991291-1

E-mail: felipe.azevedo@lg.com.br



Testemunha

Carolina Fernandes da Silva

CPF 13519141-0

Carolina.silva@lg.com.br



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA





## ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

### 1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

#### 1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

##### 1.1. Controle de Acesso:

- 1.1.1. A Solução deve oferecer mecanismo para controlar e restringir o acesso de usuários à suas funcionalidades e dados. Este mecanismo deverá gerenciar os níveis de acesso a Solução utilizando perfis de acesso;
- 1.1.2. Permitir, nativamente, a criação, ativação e inativação de contas de usuário (credenciais de acesso);
- 1.1.3. Permitir a integração, para fins de autenticação de usuário, com os produtos MS-ActiveDirectory ou LDAP;
- 1.1.4. Possuir, nativamente, políticas de segurança que possibilitem bloquear contas após tentativas incorretas de acesso;
- 1.1.5. Permitir que o Supervisor do Módulo faça o desbloqueio das contas de usuário;
- 1.1.6. Possibilitar a mudança obrigatória das senhas de acesso após período definido;
- 1.1.7. Permitir que o usuário altere sua senha de acesso;
- 1.1.8. Vincular as contas de acesso à unidade administrativa;
- 1.1.9. Permitir a criação de perfis de acesso;
- 1.1.10. Permitir a restrição de visualização de menus da Solução por operador;
- 1.1.12. Permitir que o administrador desconecte qualquer usuário que estiver utilizando a Solução.

##### 1.2. Auditoria:

- 1.2.1. A Solução deve oferecer mecanismo para registrar ações dos usuários;
- 1.2.2. As ações auditadas devem conter minimamente os seguintes dados: usuário, endereço IP (identificação da máquina na rede), data, hora, ação e detalhamento da ação;
  - 1.2.2.1. A auditoria deve registrar os eventos no sistema de forma a responder a pelo menos as seguintes questões:
    - 1.2.2.1.1. Que ação foi realizada no sistema;
    - 1.2.2.1.2. Quando a ação ocorreu;
    - 1.2.2.1.3. Quem provocou a ação;
    - 1.2.2.1.4. Qual máquina envolvida na ação (IP);
    - 1.2.2.1.5. Qual o descritivo da ação.
- 1.2.3. Integração
  - 1.2.3.1. Deverá dispor de ferramenta que permitam que o próprio cliente faça a extração de dados nos formatos CSV, TXT ou XML.
  - 1.2.3.2. Permitir gerar informações contábeis das Folhas de Pagamentos diretamente em Banco de Dados através de Conexão ODBC.

##### 1.3. Módulo Folha de Pagamento.

##### 1.3.1. Relativo a parte estrutural.





- 1.3.1.1. Permitir definição de estruturas organizacionais para agrupamentos diversos de colaboradores (estabelecimentos, departamentos, centros e custo/resultados, natureza profissional, órgãos responsáveis, sindicatos).
- 1.3.1.2. Flexibilidade para criação de campos personalizados. Ex: fumante/não fumante; e-mail pessoal, linha de negócio.
- 1.3.2. Relativo a Cálculos.
  - 1.3.2.1. Permitir a criação de diversos tipos de folha de pagamento (mensal, férias, simulação de férias, 13º salário, rescisão, rescisão complementar simulação de rescisão, folha semanal, adiantamento quinzenal, abono sem gozo de férias, recesso de estagiário, simulação de recesso, outros tipos de folhas de pagamento, a critério da administração de pessoal da Contratante, sem depender do fornecedor da solução e da área de TI.
  - 1.3.2.2. Permitir que os usuários da Contratante criem e modifiquem eventos dos tipos provento, desconto e intermediário (resultado), de acordo com as regras sindicais de cada categoria profissional, com a possibilidade de definição das respectivas fórmulas de cálculo, independente do fornecedor da solução e da área de TI.
  - 1.3.2.3. Permitir a vinculação de determinados cálculos a grupos homogêneos de colaboradores (por empresas, estabelecimentos, sindicatos, horários, cargos, naturezas profissionais, centros de custo/resultado, departamentos, em situação atividade normal, férias, afastamento, rescisão), independente do fornecedor da solução e da área de TI.
  - 1.3.2.4. Parametrização do número de salários adicionais: 13º salário, 14º salário.
  - 1.3.2.5. Permitir o agendamento do cálculo mensal de forma que a execução ocorra de forma automática.
  - 1.3.2.6. Calcular pagamento de adiantamentos (com parametrização dos valores a serem pagos) e antecipações, por exemplo, 13º Salário.
  - 1.3.2.7. Registrar e calcular adicionais salariais (fixos e variáveis), gratificações, comissões e incorporações. Deverá estar preparado para controlar e pagar eventos mensais e eventuais.
  - 1.3.2.8. Compor as bases de Cálculo para descontos mensais (INSS, IR, FGTS, etc.), de acordo com as incidências de cada Vencimento/Desconto, FUNPREV, BAPREV;
  - 1.3.2.9. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento parcelado.
  - 1.3.2.10. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Pagamento adiantado.
  - 1.3.2.12. Parametrização para o pagamento do 13º levando-se em conta: Permitir em diferentes dias do mês o adiantamento de diferença do 13º salário e adiantamentos individuais.
  - 1.3.2.12. Simular e calcular a provisão para o 13º salário.
  - 1.3.2.13. Efetuar cálculo e reembolso de faltas e atrasos descontados indevidamente.
  - 1.3.2.14. Cálculo retroativo do pagamento (negociações salariais, etc.), podendo ser feito para um empregado ou todos, devendo permitir parametrização.
  - 1.3.2.15. Permitir simular/calcular rescisão nas suas diversas modalidades, considerando: Integração com todas as unidades que subsidiam de informações para crédito e débito de valores quando das rescisões (Ex: patrimônio, transportes, Benefícios, etc.), que já estão em funcionamento na solução atual.
  - 1.3.2.16. Efetuar cálculo automático do pagamento de salário proporcional para os admitidos durante o mês, observando também as licenças e afastamentos.
  - 1.3.2.17. Gerar movimento da Folha de Pagamento por empregado, identificando o centro de custo / setor, os vencimentos e os descontos para serem processados no módulo contábil.
  - 1.3.2.18. Cálculo e registro por colaborador da Contribuição Sindical por Categoria Profissional.
  - 1.3.2.19. Opção para estabelecer quais valores incidirão na RAIS, FGTS, INSS, IR etc.

FREDERICO

  
Dados: 2022.02.25  
17:39:57 -03'00'



1.3.2.20. Permitir a definição da quantidade de dias, por tipo de estabilidade (acidente de trabalho, CIPA, DOENÇA, maternidade, representante sindical) e por sindicato, independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.2.21. Permitir que os usuários da Contratante definam a classificação de PCD por tipo (reabilitado, física, auditiva, visual, mental, múltipla), independente do fornecedor da solução e da área de TI.

1.3.3. Relativo a Dependentes.

1.3.3.1. Permitir que os usuários da Contratante façam o cadastro e vínculo de dependentes aos colaboradores, possibilitando definir o tipo de dependência (IR, Salário família, benefícios, outros tipos de dependências), independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.3.2. Registro de dependentes/ vinculados legais, informando dependência INSS, IR, Salário Família, Auxílio Creche e Seguro de Vida, Plano de Saúde/Odontológico etc., com possibilidade deste ser diferente do titular.

1.3.4. Referente a Pensão Alimentícia.

1.3.4.1. Permitir a definição dos diversos tipos de cálculos de pensão alimentícia (valor fixo, percentual sobre o bruto, percentual sobre o líquido oficial, percentual sobre o líquido geral, dentre outros critérios de cálculos, independente do fornecedor da solução e da área de TI).

1.3.4.2. Permitir que a Contratante mantenha o cadastro dos pensionistas.

1.3.4.3. Calcular e controlar descontos de Pensão Alimentícia e gerar arquivos para transmissão para os bancos e informação para o CRP.

1.3.5. Referente aos Encargos.

1.3.5.1. Permitir alteração das tabelas de encargos do colaborador (IRRF e INSS) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.5.2. Permitir alteração das tabelas de encargos patronais (SAT, INSS, FGTS, SESEI, SENAI, SEBRAE, FORÇA AÉREA, INCRA, SALÁRIO EDUCAÇÃO) pela área de administração de pessoal da Contratante, independente do fornecedor e da área de TI.

1.3.5.3. Permitir a geração das seguintes informações para os órgãos oficiais: GFIP/GRFC, GPS (INSS), Salário contribuição (INSS), DARF (IRRF), CAGED, IN86, CAT, RAIS, DIRF, MANAD.

1.3.5.4. Manutenção nas tabelas de desconto: criação ou extinção de faixas, manutenção etc. (data de início e vigência). Ex: INSS, IR etc.

1.3.6. Referente à parte Admissional.

1.3.6.1. Permitir a emissão dos documentos admissionais (Contrato de trabalho e experiência, declarações e autorizações, tais como fichas dos dependentes de salário família, opção do vale transporte e imposto de renda, dentre outros), permitindo alterações de conteúdo conforme necessidade da Contratante, independente da área de administração de pessoal e da área de TI.

1.3.6.2. Permitir o cadastro manual das informações necessárias para a admissão.

1.3.6.3. Permitir o gerenciamento do histórico de alterações cadastrais dos funcionários, possibilitando a consulta por competência (mês), tais como escolaridade, afastamento, situação, histórico salariais, modalidade de contratação (horista/mensalista).

1.3.6.4. Permitir o registro de empregado readmitido, utilizando os dados cadastrais e prontuário que o mesmo tinha quando era empregado;

1.3.6.5. Permitir registro de admissões especiais sem vínculo empregatício, como: diretores, conselheiros, autônomos, cedidos de outras empresas e mão de obra contratada.

1.3.7. Referente a Férias.



Dados: 2022.02.25  
17:40:41 -03'00'



- 1.3.7.1. Permitir a administração das férias controlando o período aquisitivo, período de fruição, opção de adiantamento do 13º salário e abono pecuniário.
- 1.3.7.2. Permitir o parcelamento de férias em quantidade superior a duas parcelas.
- 1.3.7.3. Permitir dias de férias no mesmo mês de referência referentes a períodos aquisitivos distintos. Exemplo: 01 a 15 ref. Ao período 01 e 16 a 30 ref. Ao período 02.
- 1.3.7.4. Permitir férias individuais e coletivas.
- 1.3.7.5. Permitir que os valores referentes às férias sejam tratados de forma proporcionais aos dias de férias de cada mês na folha mensal.
- 1.3.7.6. Permitir a definição das regras de cálculos de média de férias de acordo com o sindicato, independente do fornecedor e da área de TI.
- 1.3.7.7. Permitir a geração dos relatórios de férias (aviso de férias, recibo de férias)
- 1.3.7.8. Permitir a antecipação do pagamento dos valores de férias.
- 1.3.7.9. Calcular a provisão de férias.
- 1.3.7.10. Permitir recálculo de férias;
- 1.3.7.12. Efetuar controle de Período Aquisitivo de Férias, calculando o número de dias de Férias em decorrência de faltas e afastamentos.
- 1.3.7.12. Permitir geração e registro automático do novo período aquisitivo;
- 1.3.7.13. Controle do processo de gerenciamento dos períodos aquisitivos de recesso de estagiários.
- 1.3.8. Referente a Rescisão.
  - 1.3.8.1. Permitir todos os tipos de rescisão (RAIS)
  - 1.3.8.2. Permitir manter o cadastro de rescisões de forma manual ou mediante fluxo de aprovação.
  - 1.3.8.3. Permitir avisar à administração de pessoal, os colaboradores com estabilidade no ato da rescisão.
  - 1.3.8.4. Permitir a geração das seguintes informações: Aviso prévio, Termo de Rescisão, Homolognet.
  - 1.3.8.5. Emitir relatórios legais para quitação da rescisão (ex.: rescisão de contrato de trabalho, GRFC, contribuições para o INSS, salário desemprego, etc.).
  - 1.3.8.6. Permitir o registro do desligamento com os seus respectivos motivos.
  - 1.3.8.7. Permitir o registro do término de contrato/mandatos para não empregados (Ex: Estagiários, Diretores, Conselheiros).
- 1.3.9. Referente a Afastamentos.
  - 1.3.9.1. Permitir o registro automático dos afastamentos a partir do módulo de saúde e segurança ocupacional para fins de cálculos da folha de pagamento.
  - 1.3.9.2. Permitir efetuar o cálculo considerando os dias de afastamentos (parte empresa/previdência).
  - 1.3.9.3. Permitir o registro de afastamento com ou sem vencimentos.
  - 1.3.9.4. Registrar e manter atualizados os dados do período e motivos do afastamento.
- 1.3.10. Referente a Movimentações de Colaboradores.
  - 1.3.10.1. Permitir movimentações de colaboradores (promoções, progressões, aumentos salariais, transferências).
  - 1.3.10.2. Transferência de colaboradores entre empresas (CNPJs distintos).

#### 1.4. Módulo Folha de Ponto (Desktop e WEB)





- 1.4.1. Cadastro de servidores (Cadastro deve ser vinculado ao sistema de Folha de Pagamento).
- 1.4.2. Integração com Sistema de Folha de Pagamento para vinculação de todas as informações do cadastro do servidor.
- 1.4.3. Registro de frequência (ponto) a partir de qualquer localidade.
- 1.4.4. Visualização do cartão de ponto.
- 1.4.5. Lançamento das justificativas de irregularidades.
- 1.4.6. Controle de afastamentos.
- 1.4.7. Relatórios de irregularidades.
- 1.4.8. Relatório de afastamentos.
- 1.4.9. Parametrização de acordo com a legislação trabalhista.
- 1.4.10. Parametrização de acordo com a legislação do MP/BA.

## 2.0 Arquitetura de Software

A arquitetura de software é composta por software básico, software para intranet/Internet, software para computação pessoal e software para desenvolvimento de aplicações.

### Software Básico

- Sistema operacional: WINDOWS 2012 SERVER R2,
- Sistema gerenciador de banco de dados: MS SQLSERVER 2008.
- Protocolo de comunicação padrão: TCP/IP.
- Sistema operacional das estações: Windows XP Professional, Windows 7 Professional.

### Ambiente Intranet/Internet:

- Servidor Http: MS IIS5/6
- Navegadores IE, Mozilla e Chrome

FREDERICO





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Prezados,

Segue contrato assinado 0303489 para publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Costa do Nascimento** em 03/02/2022, às 10:53, conforme art. 13º, III, "b", da Lei 33.439/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0303489** e o código CRC **A09346661**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## PORTARIA

PORTARIA Nº 059/2022

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Everaldo de Souza Alves, matrícula nº 351.730 e Rita de Cássia Moitinho, matrícula nº 354.912, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 013/2022-SGA, relativo a prestação de serviços de suporte técnico e atualização para os softwares FPW Ponto desktop, FPW ponto web e FPW folha de pagamento.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

**Frederico Wellington Silveira Soares**  
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 03/03/2022, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0303787** e o código CRC **AA106015**.

OTÁVIO DE CASTRO ALLA, Promotor(a) de Justiça de Jequié- SIGA nº 38029.7/2022. Requerimento: autorização de ausência justificada da Promotoria de Justiça, por interesse particular, para o período de 07/03/2022 a 07/03/2022. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 15, XXXIX, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996 e no Ato Normativo nº 003, de 14 de março de 2019. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Juliana Rocha Sampaio - Jequié - 8ª Promotoria de Justiça, já devidamente cientificado(a). O afastamento autorizado não implica a suspensão da distribuição ordinária dos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais.

OTÁVIO DE CASTRO ALLA, Promotor(a) de Justiça de Jequié- SIGA nº 38028.7/2022. Requerimento: autorização de ausência justificada da Promotoria de Justiça, por interesse particular, para o período de 03/03/2022 a 04/03/2022. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 15, XXXIX, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996 e no Ato Normativo nº 003, de 14 de março de 2019. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Juliana Rocha Sampaio - Jequié - 8ª Promotoria de Justiça, já devidamente cientificado(a). O afastamento autorizado não implica a suspensão da distribuição ordinária dos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais.

PAOLA ROBERTA DE SOUZA ESTEFAM, Promotor(a) de Justiça de Simões Filho. SIGA nº 86763.1/2022. Requerimento: Férias. 2022.1. Adiamento no interesse do serviço. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 166 da Lei Complementar nº 011, de 18 de janeiro de 1996, transferindo-se de 03/03/2022 a 22/03/2022 para gozo oportuno, ficando o período pendente de confirmação.

VIRGINIA RIBEIRO MANZINI LIBERTADOR, Promotor(a) de Justiça de Camaçari. SIGA nº 86745.1/2022. Requerimento: Férias. 2022.2. Adiamento no interesse do serviço. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 166 da Lei Complementar nº 011, de 18 de janeiro de 1996, transferindo-se de 07/12/2022 a 16/12/2022 para gozo oportuno, ficando o período pendente de confirmação.

---

## NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO DE CRIMES ATRIBUÍDOS A PREFEITOS-CAP

---

NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO DE CRIMES ATRIBUÍDOS A PREFEITOS – CAP

EDITAL DE PRORROGAÇÃO Nº 014/2022

NOTÍCIA DE FATO IDEA Nº 003.9.399249/2021

O 1º Promotor do Núcleo de Crimes Atribuídos a Prefeitos, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao disposto no art. 3º, caput, da Resolução n. 174/2017 do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP, comunica aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo de conclusão, pelo período de 90 (noventa) dias, da Notícia de Fato Nº 003.9.399249/2021, a contar de 25 de fevereiro de 2022, considerando a necessidade da realização de diligências imprescindíveis à elucidação dos fatos.

Salvador, 03 de março de 2022.

Janina Schuenck Brantes Sacramento

Promotora de Justiça Designada

(Ato de Delegação nº 25, DPJe de 09/09/2021, c/c Portaria nº 1012, DPJe de 09/09/2021)

---

## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

---

### DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

---

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Nº 013/2022 - SGA. Processo SEI: 19.09.00854.0001614/2022-17. Inexigibilidade de Licitação nº 001/2022 DTI. Parecer jurídico: 105/2022. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e empresa L.G Informática S.A, CNPJ nº 01.468.594/0001-22. Objeto: prestação de serviços de suporte técnico e atualização para os softwares FPW – Ponto desktop, FPW – Ponto web e FPW – folha de pagamento. Regime de execução: Empreitada por preço global. Valor global anual máximo: R\$ 185.389,08 (cento e oitenta e cinco mil, trezentos e oitenta e nove reais e oito centavos). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0021 – Ação P/A/OE. 2002 - Renda 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 30.90.40. Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de 01º de março de 2022 até 28 de fevereiro de 2023.

RESUMO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Nº 023/2018-SGA. Processo: 19.09.00857.0021269/2021-03. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa SS Viver Tour Viagens e Turismo, CNPJ nº 02.548.313/0001-04. Objeto: Prestação de Serviço de fornecimento de passagens terrestres, intermunicipais e interestaduais, via sistema informatizado disponibilizado pelo fornecedor, por meio de auto-reserva (self-booking), para os órgãos e entidades da administração pública do poder executivo estadual, mediante o pagamento de taxa de transação e correspondente passagem adquirida. Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 01 (um) ano, a contar de 01/03/2022 até 28/02/2023. Dotação orçamentária: Unidade Gestora 40.101.0003 – Ação/Projeto 2000 — Fonte 100 – Natureza da Despesa 33.90.33 e 33.90.39.

**PORTARIA Nº 059/2022**

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Everaldo de Souza Alves, matrícula nº 351.730 e Rita de Cássia Moitinho, matrícula nº 354.912, para exercerem as atribuições de fiscal e su, lente, respectivamente, do contrato nº 013/2022-SGA, relativo a prestação de serviços de suporte técnico e atualização para os softwares FP – Ponto desktop, FPW – ponto web e FPW – folha de pagamento.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 03 de março de 2022

Frederico Welington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa

RESUMO DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO. Processo: 19.09.45342.0003259/2022-90. Parecer Jurídico: 114/2022. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 90.090.762/0001-19. Objeto do Termo de Cooperação: Possibilitar a participação de alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos ofertados pela instituição de ensino, no processo seletivo para o "Programa de Estágio" do Ministério Público do Estado da Bahia. Vigência: 05 (cinco) anos, contados a partir de 07 de março de 2022.

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL REFERENTE À NOTA DE EMPENHO Nº 40101.0003.22.0000293-4. Processo SEI: 19.09.02344.0002258/2022-59. Parecer jurídico: 099/2022. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Ez Techs Importadora, Exportadora E Representações Eireli, CNPJ nº 09.473.928/0001-68. Objeto contratual: Aquisição de lâmpada led de bulbo, base E27, Potência 9 W, Tensão bivolt - 110/240V, temperatura da cor igual ou superior a 6000k, fluxo luminoso igual ou superior a 810 lm, fator de potência igual ou superior a 0,7, vida útil igual ou superior a 25.000 h; ângulo de abertura igual ou superior a 200°, IRC igual ou superior a 80; dimensões 60 x 107 a 116 mm. Objeto do termo aditivo: Alterar a marca do item de Empalux para Avant, sem alteração do valor do produto.

---

**PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**

---

**INQUÉRITOS CIVIS / PROCEDIMENTOS:****EDITAL N. 033/2022****CONVERSÃO DE NOTÍCIA DE FATO EM PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL**

A 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULO AFONSO, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de atribuições legais, nos termos da Resolução 23/2007 do CNMP, comunica a conversão da Notícia de Fato 705.9.118041/2020 em Procedimento Preparatório de Inquérito Civil.

Paulo Afonso, 25 de fevereiro de 2022.

Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 037/2022**

A 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULO AFONSO/BA, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo do art. 20 da Resolução nº 006/2009, com as alterações introduzidas pelo art. 1º da Resolução nº 001/2013, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, COMUNICA aos interessados, que foi PRORROGADO, por mais 01 (um) ano, o prazo de conclusão do Inquérito Civil IDEA: 705.9.266846/2016, em trâmite nesta 6ª Promotoria de Justiça, diante da necessidade de realização de diligências.

Paulo Afonso, 25 de fevereiro de 2022.

Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares

Promotora de Justiça - Titular da 6ª PROJUPA

6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso/BA

**EDITAL Nº 038/2022**

A 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULO AFONSO/BA, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo do art. 20 da Resolução nº 006/2009, com as alterações introduzidas pelo art. 1º da Resolução nº 001/2013, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, COMUNICA aos interessados, que foi PRORROGADO, por mais 01 (um) ano, o prazo de conclusão do Inquérito Civil IDEA: 705.9.24383/2017, em trâmite nesta 6ª Promotoria de Justiça, diante da necessidade de realização de diligências.

Paulo Afonso, 25 de fevereiro de 2022.

Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares

Promotora de Justiça - Titular da 6ª PROJUPA

6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso/BA

**EDITAL Nº 039/2022**

A 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULO AFONSO/BA, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo do art. 20 da Resolução nº 006/2009, com as alterações introduzidas pelo art. 1º da Resolução nº 001/2013, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, COMUNICA aos interessados, que foi PRORROGADO, por mais 01 (um) ano, o prazo de conclusão do Inquérito Civil IDEA: 705.0.243689/2015, em trâmite nesta 6ª Promotoria de Justiça, diante da necessidade de realização de diligências.

Paulo Afonso, 25 de fevereiro de 2022.

Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares

Promotora de Justiça - Titular da 6ª PROJUPA

6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso/BA



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminhamos o expediente à Diretoria de Tecnologia da Informação, acompanhado do extrato do resumo do contrato 013/2022-SGA, publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 3.050, do dia 04/03/2022.

Oportunamente, encaminhamos também a publicação da Portaria nº 059, designatória de fiscal e suplente do mencionado ajuste.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** em 03/02/, 0, , à 15h 52m, 9s conforme art. 5º da Lei 55.354/, 006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0305537** e o código CRC **92F136A6**.